

Maria Terezinha da Silva

GESTÃO E MEDIAÇÕES NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DE SANTA CATARINA
Limites e possibilidades educativas

Florianópolis - SC

2005

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/Brasil

Centro de Ciências da Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

GESTÃO E MEDIAÇÕES NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DE SANTA CATARINA
Limites e possibilidades educativas

Maria Terezinha da Silva

**Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da Universidade
Federal de Santa Catarina como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Educação**

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Luiza Belloni

Florianópolis/SC, março de 2005

Agradecimentos

À professora Maria Luiza Belloni, pela orientação.

A Silvio Salej, meu primeiro leitor e maior incentivador.

A todas as pessoas que prestaram informações sobre as rádios, em especial a:

Osmar, Irimar, Max, Pastor Neri, Nivaldo e Denise – de Alfredo Wagner.

Neri, Antônio Gil, Vicente, Edson Rogério, Sr. Irineu, Almir, Sr. Albarino,

Adriana, Miguel, Edes, Marinês, Maicon, Alexandre, Daniel, Wagner,

Júnior e Rodrigo - de Campo Belo do Sul.

Jair, Gibrair, Ademir, Nice, Pedro e Gislaine – de Coronel Martins.

Brito, Zuco, Thomaz, Jeison, Pirán, Natan e Tere - de Guaramirim.

Cida, Arlei e Moabe – de Itajaí.

Ângelo, Nere, Jalmor, Marcos, Quidinha, Nena, Itamar e Antônio - de Jaguaruna.

Para Silvio e Helena

SUMÁRIO

Apresentação	07
---------------------------	-----------

CAPITULO I

1. Referencial Teórico	10
1.1 Radialismo comunitário – tradição e pertinência em um novo contexto	10
1.2 As políticas desenvolvimentistas na comunicação social	11
1.3 A crítica ao modelo difusionista	13
1.4 Sociedade civil e Estado: confrontação ou negociação?	17
1.5 Dominação e mediação	21
1.6 Os novos cenários da cidadania	23
1.7 As transformações na comunicação	26
1.8 A economia global e a política de desregulamentação	28
1.8.1 Lutas pela regulamentação	32
1.8.2 Nas brechas da desregulação	33
2. Escolha do modelo teórico: o enfoque nas mediações	37
2.1 Nem ideologismo nem cientificismo	39
2.2 Mediações e rádios comunitárias	41

CAPITULO II

3. Rádios comunitárias: pesquisa exploratória do objeto de estudo	44
3.1 Rádios e a perspectiva da <i>mídia-educação</i>	44
3.2 Pesquisa bibliográfica	46
3.2.1 A temática em Santa Catarina	48
3.2.2 O enfoque em processos de formação.....	49
3.3 Radialismo comunitário em Santa Catarina - ano 2003	52
3.3.1 Levantamento quantitativo por municípios.....	52
3.3.2 Quadro sinóptico do radialismo comunitário em Santa Catarina	52

3.4 Normativa jurídica da radiodifusão comunitária: análise comparativa	58
3.4.1 A legislação colombiana.....	60
3.4.2 A legislação brasileira	62
3.4.3 As respostas do Estado brasileiro	68
4.5 O que define uma rádio comunitária	70
4. Metodologia	76
4.1 Questões norteadoras	76
4.2 Hipóteses	77
4.3 Principais conceitos	78
4.4 Objetivos	81
4.5 Modelo de análise: dimensões e indicadores	82
4.6 Plano de Amostragem: definição de critérios e seleção da amostra	84
4.6.1 A observação e a coleta de informações	88
4.6.2 Sinopse da coleta de informações	89

CAPITULO III

5. Os seis casos da amostra	90
5.1 Rádio <i>Nascente do Vale</i> , de Alfredo Wagner – Grande Florianópolis.....	90
5.2 Rádio <i>Estúdio 105</i> , de Campo Belo do Sul – Região Serrana	106
5.3 Rádio Pedra Branca, de Coronel Martins – Região Oeste	115
5.4 Rádio <i>Pró-Guaramirim</i> , de Guaramirim – Região Norte.....	134
5.5 Rádio <i>Luz e Vida</i> , de Itajaí – Região do Vale.....	153
5.6 Rádio <i>Sambaqui</i> , de Jaguaruna – Região Sul	162
6. Análise dos dados, por caso	183
6.1 Rádio <i>Nascente do Vale</i>	
7.1.1 O medo ao conflito como condicionante da programação	183
7.1.2 A rádio vista como instrumento que pode desencadear a luta política	186
6.2 Rádio <i>Estúdio 105</i>	
6.2.1 A rádio como meio de reconhecimento social e político	190
6.2.2 A concorrência entre emissoras de baixa potência	191
6.3 Rádio <i>Pedra Branca</i>	

6.3.1	A relação entre controle cidadão e diversidade da programação	195
6.3.2	A relação entre financiamento e utilidade social	197
6.4	<i>Rádio Pró-Guaramirim</i>	
6.4.1	O dilema entre voluntariado e profissionalização	202
6.4.2	Rádio e impessoalidade na relação cidadão/administrador público	204
6.5	<i>Rádio Luz e Vida</i>	
6.5.1	Iniciativa individual e voluntariado de assistência social	210
6.5.2	A religiosidade como principal mediação	211
6.6	<i>Rádio Sambaqui</i>	
6.6.1	Democracia na gestão e diversidade na programação	216
6.6.2	A rádio como catalisadora da luta dos movimentos populares	218
6.7	Análise das variáveis nos seis casos	222
7.	Conclusões	240
7.1	Diagnóstico qualitativo do radialismo comunitário em Santa Catarina	240
7.1.1	A proliferação, por impulsos do PT e pastorais católicas.....	240
7.1.2	As iniciativas de caráter particular	244
7.1.3	Diversificação de conteúdos como principal desafio	245
7.1.4	A política como principal mediação e a relação rádio/poder público	245
7.2	Respostas às questões norteadoras	246
8.	Bibliografia	255

ANEXOS

Mapeamento das rádios comunitárias em SC – dezembro 2003

Roteiro das entrevistas nas seis rádios da amostra

Apresentação

A preocupação principal deste trabalho é analisar *se e como* as rádios comunitárias em funcionamento no Estado de Santa Catarina desenvolvem práticas educativas no sentido da construção da cidadania nos (e a partir dos) espaços locais. A proliferação dessas emissoras, no final dos anos 90, em um contexto de intensificação do processo de globalização econômica e mundialização da cultura, está relacionada às lutas pela democratização da comunicação e às novas condições em que se dão as lutas por direitos e cidadania, cada vez mais mediadas pelos meios de comunicação. Neste novo cenário, torna-se fundamental estudar, compreender e se apropriar criativamente das novas possibilidades que a democratização da técnica traz tanto para a comunicação quanto para a educação.

A pesquisa teve o objetivo de traçar um panorama do estado atual de desenvolvimento das rádios comunitárias no Estado de Santa Catarina e de identificar *se e como* têm sido experiências locais de aprendizado para o exercício da cidadania. Duas hipóteses guiaram a investigação. A primeira, de que no atual estado de desenvolvimento dessas emissoras – com experiências relativamente recentes e obstáculos de ordem política, normativa, organizativa, econômica, etc –, o aprendizado para a cidadania acontece mais pelo processo de gestão da rádio do que propriamente pelos conteúdos da programação. A segunda, de que a gestão de uma rádio comunitária é uma iniciativa de concorrência com emissoras comerciais e, neste sentido, é freada pela normativa jurídica vigente, mas estimulada pelas demandas da economia e da vida política locais e de afirmações identitárias.

Para fazer essa análise, dividimos a pesquisa em dois momentos. No primeiro, realizado ao longo do segundo semestre de 2003, realizamos um mapeamento de todas as emissoras de baixa potência em funcionamento naquele período, num total de 120, que organizamos e categorizamos em *comunitárias, mistas, particulares e confessionais*. A partir da construção desse banco de dados e dos critérios descritos na metodologia, selecionamos uma amostra com seis casos de emissoras, uma em cada região de Santa Catarina, que fizeram parte do segundo momento da pesquisa, a qualitativa. Essa etapa

incluiu uma rádio classificada como *mista* - a *Luz e Vida* - de Itajaí (região do Vale) e cinco *comunitárias* - a *Nascente do Vale*, de Alfredo Wagner (Grande Florianópolis); a *Estúdio 105*, de Campo Belo do Sul (Planalto Serrano); a *Pedra Branca*, de Coronel Martins (Oeste); a *Pró-Guaramirim*, de Guaramirim (Norte); e a *Sambaqui*, de Jaguaruna (Sul). A análise foi feita com base nas representações dos gestores/produtores a respeito do trabalho da rádio, ou seja, é um estudo que parte da perspectiva dos produtores e não dos receptores.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro inclui o contexto histórico e o modelo teórico utilizado para analisar o papel educativo das rádios comunitárias. Servem de referência para as reflexões autores como Paulo Freire e Mário Kaplún, a partir dos quais resgatamos a tradição latino-americana de comunicação vinculada à educação junto aos setores populares, o questionamento ao paradigma informacional hegemônico, tanto na educação quanto na comunicação, e à crença de que as novas tecnologias da informação e da comunicação podem, por si só, imprimir novas pedagogias aos processos educacionais e comunicacionais. Referenciamos também a Antônio Gramsci, cujo conceito de hegemonia nos ajuda a compreender a dinâmica das lutas sociais que se travam no campo cultural, como é o caso das demandas por cidadania mediadas por meios de comunicação. Ainda deste autor, trabalhamos com a noção de que a busca do consenso necessário à democracia não acontece de forma impositiva, mas através de cumplicidade e negociação, ou seja, envolve uma troca simbólica, na qual existe a possibilidade de construir contra-hegemonia. Gramsci questiona o peso do econômico sobre o político, dando maior importância à cultura e à ideologia. Assim, cultura e educação - bem como as práticas comunicativas que visam a formação para a cidadania, como as que tentamos identificar nas rádios comunitárias - são fundamentais nas lutas pela construção de contra-hegemonia.

Em sintonia com essa perspectiva, buscamos em Martín-Barbero a inspiração para a construção de nosso modelo teórico de análise - detalhado no segundo capítulo - sobre as *mediações do processo de gestão* de uma rádio comunitária. Denominamos mediações os fatores contextuais que condicionam – freiam ou estimulam – a produção das rádios comunitárias. Destacamos quatro mediações específicas, identificadas na primeira etapa da pesquisa e analisadas em cada uma das seis rádios da amostra: a *normativa jurídica*, a *economia local*, a *política* e o *associativismo civil*, e as *afirmações identitárias*. Entendemos que a produção de um meio de comunicação como a rádio comunitária está

inserida no *processo de gestão*, ou seja, no conjunto de processos decisórios que possibilitam a existência da emissora e que definem o tipo de apropriação que dela faz a comunidade. O processo de gestão contém dimensões como a *liderança* de uma ou algumas pessoas, o *projeto* e a *articulação coletiva* da rádio, e a *produção*, também analisadas nas seis rádios da amostra. Ainda no segundo capítulo o leitor vai encontrar uma análise dos estudos realizados sobre a temática das rádios comunitárias no Brasil e em Santa Catarina, o levantamento quantitativo das rádios por município catarinense, uma análise comparativa entre a legislação de radiodifusão comunitária do Brasil e da Colômbia, nossa definição de rádio comunitária, além das questões que nortearam a pesquisa, hipóteses, objetivos e a descrição dos critérios de seleção da amostra.

No terceiro capítulo estão as informações da pesquisa qualitativa nas seis emissoras da amostra. Primeiro, descrevemos, individualmente, o processo de constituição e manutenção de cada uma das seis experiências estudadas, com informações sistematizadas de acordo com as dimensões de nosso modelo de análise, que envolve a *gestão* da emissora (liderança; projeto e articulação coletiva; e produção) e as *mediações* (normativa jurídica; economia local; política e associativismo civil; e afirmações identitárias). Em seguida, realizamos a análise - individual e do conjunto das seis emissoras - à luz de nossas hipóteses de interpretação e do modelo teórico escolhido. Por último, apresentamos nossas conclusões, com um diagnóstico qualitativo das rádios comunitárias em Santa Catarina e algumas respostas às perguntas de partida.

No *Anexo* da dissertação está o *Mapeamento Geral das Rádios Comunitárias em Santa Catarina – ano 2003*, que é o resultado da primeira etapa da pesquisa. Acreditamos que a construção desse cadastro com informações básicas sobre as emissoras em funcionamento é uma das principais contribuições da presente pesquisa. É o resultado de uma garimpagem de informações, antes inexistentes ou dispersas, que agora estão organizadas e disponíveis para consulta. Também no *Anexo* está o roteiro de questões que orientaram as entrevistas feitas nas seis emissoras incluídas na segunda etapa da pesquisa.

CAPITULO I

1. Referencial teórico

Neste capítulo, apresentamos o contexto histórico e o referencial teórico utilizado para analisar o papel educativo das rádios comunitárias. Recuperamos a tradição latino-americana que vincula a comunicação, sobretudo via rádio, a processos educativos junto aos setores populares, e a transformação dessas práticas no atual contexto de globalização. Refletimos sobre as relações entre sociedade civil e Estado e as novas condições em que se dão a participação política e as lutas por cidadania, cada vez mais mediadas pelas mídias.

1.1 Radialismo Comunitário: tradição e pertinência em um novo contexto

A disseminação e presença das novas tecnologias no cotidiano das pessoas trazem consigo uma série de transformações e desafios, mas também potencialidades para práticas inovadoras nas áreas da comunicação e da educação que busquem a emancipação dos sujeitos e a conquista da cidadania. Nesta primeira parte do trabalho, procuramos mostrar como o radialismo comunitário, símbolo das velhas e novas lutas pela democratização da comunicação e da sociedade, pode contribuir para estimular práticas educativas cidadãs. Resgatamos as lutas pela definição de políticas públicas de comunicação e a tradição latino-americana de comunicação vinculada aos setores populares, na qual se inserem as práticas educativas através do rádio. A partir desse marco histórico, tentamos refletir como essa tradição se mantém hoje, em um contexto diferente - de globalização, com a megatendência de concentração mundial e a política de desregulamentação, que atingem também a área da comunicação e que fazem parte de uma nova fase do capitalismo em escala global, onde as relações de mercado tentam se impor como norma das relações sociais. O cenário é distinto, mas o caráter dessas práticas educomunicativas é semelhante: a luta política contra-hegemônica e a afirmação de identidades locais. É aí que localizamos a pertinência social e educativa das rádios comunitárias.

1.2 As políticas desenvolvimentistas na comunicação social

Nem a globalização nem as lutas contra-hegemônicas para a emancipação, via comunicação e educação, são algo novo na América Latina. O Continente, sobretudo a partir dos anos 70, vincula a comunicação a processos de organização popular¹, ou seja, à educação para a cidadania, ainda que naquela década esse termo nem fosse mencionado. O rádio foi o meio de comunicação-chave nesse processo. Duas experiências, que têm o rádio como meio, são tidas como o marco das práticas de comunicação-educação neste Continente. Uma delas foi a rádio *Sutatenza* na Colômbia, em 1948, destinada à alfabetização de camponeses, tida como o primeiro caso de *comunicação* institucionalizada *de apoio ao desenvolvimento* na América Latina. A outra foram as rádios dos mineiros na Bolívia, também em 1948, consideradas precursoras da *comunicação alternativa para o desenvolvimento*, quase duas décadas antes de se propor as bases teóricas para isso². (Beltrán, 1993). As duas experiências, provenientes da área religiosa e sindical, são tidas como um marco na história do uso educativo do rádio na América Latina (Vigil, 1997).

No Brasil, tudo começou com as Escolas Radiofônicas do MEB (Movimento de Educação de Base), em 1955, também inspiradas na experiência colombiana. Pioneiro na educação popular à distância, o MEB dedicou-se a alfabetizar e a conscientizar a população do Norte e Nordeste. Em pouco tempo havia 25 escolas radiofônicas e atingiam 15 estados. Nos primeiros três anos de funcionamento, mais de 400 mil estudantes haviam completado um ou mais cursos por meio das escolas radiofônicas (Dias, 2001; Belloni, 2002).

Na mesma linha de buscar alfabetizar e melhorar as condições de vida da população marginalizada, várias emissoras entraram no ar nas décadas de 50 e 60 em diversos países latino-americanos. A rádio supria a falta de escolas e de professores. À medida que se aproximavam da realidade da população empobrecida da América Latina, essas emissoras foram se transformando. Só alfabetização já não bastava. Era preciso acompanhar o povo

¹ Por outro lado, houve um grande desenvolvimento dos sistemas de comunicação no mesmo período. Ver, por exemplo, BELLONI, Maria Luiza. *A espetacularização da política e a educação para a cidadania*. In *Perspectiva*, nº 24. Jul/dez-1995. CED/UFSC. pp 23-40.

² Mais informações sobre essas duas experiências estão em BELTRÁN, Luis Ramiro – *Comunicación para el desarrollo en Latinoamérica – Una evaluación sucinta al cabo de cuarenta años*”, 1993.

em suas organizações, em suas reivindicações, nas lutas pelas liberdades políticas, sobretudo nos países que enfrentavam as ditaduras militares (ALER, 2002).

A maioria das práticas de comunicação no Continente, nos anos 50 e 60, acompanhava e servia ao modelo de modernização conservadora que então se implantava na região, e em outros continentes como África e Ásia, que incluía os *mass media* na estratégia de modernizar o mundo e difundir o ‘*american way of life*’³. O livro do diretor de Pesquisa de Comunicação da Universidade de Stanford, Wilbur Schramm (*Mass Media and National Development - The Role of Information in Developing Countries*, de 1964), patrocinado pela UNESCO, e as pesquisas do sociólogo Daniel Lerner (1958) sobre a extinção da sociedade tradicional formaram as bases teóricas para o uso da comunicação a serviço de tal modelo de desenvolvimento. Contribuíram para difundir em todo o mundo a crença sobre o potencial dos meios massivos de comunicação na transformação dos países do terceiro mundo e sua passagem de sociedades tradicionais para uma próspera modernidade. A crença neste potencial, inclusive por parte de especialistas latino-americanos, seria confirmada no final dos anos 60, com a chegada na América Latina da teoria de Everett Rogers sobre a difusão das inovações (Beltrán, 1993)⁴.

A comunicação de apoio ao desenvolvimento se expandiu em toda a região. Estados Unidos, Europa e Nações Unidas financiaram uma série de projetos dirigidos a problemas agrícolas, educativos, de saúde e demografia, usando especialmente o rádio, a TV e vídeos. Mas o fracasso de um modelo de desenvolvimento de fora para dentro colocou em voga a teoria da dependência, de Cardoso e Faletto (1967), com suas várias vertentes, conforme a análise sobre a diminuição da margem de manobra e do grau de autonomia dos países periféricos em relação às determinações do sistema mundial. A defesa de “outro tipo de

³ Nos anos 50 e 60, a América Latina recebeu forte apoio financeiro exterior, sobretudo dos Estados Unidos (*Aliança para o Progresso*), para a implementação de um programa de assistência técnica e financeira destinado ao desenvolvimento dos países latino-americanos, especialmente na agricultura, educação e saúde. Junto com esse programa, veio a aplicação de uma experiência em comunicação, que seguia três linhas: informação agrícola, educação audiovisual e educação sanitária. Era o que depois viria a se chamar *comunicação de apoio ao desenvolvimento*. (Beltrán, 1993)

⁴ A inovação, para Rogers, limitava-se ao que “é comunicado, por certos canais, num tempo determinado, entre os membros de um sistema social” (citado por Mattelart, p.157). A inovação consistia em transmitir, de forma vertical, uma informação sobre cuja utilidade era preciso persuadir os futuros usuários, que contribuiria para o desenvolvimento e superaria as chamadas culturas tradicionais. O importante era persuadir as massas atrasadas do terceiro mundo a se modernizarem. O próprio Rogers revisou, 20 anos depois, esta teoria (Mattelart, 2003a).

desenvolvimento” - que lembra o atual “outro mundo é possível” – começou a ganhar corpo, da mesma forma que o debate sobre novos modelos de comunicação (Beltrán, 1993; Mattelart, 2003a).

2.3 A crítica ao modelo difusionista

A América Latina assumiu a vanguarda no rompimento com a sociologia funcionalista norte-americana que havia marcado os anos 60. As razões, lembra Mattelart, são os processos de transformação em curso no Continente e o fato de que o desenvolvimento da mídia adquire aqui importância maior do que em outras regiões do terceiro mundo.

“A América Latina não é apenas o lugar de uma crítica radical das teorias da modernização aplicadas à difusão de inovações junto aos camponeses, no âmbito de tímidas reformas agrárias, à política de planejamento familiar ou ao ensino à distância, mas produz também iniciativas que rompem com o modelo vertical de transmissão dos ‘ideais’ de desenvolvimento” (MATTELART, 2003a, p.119).

O principal exemplo de tal ruptura é a obra do educador Paulo Freire, especialmente *A pedagogia do oprimido* (1970), que influenciou estratégias de comunicação popular e que teve repercussão mundial. Então exilado no Chile, Freire criticava a educação tradicional, “bancária”, vertical e anti-dialógica; considerava-a manipuladora e mantenedora do *status quo*. Em seu lugar, Freire propunha uma pedagogia do oprimido, que considerasse a cultura e a realidade concreta de cada educando. Acreditava que, em permanente diálogo com o educador, o educando caminharia em direção à sua conscientização, projetando-se assim à mudança de sua realidade e à sua emancipação. Educação, para Freire, é a auto-constituição do sujeito; é diálogo, é a construção coletiva do conhecimento. Ou seja, a comunicação deve estar na base de uma prática educativa que se pretende democrática e emancipadora.

Já em 1968, no ensaio *Extensão ou Comunicação*, escrito para o Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária (ICIRA) do Chile, Paulo Freire se referiu explicitamente à comunicação. Criticou a tradição difusionista dos estudos de comunicação norte-americanos, que influenciavam a corrente de comunicação de apoio ao desenvolvimento na América Latina. Argumentava que a concepção extensionista

implicava em transmissão, transferência e não em comunicação – esta compreendida como a co-participação dos sujeitos no ato de conhecer (Freire, 2001). Assim, o pensamento de Freire contribuía não só para um questionamento da educação tradicional enquanto “depósito” de conhecimentos, mas também inspirou uma revisão do modelo clássico de comunicação, a chamada fórmula aristotélica de Harold Lasswell.⁵

As décadas de 70 e de 80 foram, talvez, o período mais rico da comunicação ligada aos setores populares no Brasil e na América Latina. Tanto comunicadores quanto pesquisadores passaram a se interessar por um outro modo de comunicar e de repensar o velho esquema com o qual se pensava a comunicação, onde o receptor ficava confinado à absoluta passividade. Nesta linha surgiram experiências alternativas como a *imprensa nanica* no Brasil⁶, o auge das rádios mineiras na Bolívia, os vídeos-cassete na Venezuela e os cassetes-fórum desenvolvidos pelo uruguaio-argentino Mário Kaplún em vários países latino-americanos. Além disso, vale mencionar ainda o uso político do rádio em processos revolucionários da América Central, como a rádio *Venceremos*, que era o meio oficial da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), em El Salvador, e a rádio *Sandino*, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), na Nicarágua. Essas experiências

“apontavam não só no sentido de repensar o uso dos meios, mas a própria estrutura da comunicação, partindo não mais de puros conceitos comunicativos, mas de modos diferentes de viver, de fazer, de perceber na realidade diferentes questionadores, ainda que eles não sejam claros e estejam atravessados pela ambiguidade e pelo conflito” (Barbero, 1983, p. 6)

⁵ Harold Lasswell foi cientista político da Universidade de Chicago e um dos pais da corrente da *Mass Communication Research*, junto com os psicólogos Kurt Lewin e Carl Hovland, e o sociólogo Paul Lazarsfeld. Lasswell desenvolveu, em 1948, a fórmula *quem diz o quê, por qual canal, para quem e com que efeito*, com a qual a sociologia funcionalista da mídia passou a ter um quadro conceitual. Surgiram, então, setores de pesquisa de análises do controle, do conteúdo, das mídias ou dos suportes, da audiência e dos efeitos das mensagens. Para Lasswell, a propaganda tinha tudo a ver com democracia; era um instrumento para conseguir a adesão das massas, passivas e obedientes diante do esquema estímulo-resposta. Influenciado pela psicologia condutista então em alta, Lasswell acreditava que a mídia agia como uma “agulha hipodérmica”: bastava transmitir uma mensagem que o efeito era direto e indiferenciado sobre qualquer pessoa. Por isso, as pesquisas daquelas décadas – e das seguintes – enfatizaram a análise dos efeitos e dos conteúdos (Mattelart, 2003a, p. 37).

⁶ O termo “imprensa nanica” ou “imprensa alternativa” refere-se aos periódicos - jornais e revistas -, de oposição, que se tornaram opção de leitura crítica em relação à chamada grande imprensa brasileira, principalmente durante o regime militar no Brasil. Começaram a surgir no final dos anos 60, mas sobretudo nos 70. São exemplos: Posição, Movimento, Coojornal, Versus, Extra e o irreverente Pasquim (Peruzzo, 1999).

Neste período, as rádios passaram a modelos de educação não formal, caminhando lado a lado com o movimento de educação popular que se espalhou por toda América Latina, apoiando-se nas propostas de Paulo Freire. As pessoas começaram a se expressar e a participar. Mário Kaplún foi um dos primeiros a fazer a relação direta entre comunicação e educação. Influenciado por Paulo Freire, ele dizia:

“Quando fazemos comunicação popular sempre estamos buscando, de uma ou outra maneira, um resultado educativo. Produzimos nossas mensagens para que o povo tome consciência de sua realidade, ou para suscitar uma reflexão, ou para gerar uma discussão. Concebemos os meios de comunicação que realizamos como instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador” (Kaplún, 1996, p.17).

Kaplún sustentava que cada tipo de educação corresponde a uma determinada concepção e prática da comunicação. Assim, a educação que enfatiza os conteúdos (a tradicional, bancária, baseada na transmissão de conhecimentos), a que enfatiza os efeitos (a psicologia comportamental, que consiste em moldar a conduta das pessoas com objetivos previamente estabelecidos) e aquela que destaca o processo (processo de transformação de pessoas e de comunidades) têm, imbuídas em si, determinados modelos de comunicação. Neste último caso, originado do modelo pedagógico de Paulo Freire, a educação é um processo permanente, construído mutuamente pelo educador e pelo educando; não busca só informar, mas formar as pessoas, para que elas pensem e para que esse pensar as leve a transformar sua realidade.

Na concepção de Kaplún, tanto comunicação quanto educação pressupõem diálogo, intercâmbio e interação dos participantes, o que não significa, obviamente, prescindir da informação ou acreditar que todo aprendizado surgirá do auto-descobrimiento das pessoas. O que Kaplún questionava, desde os anos 70 até 1998, quando morreu, era o paradigma informacional hegemônico, tanto na educação quanto na comunicação, e a crença de que as novas tecnologias da informação e da comunicação poderiam, por si só, imprimir novas pedagogias aos processos educacionais e comunicacionais. Ele alertava que o reconhecido avanço das possibilidades trazidas pelas tecnologias não implicaria, necessariamente, a emergência de práticas pedagógicas participativas. Ao contrário, o entendimento equivocado sobre o papel da tecnologia acabaria reforçando antigas pedagogias, ou seja,

revigoraria a velha educação bancária questionada por Freire, agora na versão de “caixa automático” (Kaplún, 1998, p.05).

Assim, pela influência de autores como Paulo Freire, por um lado, e Antônio Gramsci, por outro, surgiram na América Latina duas novas correntes de prática e de estudos em comunicação:

- 1) *A comunicação alternativa* para um desenvolvimento democrático, que viria a criticar, a partir dos anos 70, a hegemônica e difusionista *comunicação de apoio ao desenvolvimento*.
- 2) *Os estudos de recepção*, versão latino-americana dos estudos culturais ingleses, realizados sobretudo a partir da metade dos anos 80.

Na base de ambas está a valorização da vida cotidiana, da autonomia do sujeito e importância de sua cultura⁷, como forma de questionar a influência avassaladora dos meios de comunicação de massa, reforçada pelas análises marxistas ortodoxas ou da Escola de Frankfurt.

A influência e contribuição de Gramsci em ambas as correntes se dá, sobretudo, em sua concepção de hegemonia: a capacidade de um grupo social assumir a direção intelectual e moral sobre a sociedade, construir novas alianças sociais e consenso em torno de seu projeto. A partir da noção de hegemonia em Gramsci, as análises a respeito do poder passaram a considerar a existência de negociações, cumplicidades e mediações e a rejeitar a idéia de que as questões culturais e ideológicas estão mecanicamente subordinadas às questões de classe e às econômicas (Mattelart, 2003a).

Se a hegemonia se constrói principalmente nas estruturas simbólicas, a cultura - entendida como a forma de ser e de viver de cada grupo social - passa a ser fundamental para as lutas contra-hegemônicas. No campo da comunicação, a cultura torna-se central

⁷ Como principais representantes da primeira vertente podemos citar Mário Kaplún (Uruguai), Frank Gerace (EUA/Bolívia/Perú), Juan Díaz Bordenave, João Bosco Pinto, Francisco Gutierrez (Costa Rica), Fernando Reyes Matta (Chile), Regina Festa (Brasil) etc. E da segunda, Jesús Martín Barbero, Guillermo Orozco e Néstor Canclini, ainda que as reflexões de uma corrente tenham contribuído e somado às da outra.

tanto na vertente que defende a construção de meios alternativos quanto na que prega a necessidade de ocupação das brechas existentes nos meios de comunicação de massa como possibilidade para disputar a hegemonia na sociedade.

Importante para nossa pesquisa, trataremos de aprofundar a concepção de hegemonia, de sociedade civil e sua relação com o Estado, na perspectiva gramsciana. Acreditamos que a análise dessa relação contribui para entender os novos cenários onde se desenvolve o exercício da cidadania e para abordar o problema da hegemonia cultural dos meios de comunicação, que trataremos mais adiante.

1.4 Sociedade civil e Estado: confrontação ou negociação?

Sociedade civil é um desses conceitos que sofreram uma “inversão” pelo discurso neoliberal. Sua história mostra que era um conceito ligado às lutas por emancipação, mas foi apropriado, re-significado e transformado em um slogan generalizado e funcionalizado do discurso liberalizante. Mais do que o slogan – ‘o espaço da participação política consciente do indivíduo frente ao Estado’_, Meksenas (2002, p.117) nos chama a atenção para a necessidade de discutir o conceito não apenas do ponto de vista ideológico, mas de método de pesquisa. Ou seja, “sociedade civil é um conceito relacionado à complexidade dos processos de regulação e de emancipação social” (Ibid).

Um dos fatos históricos que reacendeu, nas últimas décadas, o debate teórico sobre a sociedade civil e sua relação com o Estado foi a crise dos regimes políticos do Leste Europeu e o conseqüente questionamento da utopia de um Estado capaz de dar conta de todos os aspectos da vida social, de resolver todos os problemas sociais, de conciliar todos os interesses, de apaziguar a sociedade. Se o Estado comunista trouxera, por um lado, benefícios e avanços sociais, por outro, gerara novos conflitos e problemas, como a asfixia do cidadão perdido nos labirintos kafkanianos da burocracia estatal. Qual a saída? O questionamento àquela utopia levou a uma re-visita aos clássicos da filosofia política para entender, na contemporaneidade, a relação entre sociedade civil e Estado.

Dos clássicos sobre essa temática⁸, interessa-nos destacar, especialmente, a concepção de Antonio Gramsci. Ele partiu das idéias de Hegel e de Marx, com os quais mantém semelhanças, mas também diferenças substanciais. Entendemos que no pensamento de Hegel e de Marx sobre sociedade civil e Estado não há elementos que nos permitam compreender a função da mídia na constituição do poder social e da autoridade política. E essa limitação é decorrência de questões históricas como, por exemplo, o fato de que a expansão dos meios de comunicação de massa é um fenômeno do início do século XX, posterior, portanto, ao período vivido e pensado por Hegel e Marx.

Enquanto Marx entende a sociedade civil como o conjunto das relações econômicas – o mercado (ou o *Sistema de Carências*, de Hegel) – e acredita que ela fundamenta as formas política e cultural (as crenças, o direito e até o próprio Estado), Gramsci vai questionar esse peso do econômico sobre o político. Gramsci concorda com Marx de que é na sociedade civil que se dão as condições de regulação social e a possibilidade de emancipação, mas a análise de Gramsci vai privilegiar o ideológico, isto é, o cultural.

Marx parte das relações de produção e chega à *mais valia* e à *exploração* - conceitos mais econômicos - enquanto Gramsci toma outro caminho: relativiza o peso das relações econômicas, busca compreender a cultura e chega às relações de *dominação* – conceito mais político. Os dois partiram das idéias de Hegel sobre a sociedade civil, que inclui tanto as condições materiais de vida quanto as associações políticas e as corporações que reproduzem o conteúdo ético do Estado. Mas, depois, seguiram por caminhos diferentes (Meksenas, 2002). Gramsci diz:

“(...) cada Estado é ético quando uma das suas funções mais importantes é a de elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. Neste sentido a escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes: *mas, na realidade, no fim predominam uma multiplicidade de outras*

⁸ Paulo Meksenas (2002) destaca Hegel, Marx, Gramsci e Habermas. Salvador Giner (1996) diz que as concepções clássicas sobre sociedade civil se agrupam sob quatro grandes versões: 1- a teoria liberal “temprana” (desde Locke (1690), passando por Rousseau (1762), Ferguson (1767), Adam Smith (1759), Tocqueville e Mill e, mais recentemente, Friederich Hayek); 2 - a teoria hegeliana; 3 - a teoria marxista e 4 - a teoria gramsciana. Segundo Giner, a maioria das teorias contemporâneas é reinterpretação dessas quatro. Ele admite, porém, que Hegel foi o primeiro a teorizar a relação entre Estado e sociedade civil, e demarcá-las, já que os primeiros filósofos liberais não distinguiam claramente entre sociedade política e civil. Outros autores também classificam de forma diferente: 1- A concepção liberal (Locke, etc); 2- A Jacobina (Rousseau e iluministas); 3- A hegeliana e 4 – A marxista e gramsciana.

iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes” (GRAMSCI, 1991, p. 145, Grifo nosso).

Esse Estado ético tende a “eliminar as divisões internas de dominados etc., e a criar um organismo social unitário técnico-moral” e é produto de uma classe que propõe o fim do Estado e de si mesma (Ibid). Gramsci também critica as idéias de Hegel sobre os partidos e as associações como trama privada do Estado. Afirma que “o Estado tem e pede o consenso”, mas que “educa este consenso” usando organizações privadas como as associações políticas e sindicais. Critica ainda o conceito unilateral de Estado. Diz que, por Estado, deve-se entender não só o aparelho governamental, mas também “o aparelho ‘privado’ de ‘hegemonia’ ou sociedade civil” (Ibid, p. 147).

Para Gramsci, a sociedade civil não é somente o espaço das relações de produção, assim como as formas políticas e culturais não são determinadas pela estrutura econômica. A sociedade civil é um espaço que tem uma dimensão privada, mas também pública/estatal: é o conjunto de organizações públicas e privadas que garantem a *hegemonia* política e cultural da classe dominante. Hegemonia, em Gramsci, não é só um processo de dominação indireta através das instituições da sociedade civil (escolas, igrejas, meios de comunicação, associações voluntárias, empresas, etc). É também a busca de consenso, a possibilidade da classe ou grupos dominantes - incluídos aqueles com vocação para sê-lo – assumirem a direção política, econômica e moral de toda a sociedade, com o consentimento dos demais grupos ou classes.

Assim, Gramsci segue Marx quando diz que o Estado é sempre de classe, mas vai além quando diz que a sociedade civil é o espaço da hegemonia, das relações políticas e das instituições culturais, com destaque para a escola, a igreja e a imprensa. Assim como Hegel, Gramsci também via a sociedade civil como parte do Estado na medida em que este normatiza as instituições culturais. A hegemonia seria a legitimidade do Estado, isto é, o fato de ser visto pelos cidadãos com autoridade moral para governar a sociedade – para atender as demandas da população, distribuir justiça, contribuir para que cada pessoa desenvolva o projeto de vida que considere valioso, etc.

Outra idéia importante em Gramsci é a de que a *ideologia* não está relacionada apenas à manipulação da realidade, mas tem uma eficácia política nas lutas pela manutenção do poder. A palavra *ideologia*, lembramos, vem dos filósofos alemães dos

séculos XVIII e XIX, inclusive Marx. O termo em alemão – *weltschaung* – é traduzido literalmente como *visão de mundo* e admite dois sentidos. Um deles, negativo, aponta a uma visão de mundo que encobre a realidade e manipula a consciência das pessoas para que aceitem, resignadamente, as realidades desumanas. O outro sentido, positivo, aponta à força de coesão necessária à vida coletiva, pois esta não é possível se não existem ideais compartilhados, veiculados através de símbolos. Pensamos que Gramsci assume esta segunda acepção, isto é, entende que quem estiver no poder tem que construir ideologia em sentido positivo. Mas dificilmente a ambigüidade será superada, pois sempre haverá lugar para a suspeita de que a consciência social é um pensamento invertido que encobre a miséria da realidade (Ricour,1971).

Assim, para Gramsci (1978), a ideologia não é determinada só pelas relações de produção, é uma expressão da cultura e exerce a função de ‘cimento cultural’ na coesão social e nas relações de dominação. É na relação ideologia/hegemonia que estariam os mecanismos pelos quais o liderado aprende a se comportar como quer o líder, mas esse aprendizado para o consentimento político não é só subordinação e aceitação passiva. É também uma relação de troca e negociação de valores, que levou Gramsci a acreditar no potencial de emancipação existente na cultura dos trabalhadores e na sua capacidade de reelaborar a cultura numa perspectiva contra-hegemônica (Meksenas, 2002).

Essa luta ideológica não é travada somente na sociedade civil, mas também no Estado, cuja ação não se dá apenas através de seus *aparelhos coercitivos*, mas sobretudo pela busca do consenso (hegemonia), que reduz, ao mínimo possível, o uso da força e atua mais através de instituições da sociedade civil – os *aparelhos ideológicos*⁹ do Estado. Por isso, a burguesia busca controlar os espaços de circulação da cultura (escolas, meios de comunicação, tribunais, parlamento, etc), pois estas instituições formam a opinião pública necessária à busca do consentimento e à manutenção da hegemonia. Este autor acredita que para revolucionar a sociedade civil, é preciso revolucionar a política e a cultura, e alerta que

⁹ O termo *aparelhos ideológicos de Estado* foi criado por Louis Althusser, em 1970, em contraposição aos aparelhos repressivos do Estado (exército, polícia). Estes exercem uma coerção direta e aqueles cumprem funções ideológicas (escola, igreja, família, mídias), garantindo e perpetuando o monopólio da violência simbólica, exercida sob uma legitimidade aparentemente natural. Através desses aparelhos ideológicos a classe no poder (sociedade política) influencia e domina ideologicamente as outras classes (sociedade civil). [Mattelart, 2003a]. Althusser, portanto, faz um uso mecânico de uma concepção que originalmente, em Gramsci, é dialética. Principalmente porque diz “de Estado” aparelhos que são da sociedade civil – a rede Globo de televisão, por exemplo.

a conquista da direção política pressupõe, primeiro, a direção moral e intelectual. Afinal, antes de ser classe política dirigente a burguesia tornou-se classe hegemônica culturalmente (Ibid).

1.5 Dominação e mediação

Consideramos a perspectiva gramsciana sobre a sociedade civil como a mais adequada para o objetivo de nossa pesquisa, especialmente sob dois aspectos. O primeiro deles tem a ver com o debate sobre o público e o privado, importante para compreendermos as lutas por políticas públicas que envolvem o direito à comunicação, de forma específica, e por direitos em geral. Pelo que revisamos destes autores, entendemos que, em Hegel e Marx, o público é sempre relacionado ao Estado, é predominantemente estatal. Já a perspectiva gramsciana de que a sociedade civil *é e não é* Estado, que ela tem uma dimensão privada, mas também pública/estatal, nos permite pensar o público como possibilidade presente na sociedade civil, sem cair na perspectiva habermasiana, que fundamenta as teorias da sociedade civil como um espaço público não estatal – as quais deram origem, na década de 90, às teorias conservadoras da sociedade civil como uma “terceira via” entre o mercado (economia) e o Estado (político)¹⁰. Neste sentido, podemos dizer que uma rádio comunitária é uma organização da sociedade civil, que possui tanto uma dimensão privada, pois ligada a associações civis, quanto pública e estatal, na medida em que o Estado legisla sobre elas.

O segundo aspecto que nos parece relevante do pensamento de Gramsci é a idéia de *hegemonia* política. Como uma construção que se realiza na ordem simbólica, a *hegemonia* parece contribuir mais diretamente à compreensão da dinâmica das lutas sociais que se

¹⁰ Ex-discípulo da Escola de Frankfurt, Habermas (1997) foi o primeiro a pensar a possibilidade de um público não estatal. Para ele, a sociedade civil não é nem mercado (economia), nem Estado (política), nem instituições culturais, mas a ação comunicativa. Situa-se muito mais no âmbito político do que no econômico, aspecto – único - que o aproxima da visão de Gramsci. A sociedade civil nasce no “mundo vivido”(as interações pessoais e os dramas vividos no cotidiano) e não no “sistema” (o conjunto das organizações e o sistema produtivo-econômico), ainda que o primeiro faça parte do segundo e, normalmente, seja por este cooptado, como no caso, por exemplo, das ONGs criadas para substituir o papel do Estado. Para Habermas, a sociedade civil se constitui, portanto, à margem do Estado. Ela tematiza os dramas cotidianos e lhes dá expressão pública. É na sociedade civil que nasce o espaço ou esfera pública, que não é uma instituição ou organização, mas “uma rede adequada para a comunicação e conteúdos, tomados de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em *opiniões públicas* enfiadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p. 92, grifos no texto).

travam no campo cultural, como é o caso das demandas por cidadania mediadas por meios de comunicação. Da mesma forma, vale destacar a noção de que a busca do consenso necessário à democracia envolve não apenas subordinação e alienação por parte dos dominados, mas uma cumplicidade e negociação com os dominantes - ou seja, há circulação e troca de bens simbólicos entre ambos, o que significa reconhecer que na cultura popular há uma cultura política própria com potencial contra-hegemônico. E essa luta contra-hegemônica é uma luta cultural e educativa através das brechas e das contradições presentes na própria sociedade.

Diversos estudos sobre comunicação de massa realizados na América Latina, sobretudo a partir dos anos 80, têm revelado que a complexidade dos processos de comunicação vai muito além da relação entre meios manipuladores e audiências passivas. Mostram que a hegemonia cultural não se realiza através de ações verticais e impositivas, mas através de *mediações*: instâncias culturais *a partir de onde* os “receptores” dos meios produzem e se apropriam do significado e do sentido do processo comunicativo. Assim, entre emissores e receptores há agentes mediadores como a família, o bairro, a escola, o grupo de trabalho, de amigos, etc. A partir dessas análises já não se concebe que existam somente relações de dominação entre emissores e receptores. Ou seja, a comunicação não é eficaz se não inclui também cumplicidade e negociação entre os que emitem e os que recebem as mensagens (Barbero, 1987; Orozco, 1994; Canclini, 1995).

Orientados por esta perspectiva, então, situaríamos o fenômeno das rádios comunitárias como um caso específico de mediação cultural, isto é, uma via de mão dupla onde o povo e a cultura de elite fazem circular significados, onde se operam as resistências sociais e as velhas e novas demandas pela cidadania. Neste sentido, as rádios comunitárias, objeto de nossa pesquisa, podem desenvolver um papel mediador na construção da cidadania nos (e a partir dos) espaços locais. Nossa investigação tratará de identificar *se e como* o fazem.

Além disso, autores como Gramsci contribuíram, nas últimas décadas, para despertar a atenção sobre a “existência paralela de culturas populares que constituíam ‘uma esfera pública plebéia’, informal, organizada por meio de comunicações orais e visuais mais do que escritas” (Canclini, 1995, p.25). Assim, o público como espaço de debate e decisão sobre os interesses coletivos deixou de ser, há muito tempo, um lugar

restrito aos que detêm a cultura letrada, a qual os setores excluídos da esfera pública burguesa – mulheres, operários, camponeses – eram obrigados a assimilar, até a metade do século XX, como condição mínima para fazerem parte (quando conseguiam) dos espaços de decisão sobre o interesse comum. Trata-se, então, de reconhecer essas transformações, as diversas modalidades de comunicação e de valorizar os circuitos populares como espaços onde há intercâmbio de informação e aprendizagem da cidadania (Ibid).

1.6 Os novos cenários da cidadania

Com o clássico *Cidadania, Status e Classe Social*, de T.S. Marshall ([1951], 1967), aprendemos que falar em cidadania pressupõe pensar um processo construído em diferentes momentos da história e a partir de diversas lutas sociais. Uma das principais referências em estudos sobre esse tema, Marshall distingue três tipos de direitos, que correspondem a três momentos do desenvolvimento da cidadania: direitos civis, políticos e sociais. Os direitos *civis* se referem às liberdades individuais (de ir e vir, de propriedade, de liberdade de opinião, pensamento e fé, de fazer contratos válidos e o direito à justiça). São estabelecidos através da igualdade jurídica e têm os tribunais de justiça como as instituições correspondentes. Teriam se afirmado no século XVIII. Os direitos *políticos* se referem à participação no exercício do poder político, o direito de votar e ser votado. São direitos estabelecidos por mecanismos de participação social e política, e as instituições correspondentes são os parlamentos. Os direitos políticos teriam se afirmado no século XIX, ainda que sua universalização (a cidadania política) tenha ocorrido já no século XX. Os direitos *sociais* se referem às garantias mínimas de bem estar econômico conforme os padrões predominantes na sociedade. As instituições correspondentes são o sistema de educação, saúde, seguro social e moradia, enfim, o Estado Providência. Esses direitos se afirmaram no século XX, principalmente a partir da segunda guerra mundial. O estudo de Marshall refere-se à história da sociedade inglesa e mostra que esses direitos, assim como as instituições correspondentes, estavam fundidos até a revolução burguesa, quando então começam a surgir diferentes instituições para o exercício das funções do Estado.

Ainda conforme Marshall, é no século XX que as três dimensões dos direitos vão se consolidar, ampliar e beneficiar também os trabalhadores, que ele chama de “setores

inarticulados da população”. Para o autor, a consolidação dos direitos é o fundamento da democracia e da cidadania. Ele entende a cidadania como “um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade” (Marshall, 1967, p.76). Ou seja, são cidadãos os indivíduos que têm garantidos os direitos civis, políticos e sociais. Por outro lado, surgem também as classes sociais, definidas por Marshall como um “sistema de desigualdades”. A pergunta que guia o estudo de Marshall é como foi possível que dois princípios opostos - a cidadania (*status* igualitário) e o capitalismo (distinção em relação à propriedade dos meios de produção) - tenham crescido juntos, ao menos durante determinado período já que a partir do século XX eles entram em conflito.

Se a cidadania pressupõe igualdade no acesso aos direitos reconhecidos por uma sociedade, como assegurar que os direitos saiam do plano do reconhecimento jurídico-formal para o plano do seu exercício e gozo plenos, sobretudo em sociedades desiguais e excludentes como a brasileira? Meksenas (2002, p. 24) nos ajuda neste sentido ao conceber os direitos como resultado “do dissenso que emerge das lutas sociais e não do consenso racional e presente no contrato social”. Ele entende a cidadania como “a possibilidade de exercício do poder na sociedade cindida pelas classes sociais” e diz que é a participação política dos trabalhadores que pode questionar e estender a ordem jurídica-formal e afirmar a cidadania, “pois esta não contém significado universal: é sempre uma cidadania de classe”. Definida desta forma, segundo o autor, a cidadania pode ser usada como uma categoria crítica para analisar as contradições históricas que envolvem a participação política dos trabalhadores em suas lutas por direitos e por políticas públicas que incorporem interesses coletivos. O conflito, portanto, está presente constantemente no processo de aperfeiçoamento da cidadania.

Assim, podemos entender a cidadania como o reconhecimento integral de direitos, cuja concretização material depende de lutas entre as diferentes classes e atores sociais. É através da participação e da ação política que os trabalhadores podem garantir e ampliar direitos. A participação é, portanto, um ato político e também educativo, pois é por meio dela que a conquista e ampliação da cidadania torna-se possível. E como se dá a ação política nesses tempos no Brasil?

Hoje é difícil pensar o caráter participativo da democracia fora da cena pública construída *nos* e *pelos* meios de comunicação de massa. Cada vez mais os meios,

especialmente rádio e televisão, são disputados pela sociedade porque constituem espaços de poder político. Autores como Belloni (1995), Camacho (1998) e Canclini (2001) nos mostram que a comunicação de massa acabou transformando ou até substituindo a atuação política das tradicionais instituições democráticas de representação, como partidos políticos, sindicatos, etc. Tornou-se mais um ator no processo político, desempenhando um papel central na mediação entre sociedade civil e Estado, na reestruturação entre o público e o privado, na interpretação e na formação da opinião pública, na construção do consenso necessário à democracia, na conquista e manutenção da hegemonia política. A mídia formou o que Habermas (1997, p.107) classifica de “esfera pública abstrata” e inaugurou o que Belloni (1995 e 2003) chama de “a era da espetacularização da política”. Esta autora, a partir do clássico *A sociedade do espetáculo*, escrito por Guy Debord em 1967, mostra que a espetacularização da política é parte do espetáculo da sociedade. As mídias são apenas a parte mais visível, “formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos” - ou o “aspecto restrito” do espetáculo, sua “manifestação superficial mais esmagadora” (Debord, 1997, p. 14 e 20). Na sociedade do espetáculo tudo passa a depender da intermediação da comunicação unilateral própria desses meios. O que antes era diretamente vivido passa a ser mediado por imagens e representações (Belloni, 2003; Debord, 1997)¹¹.

Fenômeno contraditório, porém, os meios de comunicação não servem somente à reprodução dos sistemas de dominação. São espaços onde há luta de classes e, portanto, podem também ser instrumentos de emancipação. Como fazem parte dos novos modos de construir opinião pública e influenciar nas relações de poder, os meios são incluídos nas estratégias de ação política das organizações da sociedade civil, seja de atuação internacional (Greenpeace, por exemplo), nacional (federações de trabalhadores) ou local (associações de moradores). Ser ouvido ou visto em um meio equivale a existir socialmente, significa a possibilidade de fazer ecoar a luta, de conseguir adesões e de aumentar as chances de ser atendido nas reivindicações. Como lembra Barbero (2002), cada vez mais o que é *público* equivale ao que é *comunicável*.

¹¹ Para Debord, “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (Ibid. p. 14).

Assim, o debate sobre o ser cidadão nos dias de hoje também passa pelos meios de comunicação. Em sociedades midiaticizadas, espetacularizadas, o acesso aos meios de comunicação e o controle social sobre eles é uma das condições fundamentais para a garantia e ampliação de direitos. Faz parte do novo cenário em que se dá a participação política. Por isso, a importância de educar para e com as mídias, de “fazer dos meios objeto de estudo e instrumentos de comunicação e educação”, fundamentais atualmente para a formação de cidadania (Belloni, 2003, p. 35).

Nesse contexto, acreditamos que as rádios comunitárias têm potencial para desempenhar um papel educativo na conscientização de que as pessoas têm direitos nas comunidades onde vivem, de despertar nelas o interesse pelos assuntos públicos. Isto é, essas emissoras podem ser experiências locais de aprendizado para o exercício da cidadania. A hipótese que guia nossa investigação é que, no atual estágio de desenvolvimento das emissoras comunitárias em Santa Catarina – com experiências relativamente recentes e obstáculos de ordem política, normativa, organizativa, econômica, etc –, esse aprendizado para a cidadania acontece mais pelo processo de *gestão coletiva* da rádio do que propriamente pelos conteúdos.

1.7 As transformações na comunicação

A multiplicidade de experiências de *comunicação alternativa*, sobretudo voltadas para um desenvolvimento democrático, nas décadas de 70 e 80, veio questionar, à época, a hegemônica *comunicação de apoio ao desenvolvimento*. Também contribuiu para a resistência às ditaduras militares instaladas na América Latina naquele período e para a abertura democrática dos anos seguintes.

Desta forma, a comunicação popular-alternativa ocupou um espaço importante nos estudos de comunicação e em práticas vinculadas a processos de educação. Desde suas origens se contrapôs ao modelo hegemônico – ainda predominante atualmente – que se baseia na noção de comunicação como transmissão ou difusão de informações. Mesmo com as diferentes denominações – alternativa, alterativa, participativa, dialógica, horizontal, popular – a comunicação envolvendo os setores populares esteve geralmente vinculada a propostas de transformar os processos da comunicação social para que as classes e grupos

dominados também pudessem se expressar. Essa comunicação surgiu e esteve inserida nos movimentos sociais que tentavam (e tentam) dar resposta aos processos de dominação política, econômica e cultural. Ou seja, ela inclui um projeto ou movimento de luta política. É uma comunicação que está mais relacionada aos problemas e necessidades que dá conta, à capacidade de agrupação e de aglutinação de pessoas do que à potência e tipo de meios usados ou à quantidade de informações que divulga. A comunicação popular é aquela que se dá fundamentalmente no espaço das práticas cotidianas (Barbero, 1983).

Mas a comunicação popular-alternativa, a partir dos anos 90, já não se relaciona apenas à reivindicação de um desenvolvimento democrático e à expressão dos setores populares, que eram a tônica dos anos 70-80. Diversas pesquisas, nas últimas décadas, mostram as transformações daquela comunicação chamada popular-alternativa. Em um texto de 1999, Círcia Peruzzo faz uma síntese das construções teóricas em torno da comunicação popular e alternativa e mostra a evolução desses conceitos até a atual denominação de *comunicação comunitária*.

“A comunicação comunitária, tal como se apresenta no final da década de 90, tem suas raízes nas manifestações comunicacionais que marcaram época na sociedade brasileira, no contexto das transformações ocorridas a partir do final da década de 70. Dos movimentos sociais se extraem princípios e experiências, tais como a da participação e a da democracia, que vão ajudando a configurar novas experiências” (PERUZZO, 1999, p. 02).

É uma comunicação que mescla conteúdos populares e massivos, que tem mais diversidade do que nos anos 70 e 80, quando a ênfase era a contestação ao *status quo*, conscientização política e organização para a transformação da sociedade capitalista. Mescla informação, educação, arte e cultura, com espaços para o entretenimento, prestação de serviços, participação de várias organizações e divulgação da cultura local. A participação nessas experiências de comunicação comunitária

"aponta para a efetivação do exercício da cidadania" e "potencializa a confecção de canais de comunicação que consigam comportar e expressar as várias tendências políticas, os vários credos religiosos e vários tipos de programas, mas sempre em conformidade com a realidade, necessidades, expectativas, gostos e culturas locais, olhando o desenvolvimento das comunidades" (Ibid, p.4).

Peruzzo relaciona como características de um meio comunitário: o alcance limitado em termos de cobertura, de audiência ou número de leitores; abertura à participação ativa

dos cidadãos nas suas entidades representativas; a comunidade como produtora e receptora dos produtos comunicacionais; o desenvolvimento da interatividade na comunicação; autogestão; autonomia e liberdade contra ingerências de governos, grandes meios ou filiações partidárias; sem finalidades comerciais; possibilidades de inovação de linguagens e formatos de programas; a programação reflete a realidade e os temas locais; é dirigida a segmentos específicos da população; ações realizadas em torno de interesses comuns; envolve processo de aprendizagem no exercício da democracia e da cidadania (Ibid).

Nossa pesquisa exploratória sobre as rádios comunitárias em operação no Estado de Santa Catarina também indica uma prática distinta daquela comunicação popular-alternativa dos anos 70 e 80, que se orientava por um corte mais classista. Hoje elas não são apenas meio de comunicação e espaço de mediação dos chamados setores populares, oprimidos, mas ampliam seu público (receptor e produtor) para outros setores da sociedade civil. Mesmo as rádios comunitárias com maior base social e mais diretamente identificadas com a trajetória da comunicação popular no Brasil e na América Latina apresentam mudanças significativas na forma de pensar e de agir sobre o contexto no qual se inserem e com os atores aos quais se relacionam. Ou seja, incorporam uma diversidade de reivindicações e de segmentos sociais, mas, em geral, continuam tendo um princípio motivador: a conscientização, a formação, para que o indivíduo se torne sujeito e conquiste a cidadania. Da mesma forma, essa comunicação continua questionando o paradigma informacional-difusionista, ainda hegemônico no campo da comunicação e da educação. Mas novos desafios e possibilidades se colocam em um novo contexto, de intensificação do processo de transnacionalização como estratégia para a expansão do modelo de desenvolvimento capitalista e de disseminação das novas tecnologias de comunicação de informação.

1.8 A economia global e a política de desregulamentação

O desenvolvimentismo dos anos 60 e 70, a que nos referimos inicialmente, pode ser considerado como a ideologia de uma forma de capitalismo que ainda estava interessada em mostrar seu rosto humano. A guerra fria lhe impunha a tarefa de neutralizar a ameaça do comunismo. Mas hoje o panorama geo-político abre as portas a uma nova fase do

capitalismo em escala planetária, onde as relações de mercado tentam se impor como norma das relações sociais. A comunicação não foge ao novo paradigma. A onda privatizante, de concentração e de fusão de empresas e grupos econômicos também chegou, na metade dos anos 90, às telecomunicações – setor estratégico para a consolidação da globalização de lógica neoliberal. No Brasil, não faltam exemplos da investida do capital sobre este setor. Um dos casos mais recentes e de grande repercussão foi a aprovação pelo Congresso Nacional, em meados de 2003, de alteração no texto constitucional para permitir a participação do capital estrangeiro e de pessoas jurídicas na gestão de empresas nacionais de comunicação.

A mega-tendência de concentração mundial da comunicação pode ser reconhecida, no âmbito nacional, pela associação como a que aconteceu entre as adversárias *Folha de São Paulo* e *Organizações Globo*, em 1999, que resultou no diário *Valor Econômico*, e, no âmbito internacional, na fusão entre as gigantes norte-americanas *AOL* e *Time Warner* em 2000, e da francesa *Vivendi* com a *Universal*. Uma das formas de expressão do poder de mega-grupos como a *AOL Time Warner* é a chamada *concentração vertical*, ou *sinergia*¹², algo que as *Organizações Globo* já fazem há bastante tempo: operar com uma estrutura multimídia (Lima, 2003). Ou seja, tipos de concentração que já são fatos históricos no Brasil, há muito tempo, só recentemente foram aprovados nos Estados Unidos, algo que pode parecer paradoxal se lembrarmos que este país inspirou, desde os anos 50, boa parte do modelo de comunicação implantado pelo governo e empresas de vários países latino-americanos, entre os quais o Brasil.¹³

¹² Através da *sinergia*, “uma mídia pode ser usada para promover a mesma idéia, produto, celebridade ou político em outra mídia, ambas de propriedade da mesma empresa. Cada um dos novos gigantes globais busca o controle de tantas diferentes mídias quanto possível: jornais, revistas, rádio, televisão, livros, filmes, sistemas de cabo, canais de satélite, discos, videocassetes e redes de cinemas”. (Bagdikian, 1982, p.243. citado por Lima, 2003, p.01). Lima (2003) identifica ainda outros três tipos de concentração nas telecomunicações: *Horizontal* (oligopolização ou monopolização dentro de uma mesma área do setor, caso da TV no Brasil, fechada ou aberta); *Propriedade Cruzada* (mesmo grupo detém diferentes mídias, caso do grupo RBS); e *Monopólio em Cruz* (reprodução, local ou regionalmente, da propriedade cruzada, caso da maioria dos estados brasileiros, cujos sistemas regionais de comunicação tem geralmente dois “braços” (um canal de TV que reproduz a Globo e dois jornais diários – o maior deles ligado ao canal de TV e ao mesmo tempo a uma rede de emissoras de rádio AM e FM), todos, normalmente, ligados às Organizações Globo.

¹³ Se levarmos em conta as leis anti-monopólio dos Estados Unidos, poderia-se explicar porque as grandes fusões da mídia norte-americana são tardias se comparadas ao Brasil. Mas isso é uma conjectura que exige uma pesquisa aprofundada.

Do ponto de vista do mercado, a aliança entre grandes grupos de comunicação é estratégica, por um lado, para a expansão e fortalecimento desses monopólios em uma economia cada vez mais global e, por outro, para a própria sobrevivência dessas empresas diante de suas crises financeiras e da própria reconfiguração mundial do setor de comunicações¹⁴. Do ponto de vista social, a onda de privatização e concentração representa, pelo menos, duas grandes mudanças na área da comunicação:

- 1) a concepção de que os meios prestam um serviço público - e, portanto, devem ser passíveis de regulação - é substituída por uma concepção de operadores privados. A comunicação, a cultura e a educação que passam pelos meios deixam de ser um *direito* (valor absoluto, que se relaciona mais à dignidade e à cidadania) e passam a ser um *serviço* (o cidadão é apenas sujeito de demandas, ou seja, mero consumidor dentro de um mercado que se auto-regula e, portanto, não precisa de limites, de regulação social). Como *serviços*, comunicação, cultura e educação podem, então, ser tratadas como negócio, ou seja, devem se submeter à lógica de produção industrial e mercantil¹⁵, onde o que interessa é aumentar a audiência (ou clientela), sobretudo através de formatos cujos conteúdos principais são de entretenimento.
- 2) a lógica empresarial passa a predominar sobre a comunicativa, na medida em que grupos econômicos - cujo poder estava ancorado nos setores primário e secundário - compram meios comunicação (rádio, TV, jornal etc) para diversificar seus negócios. De forma semelhante, grandes grupos de comunicação, sobretudo transnacionais, passam a atuar explicitamente em outros campos do setor de serviços, como a

¹⁴ A liberação do câmbio fixo e a conseqüente desvalorização do real, nos primeiros meses de 1999, trouxe prejuízos a várias empresas de comunicação no Brasil, entre elas a *Globo*, pois tinham emitido títulos no exterior, isto é, se endividaram em dólar, mas vendiam seus produtos em reais. Receberam o socorro de um banco público, o BNDES. Outro exemplo foi o processo de privatização das telecomunicações no Brasil.

¹⁵ Exemplo concreto são as reiteradas tentativas dos Estados Unidos, no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio), de acabar com a exceção cultural. Segundo esse princípio, a cultura e, conseqüentemente, a educação, não é um produto comercial e industrial como outro qualquer, portanto, não pode ser do âmbito do mercado. Os estados nacionais perderiam a prerrogativa de definir suas políticas públicas nacionais para garantir a geração de produtos de indústrias culturais que melhor reflitam sua diversidade e identidade cultural. Seria a globalização também das políticas para este segmento, que passariam a ser definidas por um poder mundial.

educação, para vender, por exemplo, um ‘produto’ que é um dos novos filões do mercado: a educação à distância.

Nessas duas transformações revela-se uma das principais características desses tempos: a inversão do sentido ou deformação de certos conceitos¹⁶ – situação que leva Mattelart a propor a inclusão do campo semântico como lugar de luta dos que criticam a globalização neoliberal, ou o subcomandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), a acreditar que a 3ª guerra mundial será uma guerra semiótica (Mattelart, 2003b)¹⁷. É bom lembrar que os argumentos para dar um caráter privado aos meios de comunicação são os mesmos usados nos processos de privatização de qualquer outro setor: melhorar a qualidade através da concorrência da oferta, o que traria como consequência uma queda nos preços. Com preços baixos se democratizaria a demanda, pois os setores de baixa renda poderiam acessar aos serviços. Mas, a pluralidade, que, no caso da propriedade, pressupõe concorrência ou ausência de monopólio, passa a ser um simples fenômeno superficial, no campo das mídias, pois está ancorada na concentração. Assim, a concentração esvazia de sentido o pluralismo democrático e confunde a diversidade – que implica em diferentes fontes de produção da informação e do entretenimento – com a simples segmentação dos públicos ou com ‘diferença’ de conteúdos (Lima, 2003).

¹⁶ A apropriação, pelo discurso neoliberal, de certos conceitos-chave da luta contra-hegemônica, a inversão desses conceitos e o esvaziamento de seu sentido original é especialmente trabalhado na América Latina nos textos e livros mais recentes do economista e filósofo Franz Hinkelamert (1997), diretor do *Departamento Ecuémico de Investigaciones (DEI)*, na Costa Rica.

¹⁷ Contemporâneo de Franz Hinkelamert nos anos que viveram no Chile, no período anterior ao golpe contra militar contra Salvador Allende, Mattelart lembra que a palavra *mundialização*, que faz parte do patrimônio do movimento internacionalista, é um exemplo significativo da deformação da informação. A palavra surgiu no início do século XX como alternativa ao projeto global da Liga ou Sociedade das Nações. Uma palavra que agregava os que não estavam de acordo com o projeto de reordenamento colonial do mundo e que a partir do G7 de Gênova passou a designar aos anti-mundialização. O autor recorda que a França é o único país que continua resistindo ao termo globalização e usando mundialização, no vocabulário e nas ruas. “A mundialização é uma reivindicação histórica de todos os setores que lutam pela justiça” (Mattelart, 2003b, p.2).

1.8.1 Lutas pela regulamentação

Não há legislação no Brasil que garanta uma real diversidade de fontes e de conteúdos e que proíba um só proprietário controlar várias mídias. A concentração - que, como vimos em Lima, atenta contra dois princípios básicos da democracia liberal (diversidade e pluralidade) - sempre encontrou ambiente favorável para sua manutenção e expansão no Brasil (Lima, 2003, p.2).¹⁸

A recusa permanente do setor de comunicações em se deixar regulamentar, seja do ponto de vista da propriedade ou da produção, programação, etc. é tão antiga na América Latina quanto as próprias lutas sociais pela democratização da comunicação. Caminham simultaneamente e se enfrentam desde os anos 70, década em que a atividade mais controvertida e de maior repercussão do setor foi justamente o movimento pela definição de políticas de comunicação globais para cada país. O objetivo central, como nos lembra Beltrán (1993), era dar um mínimo de racionalidade aos sistemas comunicacionais, dominados pela iniciativa privada de orientação estritamente comercial. A UNESCO promoveu dois encontros – em 1974, na Colômbia, e 1976, na Costa Rica, - com a participação de especialistas e representantes dos governos da região. As recomendações apontaram para a definição de políticas de comunicação que incluíssem “previsões para estimular o acesso das massas às mensagens dos meios de comunicação massiva e o emprego incrementado e melhorado desses meios para programas educativos e culturais” (Beltrán, 1993, p.7). Um conselho nacional, plural e democrático deveria formular e aplicar a política integral que considerasse mais adequada à realidade de cada país.

Os participantes dos encontros da UNESCO fizeram críticas ao setor privado, mas não chegaram a sugerir sua eliminação ou substituição por monopólios estatais de comunicação. Mesmo assim desataram forte pressão, interna e externa, das associações de proprietários e diretores de meios de comunicação, que implementaram campanha

¹⁸ Além da legislação, o autor relaciona outros fatores para a concentração no Brasil: 1) descumprimento da norma legal (decreto 236/67) que limita a participação societária do mesmo grupo nas empresas de radiodifusão a cinco concessões em VHF, em nível nacional, e de duas em UHF, estadual. 2) Período de carência de apenas cinco anos para venda das concessões de radiodifusão, ou seja, troca legal de proprietários, muitas vezes antecipada através de contratos de gaveta. 3) falta de normas e restrições para “afiliação” de emissoras de radiodifusão, ou seja, formação de redes nacionais e/ou regionais – prática que é expressamente proibida, por exemplo, para a radiodifusão comunitária. (Lima, 2003).

internacional contra as iniciativas de políticas públicas para o setor. Resultado: com exceção do Peru, todas as outras tentativas nacionais de democratizar as comunicações caíram por terra diante da pressão das principais empresas de comunicação desses países, caso da *Globo*, no Brasil.¹⁹

Pouco mudou de lá para cá nesse aspecto da regulamentação. Nem os argumentos evoluíram muito: regulamentar é atentar contra a liberdade de expressão e à empresa privada. No Brasil, só em 2003 – após mais de uma década de pressão de entidades sindicais - foi instituído o Conselho Nacional de Comunicação Social, com participação de profissionais, empresários e outros setores para que a sociedade possa incidir sobre essas políticas. Com as mesmas dificuldades e obstáculos tenta-se avançar na legislação da radiodifusão brasileira (datada de 1962) e de imprensa (de 1967) para que a sociedade tenha algum controle sobre os meios de comunicação²⁰ e para dar conta de novas realidades, como a internet e a digitalização das transmissões de rádio e TV. A proposta defendida pelos movimentos sociais, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, é a definição de uma lei geral da comunicação de massa.

Se as políticas de comunicação não mudaram muito neste período, o que sim mudou foi a própria forma de fazer política, cada vez mais midiaticizada e mediada pelos meios de comunicação. O mesmo acontece com outras práticas sociais, entre elas a educação, cada vez mais permeada pela influência das novas tecnologias de comunicação e informação.

1.8.2 Nas brechas da desregulação

A riqueza da contra-informação produzida pelos diferentes meios alternativos nas décadas 70 e 80 contribuiu para a resistência às ditaduras e para a democratização na

¹⁹ Os encontros deram origem à cerca de 30 recomendações. Segundo Beltrán (1993), o governo peruano chegou a ir além das recomendações: confiscou todos os diários de Lima e anunciou sua intenção de criar a propriedade social e de entregá-los às comunidades de trabalhadores organizados, como agricultores, trabalhadores das fábricas e professores. Também reorganizou e tentou aumentar e melhorar o potencial da comunicação estatal, e mudou a lei sobre radiodifusão.

²⁰ O controle social sobre as políticas públicas de comunicação já está mais avançado na Colômbia, por exemplo, pelo menos no âmbito da televisão. Uma Comissão Nacional de TV- com representantes do governo, dos meios e de segmentos sociais - está encarregada de regular as decisões e tem impedido uma maior concentração em mãos privadas. A Comissão tem no setor da comunicação televisiva *status* análogo ao do Banco Central na regulação das políticas macro-econômicas.

América Latina, mas não teve impacto de longo prazo, a ponto de que hoje não existem políticas públicas vigorosas de comunicação na maioria dos países latino-americanos. Para Martín-Barbero (1998), o Estado, nestes países, não tomou iniciativas ao longo desse período e a área ficou completamente ocupada pela lógica neoliberal. Ou, como melhor explicita Rafael Roncagliolo (1995), os Estados abandonaram os esforços iniciados há três décadas na América Latina, junto com os movimentos sociais, no sentido de estabelecer políticas democráticas de comunicação, e hoje existem, sim, contundentes políticas de comunicação no Continente, mas são políticas de privatização, concentração e transnacionalização das comunicações.

No entanto, se por um lado o debilitamento do Estado liberou o campo para a transnacionalização da informação e da comunicação, via políticas de privatização, por outro também deixou brechas para a geração de novas possibilidades surgidas a partir do local. Contra a maré da concentração e transnacionalização, uma série de estações de rádio ou TV, de caráter mais regional, local ou comunitário começou a surgir na América Latina e no Brasil, o que pode contribuir ao pluralismo e à aproximação da produção das mídias ao cotidiano das pessoas. É neste contexto que proliferaram, nos anos 90, as rádios comunitárias, cuja raiz está nas chamadas rádios livres dos anos 80. São um signo das novas lutas pela democratização da comunicação: democratizar os meios como forma de contribuir para democratizar a sociedade²¹.

Mas qual o sentido de se falar em radialismo comunitário - por natureza local e, normalmente, implementado de forma desarticulada de ações mais globais - em um contexto de globalização e revolução das tecnologias de comunicação e informação? Sabemos que a tradição oral dos povos latino-americanos contribuiu para que o rádio se tornasse um meio privilegiado para se chegar às classes populares. Já em suas origens no Brasil, em 1923, o rádio foi vinculado a funções educativas e culturais, ainda que seu uso para projetos voltados às classes populares tenha se dado em vários países da América Latina a partir do final da década de 40²². A capacidade desse meio para fazer a mediação

²¹ Um exemplo dessa tendência foi a regulamentação da radiodifusão comunitária na Colômbia, datada de 1995, que abriu caminho para a legalização das rádios comunitárias nos outros países da América Latina (Pereira, 2000), como a lei da radiodifusão comunitária do Brasil, em 1998.

²² Pioneiro do rádio no Brasil e fundador da primeira emissora - a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, em 1923 -, o antropólogo e escritor Roquette Pinto defendia a necessidade de transmitir educação e cultura aos

com os setores populares, além dos índices de analfabetismo, longo alcance, baixos custos e facilidades de operação transformaram o rádio em um forte aliado nos trabalhos de conscientização e emancipação desenvolvidos junto aos setores populares. Mas, na atualidade, qual a pertinência educativa de experiências em comunicação comunitária?

Uma maior compreensão dos alcances e possibilidades do radialismo comunitário exige uma leitura mais sutil e complexa sobre a mega-tendência privatizante a que nos referimos nas páginas anteriores deste trabalho. Se entendemos a globalização como “um processo através do qual uma determinada condição ou entidade local amplia seu âmbito a todo o globo e, ao fazê-lo, adquire a capacidade de designar como locais condições ou entidades rivais” (Santos, 1998, p.56), poderemos reconhecer que se trata de um processo dialético, cheio de contradições e tensões, uma via de mão dupla que tanto permite os ajustes do capital internacional quanto uma luta contra-hegemônica, de caráter mundial, ou seja, a gestação de uma cidadania mundial.

Santos (1998) distingue quatro formas de globalização: 1) O *Localismo globalizado* é quando um fenômeno local é globalizado com êxito, como a atuação das empresas transnacionais, globalização do *fast food* e da música popular norte-americana, o inglês como língua franca, etc. 2) O *Globalismo localizado* é o impacto das práticas transnacionais nas condições locais, que são desestruturadas e reestruturadas, como é o caso dos programas de ajuste do FMI nos países em desenvolvimento, o uso turístico de patrimônios históricos ou lugares e cerimônias religiosas, a destruição dos recursos naturais para o pagamento da dívida externa, etc. Os países centrais se especializam nos localismos globalizados e impõem os globalismos localizados como alternativa aos periféricos. “O sistema mundial e o que nele se designa globalização é uma rede de globalismos localizados e localismos globalizados” (Santos, 1998, p.57).

brasileiros de todas as regiões. Por isso, “a primeira missão do rádio no Brasil foi, basicamente, educativa” (MOREIRA, 2000, p. 21). Roquette Pinto tinha interesse em produzir uma programação educativa popular, acessível à maioria da população, mas a dificuldade de acesso ao rádio naquela época tornou o novo veículo acessível apenas à elite, com seus reflexos na programação: aulas, conferências, palestras e cursos de idiomas, de literatura, etc. A inviabilidade comercial da emissora levou o fundador a doá-la ao Ministério da Educação em 1936, dando origem, no ano seguinte, ao Serviço de Radiodifusão Educativa. Nas décadas seguintes, parte das emissoras seguiram essa direção educativa e cultural ao mesmo tempo em que iniciou também a tendência do rádio comercial (Ibid).

Em contraste com essas duas formas de globalização, há outras duas: 3) O *Cosmopolitismo*, que é a organização transnacional da luta contra-hegemônica a partir das possibilidades de interação criadas pelo próprio sistema mundial, caso dos diálogos e organizações Sul-Sul, a articulação mundial de sindicatos de trabalhadores, entidades de direitos humanos e de defesa da igualdade de gênero, as ONGs com agendas transformativas, Fórum Social Mundial, etc. 4) A *herança comum da humanidade*, quer dizer, a existência de problemas globais que ameaçam a possibilidade da vida humana sobre a terra, como a nova corrida armamentista, e questões ambientais como a proteção da camada de ozônio, da Antártica, dos oceanos e da Amazônia (Santos, 1998).

As distinções anteriores servem como coordenadas para refletir sobre o sentido cultural e o valor político do radialismo comunitário. Trata-se, no nosso entendimento, de um caso emblemático de iniciativas cidadãs que burlam ou contornam o cerco monopolista das telecomunicações. Assim, é plausível afirmar que o radialismo transita na via de mão dupla entre o local e o global, e ao mesmo tempo se insere na estrutura em rede que domina o cosmopolitismo contra-hegemônico. Vale lembrar que centenas de rádios comunitárias em todos os continentes estão articuladas à luta contra-hegemônica da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC)²³. O reforço a essa articulação foi uma das necessidades apontadas pelos movimentos de rádios comunitárias de diversos países presentes no Fórum Social Mundial, em janeiro de 2005, em Porto Alegre.

Por suas características constitutivas, já expostas anteriormente, o rádio tem o privilégio de estar a serviço das micro-identidades que habitam o tempo e o espaço local, seja um bairro, um pequeno município do interior, uma favela, uma paróquia, etc. Se a chamada globalização encerra uma acirrada luta de localismos que procuram ter alcance global e, se uma vez globalizados, têm o poder de desestruturar formas de vida local, então fica claro que o radialismo comunitário está no centro de uma luta latente de identidades, isto é, está no ponto de partida e de chegada dessa via de mão dupla.

A globalização coloca em jogo então novas relações entre o global e o local, com suas implicações na formação e transformação das culturas e das identidades. Stuart Hall (2003) nos mostra o quanto o conceito de identidade é complexo, pouco desenvolvido e

²³ A AMARC é uma Organização Não Governamental criada em 1983 para apoiar e promover o movimento de rádios comunitárias nos cinco continentes. Tem sede em Montreal (Canadá) e escritórios regionais na África, Europa e América Latina (Equador). *Fonte:* www.amarc.org

compreendido na ciência social contemporânea, o que dificulta formulações ou afirmações conclusivas a seu respeito. Mas, segundo ele, é possível dizer que a globalização contesta e desloca identidades ‘centradas e fechadas’ de uma cultura nacional (ou local), produzindo várias possibilidades de identificação, isto é, de novas identidades – que são menos fixas, enraizadas, estáveis e unificadas, e muito mais plurais, fragmentadas, fluídas, transitórias e muitas vezes contraditórias entre si. Baseado em autores como Homi Bhabha, ele mostra a existência de um movimento contraditório das identidades, que oscilariam entre a *tradição* e a *tradução*. A primeira refere-se a um retorno às raízes, à tentativa de recuperar uma suposta pureza e unidade perdidas. A segunda, à aceitação de que as identidades estão sujeitas à história, à política, à representação e à diferença e, portanto, dificilmente voltarão a ser unificadas. As identidades são cada vez mais produto de diferentes histórias, lugares de origem e da fusão de tradições culturais diversas, ou seja, de *culturas híbridas* (Canclini, 1998). Estão em constante negociação com novas culturas, sem serem simplesmente assimiladas ou perderem suas identidades, e não sonham em voltar ao passado ou a um estado de pureza porque já estão *traduzidas* (Hall, p. 89, grifos no texto). Essa tradução, segundo Hall, é a possibilidade de superar o falso dilema de pensar a identidade como o retorno às raízes ou como o desaparecimento na homogeneização cultural.

Assim, a identidade pode ser usada como um conceito que ajuda a pensar as formas como as culturas se entrecruzam e se transformam (Jacks, 1999). Contribui, desta forma, para superar o enfoque de perda, exclusão e separação - que alimentam o *revival identitário* do final do século XX e cuja manifestação extrema são os movimentos étnicos, nacionalistas ou fundamentalistas – ou o enfoque de inclusão homogeneizadora promovida pelo mercado (Barbero, 2002; Hall, 2003). Falar de identidade então significa falar não somente do que é idêntico e pertencente a um mesmo grupo, mas também de uma relação com o outro, isto é, a identidade se constrói através do diálogo, troca e reconhecimento dos e pelos que são diferentes.

2. Escolha do modelo teórico: o enfoque nas mediações

Jesús Martín-Barbero, espanhol residente na Colômbia desde 1963, foi um dos teóricos que colocou diversos pesquisadores latino-americanos a pensar a comunicação como um

espaço estratégico através do qual ver as contradições do desenvolvimento na América Latina e as especificidades da modernidade nestas paragens. Com o clássico *Dos Meios às Mediações*, publicado em 1987, ele catalisou intuições, buscas e pesquisas empíricas que já vinham sendo desenvolvidas por pesquisadores em vários países da região – caso, por exemplo, do brasileiro Luiz Beltrão, cujos estudos contribuíram às teorias da comunicação e do jornalismo.

Beltrão (1980) descobriu a coexistência, no nordeste brasileiro, de processos modernos de comunicação massiva e fenômenos da comunicação pré-moderna. Ele denominou esses veículos de comunicação popular de *folkcomunicação*: um processo artesanal e horizontal, parecido com a comunicação interpessoal, já que suas mensagens são elaboradas, codificadas e transmitidas em linguagens e canais familiares a um público conhecido pelo comunicador, ainda que disperso (Beltrão, 1980, p.28).

O autor identificou também a existência de uma semelhança teórica desses processos com os que Paul Lazarsfeld e Elihu Katz haviam observado na sociedade norte-americana, o chamado paradigma do *two-step-flow-of-communication*²⁴. Mas, segundo Melo (1999), as hipóteses de Beltrão deram um passo adiante sobre as propostas de Lazarsfeld e Katz. Enquanto estes atribuíam um caráter linear e individualista ao fluxo da comunicação em duas etapas, porque dependia da ação persuasiva de 'líderes de opinião', Beltrão intuía que o fenômeno era mais complexo: incluía uma interação bi-polar, através do *feed-back* feito pelos 'agentes populares' no contato com os 'meios massivos', e mostrava uma natureza coletiva da re-interpretação das mensagens.

Como outros autores, Beltrão antecipou observações empíricas que serviriam de base para a teoria das mediações culturais, centro da contribuição de Martín-Barbero e de outros pesquisadores dos estudos culturais ao pensamento latino-americano na área da comunicação. Assim, no final dos anos 60, Beltrão pensou sobre as interações entre o local e o global, reconheceu que a produção simbólica dos grupos populares continha elementos universais, estabeleceu conexão entre a *folk-mídia* (o popular) e a *mass-mídia* (o massivo) e percebeu que esses dois sistemas comunicacionais se articulavam de forma dialética,

²⁴ “Fluxo da comunicação em dois estágios”, ou seja, dos meios de comunicação aos líderes de opinião e outras instâncias e destes aos seus amigos mais próximos. Beltrão (1980) amplia a idéia e fala de *múltiplos estágios*.

contínua e criativa (Melo, 1999). Levantou, enfim, elementos fundamentais para pensar a comunicação autônoma existente nos espaços populares. Percebeu que festas religiosas, feiras, carnaval, grafites etc. não eram só expressões da cultura popular, mas formas de comunicação com algum caráter de resistência. Essas questões seriam posteriormente aprofundadas e ampliadas por autores como Martín-Barbero no âmbito da América Latina.

2.1 Nem ideologismo nem cientificismo

O trabalho de Martín-Barbero - e a pergunta que o orientou – tem como objeto a identidade latino-americana. Ele criticava a razão dualista e a-histórica a partir da qual se pensava os processos sociais, que não reconhecia a mestiçagem e o hibridismo como constitutivos da identidade da América Latina. De um lado, estava o nacionalismo populista, preocupado com a perda de identidade do popular, com seu resgate da suposta contaminação cultural e política. Do outro, o progressismo iluminista que via na natureza indolente e supersticiosa do povo um entrave para o desenvolvimento (Barbero, 1997).

Barbero acreditava que as respostas vindas de outros contextos não nos ajudariam a entender a realidade latino-americana. Era necessário conhecer as condições de pobreza e a descontinuidade do desenvolvimento na América Latina para chegarmos a uma teoria da comunicação que tivesse a ver com essa realidade. Durante muito tempo, segundo ele, as seguranças teóricas importaram mais do que a verdade cultural dos países latino-americanos. No seu entendimento, nem o ideologismo nem o cientificismo²⁵ iam proporcionar uma teoria capaz de entender o que é a comunicação na América Latina. Era preciso partir dos processos, saber como as pessoas se comunicam e vivem a comunicação para então se chegar a uma teoria. Ele argumentava que as características sócio-culturais

²⁵ Ideologismo e cientificismo são, segundo Barbero (1997), as duas etapas que formaram o paradigma hegemônico nas análises da comunicação na América Latina. O *ideologismo* surgiu no final dos anos 60, quando o modelo psicológico-condutista de Lasswell (a fórmula quem diz o quê por qual canal e com que efeito) foi adaptado às teorias da semiótica estruturalista (análise centrada em mensagens e códigos – o quê). O objetivo central da pesquisa era descobrir e denunciar as estratégias de penetração da ideologia dominante na mensagem, produzindo determinados efeitos - uma concepção instrumentalista dos meios de comunicação, considerados meras ferramentas de ação ideológica. A partir da metade dos anos 70, o *cientificismo* reconstruiu o paradigma hegemônico a partir do modelo informacional. Com a teoria da informação, proveniente da engenharia, a comunicação passa a ser definida como transmissão de informação, modelo que começou a se tornar hegemônico. Esse modelo informacional, Segundo Barbero, deixou fora da análise as condições sociais de produção do sentido, eliminando a análise das lutas pela hegemonia.

específicas do Continente, a série de transformações que ocorriam, sobretudo no pós-70 - com o fim das ditaduras militares em vários países da região, a intensificação do processo de transnacionalização etc.-, e as limitações do modelo hegemônico na comunicação estavam transformando o “objeto” de estudo e obrigavam a uma mudança de paradigma. Barbero propôs, então, deslocar o estudo dos *meios*, canais, mensagens, disciplinas, para as *mediações*, isto é, “para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais [especialmente aqueles que *partem* do bairro], para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (Ibid, p.258 e 269). Os questionamentos são os mesmos – a dominação, a produção, o trabalho. O que muda, completa o autor, é o *lugar* a partir do qual se faz as perguntas (Barbero, 1997).²⁶

A mudança de enfoque implicaria também em um deslocamento do conceito de comunicação para o da cultura, onde o popular passa a ser o centro da análise. É a partir daí, conforme Barbero, que se poderia entender o massivo, pois a cultura de massa não pode ser definida apenas em relação à televisão, ao rádio ou ao cinema, ou seja, por aquilo que passa nos e pelos meios massivos, mas como espaço que recolhe e que faz circular as matrizes culturais e históricas do popular. A cultura de massa não se limita aos meios e a um conjunto de objetos; envolve comportamentos, compreensões, crenças, ou seja, é um modelo cultural. Assim, o que passa nos meios não pode ser compreendido fora de sua relação com as mediações sócio-culturais, com os "mediadores" e os diferentes contextos culturais - religioso, escolar, familiar, etc - a partir dos quais ou em contraste com os quais os grupos e os indivíduos vivem essa cultura. “Pensar os processos de comunicação (...) a partir da cultura significa (...) romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias” (Ibid, p.285).

²⁶ Barbero (1997) propunha, como hipótese para o caso da televisão, três lugares de mediação: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. O autor não chega a detalhar e aprofundar o que entende por mediação. Interpretamos que Barbero se refere a *contexto* quando fala de *mediação*, ou seja, procura romper com a idéia de uso instrumental dos meios e mostrar que estes estão imersos em mediações, em contextos sócio-culturais, em processos sociais mais amplos. Entendemos que em Barbero, a mediação é uma categoria filosófica de estirpe hermenêutica sem pretensões operativas, pois não está ocupado em uma pesquisa empírica. Nossa investigação assume o desafio de torná-la operativa no âmbito do radialismo comunitário.

No âmbito do rádio informativo, Meditsch (2001) identifica, ao menos, oito mediações no processo de produção da informação: as mediações pessoal e grupal do profissional que produz a notícia; a mediação organizacional e a do público; fixações espaço-temporais na rotina de produção; a mediação técnica e tecnológica; os condicionamentos econômicos e políticos e os históricos e culturais.

A proposta de mudança de enfoque nos estudos da comunicação trouxe consigo um novo entendimento sobre a cultura, a política e, conseqüentemente, sobre o sentido das políticas. Já não se trata apenas de políticas de comunicação, restrita aos meios e à sua propriedade. Um aspecto – importante - é falar da democratização dos meios; mas outro – igualmente relevante - é falar de como os meios contribuem para democratizar a sociedade; é falar da democratização do uso dos meios e das suas potencialidades técnicas. Os dois aspectos não necessariamente coincidem, já que depende das linguagens e dos códigos culturais com os quais chegam às pessoas e como elas se apropriam. Como os meios podem, por exemplo, veicular ou estimular novas formas de participação cidadã e democrática?

2.2 Mediações e rádios comunitárias

Uma das contribuições da teoria das mediações de Martín-Barbero é, no nosso entendimento, o fato de questionar o determinismo na comunicação. Coloca sob suspeição, por exemplo, a idéia de que o controle da propriedade de um meio determina *per si* o rumo e o papel que esse meio de comunicação desempenha na sociedade ou em uma comunidade, ou que meios e mensagens são onipotentes, sem conflitos nem ambiguidades. Esse aspecto é fundamental para nosso estudo sobre as rádios comunitárias. Permite que nosso olhar vá além do debate sobre a contribuição ou não das rádios comunitárias na democratização dos meios de comunicação no Brasil. Como dissemos antes, há uma distância significativa entre democratizar o controle dos meios e democratizar a comunicação e a sociedade. As duas são importantes, mas a segunda depende muito mais da apropriação do que da propriedade.

Na corrente condutista ou da crítica marxista ortodoxa, a comunicação se limita ao esquema linear e mecânico do emissor que transmite uma mensagem ao receptor e, portanto, quem controla o meio, controla a mensagem. Deste ponto de vista, o meio é considerado apenas instrumento. Martín-Barbero vai mostrar que entre emissor e receptor há troca de significações, pois quaisquer tipos de comunicação e de meio estão inseridos em um contexto, marcadamente cultural. Ou seja, estão imersos em mediações, que vão condicionar a emissão e a recepção. Isso implica pensar a cultura como um conjunto de

significações, como a construção de identidades simbólicas nas quais os grupos sociais se reconhecem, a construção de uma visão de mundo onde estão as aspirações de um ideal social. Como ensina Michel de Certeau (1996), a cultura pressupõe que as práticas sociais tenham significado para quem as realiza. Ela não consiste em receber, ao contrário, implica sempre um intercâmbio, uma atividade através da qual cada pessoa coloca significado naquilo que os outros lhe dão para viver ou pensar. Vista desta forma, a cultura é construída ao longo da história de cada pessoa e não determinada somente pelos meios de comunicação. Há pré-compreensões que vão re-significar o que é recebido. Ou seja, entre cultura e meios de comunicação existe uma relação hermenêutica, um movimento circular: as diversas culturas alimentam os meios de comunicação, que, por sua vez, também vão alimentar essas culturas. A cultura é, portanto, um terreno de lutas para construir hegemonia.

Pode-se dizer, então, que, de maneira geral, há duas formas de definir a comunicação. A primeira entende a comunicação como um processo através do qual um indivíduo (emissor) envia uma mensagem a outro (receptor), exercendo determinado efeito sobre este. Visa a identificar os diferentes estágios da comunicação para estudar cada um deles, o papel que desempenham e os efeitos no conjunto do processo. Pode ser representado pelo já mencionado modelo de Lasswell: *quem diz o quê, por qual canal, para quem e com que efeito*. A segunda concebe a comunicação como um processo de negociação e troca de sentido, no qual há uma interação entre mensagens, indivíduos inseridos em suas culturas e realidades para possibilitar a compreensão, a produção de sentido. É conhecida como estruturalista pelo enfoque nas relações entre os elementos necessários à existência de sentido na comunicação: o texto, seus signos e códigos; os “leitores” do texto, sua experiência sócio-cultural, signos e códigos que utilizam; e a consciência de uma realidade externa sobre a qual o texto e as pessoas se referem (O’Sullivan et al., 2001).

Em torno a essas duas concepções surgiram discordâncias, aprofundamentos, incorporação de outros fatores, prioridade a determinados elementos e novos enfoques, dando origem a diferentes concepções sobre a comunicação, correntes, tendências, teorias, inúmeras áreas e problemáticas de pesquisa dentro desse amplo campo do conhecimento (Santaella, 2001). Nesta pesquisa, entendemos a comunicação como o processo social que

envolve uma relação entre dois ou mais sujeitos, mediada por meios e tecnologias que operam em uma lógica de produção industrial e econômica, em contextos sócio-culturais diferenciados, e que produz uma mercadoria *sui generis* denominada cultura ou ideologia. Mas a comunicação não se limita aos meios e tecnologias. Como processo relacional, de troca entre culturas, a comunicação envolve também mediações e as formas como os sujeitos se apropriam desses meios. E se a mediação é um contexto cultural, a comunicação é um espaço de contradições e conflitos na luta por informar e por formar a opinião pública, por construir ou não emancipação e cidadania.

A partir desta perspectiva, as rádios comunitárias seriam um lugar de mediação, por onde circulam significados, onde se operam resistências sociais e as velhas e novas demandas por cidadania. Elas têm potencial para desenvolver um papel mediador na construção da cidadania *nos* e a partir *dos* espaços locais. Nelas, os movimentos sociais de âmbito local podem encontrar um novo tipo de espaço público, não só para serem representados, mas, principalmente, para serem reconhecidos. Elas representam possibilidades de novas esferas do público, novas formas de representatividade, de negociação, de participação e de criatividade social.

A teoria das mediações permite, então, ampliar o olhar sobre vários aspectos do processo comunicacional. A mediação se torna um conceito válido para a análise não apenas das atividades da recepção, mas também da emissão/produção - esta entendida de forma ampla, incluindo não só as diversas formas de construir mensagens (conteúdos de um programa), mas as estratégias para buscar sustentação e manutenção de uma emissora (processos de gestão). O contexto cultural no qual está inserida a rádio também se torna fundamental. Por limitações de tempo e de recursos, situamos nossa pesquisa no âmbito da produção/emissão (gestão) e não incluímos estudos de recepção. Buscamos verificar não o que as pessoas fazem com as emissões da rádio comunitária, mas o que fazem para que exista a emissão da rádio.

Nas entrevistas exploratórias junto às emissoras em funcionamento em Santa Catarina pudemos identificar algumas mediações da gestão e da produção, ou seja, contextos que condicionam – freiam ou estimulam – a gestão e a produção. Destacamos quatro, que detalharemos mais adiante: a normativa jurídica, a economia local, política

local e associativismo civil, e identidades locais (Ver quadro: *Modelo de Análise das Mediações da Gestão em Rádio Comunitária em Santa Catarina* – p. 82).

Além de traçar um panorama sobre o atual estado do radialismo comunitário em Santa Catarina, trataremos de identificar quais são as condições sócio-culturais mais propícias para o desenvolvimento desse tipo de rádio e que aprendizagens acontecem nessas experiências. Assim, optamos por basear a pesquisa em um modelo teórico – o das mediações – que permita ir além da análise sobre as emissoras comunitárias, porque entendemos que elas não estão abstraídas dos contextos onde se localizam: há mediações nas quais está inserido o ato comunicativo. Ou seja, o modelo das mediações é o que melhor contribui para responder nossa pergunta de partida sobre o papel educativo das rádios comunitários.

CAPITULO II

3. Rádios Comunitárias - Objeto de Estudo

Neste capítulo, abordamos o vínculo entre as práticas de rádios comunitárias e a perspectiva da mídia-educação, além dos estudos que têm sido realizados no Brasil e em Santa Catarina sobre esse tipo de emissoras. Também apresentamos o levantamento quantitativo das rádios por município catarinense, uma comparação entre a legislação de radiodifusão comunitária do Brasil e da Colômbia, nossa definição de rádio comunitária e o detalhamento da metodologia da pesquisa: questões norteadoras, hipóteses, objetivos, a descrição dos critérios de seleção da amostra, que incluiu seis emissoras, e o modelo de análise escolhido.

3.1 Rádios e a perspectiva da mídia-educação

Paralelo à proliferação das rádios de baixa potência nos bairros e municípios, vinculadas ou não aos movimentos sociais, no final dos anos 90 começam a surgir também

uma série de experiências que tentam estimular as possibilidades do rádio para a educação no âmbito da escola. Vale destacar o projeto *Educom.rádio: Educomunicação pelas Ondas do Rádio*, implementado pelo Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP e Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo. O projeto, iniciado em setembro de 2001, pretende capacitar cerca de 9.100 participantes, entre alunos e professores, de 450 escolas do ensino fundamental até o ano 2004, para implementar atividades comunicativas, dentro das próprias escolas, através da produção radiofônica²⁷. No início de 2004, o *Educom.rádio* começou a se expandir para além da cidade de São Paulo. Começou a ser implementado em 20 escolas estaduais do Mato Grosso como parte do *Educom.rádio Centro-Oeste*, uma iniciativa coordenada pela Secretaria da Educação do Estado do Mato Grosso, Ministério da Educação e Universidade de São Paulo (ECA/USP).

Outro exemplo é a *Rádio Favela*, em Belo Horizonte, uma experiência já consolidada e de referência em processos educacionais que visam a conquista da cidadania. Em Santa Catarina também há experiências dignas de menção. Educadores e comunicadores de Florianópolis discutem a implantação de uma proposta similar ao *Educom.rádio* em nove escolas localizadas no Maciço do Morro da Cruz e buscam envolver a Universidade Federal de Santa Catarina no projeto. Vale mencionar ainda o *Fazendo Rádio na Escola*, um projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), desenvolvido na Escola Básica Municipal Beatriz de Souza Brito, no bairro Pantanal, em Florianópolis.

São alguns exemplos, restritos ao âmbito do rádio, mas que vêm confirmar a cada vez mais forte e importante inter-relação entre comunicação e educação, que alguns pesquisadores da atualidade chegam a classificar como o surgimento de um novo campo de pesquisa, de práticas e ações políticas. Soares (2001, p.1) denomina esse novo campo de “educomunicação”, cuja perspectiva é “promover a inter-relação educação/comunicação a partir dos meios, tendo como objetivo a cidadania”. Supervisor do projeto *Educom.rádio*, ele argumenta que a introdução da linguagem do rádio nas escolas públicas é o primeiro

²⁷ O Núcleo de Educação e Comunicação da ECA/USP, que participa da coordenação do *Educom.rádio* junto com a prefeitura de São Paulo, já realizou uma avaliação do projeto nas escolas da cidade, mas as informações ainda não estavam finalizadas e disponíveis até o final de 2004. www.educomradio.com.br.

passo para ampliar o debate “sobre as diversas linguagens que precisam ser melhor conhecidas, usadas e criticadas” (Ibid).

No entanto, interpretamos que Soares (1995) enfatiza demasiado o papel dos comunicadores nas práticas educomunicativas, ou seja, a *educomunicação* parece ser vista como um novo campo para atuação profissional dos especialistas da comunicação, inclusive dentro das escolas. Por isso, destacamos a perspectiva apresentada por Belloni (2003), que denomina esse novo campo de estudos e práticas de *mídia-educação*: “educar para os meios” ou “educar para as mídias”. Essa autora destaca a necessidade de fazer dos meios “objeto de estudo e instrumentos de comunicação e educação”, fundamentais para a formação de cidadania. Destaca também a importância da escola nesse processo.

Entendemos a educação como uma prática social permanente de formação dos indivíduos e cujo potencial de emancipação pode estar presente no espaço da escola ou das práticas desenvolvidas por movimentos populares e outras organizações da sociedade civil. As rádios comunitárias podem, portanto, desenvolver *práticas educativas*, seja dentro ou fora da instituição educacional. Desta forma, não colocamos em separação as experiências formativas pelo rádio, com sua ênfase na organização e participação política - que é o enfoque de nossa pesquisa -, e as experiências de rádio nas escolas, com todo seu potencial para desencadear novas metodologias cognitivas. Em países como o Brasil, o problema não é só garantir o acesso público ou privado à formação escolar. O problema também é saber o que fazer com - e o que pode fazer - essa ampla faixa da população que definitivamente não passou pelo ciclo escolar, que vêm limitadas suas possibilidades no mundo produtivo e de acesso integral à cidadania.

3.2 Pesquisa bibliográfica

O rádio é um dos principais meios de comunicação de massa, inclusive no Brasil, mas é o menos estudado (Meditsch, 2002). Essa constatação não é diferente quando se trata do uso dessa tecnologia em projetos relacionados à educação entre os setores populares. Se compararmos a trajetória da utilização do rádio em experiências desenvolvidas pelos setores populares com as reflexões sobre esta modalidade de comunicação, percebemos que

os estudos aparecem, em maior quantidade, somente nos últimos anos com a proliferação das rádios comunitárias. Ainda assim, parece haver um déficit de inovação analítica que nos permita ir além das constatações sobre o potencial das rádios comunitárias na construção da cidadania e na democratização da comunicação.

Nossa pesquisa bibliográfica concentrou-se nos estudos realizados no Brasil, mas revisamos também quatro trabalhos organizados e/ou apoiados por entidades e centros de formação e investigação sobre essa temática na América Latina - onde, como sabemos, é longa a tradição das práticas educativas através do rádio. Portanto, a produção sobre o tema neste Continente é considerável²⁸. No total, encontramos 26 trabalhos, dos quais 22 feitos no Brasil e, destes, sete em Santa Catarina.

No Brasil, tivemos acesso a dois livros publicados: o primeiro, de Arlindo Machado et al (1986) - *Rádios Livres: A reforma agrária no ar* - e o segundo de Denise Cogo (1998) - *No ar... uma rádio comunitária*. A maioria dos estudos que encontramos é formada por artigos ou *papers*, isto é, documentos científicos que entram em circulação pública após apresentação em seminários ou congressos realizados no Brasil, mas que ainda não foram editados. Entre estes, a maioria é posterior a 1998 - ano em que foi aprovada a lei de radiodifusão comunitária – e consta na base de dados dos congressos da INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação), disponível na Internet.²⁹

²⁸ O livro mais referenciado nos estudos sobre rádios comunitárias ou populares realizados na América Latina é, provavelmente, o de LOPEZ VIGIL, José Ignacio. *Manual Urgente para Radialistas Apasionados* (1997). Revisamos ainda GIRARD, Bruce. *Radioapasionados – experiencias de radio comunitaria en el mundo* (2002); CAMACHO, Carlos. *Las radios populares en la construcción de ciudadanía: enseñanzas de la experiencia de ERBOL en Bolivia* (2001). GEERTS, Andrés e VAN OEYEN, Victor. *La radio popular frente al nuevo Siglo: estudio de vigencia e incidencia* (2001). Todos estão devidamente referenciados na bibliografia desta dissertação. Além destes, obviamente, há outros, publicados ao longo dos anos 90, mas aos quais não conseguimos ter acesso. Destacamos: PEPINO, Ana Maria. *Radio Educativa, Popular y Comunitaria*. 1ª edição. México, DF. UAM. 1999; além de artigos como os de MATA, Maria Cristina. *Dónde están y adónde van las radios comunitarias?* Revista CHASQUI. Quito, CIESPAL, n° 45, abril 1993, e da mesma autora *Radio: memorias de la recepción – aproximaciones a la identidad de los sectores populares*. Revista Diálogos de la Comunicación, Lima. FELAFACS, n° 30, junho de 1991.

²⁹ A pesquisa bibliográfica envolveu o período de 1990 a dezembro de 2003 e as seguintes revistas: Comunicação e Realidade; Comunicação e Sociedade; Revista da INTERCOM; Comunicação e Educação/NCE-ECA/USP; Educação e Sociedade; Cadernos CEDES/ Unicamp; Educação e Realidade/UFRGS; Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas; Revista de Ciências da Informação; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/INEP; Revista Brasileira de Educação/ANPED. É importante ressaltar que várias dessas publicações - acessíveis nas bibliotecas central e setoriais da UFSC - estão incompletas, isto é, faltam algumas edições.

Assim, entre os 15 estudos desenvolvidos em outros estados brasileiros, aos quais tivemos acesso, quatro enfatizam o potencial para o exercício da democracia e da cidadania (Peruzzo,1998; Soares (2000) - dos quais dois acrescentam ainda o potencial para o desenvolvimento local (Fernández, 1999; Ruas, 2002). Outros quatro vinculam as rádios comunitárias à educação, dos quais dois se referem a práticas pedagógicas em cursos de graduação (Dias,1999; Costa, 2001) e dois em escolas municipais (Pereira et al, 2001; Sousa, 2002). Entre os outros trabalhos, três abordam o acesso dos setores populares à tecnologia do rádio (Santoro, 1981; Machado et all, 1986; Ibañez Acosta, 2001); dois envolvem estudos de recepção (Cogo, 1998; Oliveira,1999); um enfoca a rádio comunitária como possibilidade de romper com padrão das comerciais, especialmente nos conteúdos (Maia,1998); um traz como problemática a perda de espaço da alternativa popular nas rádios comunitárias a partir da tendência de ocupação dessas emissoras por grupos religiosos e comerciais (Fuser, 2002). Por último, há também um que trata dos usos e modos de funcionamento das emissoras comunitárias no Paraguai (Ibañez Acosta, 2001).

3.2.1 A temática em Santa Catarina

Em Santa Catarina, encontramos sete trabalhos sobre rádios livres e/ou comunitárias, dos quais cinco ligados ao campo da comunicação. Há uma dissertação de mestrado, um *paper*, um artigo e quatro trabalhos de conclusão de curso (TCC). A dissertação de Nahra (1988) aborda a rádio livre como possibilidade de ruptura com o modelo comunicacional dominante e estuda o caso da Rádio Globo de Criciúma (RGC), considerada a pioneira das rádios livres em Santa Catarina e uma das primeiras do Brasil, que esteve no ar entre 1978 e 1983. O paper de Mick e Vieira (2003) discute os obstáculos impostos pela legislação para a concessão de outorga de rádios comunitárias e, a partir do mapeamento das 32 com outorga e em funcionamento em Santa Catarina até junho de 2002, constata a vinculação de $\frac{3}{4}$ delas a instituições religiosas e/ou lideranças políticas.

Além da monografia de Fabiana Vieira (2002), que deu origem ao *paper* anterior, destacamos outras três monografias realizadas em Santa Catarina: *Rádios livres: no ar... a comunidade*, de Rosinere Tibúrcio (1999), que enfoca principalmente a experiência da

Sambaqui - rádio comunitária sintonizada no município de Jaguaruna, sul catarinense, desde 1996; *Nas Ondas Comunitárias – O Movimento das Rádios Comunitárias em Santa Catarina*, de Adenilson Teles (1999), que narra algumas experiências de rádios comunitárias que estavam em funcionamento naquele ano no Estado e a constituição estadual do movimento dessas emissoras; e *Radiodifusão: controle e participação popular*, de Fábio de Oliveira (1998), que analisa as características institucionais e a evolução histórica da legislação brasileira de radiodifusão, busca identificar de que forma as leis nacionais contribuem para um maior ou menor controle e participação popular, citando a lei de radiodifusão comunitária como um desses poucos casos. Encontramos ainda um artigo, de Cardoso (2001), que reflete sobre a evolução do conceito de cidadania, dentro do qual discute a importância das rádios comunitárias como educadoras em potencial.

3.2.2 O enfoque em processos de formação

A partir desta revisão bibliográfica podemos constatar que a maior parte dos estudos foram realizados no campo da comunicação: 17 dos 22 trabalhos mencionados, e realizados no Brasil, foram feitos por pesquisadores ou profissionais que atuam na área da comunicação, principalmente o jornalismo. Os demais foram realizados no âmbito da educação, das ciências sociais e do direito. É possível identificar também um crescimento dos estudos sobre rádios comunitárias depois de 1998, ano da aprovação da lei de radiodifusão comunitária no Brasil e da disseminação de práticas comunitárias envolvendo o rádio.

No que se refere às abordagens, pode-se constatar o início de estudos de recepção em rádios comunitárias: encontramos dois trabalhos que incluem pesquisa de recepção (Cogo, 1998; Oliveira, 1999). Um enfoque com presença significativa é o papel exercido pelas rádios comunitárias no processo de democratização da comunicação. Mesmo quando não é o foco principal do estudo, a temática está presente. Neste aspecto, a maior parte dos estudos indica que a pressão social dessas emissoras ou das entidades e/ou grupos que as constituem têm contribuído para democratizar a propriedade dos meios de comunicação e, em alguns casos, a produção dos conteúdos. Mas também há estudos (Fuser, 2002; Mick e Vieira, 2003) que colocam sob suspeita essa contribuição, na medida em que cresce o

número de emissoras de baixa potência controladas por grupos políticos, comerciais e/ou religiosos e sem participação comunitária.

É possível identificar ainda o surgimento de estudos que abordam o potencial das rádios comunitárias em processos de formação, tanto como possibilidade para a construção de cidadania no âmbito dos movimentos sociais quanto em práticas pedagógicas nas escolas, ou mesmo como forma de diminuir a dissonância escola-comunicação. Há, pelo menos, dois trabalhos que enfocam a relação rádio-comunidade-escola. Outras reflexões encontradas na pesquisa bibliográfica não dizem respeito diretamente à rádio comunitária, mas também estabelecem algum vínculo entre rádio e educação³⁰.

Os estudos que relacionam rádio e educação nos levam a considerar a hipótese de que a expansão do uso de rádios comunitárias em processos populares de comunicação e educação tem inspirado estudos sobre as possibilidades educativas do rádio em geral. Ou seja, tem proporcionado um resgate do potencial educativo imaginado por Bertold Brecht, no final dos anos 20, em sua teoria do rádio. Brecht (1981) vislumbrou a possibilidade do rádio ser não só um meio de organização e emissão de informações, mas um efetivo meio de comunicação, dialógico, participativo, um veículo de mão-dupla. Desta forma, podemos dizer que os processos de globalização e massificação cultural tornam difíceis antigas práticas educacionais de caráter mais intergrupais, ou até mesmo o rádio-educativo dos tempos de Mário Kaplún. Mas, por outro lado, é na atualidade, pela própria evolução da tecnologia do rádio, que parece ser viável o potencial imaginado por Brecht, antes difícil de ser concretizado pelas próprias limitações da técnica. É atualmente que os meios – sobretudo o rádio e ainda mais o de âmbito comunitário - têm potencial para ser de comunicação e não apenas de informação; para estimular a participação cidadã na produção veiculada pelos meios e em outras práticas sociais.

Outra hipótese possível, complementar à anterior, é a de que os estudos que começam a relacionar rádio e educação se inserem em um contexto geral de transformações no âmbito da educação e da comunicação, que têm levado à necessidade de pensar a

³⁰ Destacamos: *O princípio educativo no rádio: uma compreensão a partir dos estudos culturais*, de Edgar Patrício (INTERCOM, 2001); *Educação para a vida – fazendo educação ambiental através do rádio*, de Sandra Kelly de Araújo (INTERCOM, 2001); e *Roquette Pinto, empreendedor de mídia educativa*, de Sonia Virginia Moreira (INTERCOM, 2002). Sobre a relação rádio e escola, são importantes também os textos de Ismar Soares, disponíveis no site da ECA/USP, em um link para o Núcleo de Comunicação e Educação (www.eca.usp/nce) e do projeto Educom.rádio (www.educomradio.com.br).

educação *para* e *com* as mídias. Há muito tempo presente nas pesquisas sobre televisão, essa abordagem também se evidencia no âmbito do rádio.

Assim, as mudanças e desafios na área educacional e comunicacional parecem permitir novos sentidos, usos, acessos e vigores ao rádio, hoje passível de existência e experimentação em qualquer bairro ou escola. O crescimento dos estudos sobre essa temática revela ainda a persistência e revigoramento de práticas envolvendo o uso do rádio, uma mídia que muitos acreditavam, há décadas, estar superada. Mas, ao contrário das previsões, em plena era da internet e da tecnologia digital o rádio não só sobrevive, mas se revigora. Incorpora as novas tecnologias como todas as mídias, convive com essas outras mídias mais modernas e também se moderniza, numa mútua complementação. Desta forma, parece acertado o questionamento de Meditsch (2002) aos que localizam a *era de ouro* do rádio no passado.

Se, por um lado, é possível identificar o início de estudos que reconhecem espaços férteis para o uso e o estudo do rádio na sua relação com práticas educativas, por outro, a consolidação do processo de globalização, a expansão das novas tecnologias de informação e de comunicação, e as transformações que acarretam nos campos da comunicação e da educação nos fazem observar também vazios e brechas. Através destas se podem vislumbrar possibilidades de pesquisa que avancem para além do que já vai se tornando lugar comum nos estudos sobre rádios comunitárias: a constatação de suas contribuições para a construção da cidadania, para a democratização da comunicação, para o desenvolvimento local, etc.

Superar a tendência generalizante e até romântica sobre o potencial educativo dessas práticas, por um lado, e a visão pessimista e simplista que o nega, de outro, demanda um aprofundamento dos estudos sobre as rádios comunitárias. A temática é relativamente recente, mas revela uma riqueza de conteúdos a serem investigados, aprofundados, comparados, analisados em seus diversos aspectos. Inclusive, começa a haver um acúmulo suficiente para desencadear estudos comparativos - entre cidades e estados brasileiros e entre o Brasil e outros países da América Latina - um dos vazios identificados nessa revisão bibliográfica. Neste sentido, a pesquisa coordenada por Geerts e Van Oeyen (2001) no âmbito da América Latina pode dar pistas importantes e inspirar a diversificação de olhares sobre as rádios comunitárias.

Trabalhos como o de Peruzzo (1999) também parecem relevantes pelo esforço em entender a situação das emissoras comunitárias no Brasil, os diferentes perfis que elas assumem, além do discurso que as emissoras comerciais constroem e disseminam sobre as comunitárias³¹. Destacamos ainda a contribuição de Cogo (1998) e Oliveira (1999) ao incluir o estudo de recepção em um universo tão dinâmico e variável quanto o das rádios comunitárias. A existência de experiências já consolidadas começam a permitir esse tipo de estudo. Da mesma forma, entendemos relevante o esforço por tentar compreender como se configuram essas práticas populares e locais de comunicação em um contexto de globalização e mundialização da cultura (Oliveira,1999).

No caso específico de Santa Catarina, a quase inexistência de estudos aprofundados e a existência de uma diversidade de práticas expõem um campo aberto e rico para pesquisar a temática. Novos estudos já começam a aparecer no Estado, fundamental para ampliar não só quantitativamente o universo estudado, mas qualitativamente.

3.3 Radialismo comunitário em Santa Catarina - ano 2003

Antes de definir um plano de amostragem sobre o universo das rádios comunitárias em Santa Catarina nos deparamos com a necessidade de construção de um cadastro geral, então inexistente, das emissoras em funcionamento no Estado. Nas próximas páginas, descrevemos como foi feito o mapeamento das emissoras no ar, em 2003, a categorização das rádios e a definição de critérios para a escolha das seis rádios que fizeram parte de nossa pesquisa qualitativa.

3.3.1 Levantamento quantitativo por municípios

O mapeamento geral das rádios em funcionamento foi realizado entre julho e dezembro de 2003, nos 293 municípios catarinenses, a partir de três fontes de informação: 1) *ABRAÇO/SC* (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias – Santa Catarina), cuja lista

³¹ Em Santa Catarina, a ACAERT (Associação Catarinense das Empresas de Rádio e Televisão) faz campanha nas TVs contra as rádios comunitárias e desde 2003 distribui Cartilha na qual criminaliza as rádios comunitárias que operam sem autorização do Ministério das Comunicações.

continha, naquele período, nome e alguns telefones de pessoas de 87 municípios onde havia rádios instaladas (a grande maioria ainda sem autorização do Ministério das Comunicações) ou processos de discussão para implantá-las; 2) *Ministério das Comunicações*, cuja lista incluía apenas o nome de 51 entidades³², de 49 municípios, que já haviam tido aprovado o pedido de autorização (provisória ou permanente) para colocar no ar uma rádio comunitária.; 3) Por último - e para incluir no levantamento o restante dos 293 municípios catarinenses -, utilizamos, ainda, como fonte de informação, as *Prefeituras Municipais*, que, em geral e teoricamente, sabem da existência ou não de rádios comunitárias no município porque apóiam, direta ou indiretamente, a emissora ou a utilizam para divulgação das ações, projetos, campanhas, obras etc. do poder público municipal. Essa relação entre rádios e poder público, inclusive, será aprofundada mais adiante, com base nas informações da pesquisa empírica nas seis emissoras incluídas na amostra.

A partir do levantamento de telefones e pessoas para contato, começamos a coleta de informações sobre as rádios, através de entrevistas telefônicas. Ou seja, a pesquisa, nesta etapa, foi exploratória. Buscamos, prioritariamente, entrevistar o presidente da associação ou responsável pela rádio, mas na impossibilidade, recorreremos também a outros integrantes da associação, pessoas que participaram da fundação da rádio ou, em último caso, a um funcionário ou voluntário que estava presente na emissora naquele momento. Levantamos informações básicas sobre a emissora: nome da rádio ou da associação responsável, data de criação, motivação, localização, situação jurídica, entidades participantes, formas de participação da comunidade, gestão, financiamento, programação e abrangência da rádio no município. Nem sempre foi possível conseguir ou, ao menos, tentar todas elas. Enfrentamos desconfianças, sobretudo por parte daquelas não autorizadas pelo Ministério das Comunicações, e limitações impostas por entrevistas feitas via telefone. Importante ressaltar ainda que a entrevista com apenas uma fonte de informação, como foi o caso, também reduz, encobre ou dificulta que a história daquela emissora seja a mais exata possível, ainda que sucinta. Nem sempre a pessoa entrevistada era a única possível, mas entrevistar diversas seria impossível nesta etapa da pesquisa.

³² No final de 2003, o Ministério das Comunicações aprovou o pedido de outras 08 entidades. Decidimos incorporá-las entre as aprovadas, elevando a lista para 59 emissoras em 57 municípios catarinenses.

É provável que durante o período do levantamento novas rádios tenham entrado em funcionamento ou que outras tenham fechado, já que o universo desta pesquisa é bastante variável, ou seja, o mundo das iniciativas comunitárias, inclusive as de rádio, é extremamente dinâmico. É possível ainda que algumas rádios que já estavam no ar durante o período em questão não tenham sido incluídas no mapeamento, dada a limitação dos recursos físicos e materiais de uma pesquisa individual ou ainda pela imprecisão das fontes consultadas.

Utilizamos a divisão tradicional do Estado de Santa Catarina em seis Meso-Regiões por ser, além de oficial, a mais conhecida: Oeste, Serrana, Norte, Vale do Itajaí, Sul e Grande Florianópolis. As informações coletadas nesta primeira etapa da pesquisa empírica constam da *Mapeamento das Rádios Comunitárias de Santa Catarina – 2003*, onde foram sintetizadas e organizadas dentro das seguintes variáveis: gestão; produção; recepção; articulação e tecnologia. Esse *Mapeamento* está anexado à dissertação.

Com esse mapeamento geral das rádios, pudemos iniciar o segundo momento para a seleção da amostra. Decidimos começar a triagem estabelecendo como primeiro critério a *antiguidade* da rádio. Selecionamos 43 emissoras que, em dezembro de 2003, estavam no *ar há mais de dois anos*, tempo que consideramos um bom indicativo de que a emissora adquiriu relativa estabilidade. A partir delas, começamos a construção do Plano de Amostragem (*Ver páginas 84 a 87*).

As informações disponíveis e destacadas no *Mapeamento* a respeito das *emissoras no ar há mais de dois anos* nos permitiram agrupar as rádios em quatro categorias. É importante lembrar ainda as limitações próprias de um *survey* realizado por telefone, com pessoas envolvidas na experiência e cuja tendência é a de classificarem a emissora como participativa e plural. Nossa categorização considerou, fundamentalmente, a *participação da comunidade* na gestão da emissora e/ou na produção de conteúdos e a *articulação* da rádio com outras organizações. Assim, chegamos à seguinte classificação das rádios que operam em Santa Catarina:

1) Comunitárias propriamente ditas: são aquelas nas quais a comunidade - diretamente ou através das associações de moradores e outras entidades - participa da gestão da emissora e/ou da produção dos conteúdos veiculados. Também conseguem

relativa articulação com outras organizações atuantes no município. Nem sempre conseguem reunir, ao mesmo tempo, a *participação* na programação e/ou na gestão (às vezes, só em uma ou outra) e a capacidade de *articulação* com outras entidades. Mas o levantamento mostra que essas emissoras têm alguma base social. Surgiram por iniciativa de um grupo de pessoas e/ou entidades vinculadas a movimentos populares, parte delas articuladas com a igreja católica ou suas pastorais. Incluímos nessa categoria 22 emissoras (51,16%): Coronel Martins/rádio Pedra Branca e Treze Tílias/rádio Tirol (Oeste); Bom Retiro/rádio Portal da Serra, Campo Belo do Sul/Estúdio 105 e Otacílio Costa/Cidade (Serrana); Guarimir e Timbó Grande (Norte); Taió, Blumenau e Itajaí/Conceição (Vale); e Criciúma/DCE, Garopaba/104,9; Içara/Vila Nova e Içara/Balneário Rincão, Jaguaruna/Sambaqui, Morro da Fumaça/Estação Cocal, Passo de Torres/Alternativa e Passo de Torres/Cidadania, Praia Grande/Voz Amiga, São João do Sul/FM 104,9, Tubarão/Oficinas (Sul) e Alfredo Wagner/rádio Nascente do Vale (Grande Florianópolis).

2) Mistas: São aquelas que surgiram de um projeto individual (de uma pessoa ou grupo restrito), mas possuem alguma abertura à participação comunitária, e aquelas que fizeram o movimento contrário: surgiram com pretensão de conseguir a participação da comunidade e de suas entidades, mas alcançaram esse envolvimento somente no início da experiência. Em geral, essa participação ocorre mais através do uso de algum espaço da programação do que na gestão da rádio, normalmente centralizada em uma ou poucas pessoas. Essa é a principal diferença entre a categoria das mistas e a das comunitárias propriamente ditas, pois estas últimas possuem, em maior ou menor grau, gestão e rotina de decisão coletivas sobre a emissora. No grupo de mistas incluímos 13 emissoras (30,23%): Monte Carlo e Ouro/Cidade (Oeste); Celso Ramos/Amizade e Correia Pinto/Voz Serrana (Serrana); Garuva (Norte); Itajaí/Luz do Amanhã (Vale); Armazém/Radcom Armazém; Braço do Norte/ACB FM, Forquilha/Nova Estrela, Meleiro/Informativa, Morro da Fumaça/A Voz do Povo, São João do Sul/FM 99.7, Urussanga/ FM 104,9 (Sul).

3) Particulares: São aquelas que surgiram de uma iniciativa individual, de um grupo restrito de pessoas ou de uma entidade sem base social. Em geral, apareceram motivadas por interesses comerciais ou políticos, ou seja, a rádio é instrumento para abrir

ou ampliar negócios e influências. Quando procuradas até abrem espaços para a comunidade ou entidades, mas apenas divulgam suas notícias. A gestão e a definição de conteúdos estão centralizadas em uma ou poucas pessoas. Incluímos 06 (13.95%) emissoras nessa categoria: Itapoá (Norte); Balneário Camboriú/Natureza e Bombinhas/Mariscal(Vale), Cocal do Sul/FM 104.9, Lauro Muller e Nova Veneza/Veneza FM 107,1 (no Sul).

4) Confessionais: São aquelas cuja gestão é feita diretamente e apenas por uma igreja ou cujos conteúdos são predominantemente religiosos. Em geral, são dirigidas ou vinculadas a igrejas evangélicas. Algumas tentam incluir informações gerais e até abrem espaço ou buscam uma aproximação com a comunidade, mas o trabalho é predominantemente assistencial. Tanto no grupo das *confessionais* quanto no das *particulares*, a existência de uma associação e até a presença de mais de uma entidade, em geral, é meramente formal, uma exigência da lei de radiodifusão comunitária. Incluímos 02 emissoras nessa categoria (4,65%): Camboriú/Voz do Vale (Vale); e Morro da Fumaça/FM 107,1 (Sul).

3. 3.2 Quadro sinóptico do radialismo comunitário em Santa Catarina

Emissoras em funcionamento em dezembro de 2003 = Total 120

SITUAÇÃO/REGIÃO	OESTE	SERRA	NORTE	VALE	SUL	FPODIS	TOTAL
Rádios no ar	31 (25,83%)	17 (14,16%)	15 (12,5%)	09 (7,5%)	41 (34,16%)	07 (5,83%)	120 rádios
Municípios (293)	28 (28%)	15 (15%)	12 (12%)	08 (8%)	30 (30%)	07 (7%)	100 (34,13%) municípios
Autorizadas	13 (22,03%)	09 (15,25%)	11 (18,64%)	09 (15,25%)	10 (16,94%)	07 (11,86%)	59 (29,06%) – de 203 municípios
Autorizadas, no ar	06 (13,95%)	08 (18,60%)	08 (18,60%)	07 (16,27%)	09 (20,93%)	05 (11,62%)	43 (35,83%)
Não autorizadas/Ar	25 (32,46%)	09 (11,68%)	07 (9,09%)	02 (2,59%)	32 (41,55%)	02 (2,59%)	77 (64,17%)
Em discussão - Municípios	49 (47,57%)	10 (9,70%)	12 (11,65%)	16 (15,53%)	08 (7,76%)	06 (5,82%)	103 municípios
DOIS ANOS NO AR	04 (9,30%)	05 (11,62%)	04 (9,30%)	07 (16,27%)	22 (51,16%)	01 (2,32%)	43 (35,83%)
+ 2 anos no ar (43) Autorizadas	02 (8,33%)	04 (16,66%)	04 (16,66%)	06 (25%)	07 (29,16%)	01 (4,16%)	24 (55,81%)
Uso tecnologias entre as 43	-	02 (4,65%)	03 (6,97%)	04 (9,30%)	09 (20,93%)	01 (2,32%)	19 (44,18%)
Classificação (43)							
Comunitárias	02 (9,09%)	03 (13,63%)	02 (9,09%)	03 (13,63%)	12 (54,54%)	01 (4,54%)	22 (51,16%)
Particulares	-	-	01 (16,66%)	02 (33,33%)	03 (50%)	-	06 (13,95%)
Confessionais	-	-	-	01 (50%)	01 (50%)	-	02 (4,65%)
Mistas	02 (16,66%)	02 (15,38%)	01 (7,69%)	01 (7,69%)	07 (53,84%)	-	13 (30,23%)

3.4 Normativa jurídica da radiodifusão comunitária: análise comparada das leis brasileira e colombiana

No marco da divisão clássica dos direitos, a comunicação é considerada um direito civil, pois relaciona-se à garantia de liberdade de expressão e de informação. A Constituição Brasileira de 1988 reconheceu uma série de direitos resultantes de lutas históricas no país, dentre os quais o direito à “manifestação do pensamento, criação, expressão e informação, sob qualquer forma, processo ou veículo” (Artigo 220). Além disso, também estabeleceu a criação do Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso Nacional (Artigo 224), para debate e proposições a respeito da propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão, produção e programação das emissoras de rádio e televisão, outorga e renovação de concessões, e outras políticas do setor, incorporando uma das principais reivindicações do Movimento pela Democratização da Comunicação no Brasil, nascido nos primeiros anos da década de 80³³. Já naquela

³³ O Conselho de Comunicação Social (CCS), no entanto, foi instituído somente em 2003, mais de uma década após a promulgação da lei que regulamentou sua criação (Lei nº 8389, de 30 de dezembro de 1991). O desequilíbrio das forças sociais que compõem o Conselho foi alvo da crítica do Movimento em Defesa da Comunicação no Brasil, no final de 2004, quando houve a eleição para composição do segundo mandato do CCS (2005/2006), cuja decisão concentrou-se nas presidências da Câmara Federal e do Senado. A maioria das vagas destinadas à sociedade civil foi ocupada por representantes das redes comerciais de televisão, deixando de fora nomes apresentados pela Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRACO), Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), Congresso Brasileiro de Cinema etc. São 13 conselheiros titulares – e igual número de suplentes –, dos quais 04 representam o empresariado, 04 as categorias profissionais envolvidas (artistas, jornalistas, radialistas e técnicos de cinema) e cinco a sociedade civil em geral. Dos 13, ao menos 05 são direta ou indiretamente ligados à rede Globo. Os novos titulares são: **Paulo Machado de Carvalho Neto**, ex-presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), ligado atualmente à rede Globo e à Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA); **Gilberto Carlos Leifert**, presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), indicado pela ABERT; **Paulo Tonet Camargo**, diretor de Assuntos Jurídicos da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e diretor-geral da *Rede Brasil Sul (RBS)*, parceira da *Globo* na Região Sul; **Fernando Bittencourt**, diretor de Engenharia da *Rede Globo*, indicado pela Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações (SET). As vagas pertencentes à sociedade civil serão ocupadas por **Roberto Wagner**, diretor da Rede Record e presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (ABRATEL); **João Monteiro de Barros Filho**, presidente da Rede Vida; **Arnaldo Niskier**, indicado pela Academia Brasileira de Letras (ABL), mas que é secretário de Cultura de Rosinha Mateus (PMDB) no governo do Rio de Janeiro e também ligado à rede Globo; **Dom Orani João Tempesta**, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); **Luiz Flávio Borges D’Urso**, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP). Como representantes das categorias profissionais estão **Daniel Herz** (Federação Nacional dos Jornalistas -FENAJ- e Fórum Nacional de Democratização da Comunicação – FNDC); **Eurípedes Conceição**, da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão

década a comunicação começa a ser considerada pelos movimentos de democratização como um direito com potencial para impulsionar também a luta pela manutenção e/ou extensão de direitos em geral (Meksenas, 2002).

O direito à comunicação é, portanto, fundamental para a construção e o exercício da cidadania, pois permite o acesso ao conhecimento e ao debate público sobre temas de interesse dos cidadãos. Em países como o Brasil, onde parcela considerável da população tem nos meios de comunicação a principal, ou única, fonte de informação e formação a garantia do direito à comunicação ganha importância ainda maior. Por isso, torna-se fundamental garantir o direito não apenas de recepção de informações de qualidade, mas também de participação no processo de produção e emissão de mensagens e no controle social dos meios.

Falar do reconhecimento de direitos é falar também em Estado e, portanto, em políticas que se definem a partir do diálogo e dos conflitos entre sociedade civil e Estado para a garantia desses direitos. A política pública estabelecida para o setor da comunicação e, no caso específico, da radiodifusão comunitária é fundamental para identificarmos sua vinculação ou não com algum projeto mais amplo de proteção e ampliação de direitos. Isto é, se é possível, de fato, neste caso, estabelecer pontes efetivas entre o direito à comunicação e outros direitos de cidadania. O discurso expresso pelos legisladores e governantes na definição da normativa é apenas um dos aspectos da política pública e, muitas vezes, colide com outras ações e práticas dessa política. Mas é o marco de reconhecimento dos direitos, ou seja, a lei cria o que Oliveira (2001) chama de “campo de possibilidades” a partir do qual os cidadãos podem interrogar as instituições e cobrar a efetividade dos direitos.

Na seqüência, além de analisar o conteúdo da legislação brasileira, consideramos pertinente contrastá-la com a legislação de outro país latino-americano, para entender melhor as possibilidades e restrições de nossa própria legislação. Escolhemos a legislação da Colômbia por três motivos: 1) O rádio, na Colômbia, ainda é atualmente uma mídia de

e Televisão (FITERT) e FNDC; **Berenice Mendes Bezerra** (categoria dos artistas) e **Geraldo Pereira dos Santos** (vídeo e cinema). Na prática, portanto, dificilmente o empresariado da comunicação perderá uma votação, já que tem a seu favor 07 dos 13 votos do CCS. Fonte: HASHIZUME, Maurício. *Comunicação Social: empresariado ocupa 60% da parte da sociedade civil no Conselho*. 10/01/2005, disponível em www.agenciartamaior.uol.com.br

considerável importância na vida cotidiana da população urbana e rural, tão ou mais presente que a própria televisão. Historicamente, tem sido utilizado em experiências relacionadas à alfabetização e à educação, formal e informal, que serviram de inspiração para outros países latino-americanos. 2) Já em 1995, um decreto regulamentou o serviço geral de radiodifusão sonora na Colômbia, dedicando um capítulo específico para a radiodifusão comunitária. Esse reconhecimento legal serviu de referência também para as lutas pela legalização de emissoras comunitárias em outros países, como o Brasil; 3) o radialismo comunitário colombiano é classificado pela ALER (*Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica*) no mesmo nível que o brasileiro, ou seja, as rádios comunitárias estão *em desenvolvimento* nos dois países e ambos possuem incipientes coordenações e associações nacionais e regionais dessas emissoras (Geerts e Van Oeyen, 2001).

3.4.1 A legislação colombiana

Na Colômbia, assim como no Brasil, o Estado tem o monopólio na definição das políticas e as concessões de canais de rádio e televisão, inclusive para a radiodifusão comunitária. As rádios comunitárias são reconhecidas juridicamente desde 1995, a partir do decreto 1.447, que regulamenta a concessão do serviço e define o plano de radiodifusão sonora geral e inclui 11 artigos sobre a comunitária. A Colômbia foi o primeiro país a reconhecer legalmente as rádios comunitárias na América Latina. Atribui-se à *Asociación Red Colombiana de Radios Comunitarias (Recorra)*³⁴ papel importante no processo inicial de legalização das rádios comunitárias colombianas, entre 1990 e 1995, período de considerável participação de movimentos sociais na definição de leis importantes neste país, como a nova Constituição Federal, em 1991. É no marco desses processos sócio-

³⁴ A *Red Colombiana de Radios Comunitarias (Recorra)* agrupa 220 experiências radiofônicas. Existe ainda na Colômbia outra associação nacional de rádios comunitárias/católicas (ARCA) formada em 2000. Há competição e não coordenação entre as duas. Além disso, há 12 redes regionais de rádios comunitárias. Segundo pesquisa realizada pela ALER, as associações na Colômbia – e no Chile – entraram em crise depois da conquista da regulamentação e, inclusive, haveria indícios de o Estado estaria tomando a iniciativa para assumir certas funções de coordenação entre as rádios comunitárias. (Geerts e Van Oeyen, 2001).

políticos mais amplos que o radialismo comunitário colombiano conquistou, através do decreto de 1995, o reconhecimento legal antes inexistente.

De 1995 a 2002, o marco jurídico do radialismo comunitário na Colômbia sofreu poucas modificações³⁵. Em 18 de junho de 2002, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei, cuja proposta foi definida em fóruns, regionais e um nacional, coordenados pela *Asociación Red de Radios Comunitarias de Colombia (Recorra)*. O projeto ainda não foi votado no Senado. Em julho de 2003, sob o governo do presidente Uribe Vélez, um outro decreto (nº 1.981, de 16/07/03) passa a regulamentar especificamente o serviço comunitário de radiodifusão sonora e revoga o capítulo do decreto de 1995 que tratava deste setor. É curioso observar que até o momento os atos relativos ao radialismo comunitário – e da radiodifusão em geral - na Colômbia tenham sido feitos por decreto, o que em parte justifica a luta do movimento daquele país por uma lei. Ao menos teoricamente, uma lei permite maior “estabilidade jurídica” do que um decreto, na medida em que a primeira necessita de mais tempo e representatividade para sofrer modificações do que o segundo.

O novo decreto não incorpora reivindicações importantes do movimento de rádios, e presentes no projeto de lei de 2002, como o aumento de potência para 500 watts e a criação de uma escola nacional para formação técnica em comunicação dos rádio-operadores comunitários. Também reduziu o prazo para as emissoras entrarem em funcionamento após a conquista da licença (de 12 meses, renováveis por mais seis, para apenas seis meses). Mas mantém mecanismos que demonstram uma preocupação prévia com a concessão de outorga para organizações com efetivo trabalho social no município e com a qualidade e

³⁵ Além do **decreto 1447, de 30/08/95** (revogado pelo **decreto 1.981, de 16/07/2003**), a referência legal do radialismo comunitário na Colômbia inclui o **decreto 1.445 também de 30/08/95**, que adota os Planos Técnicos Nacionais de Radiodifusão Sonora em AM e FM, nos quais as emissoras comunitárias são incluídas como emissoras Classe D (potência até 25 watts e cobertura local restrita a um município ou distrito); o **decreto 1.446, de 30/08/95**, que classifica o serviço de radiodifusão sonora por: tipo de gestão (*direta* ou *indireta*, conforme a prestação do serviço ser feito diretamente ou não pelo Estado); orientação da programação (emissora *comercial*, de *interesse público* ou *comunitária*); nível de cobertura (de uma *Zona* – estações classe A e B -; *Local* – classe C – e *Local Restrito* – classe D); e tecnologia de transmissão (AM, FM ou Novas Tecnologias). Este decreto também determina as normas sobre o estabelecimento, organização e funcionamento de cadeias de rádio. Foi modificado parcialmente pelo decreto 348, de 13/02/97, para incluir também as Forças Armadas e a Polícia Nacional entre as possíveis beneficiárias de uma concessão de *interesse público* e *gestão direta*. A radiodifusão comunitária é um serviço que o Estado presta na forma de gestão *indireta*, através de organizações sociais, e cuja programação é destinada especificamente “a satisfazer necessidades de uma comunidade organizada”. O **decreto 1.439, de 27/07/98**, modificou o artigo 26 do decreto 1.447/95, aumentando de 06 para 12 meses – renovável por mais 06 meses – o prazo para as organizações colocarem a emissora no ar após a conquista da licença. O **decreto 1.326, de 22/07/99**, acrescentou um parágrafo transitório ao artigo 6 do decreto 1.446/95. www.mincomunicaciones.gov.co/normas

diversidade da programação. Este é um dos aspectos em que a intenção expressa na legislação colombiana mais difere da brasileira, embora sua efetividade prática demande uma pesquisa empírica. Pereira (2000), por exemplo, indica que também na Colômbia o Estado não tem controle sobre a qualidade da programação e o perfil das organizações que conseguem a outorga, muitas delas também ligadas a iniciativas particulares, sem participação comunitária.

A legislação colombiana também é mais aberta no que se refere ao financiamento das emissoras. Outra diferença fundamental é que a legislação colombiana, ao contrário da brasileira, estabelece prazos para a tramitação do pedido e para concessão da autorização pelo Ministério das Comunicações. Se for verdade que o poder público colombiano cumpre os prazos estabelecidos na legislação, a tramitação do pedido de licença para funcionamento de uma rádio comunitária na Colômbia é relativamente rápida, em torno de dois anos. A demora maior acaba sendo na parte que cabe às organizações, em função da falta de recursos para compra de equipamentos e para dar conta dos procedimentos técnico-legais exigidos pelo Ministério. No Brasil, as licenças mais rápidas até o momento de nossa pesquisa foram expedidas após três anos de tramitação e geralmente com algum tipo de intermediação de parlamentares. Sem esse expediente, uma licença tem demorado mais de seis anos³⁶.

3.4.2 A legislação brasileira

No Brasil, a legislação de radiodifusão comunitária também resultou de diversas lutas travadas pelas organizações da sociedade civil. A aprovação e regulamentação, em 1998, da lei brasileira de radiodifusão comunitária (Lei nº 9.612/98)³⁷ aconteceu no

³⁶ No Brasil, durante os primeiros quatro anos da lei – fevereiro de 1998 até o final de 2002 – tinham sido outorgadas apenas 247 licenças *permanentes* – metade das licenças autorizadas na Colômbia nos quatro primeiros anos da regulamentação: 564 entre 1995 e 1999. No Brasil, a partir de 2003 começou a ter um pouco mais de agilidade na concessão, já que do início daquele ano até o final de 2004 foram outorgadas outras 1.201 licenças *permanentes*.

³⁷ A Legislação que trata das rádios comunitárias no Brasil é constituída pela **Lei 9.612, de 19/02/98**; o **Decreto nº 2.615, de 03/06/98** que a regulamentou; a **Lei 10.610, de 12/12/2002**, que altera o prazo de outorga de três para dez anos; além de normas complementares, uma medida provisória e várias portarias. A Norma Complementar nº 2/98 (alterada pela portaria nº 83, de 19 de julho de 1999) foi revogada em 2004 e deu lugar à **Norma Complementar 01/2004**; a **Medida Provisória 2.216-37, de 31/08/01**, criou a possibilidade de autorização provisória de rádios comunitárias. É importante mencionar ainda que a legislação

contexto da consolidação das lutas pela democratização do país e das comunicações. Foi resultado da pressão dos movimentos sociais pelo reconhecimento legal do direito à comunicação e de práticas já existentes desde o final dos anos 70 no Brasil, época em que começaram a surgir as chamadas rádios livres. Muitas das emissoras que foram ao ar entre 1996 e 1998 tiveram justamente o objetivo de pressionar pela aprovação da lei que tramitava no Congresso Nacional. Mas o texto final da lei expressa também interesses de outros segmentos, como o das rádios comerciais representadas pela ABERT (Associação Brasileira das Empresas de Rádio e Televisão). Dois artigos demonstram o grau da influência de emissoras comerciais na legislação das comunitárias: o que estabelece que a rádio comunitária não pode interferir no sinal de outros serviços de telecomunicações e de radiodifusão, mas pode sofrer interferência deles (Artigos 22 e 23 - Lei 9.612/98); e o que se refere ao financiamento, pois autoriza o patrocínio apenas sob a forma de *apoio cultural* – ou seja, pode divulgar somente o nome do estabelecimento sem o telefone e o nome do produto, o que diminui o interesse dos anunciantes (Artigo 32, do decreto n.2.615/98).

Em geral, portanto, as normas jurídicas reconhecem o direito ao mesmo tempo em que o restringem. Regrar significa ordenar e, de certa forma, restringir o funcionamento e a disseminação, neste caso, das rádios comunitárias. Para alguns movimentos sociais que lutaram pela legalização, como a ABRAÇO (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias), ficou a sensação de que a conquista de sua reivindicação – o reconhecimento ante à lei – representou, na prática, o engessamento das experiências. A lei é considerada restritiva e até draconiana em vários aspectos, sobretudo nas limitações técnicas e de financiamento das rádios, que podem limitar também as condições de cumprimento de algumas finalidades definidas para este serviço, conforme veremos mais adiante no *Quadro Comparativo* das duas legislações.

No caso da normativa brasileira consideramos dois aspectos para a análise, ainda que eles possam estar interligados: 1) *os problemas da legislação*, que afetam sobretudo as

de radiodifusão comunitária faz referência ao Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117, de 27/08/62), modificado e complementado pelo Decreto 236, de 28/02/67); à Constituição Federal (art.5º, inciso IX; art. 21, inciso XI; art.49, inciso XII; e os artigos 220 e 224). Os movimentos sociais ligados à comunicação costumam referenciar ainda o Pacto de São José da Costa Rica, de 1976, do qual o Brasil é signatário.

organizações que já conseguiram a autorização para por uma emissora no ar, e cuja solução depende, portanto, de mudanças na normativa jurídica. No Brasil, em novembro de 2004, as rádios com pedidos de autorização já aprovados pelo ministério das Comunicações somavam 2.205, muitas das quais, porém, sem ainda chegar à etapa final da tramitação que é o decreto legislativo do Congresso Nacional. 2) *os problemas exteriores à lei*, que afetam as organizações que ainda não conseguiram a autorização, e cuja solução depende de outras ações da política pública. Estes casos somavam 7.531 em todo o país - que já tramitavam no ministério entre 1998 e início de 2003 - além de outros 6.560 pedidos que em novembro de 2004 aguardavam um Aviso de Habilitação (disponibilização de canal no município) para poder iniciar o processo³⁸. Envolvem, portanto, cerca de 14 mil organizações interessadas na concessão e que estão à espera de uma solução para a morosidade do poder concedente, muitas delas já no ar e pressionadas pela constante presença dos órgãos de fiscalização (Anatel e Polícia Federal), que exigem a autorização para funcionamento.

No que se refere às restrições da legislação, identificamos, em novembro de 2004, a existência de 40 projetos em tramitação no Senado e Câmara Federal desde 1998, propondo modificações na lei de radiodifusão comunitária. A maioria das mudanças diz respeito às principais reivindicações do movimento das rádios comunitárias: aumento de potência, novas frequências, mais de um canal por município, participação do movimento das rádios comunitárias no Conselho de Comunicação Social, anistia e regularização das rádios que funcionam sem autorização, permissão para transmitir publicidade comercial, criação de fundo para formação técnica nas rádios comunitárias etc. Mas há também propostas para permitir o proselitismo, como as apresentadas pelos deputados Bispo Rodrigues (PL-RJ) e Luiz Moreira (PFL/BA), ou para tornar inafiançável o crime de utilização de serviços de telecomunicações sem autorização, como a apresentada pelo deputado Wigberto Tartuce (PP/BA).

O anteriormente exposto é o que está presente na legislação, mas há também fatores ausentes ou exteriores à lei, que acabam limitando o acesso ao *status* de rádio autorizada e/ou o cumprimento das finalidades definidas. A legislação de radiodifusão comunitária não fixa prazos nem detalha as etapas da tramitação de um pedido de autorização, sobretudo na

³⁸ Esses números são do Departamento de Serviços de Outorga do Ministério das Comunicações, divulgados pelo seu diretor, Carlos Alberto Freire Resende, durante debate com rádios comunitárias da região sul de Santa Catarina, na cidade de Içara/SC, dia 20 de novembro de 2004.

parte que corresponde ao poder público. A falta de definição de prazos para que o Estado brasileiro atenda o direito reconhecido pela lei, aliada à estrutura, cultura, condições humanas e materiais dos órgãos públicos envolvidos no processo, têm levado a uma impressionante morosidade. Os obstáculos impostos pela burocracia pública para o acesso à licença de funcionamento tem sido um dos principais problemas e alvo das críticas das organizações e movimentos sociais. Vigil (1997) nos ajuda a entender as razões dos entraves: a primeira é econômica – são mais pessoas para disputar o bolo publicitário –, e a segunda é política - um canal de TV ou uma emissora de rádio são ferramentas de sustentação político-eleitoral. Por estes motivos, no Brasil, e em Santa Catarina, rádios comunitárias têm operado sem a autorização do Ministério das Comunicações há vários anos.

Em Santa Catarina, os dados mostram uma forte demanda pela implantação de emissoras comunitárias. O levantamento que realizamos nos 293 municípios catarinenses, entre julho e dezembro de 2003, mostrou a existência de 120 emissoras de baixa potência no ar em 100 municípios. Destas, 77 (64,17%) funcionam sem a autorização do Ministério das Comunicações e apenas 43 estavam autorizadas (35,83%). No total, desde 1998 até 2003, segundo o Ministério, mais de 300 entidades de Santa Catarina manifestaram interesse de colocar no ar uma emissora de baixa potência. Esse número de pedidos é quase duas vezes maior do que o das rádios comerciais atualmente em operação no Estado³⁹.

³⁹ Em fevereiro de 2003, a ACAERT (Associação Catarinense das Empresas de Rádio e Televisão) possuía 14 TVs associadas e 166 rádios, sendo 67 FMs e 99 AMs (ACAERT, 2004). Outro dado que vale mencionar, já que se trata dos meios de comunicação nos diversos municípios de Santa Catarina, diz respeito aos jornais. A ADJORI/SC (Associação dos Jornais do Interior) possuía, naquela mesma data, 135 jornais associados, entre diários, semanais, quinzenais e mensais.

QUADRO COMPARATIVO: Legislação brasileira e colombiana

<i>Legislação vigente em dezembro 2004</i>	BRASIL	COLÔMBIA
Definição de radiodifusão comunitária	Enfoque nas características técnicas e geográficas: potência, frequência, cobertura.	Enfoque no serviço público de interesse social e do tipo de gestão indireta via concessão do Estado às organizações.
Finalidades do serviço	Difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais; formação e integração; serviços de utilidade pública; aperfeiçoamento profissional de radialistas e jornalistas; capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão.	Necessidades de comunicação; exercício do direito à informação e à participação, através de programas realizados por diferentes setores para promover o desenvolvimento social, a convivência pacífica, os valores democráticos, a construção da cidadania e o fortalecimento das identidades culturais e sociais.
Parâmetros técnicos	Potência de 25 watts, único canal, cobertura restrita a bairro ou vila (1 km)	Potência entre 05 e 25 watts, dependendo da geografia, mais de um canal, cobertura restrita a pequenos municípios ou bairros de grandes municípios.
Formação de rede	Proíbe.	Proíbe, mas permite enlaços ocasionais.
Financiamento	Apoio cultural: sem divulgar telefone do anunciante e nome do produto. Apoiador da mesma localidade.	Publicidade comercial. Anunciante de qualquer localidade. Obriga a reinvestir em melhorias da rádio e da programação.
Alguns pré-requisitos para as organizações solicitantes	A organização solicitante – associação ou fundação sem fins lucrativos - deve ser <i>entidade comunitária</i> (que expresse “ <i>um projeto de construção coletiva de unidade na diversidade</i> ”), voltada especificamente para o serviço de radiodifusão comunitária ou tê-lo entre suas finalidades específicas. Na prática, tem estimulado geralmente a formação de novas associações.	O discurso da lei valoriza a experiência das organizações que já realizam trabalhos comunitários. A <i>comunidade organizada</i> (associação sem fins lucrativos) deve demonstrar ter desenvolvido trabalhos em diferentes áreas do desenvolvimento social; e capacidade de reunir as organizações sociais do município para constituir a <i>Junta de Programação</i> .
Controle social sobre a programação	Prevê a criação, sem estabelecer prazos, de um conselho comunitário para “ <i>acompanhamento da programação</i> ”. Somente em 2004 a Norma Complementar nº 01 vai prever que este conselho encaminhe anualmente ao Ministério das Comunicações uma descrição resumida da programação junto com análise de seus conselheiros sobre cumprimento das finalidades do serviço.	A articulação de organizações para formação de uma <i>Junta de Programação</i> é pré-condição para a concessão. Há detalhamento sobre as funções desta Junta, como garantir a pluralidade e democracia na programação; propor políticas para que a programação tenha participação social, qualidade e atenda as necessidades sociais do município. A Junta também deve apresentar um informe anual sobre a programação e elaborar o <i>Manual de Estilo</i> da emissora para tornar público suas políticas, princípios e critérios.

Finalidades da programação	<p>Prefêrência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; promoção de atividades artísticas e jornalísticas; respeito aos valores éticos e sociais; garantia à pluralidade de opiniões; proibição de qualquer tipo de discriminação e de proselitismo.</p> <p>Não obriga as rádios a se identificarem como comunitárias ao longo da programação.</p> <p>Não há nenhuma referência à participação e integração das emissoras ao cenário nacional.</p>	<p>Gerar espaços de expressão, informação, educação, comunicação, promoção cultural, formação, debate e concertação que conduzam ao encontro entre as diferentes identidades sociais e expressões culturais da comunidade, dentro de um âmbito de integração e solidariedade cidadã e, especialmente, a promoção da democracia, da participação e dos direitos fundamentais. Também proíbe o proselitismo.</p> <p>Obriga as rádios a se identificarem como comunitárias.</p>
Relação local/nacional	<p>Não há nenhuma referência à participação e integração das emissoras ao cenário nacional.</p>	<p>Prevê colaboração com o ministério das Comunicações na divulgação de campanhas que estimulem a participação e a integração social no processo de desenvolvimento sócio-econômico-cultural do país.</p>
Prazos	<p>Estabelece prazos para as organizações interessadas na outorga, mas não para o poder público concedê-la.</p>	<p>Estabelece prazos para as organizações e para o poder público.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir da análise das legislações de radiodifusão comunitária vigentes no Brasil e na Colômbia até dezembro de 2004.

3.4.3 Respostas do poder público no Brasil

De 1998 até o início de 2003 praticamente não houve mudanças na normativa brasileira de radiodifusão comunitária, à exceção da Medida Provisória (nº 2143, de 02/05/01), que autorizou o Ministério das Comunicações a conceder a *licença provisória*. A partir de 2003 algumas ações indicam uma preocupação com a situação de morosidade do Ministério das Comunicações e de iniciar um debate sobre modificações na lei. Em março de 2003, sob governo do presidente Lula, uma portaria do Ministério (nº 83, de 24/03/2003), instituiu um Grupo de Trabalho (GT), integrado por dois representantes do ministério e sete da sociedade civil⁴⁰ para analisar a situação dos pedidos de concessão de radiodifusão comunitária em tramitação e propor alternativas para dar maior “celeridade e transparência” à análise dos processos que se acumularam no órgão até o início daquele ano: 7.561, dos quais cerca de 4.000 sequer tinham iniciado a análise. Até o final desta pesquisa, em dezembro de 2004, o Manual de Procedimentos foi a única sugestão do GT a ser implementada pelo Ministério⁴¹. Deu origem à Norma Complementar nº 01/2004, que passa a definir critérios e procedimentos para o processamento dos pedidos de autorização, antes inexistente - o que desrespeitava, inclusive, o próprio Regimento Interno do Ministério das Comunicações. Essa norma complementar também começa a estabelecer alguns prazos para o poder concedente, a definir conceitos como os de *entidade comunitária* e de *apoio cultural*, mas não traz mudanças substanciais ao marco jurídico.

A prática tem mostrado que o primeiro grande desafio das organizações sociais e do movimento de rádios comunitárias é garantir o efetivo acesso ao capital tecnológico: a morosidade no processo de outorga e a dificuldade que milhares de organizações têm tido

⁴⁰ Da sociedade civil, os representantes eram da RCB (Rede Brasil Comunitária); da ABRAÇO (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias); do Núcleo de Comunicação Comunitária do Projeto Comunicar (PUC-RJ); do Fórum Democracia na Comunicação; da FENAJ (Federação Nacional de Jornalistas); do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; e um consultor legislativo do Senado Federal.
Fonte: Relatório do GT, 02/07/03 – www.mc.gov.br/rc/grupotrabalho/perfis)

⁴¹ O GT também sugeriu, entre outras coisas, a criação do Conselho de Acompanhamento da Radiodifusão Comunitária como órgão de assessoramento permanente na análise e proposição de projetos de desenvolvimento das rádios; modificações no decreto e na lei, incorporando a maioria das propostas que constam dos projetos de lei em tramitação no Congresso, conforme já mencionamos. Sugeriu ainda que o ministério realize consulta pública para que as comunidades se manifestem sobre a qualificação das entidades pretendentes e sobre a execução do serviço.

para conseguir o *status* de rádio autorizada indicam que os setores populares estão em clara desvantagem na disputa deste capital tecnológico. A prática também tem revelado que o segundo grande desafio é garantir que estas emissoras sejam destinadas a um projeto coletivo e a uma programação com possibilidade de repercutir nos debates para a melhoria da vida nos municípios. Isso aponta a uma outra restrição da política praticada: até o presente momento a fiscalização tem se concentrado mais na situação jurídica e técnica da emissora (se está ou não autorizada e se segue os padrões de potência e frequência) do que no cumprimento das finalidades do serviço e de sua programação. A fiscalização técnica do espectro - que cabe à Anatel (órgão regulador das telecomunicações, vinculado ao Ministério das Comunicações, mas com autonomia) em conjunto com a Polícia Federal (subordinada ao Ministério da Justiça) - tem sido mais eficaz do que o acompanhamento da programação, que cabe ao Ministério das Comunicações. Ou seja, até o momento o Estado brasileiro tem sido mais eficaz em reprimir as experiências não autorizadas do que em reconhecer o direito expresso na lei e conceder a autorização. Somente entre 2003 e 2004, a fiscalização fechou cerca de 8.000 rádios no Brasil por não possuírem autorização.⁴²

No final de 2004, um decreto presidencial (s/n, de 26/11/04) instituiu um novo grupo de trabalho, desta vez interministerial (Comunicações, Cultura, Educação, Justiça, Casa Civil, secretaria e assessoria especial da Presidência da República e secretaria de Comunicação de Governo) para, durante 180 dias, analisar e propor medidas para a disseminação das rádios comunitárias, “*visando ampliar o acesso da população a esta modalidade de comunicação, agilizar os procedimentos de outorga e aperfeiçoar a fiscalização do sistema*”. O desafio é dar conta de autorizar entre 10 mil e 15 mil rádios comunitárias até 2006 e disseminar o serviço no país, onde atualmente apenas 50% dos 5.575 municípios possuem emissoras de rádio ou televisão com programação local⁴³. Além do cumprimento ou não dessa meta quantitativa, será importante verificar, a partir de 2005, se a incorporação, a este grupo de trabalho, de ministérios e órgãos federais que não têm

⁴² Os dados constam da reportagem *Contra a Repressão: Rádios comunitárias saem unidas de Porto Alegre*. Diogo Moyses. Agência Carta Maior – 01/02/05. www.agenciacartamaior.com.br

⁴³ Esses dados e essa meta foram apresentados pelo diretor do Serviço de Outorga da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Carlos Alberto Freire Resende, durante debate com rádios comunitárias do sul de Santa Catarina, em Içara/SC, dia 20/11/04. Segundo ele, o ministério iniciou uma reestruturação do departamento de outorga de serviços, aumentou o número de funcionários e de estagiários para o processamento de pedidos e informatizou o serviço para dar mais agilidade.

relação direta com os processos de autorização de emissoras - especialmente os de Educação e Cultura – apontará ou não a alguma ação articulada entre políticas públicas de diferentes áreas em torno à comunicação, neste caso a comunitária, os possíveis reflexos na programação das emissoras locais e a participação destas no debate de temáticas nacionais.

De qualquer forma, 2005 é um ano-chave para o setor da comunicação no Brasil e tende a intensificar os conflitos e disputas entre organizações sociais ligadas à democratização das comunicações, o empresariado dos meios e da indústria cultural e o Estado brasileiro. Não foi em vão que o empresariado tratou de ocupar a maior parte das vagas da sociedade civil na nova composição do Conselho Nacional de Comunicação, no final de 2004, como mencionamos anteriormente. Depois do já arquivado projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo, em 2004, estarão em debate em 2005 a implementação ou não de uma regulação de uma das indústrias mais promissoras deste início do século XXI – o audiovisual – através do projeto de criação da Ancinav (Agência Nacional de Cinema e Audiovisual); uma ampla modificação na legislação de radiodifusão em geral (comunicação eletrônica), na qual entraria também a comunitária; e a transição para a plataforma digitalizada.

3.5 O que define uma rádio comunitária

As rádios objeto deste estudo têm tantos adjetivos quanto a diversidade de experiências e realidades que representam ou nas quais estão inseridas. São chamadas de rurais e locais, na África; de públicas, na Austrália; de livres ou associativas, na Europa. Na América Latina são conhecidas como comunitárias, populares, educativas, participativas, rurais, insurgentes, alternativas ou, mais recentemente, cidadãs (Camacho, 2001).

No Brasil o nome dessas emissoras muda conforme a região. Podem ser *radiadoras* em alguns estados do Nordeste ou *comunitárias* na maioria dos outros estados. Algumas pessoas ou entidades ainda as chamam de rádios *livres*, nome usado no Brasil antes da sanção da lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária no país.

As rádios livres começaram a surgir no Brasil a partir dos anos 70, especialmente através de grupos interessados em experimentar a técnica, mas vão se desenvolver com maior intensidade nos anos 80, entre apaixonados pelo rádio, sindicatos e movimentos populares (Nahra, 1988; Peruzzo, 1999). Eram assim denominadas porque começavam a funcionar

"de forma *ilegal*, questionando na prática o *monopólio* estatal⁴⁴ sobre as ondas sonoras e permitindo, por esta via, a *livre expressão* de qualquer grupo distanciado dos meios de comunicação, instituindo-o enquanto intérprete legítimo de seus atos, idéias, desejos, utopias, intérprete, enfim, de seu modo singular e coletivo de situar-se no mundo, de fazer *história*" (NAHRA, 1988, p.111, grifos no texto).

Empresários ou entidades vinculadas às emissoras comerciais também as classificavam – e ainda as classificam - pejorativamente como piratas, clandestinas ou ilegais⁴⁵, apelando à legalidade e à criminalização como elementos permanentes de seu discurso de representação sobre essas rádios junto à população.

Assim, as rádios comunitárias poderiam ser consideradas como a evolução do uso social da tecnologia do rádio no interior de segmentos da sociedade civil, especialmente dos setores populares. Elas têm como precursores, no Brasil, os sistemas de alto-falantes, desenvolvidos sobretudo pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nos anos 70 e 80,

⁴⁴ No Brasil, diferentemente de países europeus, esse monopólio estatal é relativo, já que bastante condicionado pela pressão de grupos econômicos e políticos. Ou seja, é um monopólio de direito e não de fato.

⁴⁵ Segundo Cíntia Nahra (1988, p.109), as rádios piratas são semelhantes às livres, mas são consideradas um fenômeno próprio do Norte da Europa. Surgem a partir de 1958, quando começam a transmitir em navios ancorados perto das costas da Inglaterra, Dinamarca, Holanda e Suécia. Foram as antecessoras das rádios livres, pois eram ilegais e também questionavam o monopólio estatal, mas tinham objetivos comerciais. Eram chamadas piratas porque erguiam bandeiras pretas nos mastros.

As emissoras clandestinas, conforme a mesma autora, têm em comum com as livres o fato de funcionarem sem a autorização do Estado. Em geral, fazem oposição frontal aos governos e sistemas vigentes. Santoro (1981, p.99) complementa e diz que as clandestinas estão vinculadas a protestos políticos, mas surgem como expressão de conflitos mais localizados. Fazem oposição e questionam o sistema, mas em aspectos determinados. Podem ser articuladas por qualquer grupo que se sinta marginalizado da comunicação dos *mass media*, que se sinta no direito de se exprimir democraticamente pelas antenas, seja em defesa de sua própria personalidade enquanto grupo cultural reprimido ou integrado num movimento social qualquer.

As entidades representantes das rádios comerciais usam os termos pirata, clandestina ou ilegal para designar todas as emissoras que não possuem autorizações para funcionamento: "*Atrás de uma máscara supostamente romântica, elas se autodenominam rádios comunitárias, porém, escondem uma prática condenada tanto pelas entidades que representam as emissoras legais, quanto pelos órgãos governamentais (...). A radiodifusão clandestina é uma contravenção, pois infringe a Legislação Federal. É crime punido com prisões dos responsáveis e apreensão de equipamentos (...)*" (SERT e ACAERT, 2003, p.01, 07 e 08 – grifo nosso)

mas ainda hoje presentes em comunidades, vilas, favelas, bairros, escolas etc⁴⁶. O sistema de alto-falantes pode ser chamado ainda de cornetas e de rádio-poste. Precursoras das comunitárias são também as rádios livres, não só no sentido de sua evolução tecnológica, mas do ponto de vista jurídico. As comunitárias dão continuidade ao movimento de questionamento do monopólio sobre as ondas sonoras, visto que, em geral, essas emissoras nascem e operam, durante longos períodos, sem a autorização do Ministério das Comunicações, mesmo após o surgimento da legislação que regulamentou o radialismo comunitário em 1998.

A expansão dessas emissoras também está inserida no contexto da revolução tecnológica, a partir dos anos 80, que provocou algumas flexibilidades no rádio. A introdução da Frequência Modulada (FM) barateou aparelhos e custos tecnológicos, possibilitou uma diversificação das emissoras de uma mesma cadeia, dedicadas a segmentos específicos de audiência, por gêneros (notícias, música etc) e por idade, gostos, etc. Outra novidade do período, a conexão por satélite possibilitou a instantaneidade da notícia de qualquer parte do mundo e permitiu maior flexibilização dos modelos de programação, com diversidade de subgêneros e fácil inclusão de notícias ao vivo. Surgiram ainda uma segunda geração de emissoras locais e comunitárias. Através delas, os movimentos sociais locais e ONGs passaram a encontrar na rádio “a possibilidade de um novo tipo de espaço público: já não para ser representados, mas para ser reconhecidos a partir de suas próprias linguagens e relatos” (Barbero, 2004, p.02).

A partir do 1º Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, em 1995, começa a se institucionalizar a expressão “rádio comunitária”, definida como a emissora que têm gestão pública, programação plural, que opera sem fins lucrativos e em baixa potência. As estimativas sobre o número delas existentes hoje no Brasil são controversas, mas giram entre 7.000 e 10.000 emissoras. A quantidade é resultante da pressão social, desencadeada pelo movimento popular, sindical, religioso, associações de moradores e Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, para o reconhecimento e regulamentação das emissoras comunitárias (Peruzzo, 1998).

⁴⁶ Para mais informações sobre o uso dos alto-falantes como emissora comunitária no Brasil ver COGO, Denise. *No ar... uma rádio comunitária*. São Paulo. Ed. Paulinas, 1998.

A Lei nº 6.912/98 e o decreto que a regulamenta (nº 2.615, de 03/06/98) denominam serviço de radiodifusão comunitária aquele realizado por radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência (máximo de 25 watts e altura não superior a 30 metros para o sistema irradiante) e cobertura restrita (comunidade de um bairro e/ou vila), executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade da prestação do serviço. Ainda conforme a legislação, a radiodifusão comunitária tem a finalidade de atender a comunidade beneficiada, visando dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se – quando necessário - aos serviços de defesa civil; contribuir para o aperfeiçoamento de profissionais nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, seguindo a legislação profissional vigente; permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Além dos critérios técnicos e normativos previstos na lei parece importante incorporar uma perspectiva mais sociológica que ajude a precisar o significado do *comunitário*. Ainda que o comunitário seja visto de diferentes formas pelos sociólogos, parece haver um consenso mínimo: o comunitário não se define apenas por seu critério espacial. Além do alcance geográfico que define uma comunidade de lugar, importa, então, considerar o comunitário a partir do critério de ação coletiva, proposto por Max Weber (1964). A teoria da ação social formulada por este sociólogo alemão entende a comunidade como “uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social se inspira no *sentimento* subjetivo - afetivo ou tradicional - dos participantes de *constituir um todo*” (Weber, 1964, p.33, grifos no texto)⁴⁷. Weber fala em comunidade no contexto das formações pré-capitalistas. A comunidade pressupõe uma interação baseada em princípios ligados aos afetos e tradições, em contraposição à idéia de sociedade, que Weber concebe como algo mais racional. A comunidade é vista como uma espécie de sobrevivência do passado. Mas em contextos como o da América Latina, onde formas pré-capitalistas são

⁴⁷ Já a sociedade, para Weber, “é uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social se inspira em uma compensação de interesses por motivos racionais (de fins ou de valores) ou também em uma união de interesses com a mesma motivação”. (1964, p. 33, grifos no texto). As citações estão em espanhol e foram por nós traduzidas.

recriadas, onde a cultura e o processo de modernização se contróem a partir de uma permanente mescla entre o tradicional e o moderno - da *hibridização* (Canclini, 1998) -, faz sentido pensar na comunidade como lugar de pertencimento.

A definição de Weber revela, portanto, o quão limitada é a compreensão de comunidade a partir de um critério apenas geográfico. Nessa pesquisa, a comunidade é entendida não somente como uma população em um determinado território, mas também como um espaço de pertencimento e de identificação simbólica. Falar de comunidade, então, implica falar também de cultura e de identidade. Pertencer a uma comunidade é identificar-se com ela, principalmente porque alí estão as bases da construção da cultura e da identidade de cada indivíduo.

Isso nos coloca diante de um outro problema que é o surgimento, especialmente na Europa, no final do século XX, de um tipo de *comunitarismo* que transforma uma cultura particular em mobilização política, provocando o rechaço e a negação do outro, do diferente. Ao reivindicar sua inclusão e o direito de ser reconhecido em sua diferença cultural, acaba construindo uma identidade que exclui o outro. No contexto da globalização e na esteira da desconstrução pós-moderna surge um outro conceito de comunidade - e de identidade - que se baseia no sentimento de pertencimento, irracional, típico do pré-capitalismo, como nos fala Weber, mas que isola, segrega e exclui o diferente. O conceito de Weber é atualizado, mas invertido para um sentimento de pertencimento que não visa o desejo de “*constituir um todo*”, ao contrário, reforça os particularismos, os grupos, guetos, tribos, etc. Consideramos, no entanto, que o trabalho das rádios comunitárias não se situa nesse tipo de comunitarismo, que se expressa, por exemplo, em fundamentalismos religiosos, étnicos ou nacionalistas. Fazem justamente o movimento contrário, na medida em que atuam com diferentes grupos, interesses e identidades.

A definição do que é uma emissora comunitária leva em conta ainda características específicas dessas práticas, dada a diversidade de experiências desenvolvidas no Brasil - e em outros países - e agrupadas, comumente, sob a denominação de rádio comunitária⁴⁸. O

⁴⁸ A classificação de Cicília Peruzzo (1998) inclui cinco grupos destas emissoras no Brasil: 1) Emissoras eminentemente comunitárias, onde as organizações comunitárias são responsáveis por todo o processo comunicativo, desde a programação até a gestão do veículo; 2) Emissoras que prestam alguns serviços comunitários, mas estão sob o controle de poucas pessoas, servem como meio de vida para seus idealizadores; 3) Emissoras mais estritamente comerciais, com programação semelhante às emissoras convencionais; 4) Emissoras de cunho político-eleitoral, ligadas a políticos ou candidatos a cargos eletivos e

mapeamento que realizamos no Estado de Santa Catarina, por exemplo, mostra que a grande maioria das emissoras que opera em baixa potência reivindica o título de rádio *comunitária*, ainda quando não tenha envolvimento com a comunidade e/ou busque ganhos financeiros.

Para fechar a excessiva polissemia, nossa pesquisa define uma rádio comunitária a partir de três critérios:

- 1) *Técnico*, dado sobretudo pelas definições de potência e de frequência contidas na lei. Assim, do ponto de vista técnico, a rádio comunitária é uma emissora de difusão sonora operada em frequência modulada e em baixa potência.

- 2) *Sociológico*, em duplo sentido: o espacial-geográfico e o da teoria da ação de Weber. Como opera em baixa potência, a rádio comunitária tem um alcance geográfico limitado a um bairro ou alguns bairros de um mesmo município ou de municípios diferentes, porém vizinhos. Assim, num primeiro sentido falamos de uma *comunidade de lugar*. Por outro lado, quando Weber nos fala que a comunidade pressupõe um sentimento dos participantes de constituir um todo, refere-se a uma forma de identidade coletiva. Assim, no espaço de alcance de uma rádio comunitária, pode haver várias comunidades identitárias.

- 3) *Político-normativo*, que considera as finalidades socialmente dadas e/ou assumidas por este tipo de emissora. Deste ponto de vista, uma rádio comunitária é aquela que não visa o lucro nem a propaganda de um setor ou grupo social. Pelo contrário, procura o bem-estar dos habitantes da comunidade de lugar. Para isso, promove a participação das pessoas e/ou das diversas organizações comprometidas com esse objetivo.

seus partidos políticos; 5) Emissoras religiosas, vinculadas a setores das igrejas católica e evangélica, algumas fazem programação estritamente religiosa, outras incluem programas de caráter educativo, informativo e cultural, o que as aproximaria das comunitárias.

Desta forma, entendemos por rádio comunitária aquela *emissora de baixa potência, alcance limitado a um ou a alguns bairros e cujo processo de gestão constitui um espaço de construção de consenso entre identidades e interesses coletivos, visando contribuir ao bem-estar da localidade onde atua.*⁴⁹

4. Metodologia

À continuação apresentaremos as questões norteadoras da pesquisa, os principais conceitos, as hipóteses que nos guiaram e os objetivos que buscamos. Em seguida, um quadro sintetiza nosso modelo de análise sobre o radialismo comunitário no Estado de Santa Catarina. Apresentamos ainda os critérios de seleção das seis emissoras que fizeram parte de nossa amostra, além dos métodos e técnicas que utilizamos na coleta de informações da segunda etapa da pesquisa empírica.

4.1 Questões norteadoras

As possibilidades dadas atualmente ao rádio em processos educativos e os dados de nosso levantamento sobre o radialismo comunitário em Santa Catarina nos suscitaram as seguintes questões, norteadoras desta pesquisa:

⁴⁹ Outros autores têm trabalhado na identificação dos elementos constitutivos de uma rádio comunitária. Vigil (1997) diz que o que define uma emissora comunitária é o seu público. O que importa é a apropriação que o público faz da emissora. O objetivo da rádio comunitária “é estar a serviço da sociedade civil, um serviço altamente político: influir na opinião pública, inconformar, criar consensos, ampliar a democracia, enfim, *construir comunidade*”. (VIGIL, 1997, p. 539 – grifo no texto).

A Associação Mundial das Rádios Comunitárias define uma emissora comunitária como aquela que busca a *rentabilidade sócio-cultural*. “Assim como o espectro tem lugar para rádios comerciais que buscam a rentabilidade econômica e para rádios estatais que buscam a rentabilidade política, deve haver espaço para emissoras que não visam o lucro nem o proselitismo, mas a construção de cidadania, o exercício de direito e o cumprimento de deveres, a criação de consensos em torno de causas nobres, a melhoria da qualidade de vida das pessoas” (AMARC, 1997).

A pesquisadora brasileira Cicília Peruzzo (1999) reafirma vários dos aspectos mencionados por Vigil. Para a autora, emissoras comunitárias são aquelas cuja finalidade principal é o serviço à comunidade, aquelas que podem contribuir efetivamente ao desenvolvimento social e à construção da cidadania. Ela aponta como características das emissoras comunitárias: fins não lucrativos; programação comunitária; gestão coletiva; interatividade; valorização da cultura local; compromisso com a educação para cidadania; democratização da comunicação.

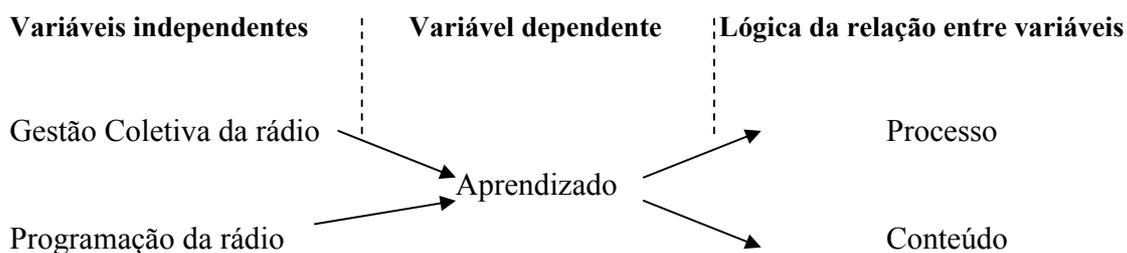
- a) Que práticas educativas acontecem nas experiências de rádios comunitárias?
- b) Quais as condições sócio-culturais mais propícias para o desenvolvimento do radialismo comunitário no sentido da formação para a cidadania?
- c) Que possibilidades e limites existem para o uso do radialismo comunitário em educação?
- d) A atual legislação potencializa ou dificulta os projetos comunitários e educativos de rádio?

4.2 Hipóteses

Levantamos duas hipóteses como resposta à pergunta de partida e às questões norteadoras:

1) *No atual estado de desenvolvimento em Santa Catarina, a rádio comunitária possibilita um aprendizado para o exercício da cidadania mais pelo processo de gestão coletiva da emissora do que propriamente pelos conteúdos da programação.*⁵⁰

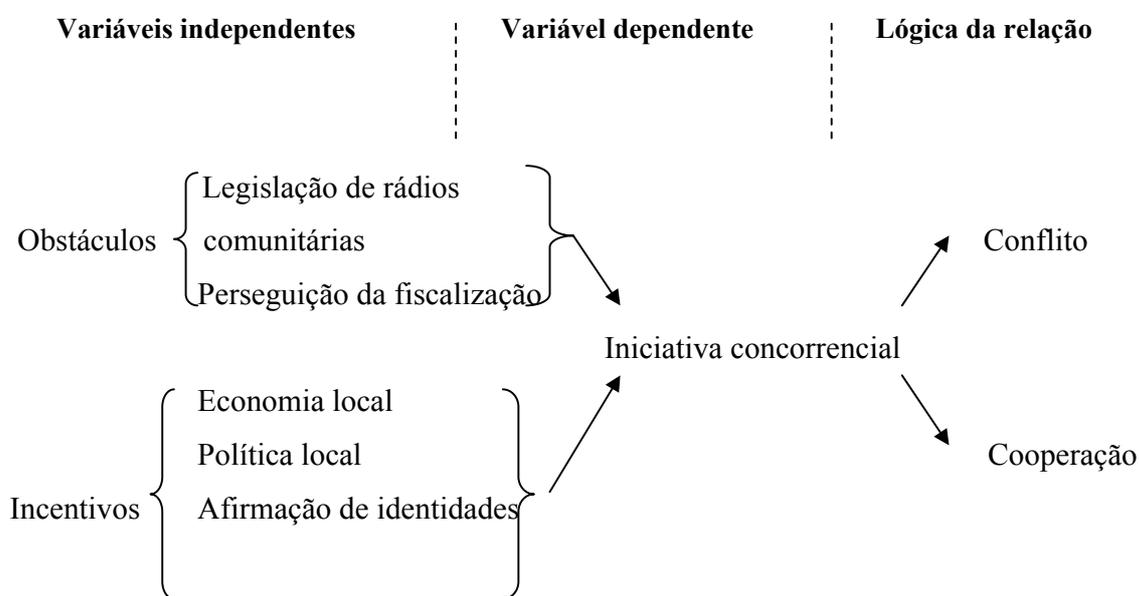
Visualização esquemática da hipótese 1



⁵⁰ Utilizamos o termo *estado de desenvolvimento* para nos referir a um recorte no tempo – o período da pesquisa – e às condições atuais de organização do movimento de rádios comunitárias no contexto de lutas para garantir o direito à comunicação.

2) *A gestão de uma rádio comunitária é uma iniciativa de concorrência com emissoras comerciais e, neste sentido, é freada pela normativa-jurídica vigente, mas, ao mesmo tempo, é incentivada pelas demandas da economia e da vida política locais, e de afirmações identitárias.*

Visualização esquemática da hipótese 2



4.3 Principais conceitos

As entrevistas exploratórias junto às emissoras em funcionamento em Santa Catarina nos permitiram identificar um conjunto de mediações no processo de gestão da rádio comunitária. Chamamos mediações os *fatores contextuais que condicionam – freiam ou estimulam – a produção das rádios comunitárias*. Destacamos quatro mediações específicas:

a) A normativa jurídica é o conjunto de regras estabelecidas pela legislação vigente e pela política para este segmento da comunicação, que reconhecem o direito de

acesso ao espectro radioelétrico, mas ao mesmo tempo impõem obstáculos às práticas do radialismo comunitário. As experiências buscam ser reconhecidas por essa regulação, mas também as questionam e desenvolvem estratégias de resistência contra as perseguições que desata a normativa vigente.

b) A economia local é uma das principais condicionantes da atividade de uma emissora comunitária. É fator que estimula a produção em rádio comunitária e é por ela estimulada. A economia local sustenta financeiramente a emissora através do chamado *apoio cultural*⁵¹. Na rádio, os pequenos negócios têm a oportunidade de fazer sua publicidade, normalmente inacessíveis em outros meios de comunicação do município ou região. É em torno da economia local - e também da política - que a emissora comunitária se torna uma iniciativa de concorrência com as emissoras comerciais: há um bolo publicitário e uma audiência em disputa. Um outro aspecto dessa dimensão econômico-política é que a rádio também estimula formas alternativas e solidárias de economia.

c) A política local e o associativismo cívil são, geralmente, os primeiros fatores da motivação de uma iniciativa comunitária em rádio. Aqui importa fazer a distinção entre dois tipos de ação coletiva, que podem ou não estar articuladas. A primeira refere-se a ações político-partidárias que visam a disputa do governo local; a segunda refere-se a ações de fortalecimento do associativismo cívil local que visam o bem estar da comunidade ou grupos específicos, mas não estão, necessariamente, envolvidas na disputa do poder local. Decorrente do anterior, e no plano de uma distinção pura, uma rádio comunitária pode ser gestada a partir de interesses político-partidários locais ou a partir de interesses associativos que não visam necessariamente à conquista do governo local.

d) Afirmações identitárias - A rádio revigora e faz circular expressões e características de identidades locais. Em um Estado com fortes fluxos migratórios e onde convivem diferentes culturas, como é o caso de Santa Catarina, existem evidências de que emissoras comunitárias encontram sustentação em associações, grupos etc. que promovem

⁵¹ O *apoio cultural* é um tipo de anúncio publicitário, institucional, que difere da publicidade comercial sobretudo porque não visa a estimular a concorrência. Ao patrocínio na forma de apoio cultural é proibida a divulgação do nome do produto e telefone do apoiador.

diversas tradições. Há emissoras que também fazem um movimento contrário à tendência dos grandes meios de comunicação de enfatizar apenas o presente, pois têm resgatado e expressado a memória histórica e cultural local, através da valorização do saber e da narrativa orais que ainda predominam em culturas como as populares.

A produção de um meio de comunicação como uma rádio comunitária inclui não só as diversas formas de construir mensagens (conteúdos de um programa) como também as estratégias para buscar sustentação e manutenção de uma emissora (processo de gestão). Esta distinção permite entender que a produção está inserida no *processo de gestão*. Denominamos *gestão em rádio comunitária* ao conjunto de processos decisórios que possibilitam a existência da emissora e que definem o tipo de apropriação que dela faz a comunidade. O processo de gestão contém dimensões como:

a) **A liderança** de uma ou mais pessoas que, a partir de motivações pessoais ou coletivas, estimulam a gestão para a consolidação do radialismo comunitário.

b) **O projeto e a articulação coletiva** incluem o conjunto de regras associativas que orientam a tomada de decisões e a capacidade de mobilizar outras organizações em torno das metas da emissora.

c) **A capacidade técnica da produção** envolve as condições, humanas e materiais, de construção dos conteúdos veiculados pela rádio.

4.4 Objetivos

Esta pesquisa pretende atingir quatro objetivos:

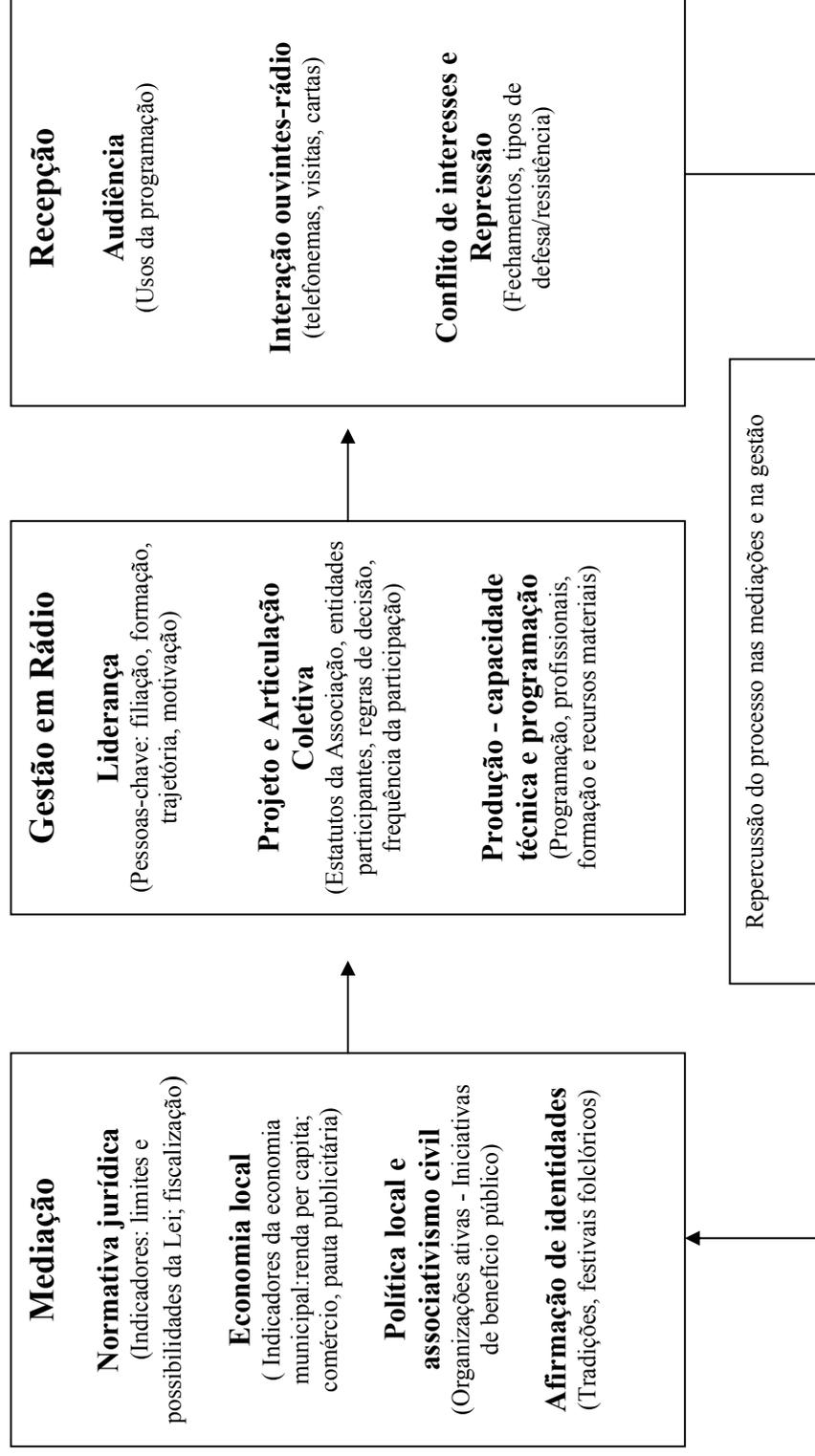
Geral:

1. Diagnosticar o processo atual de desenvolvimento das rádios comunitárias em Santa Catarina.

Específicos:

2. Identificar em que tipo de contexto sócio-cultural surge uma rádio comunitária.
3. Identificar aprendizagens existentes nessas experiências e o uso do rádio em processos educativos.
4. Analisar as correlações existentes entre as iniciativas em rádio comunitária e os fatores que as incentivam e as freiam.

4. 5 Modelo de Análise: Mediações da gestão em rádio comunitária em Santa Catarina



Fonte: elaboração própria

4.6 Plano de amostragem: definição de critérios e seleção da amostra

Os critérios da seleção de nossa amostra não foram estritamente quantitativos, dado que o universo da pesquisa é relativamente pequeno. Para o propósito, utilizamos critérios não aleatórios, nos recortes iniciais, e um critério aleatório, no recorte final, através dos quais chegamos às seis emissoras sobre as quais nos debruçamos na segunda etapa da pesquisa empírica.

Como já havíamos explicitado no *Diagnóstico das Rádios Comunitárias em Santa Catarina*, estabelecemos como primeiro critério de seleção da amostra a *antiguidade* da rádio, o que permitiu começar a triagem. Selecionamos as 43 emissoras que, em dezembro de 2003, estavam no *ar há mais de dois anos*, tempo que consideramos um bom indicativo de que a emissora adquiriu relativa estabilidade, acúmulo de experiências e possibilidade de aprendizagens. Ou seja, são emissoras que já possuem um grau maior de maturação do projeto.

Ao critério *temporal* acrescentamos o *espacial*. O processo de seleção da amostra levou em conta o fato de que as seis regiões do Estado (Oeste, Planalto Serrano, Planalto Norte, Vale, Sul e Grande Florianópolis) possuem distintas características sociais, políticas, econômicas e culturais. Ou seja, entendemos que a *representatividade regional* é um critério importante e, por isso, estratificamos a amostra por região. Visando a exequibilidade do presente trabalho, posto que não havia tempo e nem recursos para estudar todas as emissoras dessas regiões, decidimos incluir na amostra apenas uma de cada região.

Ao tempo-história e ao espaço-contexto como parâmetros importantes para analisar processos de aprendizagens mediados pela rádio, acrescentamos um critério *analítico* de recorte. Já mencionamos que as informações da pesquisa exploratória nos permitiram classificar as emissoras em quatro categorias: comunitárias (22), mistas (13), particulares (06) e confessionais (02). A classificação considerou, fundamentalmente, a *participação da comunidade* na gestão da emissora e/ou na produção de conteúdos e a *articulação* da rádio com outras organizações. As emissoras que consideramos comunitárias são aquelas que, em geral, conseguem um maior nível de participação e/ou articulação e possuem espaços coletivos de decisão. Nas mistas, o nível de envolvimento da comunidade é menor e geralmente a gestão está centralizada em uma ou poucas pessoas. Nas emissoras que

consideramos particulares e nas confessionais, não encontramos indícios de participação e de articulação com organizações civis locais e, por isso, decidimos excluí-las do plano de amostragem. Assim, das 43 emissoras no ar há mais de dois anos, restaram 35 para seleção (22 comunitárias e 13 mistas) .

Entre as 22 emissoras classificadas como *comunitárias*, uma está no ar há mais de sete anos, ou seja, é a comunitária mais antiga de Santa Catarina, conseguiu se manter em atividade mesmo sem a autorização do Ministério das Comunicações e depois de várias ações dos órgãos de fiscalização. Trata-se da rádio *Sambaqui*, de Jaguaruna, no Sul catarinense.⁵² É a única emissora que já realizou dois cursos de qualificação dos voluntários (programação, legislação, história da comunicação popular etc.) e está relativamente informatizada. Por esses motivos, decidimos incluí-la na amostra e entendemos que a escolha não é meramente arbitrária: a emissora reúne características e aparente nível de maturação que consideramos dignos de investigação. Como a rádio está localizada no Sul catarinense, esta região do Estado ficou representada na amostra.

Ainda que as emissoras classificadas como mistas tenham pouca participação e/ou articulação, consideramos importante que estivessem representadas na amostra como ponto de contraste, de comparação. Permitiria entender, por exemplo, por que algumas emissoras conseguem - e outras não - um maior grau de maturação nos processos de participação da comunidade e de suas entidades na gestão da rádio e/ou na produção de conteúdos. Desta forma, decidimos escolher uma emissora mista. A escolha foi feita aleatoriamente, por sorteio, para dar a cada uma das 13 mistas a mesma probabilidade de ser incluída.

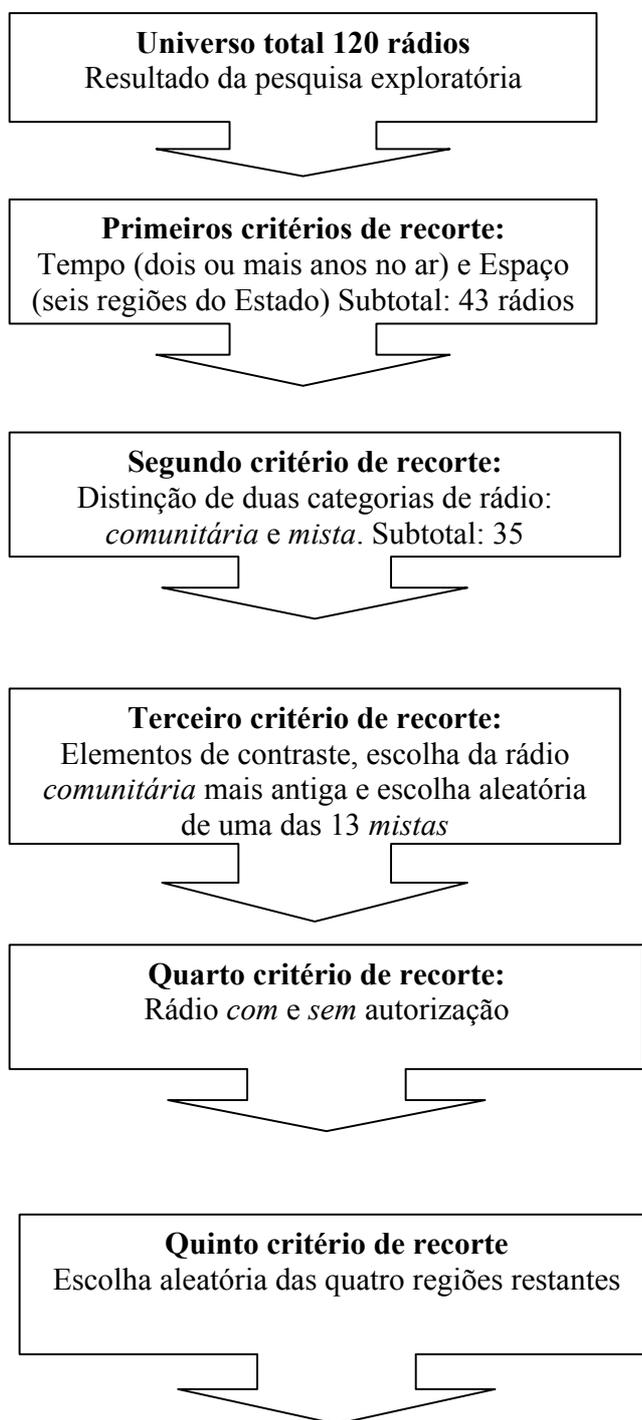
Por último, a constatação, feita na pesquisa exploratória, de que a *normativa-jurídica* tem condicionado o desenvolvimento de experiências de radialismo comunitário nos levou a considerar a necessidade de incluir na amostra emissoras *com e sem autorização* do Ministério das Comunicações.

Na Grande Florianópolis, a rádio comunitária *Nascente do Vale*, do município de Alfredo Wagner, foi selecionada automaticamente, pois era a única da região que, em dezembro de 2003, estava há mais de dois anos no ar. Esta emissora possui autorização do Ministério das Comunicações.

⁵² O pedido de autorização da rádio *Sambaqui* foi aprovado pelo Ministério das Comunicações somente em outubro de 2003, mas a liberação da licença provisória depende de o Ministério da Casa Civil enviar o processo ao Congresso Nacional, o que ainda não havia ocorrido em dezembro de 2004.

Distribuímos as 35 emissoras nas seis regiões do Estado, formando 06 conjuntos. Como as regiões Sul e Grande Florianópolis já estavam incluídas, partimos para a seleção das emissoras das outras quatro regiões. Ainda que o plano de amostragem não seja quantitativo, decidimos fazer uma escolha aleatória, por sorteio, tanto da emissora mista quanto das três emissoras e regiões que faltavam, para que cada uma tivesse a mesma probabilidade de compor a amostra. Como a amostra incluiria apenas uma mista, optamos por iniciar o sorteio nesta categoria. Seguimos a recomendação de Barbetta (2003) e utilizamos uma "tabela de números aleatórios" que facilita o processo de seleção de uma amostra aleatória.

Plano de amostragem



Entre as rádios classificadas como *mistas*, foi sorteada a rádio *Luz e Vida*, de Itajaí, na região do Vale⁵³. Depois, prosseguimos o sorteio das emissoras *comunitárias* das outras três regiões: no Oeste, foi sorteada a *104,9 FM*, do município de Coronel Martins; na região Serrana, a rádio 08 de Outubro, do município de Campo Belo do Sul; e do Norte, foi incluída a rádio Pró-Guaramirim, do município de Guaramirim. Assim, nossa amostra será composta pelas rádios: *Pedra Branca* (de Coronel Martins – Oeste); *Estúdio 105* (de Campo Belo do Sul- região Serrana); Pró-Guaramirim (de Guaramirim, Norte); *Luz e Vida* (de Itajaí – Vale); Nascente do Vale (Alfredo Wagner –Grande Florianópolis); e Sambaqui (Jaguaruna-Sul).

4.6.1 A observação e a coleta de Informações

Para aprofundar as informações levantadas na pesquisa exploratória e analisar as hipóteses que guiam a investigação, realizamos sessões de trabalho em cada um dos municípios onde estão localizadas as seis emissoras da amostra. Entrevistamos um total de 44 pessoas, nas seis rádios, que resultaram em cerca de 27 horas de entrevistas gravadas. Todas as entrevistas foram transcritas - num total de 194 páginas - lidas, analisadas e posteriormente sintetizadas com base nas variáveis de nosso modelo de análise.

A coleta de informações foi feita sob o ponto de vista da produção-gestão. Entrevistamos voluntários e/ou funcionários da emissora e representantes de organizações da sociedade civil (sindicatos, partidos, associações de moradores, igrejas, ONGs, profissionais liberais, comerciantes etc.) que participaram da fundação e/ou estão diretamente envolvidos na *produção de conteúdos* e no *processo de gestão* da rádio. Utilizamos entrevistas semi-diretivas, orientadas por um roteiro básico de tópicos relacionados às variáveis de análise que está no Anexo da dissertação. A técnica de entrevista semi-diretiva permite um maior grau de profundidade por parte do(a)s entrevistado (a)s ao mesmo tempo em que possibilita a(o) investigador(a) orientar a entrevista em torno das hipóteses (Quivy & Campenhoudt, 1992). A escolha dos (as)

⁵³ A inclusão da rádio *Luz e Vida*, situada em Itajaí - que é um dos 10 maiores municípios de Santa Catarina - foi importante também porque acabou incorporando à amostra um critério populacional, que no decorrer da pesquisa de campo revelou-se importante elemento de contraste, pelo peso e especificidades das rádios de baixa potência em municípios de pequeno, médio e grande porte.

entrevistados (as) foi feita previamente e de forma não aleatória, tendo como principal critério o maior grau de envolvimento na fundação e/ou produção atual da rádio.

4.6.2 Sinopse da coleta das informações

MEDIAÇÕES	INDICADORES	COLETA	OBJETIVO
Normativa-Jurídica	Legislação de radiodifusão comunitária; ações da fiscalização e/ou repressão.	Análise comparativa da legislação brasileira e da legislação colombiana; entrevistas com os responsáveis pela emissora.	Identificar restrições e possibilidades da normativa-jurídica para o radialismo comunitário. Reconstruir o processo de ilegalização- legalização
Economia Local	Renda <i>per capita</i> no município; dados sobre a economia local; tamanho da pauta publicitária.	IBGE; Associações Comerciais e Industriais dos Municípios; prefeituras, e entrevistas com os responsáveis pela emissora.	Identificar o perfil da economia local, o tamanho orçamentário da emissora e as estratégias de sustentabilidade financeira
Política Local e Associativismo civil	Forças Políticas ativas no município, organizações cívicas ativas, iniciativas de benefício público	Entrevistas com produtores/gestores da rádio e com representantes de entidades com as quais a rádio se articula.	Identificar os incentivos políticos e cívicos que criam a necessidade de uma emissora comunitária
Afirmação de Identidades	Formas de comunicação massiva predominantes no município; festas típicas, festivais de comunidades migratórias etc.	Associação dos Jornais do Interior (ADJORI), entrevistas com produtores e gestores da rádio.	Identificar o grau de predominância e/ou de convivência da rádio com outros meios de comunicação. Identificar os grupos de interesse que a partir de demandas identitárias incentivam o trabalho da emissora.
GESTÃO EM RADIO			
Liderança	Pessoas-chave: filiação, formação, trajetória, benefício/motivação	Entrevistas em profundidade	Identificar o perfil e motivações das pessoas para o radialismo comunitário.
Projeto e articulação coletiva	Estatutos da Associação, regras para a tomada de decisões, entidades participantes e frequência da participação.	Pesquisa documental e entrevistas com produtores/gestores	Identificar as regras associativas para a tomada de decisões e a capacidade de articulação da emissora com outras organizações.
Produção - capacidade técnica e programação	Programação, profissionais, formação e recursos materiais	Pesquisa documental e entrevistas com produtores/gestores	Identificar o nível de competências técnicas e de condições materiais para a produção diversa de conteúdos e formatos

Fonte: Elaboração própria

CAPITULO III

5.Os seis casos da amostra

O presente capítulo descreve a experiência de cada uma das seis rádios que compõem nossa amostra: *Nascente do Vale*, em Alfredo Wagner (região da Grande Florianópolis); *Estúdio 105*, em Campo Belo do Sul (Serra); *Pedra Branca*, em Coronel Martins (Oeste); *Luz e Vida*, em Itajaí (Vale); *Sambaqui*, em Jaguaruna (Sul); e *Pró-Guaramirim*, em Guaramirim (Norte). Apresentamos, de forma descritiva, as informações levantadas na pesquisa de campo e sistematizadas de acordo com as dimensões que compõem nosso modelo de análise e que envolve a *gestão* da emissora (liderança; projeto e articulação coletiva; e produção) e as *mediações* (normativa jurídica; economia local; política e associativismo civil; e afirmações identitárias). Assinalamos questões, problemas ou temáticas presentes nos depoimentos dos entrevistados e que merecem ser aprofundadas no conjunto das seis emissoras em estudo. Essa análise, individual e do conjunto das seis emissoras, é feita na parte seguinte, à luz de nossas hipóteses de interpretação e do modelo teórico escolhido.

5.1 Rádio *Nascente do Vale*, de Alfredo Wagner – Grande Florianópolis⁵⁴

“A rádio comunitária é pequena, mas incomoda”

(Osmar Coelho – Alfredo Wagner)

Irimar lembra bem do dia em que o rio Caité transbordou, provocou uma enchente no município de Alfredo Wagner e a *Nascente do Vale* transmitiu tudo ao vivo. Era 2001. *“Todo mundo se fixou na rádio. Foi o momento mais importante”*, conta ele. Um repórter da emissora circulou com o grupo que monitorava os níveis do rio. Já passava das onze da

⁵⁴ Em Alfredo Wagner entrevistamos cinco pessoas, no dia 29 de maio de 2004: Irimar José da Silva (sindicalista, 42 anos); Osmar Coelho (funcionário da prefeitura, 42 anos); Nivaldo Barth (comerciante, 42 anos); Pastor Neri (igreja Luterana, 41 anos); Max Figueiredo (diretor do hospital, 33 anos). Há 35 páginas de entrevistas transcritas e arquivadas.

noite quando o prefeito Sérgio Silvestre garantiu, via rádio, que o rio já estava baixando e que a população podia ir dormir tranqüila. “*A gente sentiu que esvaziou a cidade. Ali a rádio atingiu 100% de audiência. Na emergência*”.

Irimar José da Silva é um dos fundadores da rádio comunitária *Nascente do Vale*, de Alfredo Wagner. A rádio surgiu em 1998 por iniciativa e gestão de um grupo de cinco pessoas: Irimar e Max Figueiredo, que na época eram, respectivamente, presidente e assessor do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Alfredo Wagner (Sintraf); Neri Errath, pastor da igreja luterana no município; Nivaldo Barth, dono de uma farmácia e de uma agropecuária; e o agricultor Isaías Goedert. O estímulo inicial partiu de Irimar José da Silva, que levou o debate sobre rádios comunitárias para dentro do Sindicato, conforme o depoimento de Max Figueiredo:

“ (...) o Irimar veio com esta idéia, trouxe um monte de papel. O Irimar é muito entusiasmado. Quando vem com uma idéia nova... (...) Um dia de manhã chegou no sindicato e disse: ‘vamos falar sobre rádio’. Lembro bem dessa parte, ninguém tinha essa discussão sobre rádio comunitária (...). Aí chamou o pessoal, conversamos com todo mundo”. (Max Figueiredo)

Irimar e Max são filiados ao PT e fundadores do partido no município. Nivaldo Barth e o Pastor Neri Errath não têm filiação partidária, mas o pastor revela ‘*simpatia pelo PT*’. Entre eles, o mais jovem é Max, com 33 anos. Max era professor e em 1992 foi trabalhar no Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura, a convite de Irimar Silva, então eleito presidente da entidade. Em 2001, este mesmo grupo de pessoas disputou e venceu a eleição para a direção do hospital do município. Max foi indicado administrador da instituição, onde trabalha até hoje. É estudante do curso de Direito da Unisul, em Palhoça, e atual vice-presidente da *Associação Comunitária e Cultural Rádio Nascente do Vale*, responsável pela emissora.

O primeiro presidente da Associação foi Irimar José da Silva, militante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde 1984. Ele foi quatro vezes candidato a vereador no município. Em 1988 foi eleito pelo PMDB. Em seguida, filiou-se ao PT. Em 1992, formou uma chapa para disputar a direção do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura e venceu a eleição. Desde então, está na presidência da entidade: “*foram três eleições, sempre com chapa adversária e eles batem forte*”, conta ele. Irimar é um dos fundadores da Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul), que engloba os três

estados do Sul. Proporcionalmente, em número de associados, o sindicato de Alfredo Wagner é o maior do Estado: tem 1.848 associados – 8,8% dos filiados da Fetraf-Sul (21 mil) – e uma arrecadação que em 2003 chegou a R\$ 80 mil. Em 2001, Irimar afastou-se da direção da Associação e da rádio⁵⁵, segundo ele, por excesso de funções. Em junho de 2004, licenciou-se da direção do sindicato para disputar a prefeitura municipal pelo PT e ficou na terceira colocação. Conta ele que a motivação para fundar a rádio comunitária foi a vontade de “*ter um veículo de comunicação na cidade*”, para as organizações terem seu próprio meio e “*se comunicar com o povo*”.

Durante duas gestões consecutivas (2001-2002/2003-abril 2004) a Associação foi presidida pelo pastor Neri Errath, que atua há 11 anos na igreja luterana de Alfredo Wagner. A maioria dos 8.857 habitantes de Alfredo Wagner é católica, mas há cerca de 1.500 luteranos e também evangélicos de várias igrejas. O pastor também é presidente da fundação que administra o hospital local. Sonha com uma candidatura a prefeito pelo PT em 2008. Atualmente, faz parte do Conselho de Ética da emissora. Motivação para participar da fundação da rádio: “*(...) uma rádio tem um alcance que muitas vezes a gente nem se dá conta e o poder que ela tem sobre as pessoas. (...) Ali a gente pode transmitir muitos conteúdos bons, importantes para a sociedade: cultura, religião, fé (...)*”.

O atual presidente da Associação mantenedora – eleito em abril de 2004 – é Nivaldo Barth. Técnico em farmácia, ele é dono de uma farmácia e de uma agropecuária em Alfredo Wagner. Sempre participou da direção de entidades no município, como a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) e Lions Clube. Motivação para participar da criação da rádio:

“Eu não tenho tradição nenhuma em rádio. A minha intenção foi a-política (...) Minha intenção era fazer com que o município tivesse uma integração porque não tínhamos rádio que pegasse aqui (...). Eu acho que para o progresso de um município precisa haver esse tipo de elo”. (Nivaldo Barth)

Dos cinco que participaram mais ativamente da criação da rádio, apenas Isaías Goedert e Irimar Silva estão afastados, ainda que este último acompanhe e esteja a par do que acontece na emissora. Sua esposa, Marlete Silva, é secretária na atual gestão da rádio e

⁵⁵ Em geral, os (as) diretores (as) da Associação mantenedora das rádios comunitárias também são os que coordenam essas emissoras. Há casos, porém, em que essas funções não coincidem e há uma pessoa indicada ou contratada exclusivamente para administrar a emissora.

também contribuiu no processo de fundação. Partiu dela a sugestão do nome da rádio - *Nascente do Vale*.

Atualmente, é Max Figueiredo, o pastor Neri e Nivaldo Barth quem têm participado mais diretamente das decisões sobre a rádio. Além destes, nos últimos anos, Osmar Coelho tem sido uma pessoa-chave. Não é um dos fundadores, mas faz parte do grupo que toma as decisões sobre a emissora desde 2001, quando estava desempregado e foi convidado por Nivaldo Barth para trabalhar na rádio e cuidar da arrecadação dos apoios culturais. Em seguida, foi convidado para ser o administrador da emissora. Em 2004, foi aprovado em concurso público para a prefeitura municipal, onde trabalha atualmente, mas continua participando dos espaços de decisão sobre a rádio. Motivação:

“Milhares de rádios no país afora, roendo pelas bases, é o trabalho da formiga (...). Vejo a rádio comunitária assim: é pequena, mas incomoda. Os quilos de documentos que precisam para abrir uma rádio é porque eles sabem onde pode e onde não pode”. (Osmar Coelho)

Os fundadores da emissora têm em comum o fato de serem de famílias de agricultores da região e uma militância ativa em entidades e/ou instituições locais – seja no âmbito sindical-rural, partidário, religioso ou comercial. A rádio é funcional para essa ocupação de espaços políticos locais. Uma parte deles tem filiação ou simpatias pelo PT. Pelo menos dois deles – Irimar e o Pastor Neri – explicitam ambições de poder: ser prefeito da cidade. Ou seja, a iniciativa da rádio *não é somente* pelos interesses coletivos, implica, muitas vezes, também, um projeto político individual.

“A rádio não mexe em feridas”

(Max Figueiredo – Alfredo Wagner)

A assembléia de criação da Associação mantenedora da rádio teve a participação de mais de 100 pessoas, entre representantes de entidades, partidos políticos e órgãos públicos municipais, inclusive o prefeito à época, e moradores em geral. O Estatuto da Associação responsável define como meta *“continuar desenvolvendo o município, dando oportunidade*

a todos, e lutar pelo direito de comunicação e expressão, visando o não monopólio da comunicação pelas grandes rádios”.

Como não foi registrada a identidade dos presentes naquela assembleia, o cartório exigiu nova coleta de assinaturas. A ata de fundação registra, então, cerca de 52 sócio-fundadores, entre os quais representantes de oito entidades: Sindicato Rural; Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf); quatro igrejas (Católica, Luterana, Assembleia de Deus e Adventista), o CDL e o Lions Clube.

Das 20 entidades que atuam no município, conforme registros da prefeitura municipal⁵⁶, as que participam mais diretamente da rádio, especialmente na programação e/ou sustentação financeira, são o Sintraf e o CDL, além das quatro igrejas acima citadas. A Câmara de Vereadores e a Prefeitura Municipal também repassam uma contribuição mensal fixa para a rádio – ambas têm espaços para programas, mas a utilização é esporádica.

As informações prestadas pelos entrevistados indicam que, atualmente, a gestão da rádio é feita apenas por integrantes da própria diretoria: Nivaldo Barth, atual presidente; Pastor Neri; Max Figueiredo e Osmar Coelho.

O primeiro presidente da Associação, Irimar da Silva, considera que a gestão da emissora, nos últimos anos, foi anti-democrática e centralizada em poucas pessoas. Segundo ele, não existem reuniões periódicas para deliberação sobre os assuntos e rumos da emissora. Cita o caso do conselho de ética, que está previsto no Estatuto, mas que nunca teria se reunido. É meramente formal.

“O pastor centralizou muito nele e no Max (...). As entidades não estão se reunindo, está mais centralizado. A diretoria da rádio, com o pastor, foi anti-democrática. A gente se reunia direto, quando nem tinha a rádio, chamava sempre o pessoal no sindicato para discutir as coisas da rádio, avisava. (...) Agora o pastor saiu, entrou o Nivaldo Barth, que é um empresário da cidade, que também contribuiu bastante

⁵⁶ Consideramos *entidades* as organizações civis de direito privado, sem fins lucrativos. As 20 entidades que constam do cadastro da prefeitura municipal de Alfredo Wagner são: CDL (Clube de Diretores Lojistas); Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais; APAE; Lions Clube; Sociedade Recreativa União Clube; Sociedade Recreativa 20 de Janeiro; Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Alfredo Wagner; Clube de Mães; Grupo de Idosos; Associação Coral de Alfredo Wagner; CTG São Jorge; CTG Independentes de Barracão; Associação Comunitária Nascente do Vale; Associação de Desenvolvimento da Microbacia Alto Limeira; Associação de Desenvolvimento da Microbacia Alto Jararaca; Associação de Pequenos Agricultores Municipais; Associação Agrária Fazenda do Céu; Associação Atlética Banco do Brasil; e Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Dell Antonia.

(...). Ele é um cara muito empreendedor, inovador, contribuiu nessa coisa de montar a rádio, alugar a sala, foi dinâmico (Irimar da Silva)

Irimar questiona também a forma como foi conduzido o processo eleitoral para escolha da nova direção da Associação mantenedora da rádio, realizado em abril de 2004, e revela frustração com a situação atual da emissora.

“ A própria eleição agora foi.... O Osmar alegou que era para não despertar a fúria do PFL, que poderia montar uma chapa, porque o PFL era sócio da rádio (...). Então, alegaram que iam fazer meio discreta a eleição para não montarem outra chapa. Eu acho que tem que correr o risco, não pode fechar assim (...). Ela [a rádio] não está cumprindo o papel dela. Pelo esforço que nós tivemos para construir a rádio (...), dinheiro próprio, dinheiro do sindicato que usamos para poder abrir a rádio, que era uma ferramenta importante”. (Irimar da Silva).

A ausência de um processo eleitoral mais aberto e democrático na rádio também aparece no depoimento de Max Figueiredo: *“Nunca houve uma chapa de oposição”,* confirma. - E por que não? Os outros não se interessaram ou a rádio não se abriu para isso?

“É porque a comunidade acha que está bom assim. Acho que é isso que ocorre, porque a rádio não mexe em feridas. Não que todo o povo goste disso, mas alguns líderes, aqueles que têm condições de pôr uma chapa para concorrer, para eles está ótimo, não incomoda. Se bem que até agora a rádio sempre esteve na mão da esquerda” (Max Figueiredo).

Assim, a regularidade de encontros para discutir assuntos da rádio gira em torno apenas da arrecadação e despesas da emissora, conforme evidencia também o depoimento do pastor Neri – presidente nas últimas duas gestões. Com exceção do conselho fiscal, que se reúne a cada três meses, para apreciação da contabilidade da emissora, não há reuniões frequentes para envolver as diversas entidades na tomada de decisões sobre outros temas da rádio, entre os quais a programação. O pastor conta que fazia uma assembléia geral por ano, mas com dificuldade de público. E que não fazia reuniões de diretoria: conversavam com o vice e segundo vice *“no bate-papo do dia-a-dia”* e já decidiam *“as questões mais executivas”*.

*“A rádio aqui está longe de ser uma rádio comunitária,
na visão que a gente tinha de rádio comunitária”*

(Max Figueiredo - Alfredo Wagner)

Uma rádio comunitária, no imaginário de muitas pessoas, é aquela emissora que divulga, necessariamente, conteúdos críticos e alternativos, distintos dos meios de comunicação de massa. O depoimento de Max Figueiredo, atual vice-presidente da Associação, expõe esse conflito. Ele considera que a rádio *Nascente do Vale* não é comunitária por não ter conteúdos alternativos, mas é comunitária na medida em que tem apoio de todos os segmentos no município: *“A rádio aqui está longe de ser uma rádio comunitária, na visão que a gente tinha de rádio comunitária. Ela é mais uma necessidade local. (...) É uma rádio que repete outras (...)”*. (Max Figueiredo).

A programação, das 06h às 23h, é basicamente musical. Começa com *A Hora do Chimarrão* e *Informativo da EPAGRI* (6h às 8h); *Show da Manhã* e dois programas de igrejas (8h às 12h); *Almoçando com a Nascente* (12h às 13h); *Show da Tarde* (13h às 17h); *Momento Sertanejo* (17h às 19h); *A Voz do Brasil* (19h às 20h); e o *Show da Noite* (20h às 23h). A programação é definida pela direção da rádio. As notícias locais divulgadas são os avisos/comunicados que o poder público municipal e/ou entidades e instituições encaminham à emissora. As notícias estaduais e nacionais são lidas do *Diário Catarinense*. A maior audiência, segundo a direção, é para a programação musical, especialmente o *Cantinho Sertanejo*, um programa com músicos locais que se apresentam ao vivo, todas as quartas-feiras, das 20h às 22h. É um programa classificado por Max Figueiredo como sendo *“musicalmente, de gosto discutível”*, mas cuja alta audiência tem explicação, segundo Osmar Coelho: trata-se de algo que só na rádio encontra espaço para se expressar.

“É que a pessoa trabalha o dia inteiro na roça, mas também toca violão, toca acordeón, sabe cantar uma música. (...) Tem gente que chega em casa, desliga a televisão, põe os filhos pequenos para dormir (...) para ficar escutando a rádio. Esse é o momento da rádio” (Osmar Coelho)

Os entrevistados apontam limitações para o aperfeiçoamento da programação: desde a falta de pessoal e de formação, de recursos, até a condição de rádio já autorizada. A rádio possui duas funcionárias com carteira assinada – uma delas, Denise Figueiredo, esposa de

Max, é secretária e cuida das questões mais administrativas da rádio; a outra funcionária, Valéria, de 28 anos, formada no segundo grau, é responsável pela programação ao longo do dia. Gosta de música, aceitou o convite para trabalhar na rádio e projeta continuar nesse meio. Há ainda cinco bolsistas, em geral estudantes que fazem um horário menor de locução na rádio. A emissora funciona em uma sede alugada, por um salário mínimo, na área central do município. Além dos equipamentos básicos – mesa de som, microfones, cerca de 700 CDs, a rádio comprou, em abril de 2004, um computador para uso na programação.

“Se a gente tivesse a oportunidade de trabalhar de forma diferente, a gente poderia fazer um trabalho bem diferente. (...) Com mais recursos para ter mais equipamentos. Se eu posso ficar mais à vontade e cobrar um pouquinho mais do comércio, eu posso (...) ter um equipamento melhor, mais potente, que chegue em todas as casas. Posso deixar um repórter circulando, dando um flashzinho de vez em quando. Só que isso tem custo. (...) O nosso sonho realizado agora foi a compra do computador. (...) Ainda usamos só pra música porque o nosso objetivo é tocar música, não temos procurado fugir muito disso”. (Osmar Coelho).

Para Osmar, as rádios comunitárias são um espaço para que as pessoas possam aprender a técnica do rádio, exercitar ou descobrir uma vocação, e abrir uma possibilidade de profissão.

“A rádio de Tróia [de estudantes da UFSC] é comunitária, mas eles têm recursos humanos sobrando, universitários do curso de jornalismo, de direito, do que quiser. (...) E o que temos em Alfredo Wagner? A nossa realidade é diferente, nós temos pessoas que trabalham aqui (...). Eu tenho um pensamento que a rádio comunitária é a oficina do rádio, as portas estão se abrindo. (Osmar Coelho)

A programação, na avaliação de Irimar da Silva, tem poucas campanhas educativas e inexistente a relação entre notícias nacionais lidas dos periódicos e a realidade local. A emissora apenas reproduz o que é divulgado pelo *Diário Catarinense*. Irimar atribui essa ausência à falta de formação dos locutores e aponta a necessidade de a gestão investir em qualificação. *“A maioria [dos locutores] é músico e a programação é muito musical (...). Eles lêem [um jornal] na íntegra, não fazem uma leitura crítica (...), não fazem a ponte com o município(...)”.* (Irimar da Silva)

Mas um dos elementos mais presentes em todas as entrevistas relacionadas a esta rádio é o não conflito, o não atrito, o não mexer em feridas. A programação não avançaria para além do musical, para conteúdos mais críticos, porque isso implicaria debate local e polêmicas, que repercutiriam na sustentação econômica e político-social da rádio. A subsistência aparece como condicionante da programação. O pastor Neri, que considera muito “light” os programas da emissora, é um dos que mais enfatiza este problema:

“Em termos de formação de opinião política, a gente tem um pouco de receio. É uma cidade pequena, a gente depende financeiramente do apoio cultural. Então dependendo da posição política, aquilo que você divulga ou questiona na rádio, vai atingir algumas pessoas, elas ficam fora do apoio (...). Então, é difícil entrar com um programa polêmico no ar (...). O medo de avançar está na arrecadação. Se avanças, podes correr o risco de perder arrecadação (...). A rádio ainda não consegue [mobilizar a população] por essas razões”. (Pastor Neri Errath).

A necessidade de buscar financiamento em todos os segmentos, para manter a rádio no ar, levaria a uma política do *não conflito*, que tem engessado a programação e impedido de avançar. Ou seja, há uma tensão entre a subsistência financeira da emissora e os ideais do radialismo comunitário de oferecer, por exemplo, uma programação diferenciada dos chamados meios massivos.

O depoimento do ex-presidente, Irimar da Silva, por exemplo, revela uma crença em que a qualidade da programação está mais relacionada à gestão da rádio e às opções dos gestores do que propriamente às condições materiais e políticas. Segundo Irimar, a rádio poderia fazer uma boa programação – mesmo com poucos equipamentos e pessoal -, mas faltaria a direção da rádio “orientar” os que fazem a programação. Seu depoimento indica ainda que a tática inicial, adotada à época da criação da rádio, de não criar polêmicas no município para não serem denunciados, quando ainda não possuíam autorização, tornou-se também tática atual de sobrevivência da rádio, o que tem limitado a criatividade e a diversidade na programação. A rádio teria se firmado, mas não conseguiria ainda dar o salto para a formação, para proporcionar à população uma visão mais crítica da realidade.

“Quando nós estávamos clandestinos, decidimos não bater em ninguém para não haver a denúncia contra nós. Depois que a rádio se oficializou, eu defendi que a gente fizesse aos sábados um debate, Cidade Aberta, com o tema da saúde, por exemplo, ou educação; chamar as entidades, ouvir, colocar o telefone direto com o povo. Fazer isso pelo menos um dia por semana, para criar uma consciência, para

o povo saber o que cada um pensa, as autoridades. Mas a rádio nunca fez, sempre se omitiu. (...) Se enraizou e ficou assim, criou raízes”. (Irimar da Silva).

O fato da emissora já possuir autorização para funcionamento também aparece, curiosamente, como mais um condicionante dos *conteúdos*, conforme o depoimento de Osmar Coelho, ex-administrador da rádio. A situação de *legalidade* exigiria uma “*responsabilidade*” maior do que naquelas emissoras que funcionam sem autorização. Quando questionado se o objetivo é continuar tocando música na *Nascente do Vale* ou se há projetos para avançar na programação, ele comparou a emissora de Alfredo Wagner com a *rádio de Tróia*, dos estudantes da UFSC:

“A idéia é dar um pulo pra frente, agora tem que ver até onde a gente pode ir, porque quando se tem uma rádio comunitária clandestina podes tocar o que queres, fala de quem tu queres, a hora que tu queres. Mas quando estás fazendo uma programação legalizada, tem que cuidar porque daqui a pouco tem gente batendo na porta. E não é isso que a gente quer (...). Eles [a rádio de Tróia] têm um monte de recursos que a gente não tem aqui, mas eles não têm a responsabilidade que a gente tem aqui. (...) Aqui tem uma diretoria que é responsável, são pessoas públicas no município, a gente não pode expor assim”. (Osmar Coelho).

Veremos mais adiante que esse aspecto da legalidade como condicionante do conteúdo pode ter um elemento de contraste na rádio *Estúdio 105*, do município de Campo Belo do Sul, na região serrana, onde ocorre justamente o contrário. Lá o argumento é que a situação de ilegalidade da emissora condiciona a programação, impede que ela seja mais crítica - argumento usado na rádio de Alfredo Wagner antes da legalidade.

É também em torno à temática do conflito – ou de como evitá-lo – que aparece uma resposta sobre o aprendizado com a experiência de criação e manutenção da *Nascente do Vale*. A prática cotidiana de buscar apoio e sustentação para a rádio ensinaria aos participantes que há momentos para falar.

“Em primeiro lugar, a gente tem que ser ético (...). Quando a gente depende de buscar apoio cultural (...) tem que ficar na tua. Essa é a regra do comércio: ou tu ficas na tua, ou não fazes nada. Não adianta abrir a boca. E a rádio me ensinou a abrir a boca sobre determinados pontos, em horas mais exatas, mais definidas. Isso a rádio me ensinou. É um meio de comunicação que está aí, está servindo para todo mundo (...). Dentro do que a gente pode oferecer, estamos aí, nunca fechamos a porta para ninguém (...) Procuramos não criar problemas para ninguém. Temos um programa que está aí meio quieto, por enquanto, ainda não lançamos mão dele,

porque ele pode gerar certa complicação. É “O Povo Pergunta”. Está na manga, um dia, se a gente precisar dele, a gente bota ele no ar. Hoje a gente não se dá ao luxo de abrir mão de nada (...). Se a gente começar a abrir mão, quem vai manter a rádio aberta? Então guardamos este programa para a hora mais urgente, mais apropriada. (...) Aprender o momento de falar”. (Osmar Coelho).

Max Figueiredo também confirma: *“Isto aprendi com a rádio: ficar quieto em determinadas situações (...). Eu pensava bem diferente disso”.*

“O segredo é a organização”

(Nivaldo Barth – Alfredo Wagner)

As pessoas mais diretamente envolvidas na gestão da rádio *Nascente do Vale* percebem limitações, mas também benefícios na lei de radiodifusão comunitária. Dois aspectos da legislação são considerados limitadores, conforme as entrevistas: a potência restrita a 25 Watts, o que impede uma maior abrangência da emissora em um município de geografia acidentada como o de Alfredo Wagner; e a proibição de divulgar o telefone e o endereço do apoiador cultural. Mesmo considerando a lei *“meio complicada”* por padronizar realidades distintas, o atual presidente da Associação, Nivaldo Barth, acredita que a lei de radiodifusão comunitária *“favorece as rádios comunitárias. Deu condições para que quando a gente juntasse a documentação, a coisa engrenasse e (...) está funcionando”.*

A única vez em que a *Nascente do Vale* sofreu a ação da fiscalização foi em 1998 – oito meses após entrar no ar pela primeira vez e quando ainda estava tramitando o pedido de autorização para funcionamento. A Polícia Federal esteve no local onde funcionava a rádio, mas a encontrou fechada. Como naquele ano os órgãos de fiscalização já tinham fechado várias emissoras de baixa potência em Santa Catarina, a diretoria da *Nascente do Vale* decidiu tirá-la do ar alguns dias antes da chegada da Polícia. Mesmo assim os policiais estiveram no local e obrigaram o então administrador da rádio, Max Figueiredo, a abrir a sala: levaram os equipamentos e abriram inquérito policial contra Max, posteriormente arquivado. Como encontraram a rádio fechada, *“(...) o inquérito parou por ali, não tinham maiores provas”*, conta Max. O caso desta emissora indica que a repressão fiscal parece se

mostrar eficaz no enquadramento de experiências não autorizadas oficialmente: a rádio voltou a reabrir somente em 2001, meses depois de receber a autorização.

Em dois depoimentos de fundadores da emissora – Irimar, o primeiro presidente da Associação, e Nivaldo, o atual presidente – aparece um elemento importante para refletir sobre a conquista de autorização para funcionamento de uma emissora comunitária. Ambos contam que tiveram ajuda de parlamentares no acompanhamento do pedido de autorização em Brasília, mas que isso não teria sido determinante. O fundamental, segundo eles, é que a Associação definiu a “legalidade” como prioridade, desde o início, e fez um acompanhamento permanente do processo: designou uma pessoa para cuidar dos trâmites, preencheram todos os requisitos, cumpriram todos os prazos. Enquanto há emissoras cujo pedido tramita desde 98 ainda sem definição, a rádio de Alfredo Wagner conseguiu sua autorização em 2000 – dois anos após entrar com o pedido. O segredo para o desfecho relativamente rápido, se comparado a outras associações, “*não é politicamente. O segredo é a organização (...)*”, conta Nivaldo. Ainda assim, o processo de autorização contou também com o auxílio de parlamentares.

*“As pessoas vêm buscar mais informações,
dizem que escutaram na rádio”*
(Irimar da Silva – Alfredo Wagner)

Alfredo Wagner é um dos municípios da Grande Florianópolis, mas também está próximo – geográfica e culturalmente - das regiões do Vale e Serrana por estar localizado no entroncamento dessas três regiões do Estado. O censo 2000, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostrava a existência de 8.857 habitantes, dos quais 6.384 (72%) viviam no meio rural.

A monocultura da cebola é a principal base da economia do município. Nos últimos anos, o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf) tem desenvolvido, junto ao agricultores, iniciativas para diversificar a economia local - assentada principalmente na monocultura da cebola. Em fevereiro de 2003, o Sintraf fundou a Cooperativa de Crédito Solidário (Cresol), depois de mais de um ano de gestões e cerca de 50 reuniões de base. Além da cooperativa, o sindicato tem estimulado uma cultura de uso

adequado dos recursos naturais. Técnicas modernas de pastoreio (pastagens); produção de leite à base de pasto; uso da calda da própria cebola como defensivo agrícola nos cultivos de cebola; uso correto de defensivos agrícolas e agrotóxicos; e proteção do meio ambiente são temas veiculados pela rádio durante o programa do Sintraf ou, esporadicamente, ao longo da programação. Neste exemplo, a rádio aparece como um instrumento útil de multiplicação de informações, requisito importante para a formação da cidadania.

“As pessoas, os vizinhos vêm perguntar, vem buscar mais informações, dizem que escutam na rádio, porque a gente sempre diz que maiores informações podem buscar na rádio ou no Sindicato” (Irimar da Silva).

A emissora arrecada em torno de R\$ 2 mil reais/mês a partir de apoios culturais provenientes da prefeitura (dois salários mínimos); Câmara de Vereadores (R\$ 400,00); quatro igrejas (R\$ 70,00 cada); Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (R\$ 70,00). Estas entidades e instituições respondem pela maior parte da arrecadação da rádio (R\$ 1.270,00 ou 63,5%). O restante provém de pelo menos 70% do comércio. No comércio, há três tipos de apoios culturais, dependendo do número de inserções mensais: uns pagam R\$ 50,00, outros R\$ 40,00 e outros R\$ 20,00. Há ainda o *Classificado Comunitário* que custa R\$ 1,00 e R\$ 2,00 e são anúncios avulsos - de shows, festas, circos e outros eventos.

Os cálculos de Osmar Coelho e Max Figueiredo indicam que as duas rádios comerciais mais próximas (a *Sintonia*, de Ituporanga, e a *Verde Vale*, de Taió – ambas do Vale) perderam em torno de R\$ 8 mil de arrecadação mensal a partir da criação da comunitária em Alfredo Wagner. É quatro vezes a arrecadação mensal da *Nascente do Vale*, já que os valores diferem pela própria diferença nos custos de manutenção de equipamentos, pessoal, impostos etc. Ainda que não tenha provas, Max Figueiredo aposta que partiu dessas emissoras comerciais a denúncia contra a *Nascente do Vale*, em 1998. A *Verde Vale*, de Taió, por exemplo, pode ser sintonizada somente no centro de Alfredo Wagner e apenas quando a comunitária está desligada, pois as duas frequências são muito próximas (FM 104,7, a comercial, e FM 104,9, a comunitária). A primeira chegou a propor à segunda um acordo para troca de frequências. No caso da *Sintonia*, de Ituporanga, o problema com a arrecadação é mais explícito e teria, inclusive, levado seu proprietário, o ex-deputado Gervásio Maciel, do PP, a propor ao administrador da *Nascente do Vale*, Osmar Coelho, que vendesse anúncios em Alfredo Wagner também para a *Sintonia*.

*“No interior, a política partidária se torna pessoal;
as pessoas acabam até ficando inimigas”*
(Osmar Coelho – Alfredo Wagner)

Em Alfredo Wagner há sete partidos políticos ativos (PFL, PP, PMDB, PT, PSDB, PDT e PPS), conforme o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC)⁵⁷. A prefeitura municipal registra a existência de 20 organizações da sociedade civil, entre associações, sindicatos, CTGs, clubes, etc. A mais ativa é o Sintraf (Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar). O município sempre foi governado por políticos vinculados ao PFL e PP que, nos últimos anos, passaram a compor também com PMDB, PSDB e PDT locais.

A direção da rádio conta que o atual prefeito, Sérgio Biasi Silvestre (PP), não tem utilizado o espaço para divulgação das ações do poder público municipal com o argumento de que isso provocaria os adversários políticos e restringiria os apoios à emissora. Volta a aparecer, novamente, a política do não conflito para garantir a receita da rádio. Os depoimentos mostram ainda como a gestão da emissora está atrelada às disputas partidárias dentro do município, ou seja, não há uma comunidade como lugar de consenso permanente, para além do conflito dos grupos políticos partidários e das redes de poder local.

“Ele [o prefeito] diz que é para não despertar ciúme na concorrência, nos adversários para eles também não evitarem de contribuir com a rádio e a rádio precisa de todo mundo. Essa é a opinião do prefeito, porque aqui no interior a política partidária se torna pessoal, as pessoas acabam até ficando inimigas, então quem estiver no meio...”. (Osmar Coelho)

O ex-presidente da Associação mantenedora da rádio, Irimar da Silva, percebe de forma distinta o tema da participação e uso da emissora pela sociedade civil e política do município. Identifica uma sub-utilização da rádio. Ele lembra que, desde sua fundação, a Associação se abriu a todos – entidades, partidos, igrejas etc - até como estratégia para evitar o surgimento de outra associação e outra rádio que viesse a competir com a *Nascente do Vale*. Acredita que a emissora continua aberta à participação, mas que esta precisa de estímulo, de “provocação”. Essa concepção questiona os argumentos, comuns em muitas

⁵⁷ Os dados sobre número de partidos e de filiados dos municípios cujas rádios participam de nossa amostra são do TRE/SC (Tribunal Regional Eleitoral) e referem-se a julho de 2004. www.tre-sc.gov.br/eleicoes/estat_offline/filp/munic.

rádios, segundo os quais a participação poderia se dar simplesmente pelo fato de que “os microfones estão abertos” (Pastor Neri Errath). Seguindo a argumentação de Irimar, não haveria como esperar que a participação acontecesse espontaneamente uma vez que as pessoas em geral não têm o “costume” de usar os meios de comunicação, isto é, não se sentem naturalmente concernidas a participar, a pertencer à experiência, muitas vezes até porque não vêem utilidade.

“[Os partidos] não querem saber da rádio. A prefeitura paga por mês um valor [dois salários mínimos] para a rádio, mas não divulga nada, nem as secretarias; só quando tem uma campanha, de vacinação, por exemplo, mas no cotidiano, não. (...) Eles não caracterizam a rádio como sendo do PT, até porque a rádio é bem aberta. Antes tinha um programa que era feito por um vereador do PFL, porque ele era músico. Nunca foi trancada, a rádio sempre foi bem aberta, mas é que o povo não tem o costume mesmo de usar (...)” (Irimar da Silva).

Na avaliação de Irimar, a rádio não está desempenhando um papel educativo e, para fazê-lo, dependeria da capacidade da emissora em estimular a participação social, articular ações com outras organizações e instituições e, até mesmo, liderar iniciativas locais, ou seja, práticas que passam pela gestão da rádio e que repercutem na programação. A possibilidade de a rádio desempenhar um trabalho educativo e de aumentar a participação social na emissora dependeria de iniciativas de gestão, como, por exemplo, a realização de formação dos próprios locutores.

“A rádio poderia chegar aos secretários e provocar; chegar na secretaria de saúde e dizer para fazer a campanha contra o fumo; mês que vem fazer outra, da alimentação saudável. Não há isso. Eu não entendo nada disso, mas se eu fosse fazer rádio, eu tenho essa visão, de provocar. (...) A rádio tem que provocar (...) e trazer exemplos de outros lugares. Daí isso vai se espalhando e começa a ser exemplo para outras rádios e outros municípios também, repica.” (Irimar da Silva)

Irimar acredita que a “metodologia” para “provocar” a participação, o envolvimento e um maior uso da rádio é a “repetição”, inúmeras vezes, de fatos, acontecimentos, novidades, notícias etc. Repetir, chamar, anunciar e estimular seguidamente convence, anima, forma. Formação e mobilização dependem, segundo o depoimento, de permanência, insistência, repetição, para criar o hábito, o costume, a *cultura de participação*. É pela ausência disto que a rádio não estaria mobilizando as pessoas. É a constância de determinados conteúdos que tornaria a rádio importante não somente para as *emergências*,

como o exemplo da enchente que atingiu o município, mas também para projetos que implicam *permanência*, como é o caso da formação para a cidadania. Ainda assim, fica o vazio da falta de um estudo de recepção.

*“Alfredo Wagner pode ser classificada
em antes e depois da rádio”*

(Osmar Coelho - Alfredo Wagner)

Apesar das dificuldades relatadas, os gestores acreditam que a *Nascente do Vale* tornou-se um marco na história de Alfredo Wagner.

“Alfredo Wagner pode ser classificada em antes e depois da rádio. A rádio teve, com certeza, uma parcela grande na história do município. Se um dia essa rádio fechar, morre um pouco da história do município. Não são todos os municípios que se dão ao luxo de dizer ‘nós temos a nossa rádio’. Com altos e baixos, com todas as dificuldades, temos aqui uma rádio funcionando das 6h às 23h”. (Osmar Coelho).

Irimar da Silva também confirma: *“O município tem dois momentos: com a rádio e sem a rádio”*. A emissora tornou- o principal meio de informação sobre o que acontece em Alfredo Wagner, ainda que na forma de comunicados e anúncios de utilidade pública. Sua importância, conforme os relatos, estaria principalmente no fato de o município possuir um meio de comunicação - o que não significa, necessariamente, que as pessoas se apropriem desse meio, que participem ativamente de sua produção e condução.

Os moradores de Alfredo Wagner não tinham o hábito de escutar rádio antes da criação da *Nascente do Vale*, já que a localização geográfica sempre dificultou a entrada das rádios de outros municípios, como a *Sintonia*, de Ituporanga, e a *Verde Vale*, de Taió. O jornal de maior circulação no município é o *Diário Catarinense*, que possui 40 assinaturas. Recentemente, o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura começou a impulsionar um outro meio de comunicação: *“A dar notícias”*, um impresso bimensal, que em junho de 2004 estava na 3ª edição. É feito por estudantes do ensino médio, além do próprio Irimar Silva e um mestrando da UFSC. Segundo Irimar da Silva, *“a idéia é que esse jornal fique nas mãos do povo de Alfredo Wagner”*.

Novamente, aparece um outro meio de comunicação no município por iniciativa do Sindicato. Pelas informações disponíveis, é mais provável que o jornal seja uma necessidade sentida pelo sindicato do que uma nova necessidade da população, por mais e melhores informações, criada a partir do surgimento da rádio.

5.2 Rádio *Estúdio 105*, de Campo Belo do Sul – Região Serrana⁵⁸

“Sempre gostei e sonhei com uma rádio. Gosto de ver alguém crescer, despertar seu talento, seu dom”

(Neri Hermes – Campo Belo do Sul)

A rádio comunitária *Estúdio 105*, de Campo Belo do Sul, partiu da iniciativa de um grupo de seis pessoas que em 1998 foram convidadas pelo então padre Neri Hermes para uma reunião onde seria discutida a instalação de uma emissora comunitária. O grupo integrava o conselho de pastoral da igreja católica no município, que tinha representantes de entidades e/ou movimentos como o de mulheres agricultoras, a Cáritas da Diocese, pastoral da saúde, etc. O objetivo, relata Neri Hermes, era ampliar a comunicação dos trabalhos da paróquia - então realizados via torre da igreja ou da rádio *Clube*, de Lages - e *"fortalecer os movimentos sociais, as entidades, as pastorais e a cultura"* locais.

Entre os entrevistados, apenas Neri Hermes (ex-padre); Vicente Lopes (trabalhador de uma serraria) e Antônio Gil (funcionário do SINE e da prefeitura) participam da rádio

⁵⁸ Em Campo Belo do Sul, entrevistamos 15 pessoas, nos dias 04 e 05 de junho de 2004. Foi o único local onde as entrevistas foram feitas de forma coletiva, durante debate em grupo. Participaram Neri Hermes (coordenador da rádio, 49 anos), com quem realizamos também uma entrevista em profundidade; Vicente Lopes dos Santos (serralheiro e pedreiro, 40 anos); Edson Rogério (Pedreiro e carpinteiro); Sr. Irineu (operador de máquinas da prefeitura, 54 anos); Antônio Gil (funcionário do SINE e prefeitura, 48 anos); Almir Rodrigues (20 anos) Sr. Albarino (associação de moradores do Lago Azul); Miguel Pelozzato e Edes (do reassentamento dos atingidos pela Barragem de Machadinho); Maria Inês (Igreja do Evangelho Quadrangular, 39 anos); Maicon, (Igreja Assembléia de Deus, 15 anos); e os jovens Alexandre (estudantes, 16 anos); Daniel Borges (estudante, 15 anos); Wagner Raitz (estudante, 13 anos); Júnior (locutor, 19 anos) e Rodrigo (técnico de som). Há 16 páginas de entrevistas transcritas e arquivadas.

desde sua fundação. Os três possuíam militância nas pastorais da igreja católica até o final dos anos 90. Os dois primeiros são filiados ao PT e o segundo ao PFL.

Neri Hermes, filho de agricultores de Abdon Batista, na região Serrana, tem 49 anos e foi pároco em Campo Belo do Sul durante 11 anos. Em 2000 abandonou o sacerdócio para se casar; possui três filhos. Começou sua militância na década de 80, quando atuava com grupos de jovens ligados à igreja, em Lages.

Neri teve um vínculo de funcionário comissionado com a prefeitura municipal⁵⁹, desde 1999, quando ainda era padre e foi convidado pelo prefeito José Davi Pereira (PFL) para ser diretor de esportes pelo trabalho que desempenhava nesta área no município, sobretudo no futebol. Neri já era (desde 1989) e continua filiado ao PT. Também atuou como uma espécie de assessor de comunicação da prefeitura até meados de 2004, quando afastou-se para a campanha eleitoral e elegeu-se vereador pelo PT. Conta que sempre atuou na pastoral da saúde. Trabalha com medicamentos naturais e tratamentos terapêuticos alternativos. Motivação para o envolvimento com a rádio:

"Tem essa piazzada aí despontando, descobrindo seus talentos, seus dons, isso é uma realização muito grande pra mim, ver que estão ali e gostam. Tem outro rapaz do interior que quer participar. (...) Vejo que ele tem muito mais dom para a eletrônica, para a parte técnica, talvez nem seja locutor. Só que ele vai ter que voltar a estudar, se não como ele vai poder entender a eletrônica? (...). Sempre gostei e sonhei com uma rádio. Gosto de ver alguém crescer, despertar seu talento, seu dom, a capacidade que as pessoas têm. (...)" (Neri Hermes)

O Estatuto da Associação Patrocínio 08 de Novembro, fundada neste dia de 1999 e responsável pela rádio Estúdio 105, define como objetivos da emissora “difundir idéias culturais, tradições e costumes da comunidade” e “contribuir para a elevação do nível cultural da comunidade e para a democratização dos meios de comunicação, informação e institucionalização do direito de comunicar”.

⁵⁹ A relação de Neri Hermes com a prefeitura era uma espécie de *permuta*. A prefeitura argumentava que não podia, oficialmente, destinar contribuições financeiras à rádio comunitária, pelo fato de a emissora não ser autorizada pelo Ministério das Comunicações. A administração municipal, então, mantinha Neri como funcionário comissionado, vinculado à secretaria de Educação, e, em contrapartida, divulgava suas notícias na rádio *Estúdio 105*. Não há pesquisas, pelo menos em Santa Catarina, sobre essa relação entre as prefeituras e profissionais que atuam nos meios de comunicação nos municípios, mas é bastante comum este tipo de *permuta* citado acima. No caso específico de Neri Hermes e a prefeitura de Campo Belo, o argumento da não autorização da rádio como impedimento para qualquer tipo de repasse financeiro não tem fundamento, já que a Associação mantenedora da rádio comunitária é devidamente registrada e reconhecida ante à Lei.

São 19 as organizações ou instituições que aparecem como integrantes da Associação responsável pela rádio, mas apenas cinco participam regular e efetivamente da emissora: SINE municipal (Sistema Nacional de Emprego), Associação de Moradores do Lago Azul, as igrejas Assembléia de Deus e do Evangelho Quadrangular, a Associação Nova Cachoeirinha dos Atingidos pela Barragem de Machadinho, além dos locutores da rádio, que em junho somavam 12 – metade jovens de até 25 anos. As reuniões são mensais e nelas os representantes destas entidades e os locutores discutem a situação da rádio, apoios culturais, programação, etc. A administração diária da rádio é feita por Neri Hermes, que também é o presidente da Associação mantenedora.

A programação da rádio é basicamente musical. A emissora reproduz informações estaduais e nacionais retiradas dos jornais que circulam no município (*Diário Catarinense*, *A Notícia*, *Correio Lageano* e *O Momento* – de Lages), notícias da Epagri, do Plantão Saúde divulgado pela Rede Oboré Comunicações e Artes, de São Paulo. Tem ainda os avisos da comunidade, notícias da prefeitura e secretarias, principalmente da Saúde, horário das igrejas (católica, presbiteriana, adventista, quadrangular e assembléia de Deus), comunicados, recados, lista de aniversariantes, promoções do comércio, sorteios, signos, etc.

Em junho de 2004, havia 10 locutores fixos, dos quais dois remunerados (um para cuidar da programação pela manhã e outro pela tarde, de segunda à sexta) e os demais voluntários. A maioria dos locutores é constituída por jovens, entre 11 anos e 25 anos, que querem aprender a trabalhar em rádio, alguns sobretudo porque gostam da música ou sonham trabalhar em uma rádio maior. Alguns dos jovens voltaram a estudar depois que começaram a fazer locução na rádio.

“Eu trabalhei um ano na rádio comunitária de Cerro Negro, mas depois fechou. Aquela rádio era de um vereador, mas foi fundada pelo meu tio, Luiz Carlos, que sempre trabalhou com rádio, (...) eu aprendi com ele. (...) Quero fazer um supletivo e também fazer este curso de comunicação que a Uniplac vem dar pra gente. (...) Eu sonho em trabalhar numa rádio maior. (...) Aqui eu pego a experiência e tendo o estudo fica mais fácil. Quando eu comecei em rádio, não tinha voz, nem experiência. Muita gente dizia que eu não tinha jeito pra isso. Hoje o pessoal motiva, diz que o programa que eu faço é legal, que eu falo legal”. (Hermes Júnior, 19 anos, locutor das 9h às 12h)

A rádio funciona em local próprio – uma casa de madeira pré-moldada, construída em mutirão pelo grupo de voluntários ligados há mais tempo à emissora. Está localizada no mesmo terreno da casa de Neri Hermes. Além dos equipamentos básicos – duas mesas de som, microfones, cerca de 600 CDs, MDs –, a rádio possui um computador, que utilizam para fazer vinhetas e a programação musical. Os primeiros equipamentos foram comprados a partir de recursos emprestados pela paróquia e pagos pelos voluntários. Os novos, adquiridos em março de 2003 para substituir os que estavam com problemas, foram comprados a partir de um “termo de cooperação mútua para equipar a rádio”, firmado pela Associação Patrocínio 08 de Novembro – mantenedora da emissora - e a Baesa – Energética Barra Grande, empresa responsável pela construção da barragem de Machadinho. Em contrapartida, a rádio veicula boletins semanais de divulgação dos trabalhos da Baesa na região.

“A autorização facilitaria porque tem órgãos do governo que dizem que depois que estiver legalizada ajudariam, fariam anúncio”

(Neri Hermes – Campo Belo do Sul)

A rádio ainda não possui autorização do Ministério das Comunicações. O primeiro pedido, apresentado em 1998, foi arquivado [em geral, é arquivado por falta de cumprimento dos requisitos, informações solicitadas e não encaminhadas nos prazos, etc]. No início de 2003, Neri Hermes, os locutores e os representantes das cinco entidades que participam mais ativamente da rádio, buscaram e conseguiram apoio de 19 organizações civis locais e voltaram a encaminhar a solicitação ao Ministério.

Até outubro de 2004 a emissora não enfrentou problemas com a fiscalização. Quando há ações fiscais são, em geral, atribuídas a opositores políticos – o que confirma que as rádios são instrumentos de poder local ou pelo menos é assim que são percebidas pelas pessoas envolvidas.

“O partido de oposição [refere-se ao PP] queria comprar a rádio porque fortalecia eles politicamente; queriam comprar a rádio e eu. Eu podia pedir o que eu quisesse, claro que eu não ia ceder. Para mim, foram eles que mandaram a

Anatel. (...) As outras rádios não denunciaram (...), eu tinha um bom relacionamento com todo o pessoal da rádio Clube [emissora comercial, de Lages]. (...) A Anatel só veio, notificou, aconselhou a fechar (...)". (Neri Hermes).

Mas a falta de autorização, segundo ele, é um freio para a sustentação financeira da rádio - uma vez que os órgãos públicos não anunciam - e condiciona os conteúdos:

"A autorização facilitaria porque tem uma porção de órgãos do governo que dizem que depois que a gente estiver legalizado ajudariam, fariam anúncio. (...) "[se] começar a criar muita polêmica, se alguém for excluído, marginalizado, como a gente não está ainda legalizado, vai acabar sofrendo denúncia. Para nós esse é um ponto complicador. A gente sabe até onde pode ir com a rádio. (...) Se questionar, colocar alguns contra a parede..." (Neri Hermes).

"A rádio pode ajudar a comunidade no desenvolvimento, pode deixar a comunidade bem ativa. Ainda vamos chegar lá"
(Neri Hermes – Campo Belo do Sul)

Campo Belo do Sul é um município de 1.025,90 quilômetros quadrados, um dos maiores de Santa Catarina em extensão e está localizado na região Serrana. O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano no Município) de Campo Belo era, no ano 2000, um dos mais baixos de Santa Catarina: 0,694 - o 3.089º do Brasil e o 290º entre os 293 municípios catarinenses. A cidade-pólo e referência regional é Lages, da qual Campo Belo se emancipou em 1961.

Em 2000, a população de Campo Belo do Sul era de 8.051 habitantes, dos quais 55,14 % viviam em área considerada urbana. A economia de Campo Belo do Sul está baseada principalmente nos setores madeireiro e agrícola: milho (15,8 mil toneladas em 2002) e soja (5,4 mil toneladas em 2002), principalmente, mas também trigo, feijão e frutas, como kiwi, maçã e ameixa, produzidas, sobretudo, por imigrantes japoneses. Campo Belo perdeu recentemente o título de Capital Nacional do Kiwi para a cidade de Farroupilha (RS).

Neri Hermes conta que, nos anos 50, Campo Belo chegou a ter mais de 30 serrarias. Hoje são sete. Outro setor importante é o granjeiro. As granjas são cooperativas de

produção, como a Coopercampos – a maior da região Serrana -, que arrendam ou compram grandes extensões de terra, combinando a criação de gado com a plantação e armazenagem de grãos, por exemplo. Nos anos 90, conta Neri, as granjas empregavam cerca de 2.500 bóias-frias no município, quase 14% da população de Campo Belo.

São cerca de 100 fazendas no município, cuja extensão vai de 120 milhões de campos a 360 milhões de campos (360 mil hectares) - caso da Fazenda Gateado, a mais conhecida no município por desenvolver nos últimos anos o Reflorestamento. A antiga floresta nativa foi praticamente transformada em floresta de *pinus*. A Fazenda Gateado é uma das maiores geradoras de emprego no município e fornece madeira para cerca de 10 serralherias da região. O coordenador da rádio *Estúdio 105* conta que a Fazenda Gateado movimenta mais recursos que a prefeitura municipal, cuja receita arrecadada em 2003 foi de R\$ 4.686.683,27.

Um das queixas do coordenador da rádio é justamente o financiamento. Neri Hermes explica que a outra rádio de baixa potência de Campo Belo – a *Explosão FM* – disputa com a *Estúdio 105* os apoios culturais do comércio local. A pauta publicitária da rádio *Estúdio 105* gira em torno de R\$ 600,00 – um quarto apenas do arrecadado pelas emissoras de Alfredo Wagner e de Coronel Martins.

Há sete partidos ativos no município - PFL, PP, PMDB, PT, PDT, PSDB e PPS -, segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC). Desde que foi emancipado de Lages, em 1961, Campo Belo é governado pelo PFL e PP. O prefeito em 2004 era João Pedro de Oliveira Primo, do PFL.

São cerca de 30 organizações cadastradas pela prefeitura, mas poucas são ativas, segundo Neri Hermes. Os agricultores, diz, são os mais ativos, mas o sindicato tem uma função mais burocrática. O SINE também é atuante. Tem ainda a Cáritas da Diocese e cerca de cinco associações de moradores com relativa atuação. Há uma Associação dos Motoristas, que também faz parte da rádio. Neri aponta uma redução na atividade dos movimentos populares no município nos últimos anos, o que estaria relacionado à sua saída da igreja e à chegada de um padre católico com prática religiosa tradicional. Ele diz que a rádio pretende, mas ainda não conseguiu, ativar a participação social no município: “*A rádio, para a comunidade, faz muito bem: pode ajudar a comunidade no desenvolvimento,*

no crescimento (...), deixar a comunidade bem ativa (...). A gente ainda vai poder chegar lá”.

*“A gente está conseguindo ser reconhecido
em Campo Belo através dessa rádio”*

(Miguel Pelozzato – Campo Belo do Sul)

Rádio e televisão são os meios de comunicação massivos predominantes em Campo Belo. Entre as rádios, as mais sintonizadas no município são a *Estúdio 105* e a *Explosão FM* - ambas de baixa potência, mas que conseguem atingir praticamente todo o município e parte dos vizinhos. Além disso, é bastante escutada no município a rádio *Clube AM*, de Lages, a de maior abrangência e audiência na região serrana.

Os jornais têm pouca leitura e nenhum é feito em Campo Belo. O *Correio Lageano*, diário de maior circulação na região serrana, não chega a 30 assinaturas em Campo Belo do Sul – o mesmo em relação ao jornal *O Momento*, um semanário de Lages. Também circulam na região os jornais estaduais *Diário Catarinense*, com 28 assinantes, e *A Notícia*. Há ainda o jornal *Palanque*, mensal, e o recém criado *Gazeta Popular*, ambos também de Lages. “*O pessoal não lê muito, se informa mais pela rádio. Vêem bastante televisão também, mas só com parabólica; não se pode ver os jornais locais na televisão, só o nacional, da Globo*” (Neri Hermes).

A rádio *Estúdio 105* é o meio que divulga e potencializa a participação em festas populares no município. Uma das mais tradicionais é a Festa do Fundo Comum, que reúne os bairros e organizações sociais de Campo Belo, e expõe o que é produzido no município, como o artesanato, por exemplo. É uma festa que desde 90 era organizada pela igreja e a partir de 98 passou a ser impulsionada pela rádio e a envolver também o poder público municipal. Há ainda a Festa do Colono, Festa da Integração (torneio de laço); Feira agropecuária; Festa da Colheita; além das festas do hospital, dos colégios e da APAE.

Há muitos torneios e rodeios, tradicionais na região e que são os principais espaços de entretenimento e lazer da população ao longo de todo o ano, reduzindo apenas no inverno. O MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho) e os CTGs (Centros de Tradições

Gaúchas) - que totalizam 17 no município, - usam regularmente a rádio para divulgação dos eventos; a rádio já chegou, inclusive, a narrar alguns rodeios.

Além das identidades que se expressam a partir destas entidades, grupos ou atividades e festas, a rádio tem ajudado a construir um prestígio *de pessoa pública* tanto para os que têm programa, quanto para os ouvintes que têm seu nome citado, comentado na programação da rádio. Ou seja, a rádio contribui para o *reconhecimento social* do cidadão comum, dá *visibilidade* às pessoas mais anônimas do município.

“Através duma emissora, a gente faz muita amizade. Foi o que aprendi nesses cinco anos que estamos na rádio. Quando eu saio na rua sou conhecido, tenho amizade, tenho o carinho das pessoas”. (Vicente Lopes, 40 anos, pedreiro e carpinteiro, filiado ao PT, um dos fundadores da rádio. Está cursando o 2º grau, pois voltou a estudar depois de entrar na rádio, onde apresenta um programa musical).

“A gente fica muito contente quando o povo do interior, muitas pessoas querem conhecer a gente, muitos vêm na rádio, a gente recebe muitas cartinhas, recados”. (Edson Rogério, pedreiro, desde 2001 apresenta um programa diário de música tradicionalista na *Estúdio 105* e atua também nos movimentos tradicionalistas do município).

“Eu estou na rádio porque meu sonho sempre foi ser comunicador. Já fiz dois cursos de comunicação e pretendo continuar porque é muito bom a comunicação. A gente leva informação para os ouvintes. Meu projeto é fazer um curso de computação porque eu ainda sou um pouco atrapalhado com isso. (...). A gente fica feliz porque, como disse o Vicente, a gente sai na rua e todo mundo conhece a gente, tanto no interior quanto na cidade. (...) No início eu não sabia nada de rádio, os companheiros aqui me ajudaram. A rádio é uma terapia pra mim. O dia que não posso fazer, me faz falta”. (Sr. Irineu Esplendor, 54 anos, operador de máquinas da prefeitura municipal, está desde 2001 na rádio, onde faz programa diário de música sertaneja raiz e show de bandas).

“O que a gente tem sempre comentado nas nossas reuniões é que para alguém se tornar uma pessoa pública não é simples, não é fácil. Muitas pessoas precisam ser eleitas ou é uma questão política, têm que estar em entidades, associações. Para se eleger um presidente de uma associação de bairro precisa ter uma influência muito grande, uma facilidade, uma liderança para isso. Não é simples. E a rádio tem esse poder, essa facilidade. É uma coisa rápida, basta a pessoa ter essa consciência de onde ela está, o que está fazendo, quem ela está atingindo, que ela se torna uma pessoa pública. Não é mais o Irineu, é o Irineu da rádio, se torna muito reconhecido, é gratificante”. (Neri Hermes, coordenador da rádio).

Além desse reconhecimento às pessoas comuns, em Campo Belo a rádio também

está ajudando a *reconstruir a identidade* de quem está vivendo um processo de desterritorialização e re-territorialização, de quem teve que migrar, sair de seu município e recomeçar a vida em Campo Belo. A construção de usinas hidrelétricas às margens do rio Uruguai, na região serrana do Estado, nos anos 90, trouxe para a região a problemática da migração. Este fato também contribuiu para ativar a vida político-social em municípios da região, com a chegada do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da mobilização de pequenos agricultores locais. Em Campo Belo foram reassentadas 40 famílias atingidas pela barragem de Machadinho, na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul⁶⁰.

A rádio *Estúdio 105* tem uma atuação ambígua em relação à problemática dos atingidos pelas barragens: possui um acordo de cooperação com a Baesa, empresa construtora da barragem de Machadinho, que comprou um novo transmissor para a rádio e, em troca, divulga boletins semanais na emissora com a sua versão sobre as vantagens da usina para o município e região⁶¹. Mas, ao mesmo tempo - e ainda que não aprofunde as causas do problema dos atingidos e reassentados em Campo Belo - a rádio vai, aos poucos, dando alguma visibilidade à temática e seus atores, através da divulgação de avisos e/ou comunicados sobre e para as famílias atingidas pela barragem. São informações de utilidade pública e não de debate sobre o problema da migração, suas origens e impacto na vida dos reassentados. Ainda assim, a rádio estaria contribuindo para a desconstrução de uma imagem negativa construída a respeito daqueles migrantes e a construir uma outra imagem, ajudando-os a se identificarem e a serem reconhecidos no novo lugar. É o que indica o depoimento de Miguel Pelozato, tesoureiro da Associação Nova Cachoeirinha, que aglutina as 40 famílias reassentadas em Campo Belo:

“Quando a gente chegou em Campo Belo, (...) os poderosos se assustaram com a nossa presença. Isso é coisa da elite e parece que eles assustaram um pouco o povo também. Mas através da rádio parece que está clareando quem nós somos. (...) No

⁶⁰ Essas famílias ganharam na Justiça o direito à indenização, mas há críticas inclusive por parte de movimentos sociais locais, pois várias delas teriam mantido outros familiares na propriedade antiga, na barranca do Rio Uruguai, para preservar as duas propriedades.

⁶¹ Há informações na região de que o consórcio de empresas do qual a Baesa faz parte também comprou equipamentos e doou para outras rádios comunitárias dos municípios envolvidos com a construção de barragens ou com o reassentamentos das famílias atingidas, como Abdon Batista e Campos Novos.

primeiro momento enxergavam a gente assim: aí vem os sem-terra, aí vem os baderneiros, vão esculhambar com Campo Belo. Nós tivemos reuniões com o prefeito, com vereadores, não fomos bem recebidos nos primeiros passos, depois conseguimos conquistá-los um pouco. Então, a rádio que está clareando um pouco a nossa história, porque fala de nós, que estamos vindo lá da beira do rio, que somos gente trabalhadora e séria. E é através do pessoal da rádio que a gente está conseguindo se identificar em Campo Belo.(...) A rádio é um órgão importantíssimo para a nossa vida, como reassentados, como pessoas que chegaram (...). A gente está conseguindo ser reconhecido em Campo Belo através dessa rádio”. (Miguel Pelozzato).

Assim, ainda que de forma ambigua e/ou superficial, a *Estúdio 105* tem ajudado a construir novas identidades, a resgatar a história e articular politicamente alguns grupos sócio-culturais no sentido da construção da cidadania.

5.3 Rádio Pedra Branca, de Coronel Martins – Região Oeste⁶²

“Uma rádio hoje é importantíssima para um município como o nosso que não tem nenhum meio de comunicação”
(Prefeito Ademir Madella – Coronel Martins)

A rádio comunitária *Pedra Branca* entrou no ar em 2001. A proposta de instalação da emissora era discutida no município desde 1996, principalmente no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura - entidade mais ativa do município – e do PT local. Naquele ano, chegou a fazer parte do programa de governo da coligação PMDB-PT, que não venceu a eleição para a prefeitura. Após a eleição do prefeito Ademir Madella (PT) em 2000, pela coligação PT-PMDB, foram retomadas as discussões.

⁶² Em Coronel Martins, a rádio estava fechada nos dias em que realizamos nossa pesquisa de campo – 22 e 23 de abril de 2004. Ficou fechada por 30 dias para reavaliação da programação. Entrevistamos Jair Coelho (funcionário da prefeitura, 34 anos); Gibrair Madella (sindicalista, 37 anos); Ademir Madella (prefeito, 43 anos); Gisleine Pastorio (Movimento de Mulheres Agricultoras, 23 anos); Pedro Kielb (cooperativa de crédito Cresol). Há 31 páginas de entrevistas transcritas e arquivadas.

“Nesta última eleição [2000], que vencemos, não havíamos incluído a rádio no programa [de governo] com medo, porque nossa população, principalmente aqueles mais humildes, achavam que uma rádio é coisa de rico, é algo muito caro, sofisticado. Eu também não sabia que montar uma rádio era algo tão barato e fácil” (prefeito Ademir Madella).

O prefeito conta que a administração municipal foi uma das grandes incentivadoras da criação da rádio devido à necessidade.

“Uma rádio hoje é importantíssima para um município como o nosso que não tem nenhum meio de comunicação. É bom e importante para as comunidades, que estavam meio apagadas, meio isoladas. Deu aquela alavancada nas comunidades, fez com que todas as comunidades ouvissem, voltassem a ter uma esperança. Estavam meio desanimados e depois começaram a fazer suas festividades, com o convite da rádio, falando várias e várias vezes prestam mais atenção”. (prefeito Ademir Madella).

A experiência que Sérgio Araújo tinha sobre implantação e funcionamento de rádio comunitária contribuiu para que o projeto da emissora de Coronel Martins começasse a se concretizar. Militante do PT no município de Jacinto Machado, no sul catarinense, Sérgio Araújo foi convidado pela nova administração municipal, em 2001, para trabalhar como diretor de compras da prefeitura de Coronel Martins⁶³.

Além do estímulo da administração municipal e de integrantes de outras entidades no município, uma pessoa-chave nas gestões em torno da rádio comunitária, desde sua fundação, é Jair Coelho. Ele presidiu a Associação ABCD de Pedra Branca, responsável pela emissora comunitária, desde sua criação até maio de 2004. Jair Coelho tem 34 anos, é agricultor e em 2001 foi convidado pelo prefeito Ademir Madella para exercer a função de diretor de esportes do município. Posteriormente, filiou-se ao PT. Atualmente é o diretor de compras da prefeitura.

De modo semelhante a Alfredo Wagner, em Coronel Martins também aparece a iniciativa de uma rádio comunitária pelas mãos do sindicalismo rural e integrantes do PT.

⁶³ Sérgio Araújo trabalhou na prefeitura de Coronel Martins até o final de 2003, quando foi afastado do cargo pelo prefeito Ademir Madella por superfaturamento nas compras da prefeitura – comprovado após auditoria. Em maio de 2004, quando estivemos em Coronel Martins para realizar as entrevistas sobre a rádio comunitária, Araújo já não morava mais no município, havia se mudado para São Domingos, a 25 Km de Coronel Martins.

“Resolvemos parar e chamar as entidades para dar um outro rumo”

(Jair Coelho – Coronel Martins)

O estatuto da Associação Beneficente Cultural e Desportiva Pedra Branca (ABCD) define como finalidades da entidade o incentivo às iniciativas populares direcionadas à cultura, esporte e comunicação e o apoio à democratização da informação e do conhecimento através da implantação da radiodifusão comunitária em Coronel Martins. A associação foi fundada em 27 de julho de 2001, com a presença de 98 pessoas, entre moradores em geral e representantes de organizações e instituições locais, como Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf), cooperativas, associações de servidores públicos e de moradores, grupo de idosos, CTG, APAE, igrejas, etc.

Em abril de 2004, a direção da Associação decidiu tirar a emissora do ar por algumas semanas para discutir o funcionamento, principalmente a programação e o envolvimento das entidades. Convocaram uma reunião, da qual compareceram 23 entidades. Destas, pelo menos 16 participam ativamente da gestão e da programação da emissora⁶⁴.

Quando chamadas, as entidades participam tanto dos espaços de deliberação quanto da programação, segundo o presidente da Associação, Jair Coelho, para quem a participação cidadã não acontece espontaneamente, precisa ser estimulada:

“As entidades ficaram um tempo afastadas por um descuido de nossa parte, mas sempre que chamadas nós tivemos um respaldo grande (...) até porque elas sentiram necessidade de ter a rádio. Ficou 15 dias fora do ar e já perguntavam o porquê, se foi denúncia. Então fizemos um ofício e informamos às pessoas o motivo da paralisação, que a rádio não estava fazendo o papel dela, que resolvemos parar e chamar as entidades para dar um outro rumo”. (Jair Coelho)

⁶⁴ As 16 entidades são: Sintraf (Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), Asmuclma (Associação dos Servidores Municipais), Cresol (Cooperativa de Crédito Solidário), Escola Estadual, Associação Fluminense, Igreja Assembléia de Deus, Igreja Católica, Coopercel (Cooperativa de Comercialização de Leite), CTG Estrada Nativa, Grupo de Idosos, APAE, Associação Rio Saudades, Conselho da Capela Centro, Associação de Moradores da Linha São Miguel, Cooperalfa, Grufecel (Grupo de Entretenimento).

Antes do fechamento temporário da emissora, em maio de 2004, as reuniões aconteciam no final de cada mês, para avaliação da arrecadação da emissora, despesas e repasse de R\$ 120,00 para cada um dos quatro locutores. Jair Coelho aposta que a gestão da emissora “vai funcionar” com o conselho comunitário eleito em abril, que se reunirá mensalmente para avaliar e deliberar, junto com o diretor da rádio, sobre programação, arrecadação e despesas. Nesta emissora, o comunitário se reconhece em uma rotina deliberativa. *“Acredito muito nesta parada que a gente deu na rádio, se refletiu e está se construindo algo diferente a partir de então”*, diz Gibrair Madella, presidente do Sintraf, vereador pelo PT e irmão do prefeito Ademir Madella.

“Conseguiu-se mudar muito a opinião das pessoas quando a rádio começou a falar em proteger a água, as nascentes, os rios”
(Jair Coelho – Coronel Martins)

Foram o “descuido” e o “improviso” na programação que motivaram a decisão da Associação Pedra Branca de tirar a emissora do ar durante um mês até reunir as entidades para debater a situação e o futuro da emissora. É o único caso de auto-fechamento entre as emissoras que compõem nossa amostra.

“Colocavam substituto que não sabia o que tinha que fazer, ficava bagunçado. As músicas ficaram repetitivas porque a gente não tinha para repor. Optamos por parar para ver se as pessoas sentiam necessidade dela voltar e foi forte, deu para sentir que o pessoal quer [a rádio no ar]”. (Jair Coelho)

Na reunião realizada em maio de 2004, os participantes decidiram manter a rádio em funcionamento, mas buscar um maior envolvimento das entidades e aperfeiçoar a programação. O objetivo é que os conteúdos possam fomentar o espírito cívico, por exemplo, através da realização de campanhas educativas que ajudem a evitar o êxodo rural; a valorizar a vida no município; a conscientizar para a doação de sangue de forma a repor o banco de sangue de Chapecó, cidade-pólo do Oeste catarinense; a estimular as compras no comércio local etc. O presidente da Associação, Jair Coelho, aposta no novo Conselho e

direção eleitos para dar conta desses dois objetivos. É este Conselho e o diretor eleito, Cláudio Conte, que vão definir os programas. Também fica a cargo do diretor a busca dos apoios culturais para a manutenção da emissora.

Um dos principais objetivos da rádio é divulgar que Coronel Martins é um lugar bom para viver. Esta foi uma das sugestões, levantadas naquela reunião, para melhorar a programação. *“Não adianta as pessoas acharem que vão sair daqui e vão ter vida fácil, aquela ilusão toda. Queremos desmistificar um pouco isso de que aqui não vale a pena”*, conta Jair Coelho. Ainda que a rádio não vinha trabalhando esse tema de forma direta e sistemática, Jair diz que já se percebe que um pouco desse objetivo tem sido alcançado porque algumas famílias emigradas retornaram a Coronel Martins nos últimos dois anos. Haviam vendido suas casas, saído do município e agora regressam como arrendatários. A administração municipal não tem dados exatos sobre esse retorno, diz ele, mas estimam entre 20 e 30 as famílias que retornaram: *“viram que aqui dá para viver bem”*. (Jair Coelho). É difícil afirmar que, ao divulgar ações da administração para a melhoria da qualidade de vida no município, a emissora estaria contribuindo para o retorno de alguns migrantes, já que não se tem dados desse impacto. Mas, ao menos, a rádio tematiza o problema do êxodo rural.

Além do tema da migração relacionada à qualidade de vida no município, a *agroecologia* é outro assunto abordado na programação.

“(...) Conseguiu-se mudar muito a opinião das pessoas quando a rádio começou a falar quase diariamente em proteger a água, as nascentes, os rios. (...) A rádio comunitária tem provocado esse questionamento das pessoas; tem questionado isso de se dizer que o bom é ir morar numa cidade grande, ganhar um salário todo mês. Tinha-se esta idéia. E a rádio comunitária começou lá nas comunidades, no incentivo às comunidades, a [dizer] que aqui é um lugar bom para se viver. Mudaram sua opinião, de dizer que aqui é um fim de mundo (...)” (Jair Coelho).

Foram os representantes das entidades que definiram, na reunião de maio, que a programação deve começar às 6 horas, pois a rádio também é despertador. Muitas pessoas do interior do município não têm relógio e, às vezes, perdem o transporte escolar⁶⁵. Além de alertar para o horário do ônibus e da aula, o locutor inclui música de viola, previsão do

⁶⁵ O ônibus escolar da prefeitura é o único meio de transporte coletivo em Coronel Martins. Todos o utilizam. Circula em todas as localidades três vezes ao dia: manhã, meio-dia e fim de tarde.

tempo para os agricultores, etc. Pela grade de programação definida, a partir das 8 horas entra o resgate da história do município e dicas para as donas-de-casa: receitas, economia de gás, energia, etc. Das 10h às 14h, notícias do dia e entrevistas. A partir desse horário a programação é basicamente de músicas regionais. Foram também os representantes das entidades que sugeriram que a programação deve encerrar às 19 horas, porque no interior, a partir deste horário, as pessoas começam a assistir a TV: novelas e noticiários. Nos sábados, a rádio vai voltar a apresentar bandas locais ao vivo – programa organizado por um grupo de jovens.

Está prevista ainda a cobertura das atividades da Câmara de Vereadores. Atualmente, além dos vereadores do PT, apenas um vereador de outro partido – PMDB – utiliza a rádio para divulgar atividades, ações, eventos.

“Os vereadores dos outros partidos usavam no início, mas depois se excluíram (...). A proposta é colocar os vereadores a falar sobre a sessão do dia. O vereador vai colocar a visão dele, tanto os partidários do prefeito quanto os contrários. Essa é a determinação da assembléia [das entidades, realizada em maio de 2004]”. (Jair Coelho).

A rádio não possui computador, mas a direção da associação estava começando a fazer gestões, em maio de 2004, para adquiri-lo. As informações da internet utilizadas na programação da rádio – como a previsão do tempo, informações agrícolas, etc – são baixadas da web pela Cresol (Cooperativa de Crédito Solidário) e enviadas à rádio. No município, somente a prefeitura e a Cresol têm acesso à internet.

Elenice Cauza, de 20 anos, militante do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), é a responsável pela maior parte da programação da emissora. Os depoimentos de alguns dos entrevistados indicam que o afastamento de Elenice, para realização de uma cirurgia nos primeiros meses de 2004, acabou agravando a crise na programação e o conseqüente auto-fechamento da emissora pelo período de um mês. Na ausência de Nice, como é chamada, a programação ficou a cargo de outros jovens.⁶⁶

“(...) A rádio fazia entrevistas com as pessoas, no início, mas depois caiu bastante, foi ali que sentimos que a rádio caiu. Quando a Nice saiu e o Nego assumiu. Ele

⁶⁶ Estes mesmos jovens, junto com Elenice, voltaram a cuidar da programação a partir de junho de 2004 quando a emissora reabriu. Todos(as) têm entre 16 e 25 anos - Simone, Ezequiel, Elenice, Marilu e Nego – e recebem uma ajuda de custo, que varia de R\$ 140,00 a R\$ 200,00, de acordo com as horas trabalhadas.

levava mais pro lado de anunciar um torneio em tal lugar, chamava para tomar uma cervejada. E a Nice faz parte do MMA [Movimento de Mulheres Agricultoras] e sabe por onde as pessoas ganham confiança. Ela ia na comunidade, colhia uma boa entrevista, chamava a pessoa para ir na rádio, entrevistava as participantes dos grupos que estavam promovendo as atividades. Falava do MMA, suas lutas, que defendia uma horta sem produto transgênico, sem uso de agrotóxicos, os cuidados com as vacinas no gado para não interferir no leite e na criação dos filhos. A Nice já vê um pouquinho mais, já tem uma certa formação. As mães começaram a se tocar, a Nice sabia entender o que as mulheres queriam porque ela faz parte, entende porque está no meio delas. A importância da rádio vem no sentido do por quê a pessoa tem que participar. A Nice tem essa visão, se a gente investir um pouco mais nela vai ser melhor ainda, ela consegue se expressar bem”. (Jair Coelho).

O trabalho de Elenice na rádio contribuía para diversificar formatos e temas abordados pela emissora: inclusão de conteúdos como as lutas dos movimentos, visibilidade às temáticas das mulheres, a busca de entrevistas e de informações nas comunidades e entidades - o que estimulava a participação e maior uso da emissora. O depoimento de Gislaine Pastorio, agricultora de 23 anos e coordenadora do MMA sugere uma queda da audiência e críticas do público após o afastamento de Elenice. “(...) *A população escutava mais quando a Nice trabalhava na rádio, mas depois ficou o Nego, o Ezequiel e a Simone e aí o pessoal não ouvia muito eles (...). A audiência da rádio caiu bastante depois que a Nice saiu (...)*”.

Para o prefeito Ademir Madella, a rádio respondeu a uma conjuntura, a um vazio de meios de comunicação básicos dentro do município, mas precisa qualificar sua programação. Também confirma que a formação é um diferencial:

“No início, tudo era novidade, o povo ouvia a rádio, era ótimo. Hoje a rádio também é importante, mas os nossos comunicadores têm que se aperfeiçoar para fazer com que o público ouça a rádio com algum programa de instrução e também de formação. (...). É difícil porque nosso município é pequeno, basicamente de agricultores, não temos pessoas formadas e disponíveis, com sobra de tempo pra fazer isso. (...) Essa falta de qualidade na programação reduziu a audiência. No início as pessoas ouviam porque tudo é novidade, mas depois, quando o locutor fala todo dia as mesmas coisas (...) Os locutores que estavam lá são jovens, ainda não tem essa formação” (Ademir Madella, prefeito).

Elenice Cauza é voluntária do Movimento de Mulheres Agricultores e responsável pela área de divulgação da entidade. Foi assim que entrou em contato com a experiência da rádio comunitária. No início da rádio, os principais envolvidos eram Jair e Sérgio – especialmente na gestão – e os adolescentes Nego e Ezequiel na programação. Ao divulgar as atividades do MMA, Elenice começou a se envolver mais e a gostar de fazer rádio, dedicando mais tempo à emissora que ao Movimento. O papel de destaque que tem tido no trabalho da rádio, como apontam os depoimentos, reafirma que não existe ação coletiva sem talento e vocação individual:

“Ela [Elenice] gosta mais do trabalho na rádio, tanto que o MMA abriu uma possibilidade para ela estudar, ia investir nela, mas ela abriu mão disso para ficar mais na rádio. Ela gosta muito”. (Gislaine Pastorio, do MMA).

A programação da rádio é composta basicamente por temas locais. Há poucos assuntos estaduais e nacionais; quando existe, é lido do *Diário Catarinense*, ainda na forma de reprodução, mas existe uma preocupação em começar a relacionar o global com o local. O depoimento de Jair Coelho indica que o público em geral se interessa pelos temas que dizem respeito à sua vida imediata e que o interesse por temas estaduais, nacionais e internacionais está vinculado à capacidade de vinculá-los com o município:

“Há dificuldades de interpretar uma notícia. A Elenice (...) já consegue fazer isso. A notícia é uma coisa, a realidade é outra (...). Se a rádio conseguir – e a gente quer tentar fazer isso – dizer que caiu a bolsa nos Estados Unidos porque entraram muitas propostas, com isso caiu a cotação da soja e vai cair aqui também: a Coperalfa, daqui, ontem estava pagando 40 e hoje vai pagar só 39; se você tem soja para acertar, tem que ficar ligado porque a expectativa é cair mais ainda nos próximos dias. Essas coisas não se consegue fazer ainda”. (Jair Coelho).

Além do *Diário Catarinense*, também divulgam informações que chegam através dos informativos de parlamentares, com cautela, segundo Jair Coelho, para não partidarizar a rádio. *“Tem que cuidar para não direcionar demais, só PT, só PT. Também os outros partidos não se mobilizam, a gente sempre abriu para todos, mas eles não quiseram porque diziam que é uma rádio do PT”.*

*‘Quantos locutores picaretas do teu tipo
as rádios oficiais construíram?’*

(Gibrair Madella – Coronel Martins)

A rádio comunitária *Pedra Branca* funciona desde 2001 e além de abranger todo o município de Coronel Martins, pode ser sintonizada em parte de municípios vizinhos, como Galvão e Novo Horizonte. A Anatel já esteve três vezes na emissora, lacrou os equipamentos, mas não os apreendeu. Por três vezes, a Associação tirou o lacre dos equipamentos e colocou a rádio novamente no ar. Na última vez em que Anatel esteve na rádio, em outubro de 2002, veio acompanhada da Polícia Federal. A Associação fez circular um abaixo-assinado pela reabertura da rádio e obteve a assinatura de 900 dos 1.895 eleitores do município. Em dezembro do mesmo ano, decidiram reabrir a rádio.

“A rádio comunitária veio trazer às pessoas outros conhecimentos que não tinham via rádios comerciais. Isso começou a incomodar porque eles viam que estavam perdendo um campo muito grande, eles tinham as pessoas praticamente nas suas mãos. (...) A rádio comunitária veio justamente para alertar as pessoas que não é assim que as coisas funcionam, por isso a gente sofreu as denúncias, principalmente por motivos políticos (...)”. (Jair Coelho).

A falta da autorização do Ministério das Comunicações foi um obstáculo nos primeiros meses de funcionamento da rádio, mas atualmente já não é encarada como um problema pelo presidente da Associação, Jair Coelho. O pedido de licença para funcionamento tramita no Ministério, mas não se percebe que os gestores da emissora dêem prioridade para a conquista do licenciamento.

“Claro que quando acontece a fiscalização, dá um transtorno, uma turbulência, mas passados aqueles dois ou três dias de pauleira, ninguém se importa se o governo federal não autorizou. O povo daqui não está preocupado. Não dizem ‘não vou falar na rádio porque ela é clandestina’. Até porque ela se tornou importante e necessária. Claro que os adversários políticos bateram muito nisso, sofremos bastante no início. Mas depois...” (Jair Coelho)

Já o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Gibrair Madella, considera que a condição de não autorizada interfere nos trabalhos da emissora.

“Porque a oposição política à rádio ainda é muito grande (...). A gente vê que há pessoas que trabalham 24 horas contra a organização rádio comunitária. E isso não é só aqui, já houve deputados estaduais dizendo que seu mandato será para fechar as rádios que ele chamou de picaretas. E nós perguntamos a ele – o João Rodrigues, de Pinhalzinho, num debate com vereadores em São Lourenço – ‘quantos locutores picaretas do teu tipo as rádios oficiais construíram?’⁶⁷ Com a autorização [da rádio comunitária], eles vão continuar sendo contra, mas aí a gente vai poder expressar toda a verdade, porque hoje não pode para evitar a fiscalização da Polícia Federal, porque se hoje a gente fala a verdade que dói para um sujeito desses, eles vão e fecham a rádio” (Gibrair Madella)

Economia local: “a rádio ajuda a alavancar”

(Jair Coelho – Coronel Martins)

O município de Coronel Martins está localizado no Oeste de Santa Catarina e tinha, em 2000, apenas 2.388 habitantes – dos quais 80,82% no meio rural. A produção de milho (14,1 mil toneladas em 2002) era a base da economia de Coronel Martins até 1999, quando foi criada a Copercel (Cooperativa dos Produtores de Leite). A criação desta cooperativa, para driblar a crise econômica no município no final dos anos 90, é um marco na economia local: transformou o leite em uma nova e sólida fonte econômica do município. *“E a rádio também entrou junto, dois anos depois da cooperativa, e batemos forte na questão, entrevistamos pessoas para saber como ia funcionar a cooperativa”.* (Jair Coelho).

A Copercel surgiu das reuniões do Conselho Agropecuário, de onde partiria posteriormente também a formação da Associação do Trator, da qual participava o atual prefeito Ademir Madella. Com a chegada dos recursos do Pronaf (Programa Nacional da Agricultura Familiar) no ano de 1999, o Conselho começou a discutir alternativa de geração de renda e surgiu a proposta de constituição de uma cooperativa de leite. Foram seis meses de debate no Conselho, reuniões em todas as comunidades, levantamento da produção

⁶⁷ João Rodrigues, eleito deputado estadual pelo PFL em 2002, iniciou sua carreira política depois de anos trabalhando como locutor em rádios comerciais. Natural de Pinhalzinho, mudou seu domicílio eleitoral e na eleição de 2004 foi eleito prefeito de Chapecó, cidade-pólo do Oeste catarinense. É um caso típico da iniciativa em rádio como escola de formação e construção de prestígio político.

local, pré-cadastro do número de vacas que cada agricultor possuía e capacidade de produção mensal de leite. A organização em cooperativa resultou no aumento imediato do preço do leite em mais de 50% para os produtores de Coronel Martins e adjacências⁶⁸.

Ainda com relação ao leite, a Copercel e a secretaria municipal de Agricultura estimularam a produção de leite à base de pasta, uma nova possibilidade que tem envolvido vários agricultores. A cooperativa movimenta atualmente entre R\$ 40 mil e R\$ 50 mil por mês. O conselho da Copercel é formado somente por agricultores. O atual presidente é o agricultor Pedro Campagnolo, vereador pelo PT na primeira eleição do município após sua emancipação, em 1992, e candidato a vice-prefeito na chapa de Ademir Madella nas eleições municipais de 2004.

Outra cooperativa que está contribuindo ao desenvolvimento do município é a Cresol (Cooperativa de Crédito Solidário), criada em 2001, por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf). Em um município onde a economia ainda se baseia muito na troca, a Cresol tem disponibilizado dinheiro para micro-crédito a partir de recursos próprios e do Pronaf. Em 2003, tinha 419 associados e um capital social que ultrapassava os R\$ 125 mil⁶⁹. No mesmo ano, somente a Cresol disponibilizou em Coronel Martins cerca de R\$ 800 mil (do Pronaf, BNDES e BRDE) em custeio e investimentos. Foram feitos mais de 200 pequenos créditos que variam de R\$ 12,00 a R\$ 3 mil, com juros em torno de 2%. Estes são recursos próprios, as cotas-parte do agricultor, uma espécie de caderneta de poupança. Antes de se associarem, as pessoas participam de um curso sobre o funcionamento da cooperativa. *“Tudo isso é uma iniciativa do Sindicato. No início era o sindicato sozinho, agora tem a Cresol e a Copercel junto”*, diz o atual presidente da Cresol,

⁶⁸ Gibrair Madella, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e representante da entidade no Conselho Agropecuário desde 1994, lembra que o leite começou a ser recolhido pela cooperativa no dia 19 de junho de 1999 e já no primeiro pagamento – dia 26 de julho – os produtores tiveram aumento de mais de 50% no preço do leite, em relação ao que recebiam dos recolhedores tradicionais – os laticíneos da Parmalat, Tirol (do município de Abelardo Luz) e outros dos municípios de São Domingos, Galvão, São Lourenço. Após a criação da Copercel, Parmalat e Tirol acabaram desistindo de recolher leite em Coronel Martins.

⁶⁹ O sistema Cresol nasceu em Francisco Beltrão, no Paraná, em 1996, e no mesmo período começou a se expandir em Santa Catarina, sobretudo nas regiões Oeste e Serrana. Totaliza 78 cooperativas nos três estados do Sul. No Oeste catarinense, são 12 cooperativas de crédito da Cresol e na base serrana, de Campos Novos, há outras 10, incluindo também os municípios de Jaguaruna (Sul), Luiz Alves e Dona Ema (Vale) Em Coronel Martins, o Sintraf liderou a constituição da cooperativa e teve o apoio da administração municipal.

o agricultor Pedro Kielb, indicando a existência de uma vida associativa forte no município, bastante impulsionada principalmente pelo ativo Sintraf.

A Cresol não tem um programa fixo na rádio comunitária, mas a utiliza diariamente para se comunicar com os agricultores, mandar avisos, chamar para reuniões, solicitar documentos que faltam para a aprovação do crédito, etc. Além disso, também divulgava suas notícias durante o programa regular do Sintraf, apresentado por Gibrair Madella, duas vezes por semana. O caso da Cresol e do Sintraf expressa o vínculo entre associações fortes e a rádio. O depoimento do presidente da Cooperativa de Crédito também mostra a rádio como multiplicadora de informações da web.

“Praticamente todo dia a gente leva lá na rádio os avisos (...); não tem como fazer na rádio São Domingos, pouca gente daqui escuta aquela rádio e a comunitária todo mundo sintoniza. (...) Então, a cooperativa usa a rádio para chamar o pessoal para alguma coisa. (...) Todo dia de manhã a gente também tira dos e-mails que a gente recebe as informações sobre [agroecologia e crédito solidário] e passa para a rádio comunitária (...)”. (Pedro Kielb)

“A rádio chama e as pessoas que querem se unem”

(Jair Coelho – Coronel Martins)

A necessidade tem feito surgir várias alternativas econômicas em Coronel Martins e a rádio comunitária parece ser mais uma iniciativa, criada neste contexto, para potencializar essas experiências. No dia 27 de maio de 2004, o Sintraf – novamente - e as associações organizadas, agroindústrias, Cresol e o grupo ecológico Eco-vida, uma fundaram uma nova cooperativa - de produção e comercialização. O objetivo é organizar os agricultores que produzem, por exemplo, vassoura, amendoim, mandioca etc., mas não conseguem comercialização, não podem participar de uma licitação para a merenda escolar ou ampliar suas vendas por inexistência de pessoa jurídica.

Os depoimentos indicam que a emissora está bastante vinculada a essas alternativas econômicas locais, dando visibilidade a experiências já existentes ou impulsionando novas, através de divulgação, entrevistas com os atores envolvidos, etc. *“Ela ajuda a alavancar”*, confirma Jair Coelho. A emissora tornou conhecidos e popularizou no município os *Pega e*

Faz – um grupo de rapazes que fazem muro e que passaram a divulgar seu negócio na rádio, com regularidade, pagando R\$ 20,00 mensais. Foram entrevistados na rádio para explicar como funciona seu trabalho: quebram pedras nas pedreiras, às vezes nas propriedades do interessado, a administração municipal puxa com as caçambas até o local da construção e eles fazem os muros para as pessoas. Geram empregos, pois precisam de mão-de-obra para carregar, descarregar e construir o muro. Não tinham condições de anunciar na rádio comercial, em São Domingos, município vizinho, onde anúncios e avisos custam em torno de R\$ 10,00 cada inserção. A rádio também faz muitos anúncios de *compra, venda e, sobretudo, troca* - de novilhos, por exemplo - ao preço de R\$ 5,00 reais pelas inserções veiculadas ao longo de uma semana.

Há um ano a rádio *Pedra Branca* também começou a divulgar e estimular os *grupos de crédito*, uma experiência iniciada pelo Sintraf e pela Cresol no início de 2003 para reduzir a burocracia e a inadimplência. As pessoas que querem um empréstimo organizam uma reunião na casa de um vizinho, discutem quanto cada um precisa, as garantias, formas de pagamento e cada membro do grupo avaliza o empréstimo do outro. Há 35 grupos formados, com cerca de 10 pessoas cada, e se reúnem durante o tradicional “*serão*” ou “*filó*”: visitas mútuas no início da noite, onde tomam chimarrão, comem pinhão, pipoca, contam histórias, assistem televisão, etc. No dia seguinte, o representante do grupo de crédito vai à Cresol levar o pedido coletivo de financiamento e, nos dias seguintes, o dinheiro já está na conta.

A rádio tem trabalhado junto também com a *Associação da Agroindústria de Derivados de Cana*, divulgando reuniões e informações sobre como vai funcionar o beneficiamento da cana para fazer açúcar mascavo, por exemplo. Tem atuado ainda com o *Grupo do Abatedouro (agroindústria de suínos)*, informando os ouvintes a respeito das atividades realizadas, programações de visita ao abatedouro, sobre as pessoas que estão transformando a carne de suíno em lingüiça e sua boa aceitação no mercado. Em 2004, a emissora deu destaque ainda ao *Grupo do Moinho Comunitário*, que está em processo de criação. É uma nova cooperativa, direcionada ao beneficiamento e empacotamento de arroz, feijão, farinha de milho, etc.

“A rádio chama. Anuncia, por exemplo, que o clube de mães está promovendo tal coisa, então o clube de mães vai se envolver. A rádio faz a parte de divulgação e o

clube de mães é que vai fazer a coisa acontecer. (...) Agora já se fala do Grupo do Moinho e a rádio chama, noticia que tem um grupo se articulando, que tem uma mobilização, que tais pessoas já aceitaram participar. Quem escuta pensa: 'então vou lá ver do que se trata'. A rádio chama e as pessoas que querem se unem. (...) A rádio ajudou nessa participação". (Jair Coelho).

Em um município onde o comércio se limita a alguns poucos negócios familiares; a agricultura é 80% de subsistência; o dinheiro circula pouco e a economia de troca ainda é forte, o financiamento de uma emissora comunitária se torna uma das principais dificuldades. Mas não é a principal, segundo o presidente da Associação, Jair Coelho. Seu depoimento indica que o financiamento de uma emissora comunitária anda de mãos dadas com sua utilidade social:

“Você tem problema financeiro se você tem problemas de gestão, de quem assume realmente a rádio. Se as entidades sentirem necessidade e a rádio fizer o papel dela, a parte financeira vem. Se deixar cair aquela parte boa, que é a divulgação comunitária, do dia-a-dia... As entidades não vão contribuir se for pra ir lá falar abobrinhas. Aí vem o problema financeiro, que foi o que aconteceu”. (Jair Coelho)

São cerca de 16 entidades e/ou instituições de Coronel Martins que dão a sustentação política e financeira à rádio comunitária. Os agricultores – maioria no município – não fazem apoio cultural, apenas divulgam, gratuitamente, eventos, festas e avisos de suas “comunidades⁷⁰”. Os comerciantes contribuem, mas o volume de apoios culturais movimentado no comércio é pequeno. A arrecadação mensal da rádio girava em torno de R\$ 550,00 até abril de 2004. Os apoios culturais vão de R\$ 20,00 até R\$ 80,00 - caso da contribuição mensal da Cooperalfa, por exemplo. Outras entidades e instituições, como Sintraf e Cresol, contribuem com R\$ 50,00/mês. Com a arrecadação, a emissora paga água, luz e os locutores. A maneira como a Associação mantenedora conseguiu comprar os equipamentos e construir a sede própria é um indicador do esforço e da mobilização coletiva em torno da rádio. Já foram realizados dois bingos para trocar aparelhos que haviam danificado. Os equipamentos foram comprados a longo prazo, num total de R\$ 3,800,00: antena, transmissor, microfone. A mesa foi doada pela igreja Assembléia de Deus

⁷⁰ Em Coronel Martins, como em muitos outros municípios, a população em geral chama de “comunidade” o que nas áreas urbanas costuma-se chamar “bairro”. O município possui 16 comunidades, com uma média de 30 famílias em cada.

em troca da gratuidade de seu programa durante seis meses. As próprias entidades construíram, por R\$ 3 mil, a sede da rádio comunitária – uma pequena casa de concreto, situada em um terreno cedido pelo poder público municipal.

“Achamos que a rádio ia arrecadar mais, só que não, o município não consegue. Então tivemos que partir para as promoções. Foi feito baile de carnaval, bingos, mobilizamos o clube de mães, fizemos desfile do clube de mães”. (Jair Coelho).

Em maio de 2004, a pedido das entidades que dão suporte à rádio, a prefeitura enviou um projeto à Câmara de Vereadores propondo o repasse, pelo poder público municipal, de R\$ 500,00 mensais à rádio, a título de subvenção social. O principal argumento era que a administração municipal utiliza diariamente a emissora. A proposta foi aprovada pela Câmara. Além de receber mensalmente esse repasse, a partir de julho de 2004 a arrecadação da rádio teve um crescimento significativo, totalizando cerca de R\$ 2.000,00. Jair Coelho atribui o aumento à melhoria na qualidade da programação e também do som. Depois dos 30 dias de auto-fechamento, a rádio comprou um computador e programas para uso em rádio, com recursos de um projeto enviado à Eletrosul e aprovado. No total, a rádio passou a ter em torno de 30 apoiadores culturais fixos. Assim, a arrecadação da emissora comunitária de Coronel Martins praticamente se igualou à da rádio de Alfredo Wagner - município onde a população é quatro vezes maior que a de Coronel Martins, arrecadação municipal é o dobro, PIB municipal é o triplo, e onde o argumento para a rádio não avançar na programação é a sobrevivência financeira.

*“A rádio fortalece as entidades e as comunidades.
Ampliou a participação da população”*
(Gibrair Madella – Coronel Martins)

Há nove partidos políticos com atividade em Coronel Martins, conforme dados do Tribunal Regional Eleitoral: PFL, que tem o maior número de filiados (244), seguido pelo PT (123), PP (90), PMDB (89), PDT (26), PSDB (07) e PTB (01). Assim, dos 1.895 eleitores do município, 580 – ou 30,61% - estão filiados a um partido político. O município é governado pelo PT desde 2000. O prefeito Ademir Madella, do PT, foi reeleito em 2004.

Há cerca de 40 entidades com atuação no município, das quais 17 são clubes de mães. As organizações mais ativas, segundo Jair Coelho, são o Sintraf, a Copercel, a Cresol, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), o Grupo do Abatedouro (agroindústria de suínos), a Associação de Derivados da Cana (agroindústria) e o Grupo de Idosos, que reúne 140 pessoas.

As entrevistas e informações levantadas indicam que o Sintraf é a entidade mais atuante em Coronel Martins, responsável por iniciar ou dar sustentação a várias alternativas na vida econômica e política do município. O sindicato tem 362 associados e é presidido por Gibrair Madella, de 37 anos, vereador do PT e irmão do prefeito Ademir Madella. “*O Gibra é uma liderança importante, é vereador, é sindicalista, está sempre envolvido com as entidades*”, conta Pedro Kielb, da Cresol. O próprio Gibrair Madella avalia que a administração municipal só foi conquistada pelo PT em 2000 pela atuação sindical no município.⁷¹

As entidades são mais atuantes quanto mais estimuladas, conforme o depoimento de Jair Coelho.

“As comunidades e as entidades são um pouco assim: se o Gibra [Gibrair Madella, presidente do Sintraf], por exemplo, não vai lá e diz ‘pessoal, se a gente não se mexer, não vai vir recursos’..., aí eles vêm, eles atendem o pedido. Se deixar assim, solto, eles dizem ‘acho que não vou naquela reunião do sindicato’. Agora, se rádio vai lá e diz ‘ou vocês vêm na reunião do sindicato para ajudar a tomar a decisão, para tomar a frente, porque nessa reunião vai ser decidido isso e aquilo, ou não terá nada’, então eles vêm. Quando mexe no financeiro da pessoa, ela atende mais. Eles atendem melhor quando estimulados, por isso a rádio teve importância. (...) Lançam uma idéia e pedem para colocar na rádio, porque se a rádio divulga vai dar bastante gente”. (Jair Coelho).

⁷¹ Gibrair Madella, agricultor, começou sua militância no sindicato e na pastoral da juventude, em 1984, e em seguida ajudou a fundar o PT em Coronel Martins. Um problema de saúde levou-o a optar por deixar o trabalho na roça para se dedicar ao sindicato. Na primeira eleição municipal após a emancipação de Coronel Martins, em 1992, Gibrair empatou na votação com um outro candidato a vereador, este último eleito pelo critério da maior idade adotado para o desempate.

Em 1997, a fundação da FETRAFESC (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina) – a primeira federação da agricultura familiar do Brasil – provocaria mudanças na ação sindical no campo, que tornou-se mais ativa e envolvida nos debates políticos e menos burocrática e assistencial. Na eleição municipal de 2000 e de 2004, Gibrair Madella foi o vereador mais votado. Atribui-se a ele também a entrada do irmão, Ademir Madella, na militância e na vida político-partidária.

Motivada pela ausência de meios de comunicação no município – inclusive os básicos, como telefone -, a emissora tem sido fundamental para o fortalecimento das comunidades e das entidades, conforme o depoimento do presidente do Sintraf:

“Uma rádio comunitária vem suprir a necessidade das comunidades colocarem um aviso, um comunicado; as entidades que têm problemas para chamar seus associados, organizar uma reunião de um dia para o outro. (...) É interessante esse trabalho porque fortalece as entidades [e] as comunidades através da divulgação que a rádio faz das promoções. (...) Ampliou a participação da população. (...) Fizemos alguns seminários aqui sobre várias questões e chegamos a ter até 400 pessoas presentes, com a divulgação da rádio comunitária. Temos 2 mil e poucos habitantes e tivemos 400 pessoas debatendo sobre agro-ecologia, crédito, por exemplo. Outro sobre saúde, que era para ter um número limitado de 100 pessoas, tinha mais de 200 pessoas, em 2002. Outro sobre educação popular, que também era limitado, por convite, e também superou, porque estava sendo comunicado pela rádio que ia acontecer. E todas as assembléias da entidade, você comunica pela rádio e o pessoal vem”. (Gibrair Madella).

Em um município pequeno como Coronel Martins - onde os ativistas de uma entidade também participam de outras - e que, no âmbito político, passa por uma experiência de “administração popular”, um primeiro olhar é insuficiente para distinguir o que é iniciativa de quem, o que é resultado do trabalho de quem. Sociedade civil e governo local parecem caminhar e trabalhar juntos na maior parte das iniciativas recentes, sejam as experiências econômicas, a rádio etc. Várias lideranças das organizações locais também participam diretamente da administração pública e da gestão da rádio comunitária.

“Eu não consigo me separar da administração municipal, da Câmara de Vereadores, assim como não consigo separar essa questão [relação da rádio com a prefeitura]. Até porque os secretários contribuíram, inclusive financeiramente, para construir esse espaço. Houve a contribuição de todas as comunidades, de todas as associações, a sociedade organizada colaborou, participou, pagou um valor xis para ajudar a construir, e também o pessoal da administração colaborou muito. Mas, assim como hoje a administração está com o Partido dos Trabalhadores e ajudou na rádio, daqui a pouco, se outros vierem a governar o município e quiserem continuar com essa parceria, com certeza a rádio é da administração, é das entidades e de quem valoriza ela”. (Gibrair Madella)

Ainda sobre a relação rádio/poder público, o depoimento de Jair Coelho indica que ao dar publicidade e maior transparência às ações da administração municipal –

arrecadação, gastos, investimentos etc. – a rádio despertou os cidadãos para seus direitos e para que, desta forma, cobrem mais do administrador público.

“As pessoas notaram que elas têm condições de fazer a frente para tomar a decisão. Antes diziam que o que se decidisse estava bom. A rádio abriu o espaço, dizia que a pessoa também pode ajudar a decidir, ter sua opinião, saber seus direitos e deveres. Hoje a exigência das pessoas de Coronel Martins é 10 vezes maior do que já foi. Criamos um mecanismo – uma rádio e uma administração – que deu voz e vez pro povo, tanto que a pessoa que for administrar daqui pra frente, se não estiver preparado, se quebra. (...) A rádio abriu esse direito. As pessoas achavam que se não tinha remédio no posto, era normal. (...) Hoje ele sabe quanto que o município arrecada, porque nós falamos na rádio que o município arrecada em torno de R\$ 210 mil por mês e que desse total 25% é aplicado na educação, até 15% na saúde, 49% está comprometido com a folha de pagamento porque já pegamos assim (...). O povo está sabendo, todo cidadão sabe, agora eles fazem o cálculo e vêem porque se conseguiu comprar um ônibus novo, uma Kombi nova, um carro novo para a saúde. As pessoas não cobram lá na rádio, nos programas lá, mas no dia-a-dia. (...). As pessoas começaram a ver que têm direitos”. (Jair Coelho)

É irrelevante, pelo depoimento de Jair Coelho, distinguir quem estimulou essa consciência sobre direitos e sobre a distribuição dos recursos públicos - se a rádio ou a administração municipal através do orçamento participativo: *“É direito, não importa quem está dizendo que é: se foram as pessoas da rádio (...) ou se foi a administração que deu essa visão. O que importa é que ele ficou sabendo (...)”.*

“Quando chamas para o assunto local tem uma audiência extraordinária, por isso não entra muito as questões nacionais”
(Jair Coelho – Coronel Martins)

A rádio comunitária é o principal meio de comunicação do município, sobretudo durante o dia. À noite, as pessoas assistem a TV, via parabólica, e o noticiário da rede *Globo*. Além da comunitária, a rádio *Clube*, comercial do município de São Domingos, também pode ser sintonizada no município, mas os depoimentos indicam que sua audiência diminuiu após a abertura da comunitária. Entre os jornais, os que circulam no município são o *Diário Catarinense* e dois semanários produzidos em São Domingos: o *Jornal do Povo* e o *Correio do Oeste* – ambos com cerca de 1.500 exemplares. O *Diário Catarinense*

é assinado apenas pela prefeitura e comprado eventualmente pelos comerciantes. Somente a prefeitura e a Cresol têm acesso à Internet.

A preferência pelo rádio como meio de informação se deve, conforme a interpretação de Jair Coelho, ao pouco hábito de leitura em municípios do interior e a uma característica específica deste meio: permite que as pessoas escutem rádio ao mesmo tempo em que cuidam de outros afazeres. Além disso, é a rádio comunitária que dá importância aos assuntos locais, preferidos pela audiência e ausentes da narrativa dos chamados grandes meios de comunicação. Por isso, no espaço local, os temas nacionais e globais só adquirem sentido e importância quando existe a tradução para a realidade do bairro ou do município.

“A rádio entrou forte porque as pessoas do interior não têm muito o hábito da leitura, porque tem que ficar ali sentadinho. (...) E quando chamamos para o assunto local, tem uma audiência extraordinária, por isso também não entra muito as questões nacionais”. (Jair Coelho)

Programa pretende “contar as raízes do município”

(Jair Coelho – Coronel Martins)

A história do município de Coronel Martins ainda não foi narrada, de forma escrita ou oral, ao conjunto dos moradores. A rádio comunitária *Pedra Branca* se lançou o desafio de fazê-lo. A própria escolha do nome da emissora não foi aleatória. *Pedra Branca* era o nome pelo qual era conhecida a localidade antes de ser emancipada, em 1992, do município de São Domingos. Os governantes do município à época da emancipação substituíram o antigo nome Pedra Branca - dado pelos caboclos que ocuparam a região – pelo nome do coronel Manuel Lozada Martins, um antigo fazendeiro local.

O resgate e narração da história do município fazem parte de uma das sugestões aprovadas pela Associação responsável pela rádio, em maio de 2004, na busca por melhorar a programação da emissora. Querem falar sobre os primeiros moradores; as primeiras turmas da escola municipal na década de 70; o surgimento das 16 comunidades e o porquê de seus nomes; a igreja construída em madeira; o forte da economia do município etc. O objetivo desta proposta de programa é descobrir e “contar as raízes do município” (Jair Coelho).

A rádio *Pedra Branca* também já promoveu a divulgação da produção de músicos e bandas locais. O objetivo é retomar esse programa, transmitido ao vivo, nos sábados, e produzido por um grupo de jovens.

5.4 Rádio *Pró-Guaramirim*, de Guaramirim – Região Norte⁷²

*“A gente queria dar a voz pra população.
A motivação de todo mundo era essa”
(José Thomaz Bárbara Filho – Guaramirim)*

A rádio *Pró-Guaramirim*, do município de Guaramirim, na região Norte de Santa Catarina, foi ao ar pela primeira vez em dezembro de 1997. Esteve em funcionamento durante nove meses, foi fechada pela Anatel e Polícia Federal e voltou ao ar novamente em novembro de 2001, desta vez já com a autorização aprovada pelo Ministério das Comunicações.

A rádio partiu da iniciativa de um grupo de filiados ao PT, que também atuavam em pastorais e grupos de reflexão da igreja católica e associações de moradores. Já na fundação, o grupo aglutinou simpatizantes e filiados de outros partidos, como PFL e PPS. São 16 os sócios fundadores e cada um representava à época uma organização local: ONG Ação Social, três igrejas (católica, evangélica Assembléia de Deus e luterana), APAE, Apevali (Associação dos Postos de Vendas do Vale do Itapocú), PX Clube, Rotary Clube, Polícia Civil etc. Dos 16 sócios fundadores, permanecem 14.

Os depoimentos indicam que a idéia de colocar uma rádio comunitária no ar foi trazida de uma reunião de movimentos populares realizada em 1996, na cidade de Blumenau, e da qual participaram Charles Longhi e Caubi dos Santos Pinheiro, ambos com atuação em associação de moradores de Guaramirim e filiados ao PT. O grupo,

⁷² Em Guaramirim entrevistamos quatro pessoas, nos dias 15 e 16 de outubro de 2004: Zuco (Comerciante, 41 anos); Brito (comerciante, 46 anos); José Thomaz Bárbara Filho (contabilista, 47 anos); Ilton Pirán (radialista, 41 anos); e os estudantes Jeison (Direito) e Natan (3º ano do segundo grau). Há 33 páginas de entrevistas transcritas e arquivadas.

inicialmente composto por sete pessoas, começou a buscar mais informações sobre rádios comunitárias e sobre a lei que já tramitava no Congresso Nacional. Arrecadaram recursos entre eles, em torno de R\$ 3.000,00, compraram equipamentos e em dezembro de 1997 colocaram a rádio no ar, animados pelo fato de que já havia emissoras comunitárias em funcionamento em municípios da região, como Jaraguá do Sul, Joinville, Garuva e São Bento do Sul.

O objetivo era ter um veículo de comunicação aberto aos movimentos e à população do município, conforme o relato de José Thomaz Bárbara Filho e de Guanil de Brito, dois dos sócios fundadores da rádio:

“(...) A gente se interessou em constituir essa rádio porque a gente entendia que ia liberar um meio de comunicação pro povo, (...) queria dar a voz pra população. A motivação de todo mundo era essa. Nós éramos sete envolvidos com o Partido e (...) em movimento social (...). E a gente procurou outras pessoas de outras entidades, porque a gente não queria que fosse uma rádio do PT, e pessoas de outros partidos políticos, para não ser uma coisa sectária (...)”. (Thomaz Bárbara)

“A gente via que Guaramirim era carente de algumas coisas (...). Você queria qualquer informação numa rádio comercial, você teria que pagar. (...) O objetivo então era voltado para isso (...), ter uma abertura mais direta para a população e esse objetivo continua até hoje (...)” (Brito)

Charles Longhi foi o primeiro presidente da Associação de Radiodifusão Comunitária e Defesa do Meio Ambiente Pro-Guaramirim, mantenedora da rádio Pró-Guaramirim. Na época da fundação da emissora, trabalhava na Weg, estudava História e tinha atuação em associação de moradores. Em 2004 era o presidente do PT local. Anos antes, conflitos internos acabaram dividindo o PT do município e repercutiram, posteriormente, na rádio comunitária. O conflito chegou ao extremo em 2003, com a decisão do conselho de sócios da rádio de expulsar Charles Longhi da associação e da emissora⁷³.

⁷³ O vice-presidente da gestão 2003/2005, José Thomáz Bárbara Filho, conta que os conflitos que iriam interferir na gestão da emissora iniciaram após a eleição municipal de 2000 quando o PT local elegeu seu primeiro vereador e este não teria cumprido compromissos assumidos pelo partido ao longo da campanha eleitoral. Por conta disso, Thomaz se desfilou do PT já naquele ano. Em 2003 o problema atingiu a rádio. Neste ano - conforme o relato de Thomaz - Charles Longhi teria pego documentos contábeis da rádio e teria questionado, em espaços como a Câmara de Vereadores, sindicatos, etc. a aplicação dos recursos arrecadados pela emissora sob a presidência e administração de Moacir José Mafra, o Zuco. Ainda segundo Thomaz, que é contabilista e cuida da contabilidade da rádio, o conselho de sócios fez um estudo da contabilidade e teria chegado à conclusão de que a denúncia de Longhi era infundada. O Conselho deu 30 dias para Longhi fazer

O segundo presidente da Associação (gestão 2003/2005), Moacir José Mafra, o *Zuco*, é outro sócio-fundador da rádio. Natural de Brusque, foi para Guaramirim em 1990 motivado pelo *boom* de confecções que se instalou neste município. Neste período também começou a atuar nos grupos de reflexão da igreja católica, onde foi coordenador. Tem 41 anos, é dono de uma confecção e foi um dos fundadores da Apevali (Associação dos Postos de Vendas do Vale do Itapocú). Foi presidente do PT municipal, candidato do partido à prefeitura em 2000 e se desfilou em 2003, após o conflito partidário que atingiu a rádio. Além de presidente da Associação, tem sido o administrador da rádio – função para a qual a associação destina 30% da arrecadação dos apoios culturais. Em outubro de 2004, *Zuco* solicitou ao conselho de sócios uma licença de seis meses da presidência da Associação e da administração da emissora para cuidar de sua confecção. Continuará participando das reuniões de conselho e fazendo seu programa, *A Voz do Povo*, aos sábados, das 10h30 às 12h. Os depoimentos indicam que tem sido peça-chave na gestão e consolidação da rádio. Está sem militância partidária. Diz que não tem projeto político, mas que continua gostando muito de discutir política. *Zuco* atribui sua motivação para a participação nesta experiência a um gosto por fazer rádio, uma espécie de *hobby*.

*“A rádio comunitária, a princípio, era uma novidade.
Hoje é um pedacinho de mim”
(Brito – Guaramirim)*

Em setembro de 2005, a associação elege sua nova diretoria. Até lá, o vice-presidente, Thomaz Bárbara, assume as funções de *Zuco* na presidência e Guanil de Brito será o administrador. Thomaz é contabilista, tem um escritório de contabilidade com a esposa, e cuida da contabilidade de associações, sindicatos, fundações etc. Com 47 anos, também está cursando o último ano do curso de Direito da FERJ, em Jaraguá do Sul.

uma retratação pública e, como este teria se recusado, os demais sócios decidiram, por unanimidade, expulsá-lo da associação. Depois do episódio, *Zuco* e Brito, sócios-fundadores da rádio, também se desfilaram do PT.

Começou sua militância nas pastorais da igreja católica e foi filiado ao PT até 2000. Foi peça-chave no processo de fundação da rádio, especialmente na organização e acompanhamento do pedido de autorização da rádio *Pro-Guaramirim*. Aos sábados, das 9h às 10h30, Thomaz realiza o programa *A Hora da Cidadania*, junto com um colega do curso de Direito, Jeison Giovani Heiler, 23 anos, filiado ao PC do B. Thomaz relaciona sua motivação para a participação na rádio à sua trajetória de envolvimento com trabalhos voluntários e a uma vontade de convencer a população sobre os conteúdos divulgados.

“Eu sempre fui apaixonado pelo trabalho voluntário. Tenho certeza que o trabalho que eu faço na rádio vem desse idealismo. (...) No momento estamos trabalhando a cidadania. A gente tem o objetivo de convencer as pessoas de que elas têm direitos e tem obrigações também..” (Thomaz).

O novo administrador da rádio, Guanil de Brito, também é um dos fundadores da emissora, com militância ligada à igreja. Foi um dos fundadores e presidente da Apevali (Associação dos Postos de Venda do Vale do Itapocú). É dono de um mercado em Guaramirim e foi filiado ao PT até 2003. Sua motivação para o envolvimento com a rádio também é vinculada à uma trajetória de participação em trabalhos voluntários.

“A minha vida inteira, desde os 14 anos, estou envolvido com alguma coisa (...), com igreja, com associação (...). Apareceu a questão da rádio comunitária, a princípio era uma novidade, algo diferente. Só que depois, quando a gente viu aquele sonho começar a brotar e se concretizar... Lembro bem da primeira vez que sentei na frente do microfone, que eu ia fazer um programa, ‘Almoçando com a 104’. (...) Não saía nada. Coloquei uma música do Roberto Carlos para rodar e deixei. E foi assim que a gente começou, sem ter experiência nenhuma, sem ter vínculo nenhum com o rádio. Eu aprendi a fazer rádio na marra. A rádio hoje é um pedacinho de mim, não consigo ficar uma semana sem vir aqui. (...) Já fiz parte da política (...), não faço mais parte de partido porque defendo única e exclusivamente isso aqui, a rádio. Por ela eu brigo com qualquer um, para que ela esteja funcionando”. (Brito)

O Estatuto da Associação mantenedora da rádio Pró-Guaramirim estabelece como finalidades da emissora: ser um espaço de comunicação e expressão popular nos aspectos cultural, político, econômico, religioso e de lazer; ser um veículo de formação e informação; resgatar e estimular valores éticos, morais e humanos como a promoção da

vida, da solidariedade, da justiça e da construção da cidadania; defender o meio ambiente e promover o debate para o avanço de projetos comunitários.

A Associação é composta atualmente por 14 sócios efetivos, que representam organizações locais: ONG Ação Social; igrejas evangélica Assembléia de Deus, Luterana e Católica, PX Clube, Rotary Clube. O *conselho dos sócios efetivos* é a principal das três instâncias de deliberação sobre a rádio: define as metas da rádio, aplicação dos recursos arrecadados, acompanhamento do trabalho dos locutores e dos programas, etc, enfim, define as ações que vão orientar a gestão da diretoria. A *diretoria*, composta por presidente, vice, tesoureiro e secretário, reúne-se com frequência e decide o dia-a-dia da rádio, seguindo as definições e prioridades apontadas pelo conselho de sócios. A terceira instância de deliberação é o *conselho comunitário*, composto pelas entidades que têm representantes na Associação mantenedora da rádio. Esse conselho se reúne, no mínimo, uma vez ao ano e é responsável por discutir a programação da emissora. O conselho comunitário também tem um representante com direito a voz e voto no conselho dos sócios permanentes

*“Trabalhar voluntariamente é difícil,
principalmente em programa diário”*

(Zuco - Guaramirim)

A rádio Pró-Guaramirim funciona em uma sede alugada, próxima ao centro de Guaramirim, e a direção está economizando recursos para a compra de um terreno e construção de uma sede própria. A emissora possui cerca de 40 voluntários distribuídos ao longo da programação, de segunda a domingo. São pessoas que dedicam de uma a duas horas para a realização de um programa: de música alemã, sertaneja, clássica, *dance* e rock; de esportes; evangelização; anúncios de compra e venda; discussão de leis e direitos; reclamações dos ouvintes e discussões de problemas do município, etc. As organizações e instituições locais não têm programas específicos, mas, quando necessitam, usam a emissora para divulgação de suas atividades. O Movimento Negro, por exemplo, já teve programa diário e depois semanal, no primeiro ano da rádio, mas a falta de voluntários para realizar o programa regularmente inviabilizou sua continuidade. O mesmo aconteceu com o programa de cultura italiana. A exemplo de outras rádios, as escolas também não têm

participado na produção de programas específicos, apenas divulgam esporadicamente suas atividades.

“Eu fui, pessoalmente, várias vezes na secretaria de educação tentar convencê-los a fazer um programa, com jovens, uma professora, não sei, mas não tive êxito. Não mostraram interesse. Fui na secretaria, nas escolas municipal e estaduais, mas não mostraram interesse. O espaço foi dado, está aberto ainda se eles quiserem fazer, porque acho interessante eles virem fazer um programa. (...) Quando não querem, não querem, não tem jeito. (...) E trabalhar voluntariamente é difícil, principalmente em programa diário que é difícil fazer, tu tens um compromisso mas não é aquele compromisso. Apareceu qualquer outra coisa tu vais atender o teu interesse e deixa o outro, voluntário. (...) (Zuco).

A rádio tem dois telefones, quatro computadores e softwares correspondentes para a programação e edição, e internet banda larga. A maior parte dos CDs, que somam em torno de 500, foi doada pela população. Dos computadores, apenas um foi doado por um dos sócios fundadores; o restante foi comprado pela Associação. A rádio possui apenas uma funcionária - que cuida sobretudo do atendimento ao público - e contratou os serviços terceirizados de um radialista para fazer o jornalismo da emissora: *Plantão Policial* às 8h; *Notícias da Hora Certa* às 9h, 10h e 11h da manhã; *Notícias de Guaramirim*, das 12h30 às 13h. As notícias são basicamente do município e/ou região.

O radialista Ilton Pirán tem 23 anos de experiência em rádio e também faz um programa, aos domingos, na rádio Jaraguá – emissora comercial de Jaraguá do Sul, município vizinho. Ele diz que a emissora comunitária é uma alternativa de trabalho, pois está pagando igual ou melhor que muitas rádios comerciais. Ilton Pirán reclama, no entanto, que as rádios comunitárias estão argumentando a necessidade de terem um jornalista responsável para assinar as notícias veiculadas por essas emissoras, o que reduziria o espaço de trabalho de radialistas e o teria obrigado a terceirizar seu trabalho:

*“Até pouco tempo atrás eu era contra o pessoal das rádios comunitárias (...). Não era por causa do voluntário da rádio comunitária. Eu ficava indignado era que o pessoal exigia que tivesse um jornalista e não um radialista. Por que não um radialista? Quando eu comecei no rádio, lá no Rio Grande do Sul, eu tive que me profissionalizar, tive que fazer cursos (...). Se eu não terceirizasse o meu trabalho, depois de 20 anos de estrada, eu estava desempregado (...)
Depois eu vi que não adiantava eu ficar ... é um trabalho comunitário. Guaramirim ganha muito com a rádio comunitária (...). O que essas pessoas fazem aqui é um trabalho muito bonito. Só que tem o outro lado, para alguém como eu, que precisa do dinheiro dessa profissão, fica complicado. Abriu-se um monte de rádios*

comunitárias que poderiam nos dar emprego, que poderiam valorizar a nossa categoria, e nós ficamos de lado. (Ilton Pirán).

“À medida que essa rádio se profissionaliza, vai ser, de novo, a voz da elite. Não vai mais ser a voz do povo”
(Thomaz Bárbara - Guaramirim)

O problema levantado pelo radialista Ilton Pirán, somado a discussões que algumas rádios comunitárias chegam a levantar entre profissionalização ou não da programação, pode indicar a tendência ao surgimento de um futuro debate sobre o nicho de mercado representado pela proliferação de emissoras de baixa potência e a conseqüente disputa deste espaço de trabalho por corporações profissionais da área da comunicação: jornalistas e radialistas. A lei diz apenas que uma das finalidades das rádios comunitárias é contribuir para o “aperfeiçoamento profissional de jornalistas e radialistas” (artigo 3 - IV – Lei 9.612/98) Portanto, a exigência de um jornalista para assinar as notícias veiculadas pelos meios de comunicação não se estende às rádios comunitárias, até porque seria incoerente com as finalidades da criação dessas emissoras, ou seja, permitir que associações comunitárias e a população em geral possa se apropriar do meio de comunicação e participar da produção de mensagens. O problema da profissionalização aparece também, mas com outro enfoque, no depoimento do vice-presidente da Associação mantenedora da rádio *Pró-Guaramirim*, Thomaz Bárbara. Ele alerta justamente para o ponto em que o aperfeiçoamento da programação implicaria enfrentar o conflito entre profissionalização e participação comunitária na produção, questão que aprofundaremos mais adiante, no momento da análise de cada uma das emissoras:

O jornalista vir falar com a gente é uma exceção da exceção, porque o jornalista procura quem para conversar? Ele se insere nas reuniões, nos jantares, nas Câmaras de Vereadores, vai conversar com o prefeito, com o juiz. O jornalista não vem falar com o povo. E à medida que essa rádio se profissionaliza, vai ser, de novo, a voz da elite, não vai mais ser a voz do povo. (...) A rádio tem que continuar sendo do povo, todo mundo que quer fazer programa a gente deixa, tem espaço”.
(Thomaz Bárbara).

Não há pesquisa sobre a audiência dos programas da rádio. O único *feed back* da emissora, segundo Zuco, é a participação dos ouvintes pelo telefone. Entre os programas com boa audiência, estariam: *Balcão de Negócios*, que vai ao ar de segunda à sexta, das 9h30 às 11h30, faz a intermediação de compra, venda, aluguel, oferta de emprego e é apresentado por *Chicão*, motorista de ônibus da prefeitura; *Canta Viola*, apresentado por Brito, de segunda à sexta, das 17h às 19h, com música sertaneja e, inclusive, com entrevistas a cantores(as) da região e do Estado; o programa *Bom Dia Guaramirim*, que está sendo modificado, mas em geral apresenta informações e música, das 7h30 às 9h30.

Nos sábados, pela manhã, há dois programas que abordam a questão de direitos do cidadão: *A Hora da Cidadania*, apresentado por Thomaz Bárbara e Jeison Heiler, das 9h00 às 10h30, intercala música com a leitura, comentários e esclarecimentos sobre leis e direitos. *A Voz do Povo*, apresentado por Zuco, das 10h30 às 12h00, faz a mediação entre o poder público e as reivindicações e reclamações da população do município em torno da prestação de serviços públicos, além de debater propostas e projetos da prefeitura ou Câmara de Vereadores, etc. Nos sábados, há ainda um programa sobre saúde, apresentado pela médica Cíntia Vanessa; programas musicais e os religiosos, apresentados pelas três igrejas.

A programação de domingo é musical e também mantida por voluntários. Segundo Zuco, a boa audiência nas manhãs de domingo foi uma surpresa, já que haviam pensado que a rádio não seria escutada neste dia. Os destaques seriam os programas *Domingo Alegre* (9h30 às 11h30), e *Onde Canta a Nossa Gente* (11h30 às 13h30). Na programação musical, há um predomínio de música sertaneja, mas, pelo depoimento de Zuco, existe também uma competição entre diferentes gostos musicais no *Dial*:

“Nossa rádio tem essa característica de tocar muita música sertaneja, não sei se pela população que vai fazer os programas, porque não temos programador. Temos os locutores que fazem sua própria programação e muito dessa programação vem do que o ouvinte quer. Esse é o diferencial, então, quem faz nossa programação musical não somos nós, mas o ouvinte. Por exemplo, agora tá tocando um sertanejão, daqui a pouco toca um rock, depois volta...” (Zuco)

A música, aliás, estaria intrinsecamente relacionada ao meio – rádio -, conforme o depoimento de Thomas Bárbara, do programa *A Hora da Cidadania*. Para ele, a música é o que motiva a relação do ouvinte com o rádio:

“Que as pessoas ouvem a rádio, eu não tenho dúvidas. Hoje recebemos umas 30 ligações de novo, essa tem sido a média. (...) As pessoas que ligam estão ouvindo. (...) O que eles querem com a rádio é ouvir música. O povo quer ouvir música. Então, nós colocamos uma música e falamos três ou quatro minutos; colocamos outra música e falamos mais um pouco. Assim nós conseguimos fazer eles ouvirem música e nos ouvir. Uma hora e meia escutando direito o rádio não agüenta, é muito chato. Se a gente cutucar na questão política, tem quem se manifeste. Eu não tenho coragem de chegar no microfone e ficar dependendo do retorno do ouvinte. O Zuco tem coragem de fazer (...). Então, fica ali, as pessoas acabam ligando, fazendo a crítica, dizendo o que pensam, criticam o prefeito, a administração. (...) Tentamos fazer perguntas, há um mês, a respeito da corrupção. Ligavam para pedir música e tinham medo de se manifestar sobre a pergunta. Não queriam mostrar a cara, não queriam se manifestar. Então, não tivemos sucesso com essa tentativa. O Zuco, ao contrário, teve várias experiências bem sucedidas. Acho que o Zuco tem uma empatia maior. Eu corri disso”. (Thomaz Bárbara, do programa A Hora da Cidadania).

Para Jeison Heiler, que divide com Thomaz Bárbara a realização do programa *A Hora da Cidadania*, o principal aprendizado do período em que está envolvido com a rádio teria sido justamente a descoberta de um medo e de uma apatia das pessoas para a participação.

“A pessoa procura um pouco os poderes, mas quando não encontra solução vem aqui para tornar público”
(Zuco – Guaramirim)

Os depoimentos indicam que a rádio tem abordado com frequência, em sua programação, a questão dos direitos, da qualidade dos serviços públicos e da busca de soluções para problemas do município - seja por iniciativa de locutores que abordam diretamente esses temas em seus programas ou a partir das reclamações dos ouvintes, através do telefone. A rádio seria o principal espaço para expressão do cidadão que reclama por direitos e pela prestação de um serviço público de qualidade.

“O povo não tem outro canal para a denúncia, é só a rádio (...) Quando dá problema com a Casan ou com o hospital, a primeira coisa que eles fazem é ligar para a rádio. Eles confiam na rádio (...).

*O tipo de programa que nós fazemos é único. Não vejo nenhuma outra rádio por aí que tenha esse tipo de programa, é uma fonte de informação. Por exemplo, na época da reforma da Previdência, as pessoas ligavam para perguntar como ia ficar a aposentadoria, o tempo de serviço, que possibilidades tinham. O retorno era imediato (...). Com outros assuntos também eles ligam, quando pinta a dúvida, ligam, querem mais informação.. (Thomas Bárbara, do programa *A Hora da Cidadania*)*

*“É um dos trabalhos principais que a rádio está fazendo: esclarecer a comunidade de direitos que ela tem, conhecimentos que ela precisa (...) Tem muitas pessoas (...) que nem sabem que têm direitos (...), não conhecem, acabam não procurando. Então, é um dever da gente tentar divulgar isso” (Brito, do programa “*Canta a Viola*)*

No programa semanal *A Voz do Povo*, que apresenta na rádio *Pró-Guaramirim*, Zuco lida diretamente com as reclamações da população e sua relação com o poder público ou com projetos polêmicos do meio político local. Para ele, os cidadãos até buscam os órgãos públicos para a solução de problemas e reivindicação de direitos, mas muitos se inibem por causa do caráter *peçoal* que as relações político-públicas acabam tendo em um município pequeno, onde todos se conhecem - o que geraria, no cidadão, o medo a expor sua opinião e a cobrar junto às instituições. Assim, para algumas pessoas, a rádio seria a primeira instância para reclamar o não atendimento de direitos e, para outras, é a última alternativa, o espaço para fazer ecoar suas reivindicações, para tornar público o não atendimento do público:

“Lá [nos órgãos públicos] as pessoas conhecem umas às outras. Não que não vão lá reivindicar, vão. Mas quando vão lá reivindicar (...) já estão vendo quem está reivindicando e ficam um pouco amedrontadas com isso. (...) E aqui não. Através de uma ligação, a pessoa não precisa se identificar, se camuflam um pouco (...)

[O povo de Guaramirim] (...) ainda se perde um pouco nas questões do seu direito, para defender aquilo que é interessante para ele defender (...), por não conhecer o direito ou por Guaramirim ser uma cidade pequena, onde todo mundo conhece todo mundo e às vezes dificulta isso, porque todo mundo conhece o vereador, ou é parente ou amigo do vereador, ou todo mundo conhece o prefeito e o prefeito conhece todo mundo. Então, ele se perde um pouco... mas está mudando através da própria rádio.. (...) Nós levantamos essas questões [de direitos]. (...) Tem que caminhar muito ainda, mas acho que está começando, sim. Não é em dois ou três

anos que a gente vai conseguir isso. Está arraigado esse medo”. (Zuco, do programa A Voz do Povo).

Na falta de outras organizações que representem no cotidiano às insatisfações do cidadão e façam a mediação junto ao poder público, a rádio é procurada como uma espécie de *aliada* daqueles que reclamam por direitos. A mediação da rádio tornaria mais impessoal a relação do cidadão com os administradores públicos, diminuiria o medo à exposição pública da crítica e contribuiria para a solução dos problemas reclamados.

“Quando a pessoa está realmente indignada procura é a rádio mesmo. Não sei se aqui seria a última instância, mas é uma instância que ela chega quando já não tem outra alternativa. Talvez uma das alternativas que ela encontre é esta: tornar público. Talvez eu esteja me contradizendo um pouquinho porque a pessoa procura um pouco os poderes, mas quando não encontra a solução para aqueles problemas, então ela vem aqui para tornar público. Fala ‘não agüento mais, chega, estou denunciando por isso e por isso’. Acho que essa é a função da rádio”. (Zuco, do programa A Voz do Povo).

“Um meio de comunicação, por menor que seja, tem um poder muito grande de irradiação. Não é uma pessoa que está ouvindo, são muitas pessoas que estão ouvindo”
(Brito - Guaramirim)

A mediação permanente das demandas de quem vive no município com as instituições do poder público aparece nos depoimentos como um dos principais exemplos do retorno positivo de temas tratados pela emissora, ou seja, da capacidade da rádio em contribuir no debate e melhoria de problemas locais pelo fato de lhes dar publicidade. Seguindo a pista dos depoimentos, é possível também que o cidadão possa ter aprendido a perceber que a sensibilidade dos ocupantes de funções públicas é maior à crítica proveniente de um meio de comunicação do que do cidadão individualmente. Este, então, desenvolveu a tática de fazer suas demandas passarem pelos meios para que sejam atendidas pelas instituições públicas.

*“Dá resultado (...). Tem umas secretarias que funcionam bem, outras que têm carências. Quando há uma reclamação, eles estão ouvindo (...). Nisso ajuda muito, por isso as pessoas ligam pra rádio. (...) O pessoal fica sem água e reclama direto. Isso faz com que eles se apressem a tomar providências (...). A gente fala no ar, chama a atenção e vê que é resolvido, porque depois as pessoas ligam para contar que o pessoal esteve lá e resolveu o problema. (...) É que um meio de comunicação, por menor que seja, tem um poder muito grande de irradiação. Não é uma pessoa que está ouvindo, são muitas pessoas que estão ouvindo. (Brito, do programa *Canta Viola*)*

*“O sucesso da rapidez foi aceitar todo mundo,
trazer e responsabilizar todo mundo”*
(Thomaz Bárbara - Guaramirim)

A rádio Pró-Guaramirim funcionou sem autorização do ministério das Comunicações entre 15 de dezembro de 1997 e 30 de setembro de 1998, quando foi fechada pelos órgãos de fiscalização e teve os equipamentos apreendidos. No mesmo dia e hora, outras quatro rádios da região Norte também foram fechadas. O então presidente da Associação mantenedora, Charles Longhi, respondeu a processo e foi condenado a pagar cestas básicas.

Em novembro de 2001, a *Pró-Guaramirim* entrou novamente no ar, desta vez já autorizada. O presidente da Associação, Zuco, e o vice, Thomaz, mencionam três motivos que teriam contribuído para que a conquista da autorização num período relativamente curto, se comparado às rádios cujo pedido tramitam, sem desfecho, desde 1998: 1) busca de uma diversidade de entidades desde o início do processo, como Ação Social, bombeiros, associações de moradores de diversos bairros, Associação Comercial e Industrial, Polícia Civil, três igrejas (luterana, católica e Assembléia de Deus), além de sócios e voluntários de diferentes forças político-partidárias; 2) a comunidade sentiu falta da rádio quando a emissora foi fechada, fizeram abaixo-assinado e o anexaram ao pedido de concessão, junto com manifestações de apoio da Câmara Municipal e prefeitura e argumentação de que prestava um serviço público; 3) acompanhamento permanente da tramitação do processo e

pressão junto aos três deputados federais da região à época (Carlito Merss – PT; José Carlos Vieira – PFL; e Serafin Venzon – PDT).

“A nossa autorização sempre foi importante. A gente sempre vislumbrou ser uma rádio autorizada, legalizada. O que nos fez colocar a rádio naquele momento: é que na época havia uma necessidade (...). Nós estávamos pressionando o governo federal para começar a liberar as rádios comunitárias”. (Zuco)

“Nós éramos do PT, mas (...) a rádio tinha o Dego [atual prefeito], fazendo um programa e é do PFL; tinha o Valdir Stein, que também é do PFL, tem o fulano que é do PPS, o sicrano que é de tal partido. (...) Então, tivemos muita ajuda [dos três parlamentares da região]. Eu andava atrás desse processo, a gente não dava folga (...). De todas as cores havia alguém mexendo os pauzinhos para a rádio sair. (...) Acho que o sucesso da rapidez foi isso, aceitar todo mundo, trazer todo mundo para dentro, responsabilizar todo mundo.” (Thomaz Bárbara).

*“As rádios comerciais não perdem financeiramente.
Audiência perdem um pouco, mas serve para se reciclarem”
(Zuco – Guaramirim)*

Guaramirim é um município que possuía quase 24 mil habitantes e 18 mil eleitores no ano 2000. Está localizado na região Norte catarinense, entre os municípios de Jaraguá do Sul e Joinville – deste último se emancipou em 1949. Como Jaraguá e Joinville, Guaramirim também teve forte imigração alemã e tem sua economia baseada, sobretudo, na indústria, responsável por cerca de 60% das riquezas produzidas no município. O PIB municipal foi estimado em R\$ 166,6 milhões para o ano de 1999. Destacam-se empresas de setores como a metalurgia, têxtil e alimentícia. A arrecadação do município somou R\$ 15,8 milhões em 2003.

A rádio *Pró-Guaramirim* arrecada apoios culturais também entre empresas de grande porte, mas sua arrecadação é proveniente especialmente dos pequenos negócios como, por exemplo, mercados, oficinas mecânicas, lojas, farmácias, revendedoras de automóveis, etc. São 83 os apoiadores culturais fixos da emissora e os valores vão de R\$

45,00 a R\$ 90,00/mês, com três inserções diárias e possibilidade de escolha do programa e do horário. A arrecadação total oscila entre R\$ 5,5 mil a R\$ 7 mil/mês – a maior entre as rádios comunitárias que compõem a amostra desta pesquisa. A despesa fixa gira em torno de R\$ 4,5 mil por mês: salários, manutenção de equipamentos, energia, dois telefones, aluguel, internet banda larga, contabilidade, direitos autorais.

A Associação mantenedora está economizando recursos para a compra de um terreno onde pretendem construir uma sede própria para a rádio. Já tem cerca de R\$ 20 mil em caixa, resultado de parte dos apoios culturais e, principalmente, da participação da rádio em *stand* na Expofeira, evento tradicional no município, e de duas festas realizadas pela própria rádio: a “*Feijoada da Cidadania*”, anual e que a emissora pretende tornar também tradicional. As organizações que participam da gestão da emissora, através de seus representantes na Associação mantenedora, não pagam nada. Apenas duas igrejas optaram por contribuir, espontaneamente, com R\$ 150,00/mês. O administrador da rádio – antes Zuco, agora Brito – é quem costuma ser o responsável pela arrecadação dos apoios culturais: “*you precisa sempre estar oferecendo (...). Temos que estar batendo nas portas das pessoas e oferecendo apoio cultural, sim*” (Zuco).

Para Zuco, as rádios comerciais da região, sintonizadas no município, não perderam financeiramente com a entrada da comunitária no ar, porque estas são espaço para a publicidade das pequenas empresas enquanto aquelas estão mais voltadas para as médias e grandes empresas. No entanto, teriam perdido parte da audiência:

“Se mesmo com a estrutura que nós temos – fraca, pequena, com transmissor de 25 watts, pessoas que não são profissionais - e nós temos audiência, é porque estamos falando algo que a população quer ouvir ou porque estamos deixando a população entrar na rádio, estamos abrindo esse espaço que antes era difícil. Então serve para eles também se reciclarem. Isso não é crítica às rádios comerciais, mas é um incentivo pra eles avaliarem suas programações e buscarem mercado se por ventura perderam. Acho que não perderam”. (Zuco)

*“A rádio precisa ser também um instrumento de mudança.
Queremos discutir uma agenda para o município”*
(Zuco - Guramirim)

Guaramirim possui 15 partidos políticos em atividade, segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC). O PFL tem o maior em número de filiados (571), seguido pelo PP (305), PMDB (289), PSDB (250), PT (177), e PPS (64)⁷⁴. O atual prefeito, Mário Sérgio Peixer, o “Dego”, do PFL, foi reeleito em 2004. No primeiro ano da rádio – antes de ser prefeito – chegou a fazer um programa de esportes na rádio comunitária. Antes de Peixer, o PMDB governou o município por dois mandatos consecutivos.

A prefeitura e a Câmara de Vereadores não participam do financiamento da rádio, somente de forma eventual, como o programa *Guaramirim em Destaque*, feito pela administração municipal, durante três meses, antes da eleição de 2004.

“Nós oferecemos, mas não insistimos. Só deixamos claro que não íamos ficar atrelados a nenhum poder, seja o Executivo ou o Legislativo, se tivermos assuntos polêmicos a tratar, vamos tratar; se tiver alguma denúncia para fazer, vamos fazer, enfim. Essa é a nossa relação. Mas somos chamados, somos convidados, é assim que funciona” (Zuco).

“É difícil engolir que algumas pessoas criaram alguma coisa a respeito de comunicação e que isso deu certo. É mais fácil para eles valorizar a rádio Estúdio, a rádio Jaraguá, a rádio Brasil Novo do que a rádio comunitária. Eles anunciam lá. O nosso repórter vai lá na prefeitura e na Câmara, busca e faz o que tem que fazer, não é excluído nada. Temos funcionários da prefeitura que fazem programas voluntários na rádio, um programa esportivo. Então a gente tem uma relação boa com eles, mas não há ajuda deles, não”. (Brito)

Durante a campanha eleitoral de 2004 a rádio fez a cobertura, ao vivo, de três debates realizados entre os candidatos à prefeitura, além de transmitir a propaganda eleitoral gratuita.

⁷⁴ Os outros partidos são PL (57 filiados); PTC (31); PTB (25); PDT (14); PSC (8); PC do B (2); PMN (2); PSB (1); PSL (1).

A prefeitura registra a existência de 39 organizações ativas⁷⁵. De acordo com os depoimentos, as mais envolvidas diretamente com a rádio, através de seus representantes no conselho de sócios efetivos e gestores ou da participação na programação, são a ONG Ação Social, Rotary Clube, PX Clube e, sobretudo, três igrejas: católica, evangélica Assembléia de Deus e luterana.

Nos últimos meses, a rádio comunitária Pró-Guaramirim tomou a iniciativa de buscar e articular organizações sociais locais interessadas em debater, propor e cobrar soluções para problemas que afetam a vida no município. O *fórum das entidades de Guaramirim* foi idéia de Zuco, presidente da Associação mantenedora da rádio, e do radialista Ilton Pirán, e tem o objetivo de “discutir o município”. Já houve três reuniões, com representantes das igrejas católica e Assembléia de Deus, Ação Social, APAE, Associação Comercial e Industrial, Rotary Clube, etc., que começaram a discutir uma pauta de problemas e propostas⁷⁶.

A constituição desse *fórum das entidades* foi apontada por Zuco como um dos principais objetivos atuais da emissora e está inserida no desafio de fazer com que pela rádio não passe apenas música, mas também o debate sobre direitos e sobre a qualidade da vida no município.

“O sonho (...) é, além da rádio, criar projetos para beneficiar a população e a rádio ser um desses instrumentos. Para não ficar só uma rádio tocando música; para isso já tem as outras rádios, comerciais. Ela precisa ser também um instrumento de mudança. (...) Queremos organizar as entidades e criar um espaço para discutir uma agenda para o município. E conseguir com que essa agenda seja seguida pelos dirigentes do nosso município. Não sei se é muita pretensão. Não é só um espaço para apresentação de propostas, mas um espaço para cobrança, para

⁷⁵ As organizações cadastradas na prefeitura são 29 associações de moradores; um conselho de líderes comunitários, associação comercial e industrial; sindicato de trabalhadores rurais; clube recreativo; corpo de bombeiros, que é voluntário; ONG Ação Social; Rotary Clube; APAE; Movimento de Consciência Negra etc. Não incluímos na lista sete igrejas que aparecem no cadastro da prefeitura.

⁷⁶ O *Fórum das Entidades de Guaramirim* já discute 1) a articulação do poder público e organizações civis locais para pressionar as autoridades estaduais e federais pela duplicação da BR 282, que atravessa o município e tem causado muitas mortes; 2) a melhoria na captação, tratamento e distribuição da água feita pela Casan no município através da mudança no local de captação, contaminado por esgotos domésticos e industriais, e da municipalização da água (transformação da Casan em Samae, como em Blumenau e Brusque); 3) a implementação da tão falada mas nunca realizada *Rodovia do Arroz*, que ligaria Guaramirim a Joinville e diminuiria o trânsito dentro do município; 4) a execução de projetos que facilitem a movimentação das pessoas portadoras de deficiência física no município; 5) a regulamentação e melhoria da sinalização de trânsito em Guaramirim.

que aquelas propostas venham realmente a ser concretizadas. Acho que é um grande bem que a rádio vai estar fazendo, se conseguir isso. Nós que iniciamos, já fizemos três reuniões”. (Zuco).

O presidente da Associação mantenedora da rádio acredita que outras organizações civis locais, como as associações de moradores, por exemplo, poderiam ter iniciado o debate no município e cobrado soluções para problemas que afetam a todos, como a má qualidade da água e das rodovias que atravessam o município. No entanto, foi somente a partir da iniciativa e gestão da rádio comunitária que está ocorrendo uma articulação civil e política em torno de uma agenda mínima para o município.

A rádio também tem sido articuladora de momentos de solidariedade no município, especialmente em parceria com a Ação Social, uma ONG que atua junto às famílias carentes. Em 2003, organizaram uma campanha de arrecadação de alimentos e roupas que mobilizou o município durante um dia inteiro. Toda a arrecadação foi destinada à Ação Social para distribuição às famílias cadastradas.

*“É um espaço que não tem em nenhum outro lugar.
Tem bandas de outros lugares que não têm esse espaço.
Isso tudo faz a rádio crescer”
(Natan – Guaramirim)*

A rádio *Pró-Guaramirim* é a mais ouvida no município, com 34% da audiência, segundo pesquisa realizada em 2003 por instituto da região. Em seguida, com percentuais abaixo de 32%, apareciam as rádios comerciais sintonizadas em Guaramirim: Brasil Novo, Jaraguá e Estúdio, do município de Jaraguá do Sul. Emissoras de Joinville, Blumenau e Brusque também têm alcance em Guaramirim.

No município circulam dois jornais semanais, inicialmente produzidos em Guaramirim, mas cujas sedes foram posteriormente transferidas para Jaraguá do Sul: *O Vale* e *O Regional*. Circulam ainda diários estaduais como o *Diário Catarinense*, com 33 assinaturas no município, e *A Notícia*.

Na rádio comunitária *Pró-Guaramirim* identificamos pelo menos duas manifestações da identidade e da cultura local que têm passado pela rádio: a primeira ligada à religiosidade, como acontece também em outras rádios comunitárias, e à segunda ligada à música regional.

A rádio tem um espaço ecumênico, onde três igrejas se alternam na divulgação de suas mensagens e inclusive se reúnem para discussão da programação religiosa. Além disso, começou a dar cobertura a determinadas celebrações, como a transmissão ao vivo, durante três horas, da procissão do *Senhor Morto*, na sexta-feira santa:

“Foi o momento em que a rádio explodiu, porque a procissão envolve o povão. (...) Nós, com o padre Ademir, organizamos a procissão. Era assim: uma pessoa lá dentro da rádio falando, movendo a procissão, outra pelo telefone celular dando informação. (...) Os carros de som sintonizados na rádio e ainda as pessoas na procissão acompanhando tudo com um radinho. Colocou todo mundo em sintonia com a rádio comunitária” (Thomaz).

Bandinhas alemãs, duplas sertanejas e bandas de rock locais e regionais também encontraram na rádio espaço para divulgação do que produzem. Desde que a rádio foi ao ar, um dos sócios-fundadores, Élio Lemke, do PX Clube de Guaramirim, faz um programa diário de cultura alemã – o *Onga Élio* -, com música e locução em português e alemão.

No caso do rock, há um programa diário – *Rádio Atividade* -, apresentado pelo estudante Natan, de 17 anos, dedicado a falar de e com bandas de rock da região, algumas inclusive premiadas nacionalmente. Também leva os músicos para o estúdio, para entrevistas e som acústico. Natan toca violão e guitarra e encontrou na rádio o espaço para atuar com o que gosta:

“Eu gosto de música, é um espaço para atuar com isso, com as músicas que eu gosto. (...) Tem bastante bandas na região, (...) têm CDs, tem umas bandas que fazem ao vivo, um acústico, um violão, eu trago eles para tocar, faço entrevistas com eles. (...) É um espaço que não tem em nenhum outro lugar. Tem bandas de outros lugares, até de Porto Alegre, bandas de Jaraguá que vendem CDs há muito tempo, que não têm esse espaço. Isso tudo faz a rádio crescer, ainda mais a rádio comunitária, porque é um espaço alternativo”. (Natan)

A música sertaneja é o que predomina na programação musical da emissora. Há vários programas específicos, um de segunda a sexta, das 17h às 19h, - *Canta a Viola* – e

vários nos finais de semana. A rádio já promoveu um *Show de Talentos*, ao vivo - com a participação de 16 inscritos e quatro duplas estaduais que já tinham CDs gravados. O objetivo é torná-lo uma promoção regular:

“A gente abre bastante para as bandas, de todos os tipos (...) As pessoas aqui da terra que estão gravando, que tem CDs gravados, se sentem felizes da vida porque a gente convida para vir na rádio, faz entrevista, canta, divulga o trabalho (...). Não têm espaço para fazer e aqui eles conseguem ter. Quase toda semana tem gente aqui cantando ao vivo. (...)” (Brito, do programa *Canta Viola*).

Para Brito, fazer um programa na rádio representa atualmente “uma terapia”, uma forma de se desligar de suas “preocupações, afazeres e obrigações diárias” e de poder atuar com a música sertaneja, algo pelo qual se diz apaixonado. Mesmo assim, segundo ele, a responsabilidade é um dos principais aprendizados que teve neste período em que está envolvido com a rádio. Ele cita ainda a necessidade de cuidar com o que fala e o respeito aos ouvintes.

A rádio *Pró-Guaramirim* tem sido a principal iniciadora no município de debates sobre temas de interesse coletivo, substituindo, muitas vezes, o papel de organizações sociais locais, como no caso da articulação civil e política em torno à uma agenda mínima para o município – o *Fórum de Entidades*. Também tem sido articuladora de momentos de solidariedade no município, em parceria com outras organizações, e tem resgatado e dado visibilidade a expressões da história e da cultura locais, como a música e as festas populares.

5.5 A experiência da rádio *Luz e Vida*, de Itajaí⁷⁷

“As instituições são bem mais conhecidas, mas a gente achou que a rádio seria uma fonte para manter as instituições”
(Cida Cascaes)

A rádio *Luz do Amanhã, de Itajaí*, está no ar desde 2000. Inicialmente, funcionou com liminar da Justiça e no início de 2002 conseguiu autorização do Ministério das Comunicações. A rádio foi criada com o objetivo de facilitar, divulgar e contribuir para a manutenção de duas instituições de assistência social que atuam em Itajaí: o Abrigo Luz do Amanhã e o Centro de Referência Luz do Amanhã; mais recentemente foi aberta uma segunda sede do Abrigo. Essas entidades, privadas, mas sem fins lucrativos, atendem a um total de 60 crianças - portadores de deficiência física e crianças carentes, filhas de pais portadores do vírus HIV. Tanto a rádio quanto as entidades assistenciais partiram da iniciativa de Cida Cascaes e seu marido, Arlei Cascaes, casados há 22 anos, ambos evangélicos. Conforme o depoimento de Cida Cascaes, as instituições se tornaram mais conhecidas, porém o retorno não é o que esperavam no aspecto da sustentação material das instituições assistenciais.

“Quando a gente fala em rádio Luz do Amanhã a gente fala das instituições que estão atrás da rádio, que surgiram antes da rádio. (...) Teve época em que tivemos que dispor de recursos próprios para manter a rádio e hoje ainda acontece assim. (...) [O retorno é] bem menor, mas as instituições são bem mais conhecidas, mais abertas para a comunidade se interar do trabalho. A rádio, que a gente achou que seria uma fonte para manter, saciar as necessidades das instituições, infelizmente não aconteceu conosco”. (Cida Cascaes)

Cida Cascaes trabalha na área da assistência social há 26 anos. É missionária evangélica, da igreja Graça e Paz. Em 2004, filiou-se ao PDT para se candidatar a uma vaga na Câmara de Vereadores, mas não se elegeu. Já o atual presidente da Associação responsável pela rádio, Arlei Cascaes, é fiscal da Fazenda estadual e começou a trabalhar

⁷⁷ Em Itajaí foram entrevistadas três pessoas, no dia 03 de maio de 2004: Arlei Cascaes (fiscal da Fazenda, 48 anos); Cida Cascaes (coordenadora do Abrigo Luz do Amanhã, 44 anos); Moabe dos Santos (funcionária do Abrigo e coordenadora da rádio, 40 anos). Há 20 páginas de entrevistas transcritas e arquivadas.

junto com a esposa, na assistência social, desde que se casaram, há 22 anos. Também naquela época tornou-se evangélico. Não tem filiação partidária.

Foi Arlei quem estimulou Cida a apresentar um pedido de concessão de uma frequência em rádio comunitária como forma de divulgar o trabalho das entidades assistenciais e assim contribuir para a sustentação destas. Segundo os depoimentos, foi ele também quem financiou toda a estrutura para instalação da rádio (equipamentos, aluguel de sede) e quem paga do próprio bolso algumas contas (luz, água, etc) – especialmente das três entidades assistenciais - quando a arrecadação não é suficiente para cobrir as despesas.

Em abril de 2004, também Moabe dos Santos começou a participar dos trabalhos na rádio, ocupando a função de coordenadora da rádio. Tem acumulado ainda a função de coordenadora do Abrigo, por falta de funcionários nesta entidade. É evangélica, da igreja Assembléia de Deus, e natural do interior de Minas Gerais, onde teve os primeiros contatos com rádio através das experiências de transmissão improvisadas pelos jovens evangélicos.

*“Eles sabem que o canal está aberto. Só que eu
não sou de estar correndo atrás de ninguém”*
(Cida Cascaes – Itajai)

Não conseguimos ter acesso ao Estatuto da Associação mantenedora da rádio *Luz e Vida* para conhecer os objetivos, pois a direção alegou que não encontravam e possivelmente havia se extraviado. Segundo os depoimentos, a associação responsável possui uma diretoria executiva - Arlei é presidente, Cida é diretora administrativa, além de vices e secretários -; um conselho fiscal, com seis membros; e um conselho comunitário – obrigatório, segundo a lei – integrado pelo padre Jacó, representantes da Casa Bom Samaritano, Freiras da Fazenda, Amor Sem Limite e o Mervam, entidade que trabalha com dependentes de drogas. Mas estas instâncias de deliberação, especialmente o conselho comunitário, não se reúnem: são meramente formais. As decisões são tomadas entre Cida e Arlei Cascaes e a coordenadora da rádio, Moabe dos Santos. Também não há articulação com outras organizações da sociedade civil. Ainda que, conforme Cida, a emissora esteja aberta a todos, não há iniciativas para buscar vínculos com outras organizações.

“É meio complicado [realizar reuniões periódicas] porque a maioria dessas instituições tem igrejas, então, eles já têm o trabalho deles. Agora, eles sabem que têm a participação na rádio e que o canal está aberto. Só que eu não sou de estar correndo atrás de ninguém, porque tenho a minha vida e trabalho muito. A rádio está aqui, é comunitária. Se quiser vir, tem espaço; se precisar, pode ocupar. Só que não é muito usado como deveria ser, eu acho que deveria ser mais usado”.
(Cida Cascaes)

O depoimento de Moabe dos Santos deixa antever que a presença daquelas entidades na Associação responsável pela rádio é uma formalidade; na prática não participam, até porque não há espaços regulares e coletivos de decisão sobre a emissora. “Não é a política da Cida”, comenta Moabe, para quem a fundadora da rádio e das três entidades assistenciais tem uma propensão a chamar para si demasiadas funções. Moabe acredita que seria mais frutífero comandar menos entidades para poder dar mais atenção a cada uma⁷⁸.

*“A gente não aproveita como poderia aproveitar.
Falta de iniciativa nossa, de tempo”*
(Cida Cascaes - Itajaí)

A programação da rádio é mais musical, intercalando oferta de emprego, notícias do Copom (ocorrências policiais); programas de várias igrejas evangélicas; mensagem católica; jornalismo (o que é publicado nos jornais, notícias locais e regionais); balcão de negócios; no domingo tem um programa infantil. O programa *Caminho Solidário*, apresentado diariamente por Cida Cascaes, entre 10h e 12h, é o de maior audiência: inclui mensagens, orações, arrecadação e distribuição de medicamentos, alimentos, bicicletas, cirurgias, consultas médicas e algumas orientações como, por exemplo, sobre estatuto do idoso.

A rádio possui dois funcionários: Moabe, que é coordenadora; e Elias, que faz locução e também é técnico. Cada um trabalha 8 horas de segunda a sábado. O salário de

⁷⁸ Este comentário de Moabe dos Santos foi feito em conversa posterior à entrevista e, portanto, não está gravado nem transcrito como as demais informações das entrevistas realizadas.

Moabe é de R\$ 300,00 por mês. A rádio ainda não possui computador e Moabe diz que está organizando um almoço para arrecadar recursos e comprar um. A emissora tem MDs e cerca de 300 CDs, a maior parte de igrejas evangélicas, pois são doados pelas gravadoras para divulgação.

Durante a entrevista, Cida Cascaes apontou um potencial pouco explorado na rádio: a capacidade de mobilizar pessoas em torno de algo. Citou o exemplo de um bazar que realizaram, com venda de roupas usadas e outros produtos doados pela Receita Federal, para arrecadar recursos para os abrigos. Divulgado durante várias semanas pela rádio, o bazar arrecadou em um dia o que as três entidades assistenciais não arrecadam em um mês. *"A rádio para isso é muito boa. É que a gente não aproveita como poderia aproveitar. Falta de iniciativa nossa, de tempo"*, explica Cida Cascaes.

*"Foram mais de três anos e meio indo a Brasília,
mais de 15 viagens para conseguir a autorização"*
(Cida Cascaes – Itajaí)

A rádio foi ao ar em 2000 com liminar da Justiça e no início de 2002 conseguiu autorização do Ministério das Comunicações. A Anatel esteve uma vez na rádio quando operava com liminar e, portanto, não chegou a ser fechá-la. A proliferação de rádios de baixa potência sem autorização é apontada pelo atual presidente da associação, Arlei Cascaes, como a maior dificuldade para o trabalho da rádio.

"Não é justo a gente ter uma rádio aqui, a Anatel vem de mês a mês, pagamos um monte de coisas, multas e tal, e o cara colocar uma rádio com transmissor de 50 watts, antena que não é sistema irradiante, não tem engenheiro, não tem a liberação da Anatel e concorrer com a gente. Faz apoio cultural com todo mundo, abrange a cidade toda e nós estamos aqui limitados. Então, infelizmente, a maior dificuldade hoje é as rádios piratas, porque não são legalizadas. (...) Em Itajaí e Navegantes tem várias. Ao invés de participar na nossa, contribuir com um valor simbólico para manter a rádio, não, abrem uma pirata". (Arlei Cascaes).

Ele também reclama da perseguição e falta de apoio às rádios comunitárias (autorizadas) e faz uma comparação com as rádios educativas:

“Qual a diferença entre uma rádio comunitária e uma educativa? Temos rádio educativa aqui que cobra (...), vais fazer um programa na educativa e tens que pagar quase R\$ 4 mil por mês. É um absurdo, acho que não poderia. É um clube fechado, para participar lá não consegues porque vão te cobrar. (...) Claro que tem uma abrangência muito maior, mas é uma rádio doada pelo governo federal. As rádios comunitárias são muito perseguidas e têm pouco apoio da própria Anatel. Eles vêm aqui, perseguem, multam”. (Arlei Cascaes).

Para Cida Cascaes, a dificuldade maior é a falta de apoio financeiro:

"Por ser uma rádio comunitária, as pessoas acham que aqui não temos nenhum tipo de despesa. (...) Não sabem o preço que nós pagamos, de sacrifício e também de dinheiro, de recursos próprios. Foram mais de três anos e meio indo a Brasília, mais de 15 viagens a Brasília para conseguir; mais instalação, porque não se ganhou transmissor de ninguém, não se ganhou antena, pagou-se engenheiro. (...) Nós pedimos apoio cultural [para os que querem fazer uma programação regular], eles não vão atrás, ficam um ou dois meses e não trazem nenhum apoio cultural para a rádio. (...) Dizem que é uma rádio que a gente ganhou – não compramos. Só que não percebem o quanto foi duro para a gente conseguir. Tudo isso aqui tem manutenção (...)". (Cida Cascaes).

Durante a tramitação do pedido de autorização a rádio contou com a ajuda de três parlamentares - deputados federais Renato Vianna (PMDB) e Serafin Venzon (PDT), e o então senador Casildo Maldaner (PMDB) - cuja participação "foi importante", mas não decisiva, conforme Cida e Arlei. Assim como na rádio de Alfredo Wagner, eles dão a entender que, além de buscar o apoio de parlamentares, é fundamental a persistência e o acompanhamento permanente para conseguir a autorização.

“Está faltando divulgação, tempo e criatividade para esta divulgação [da existência da rádio]”

(Moabe dos Santos – Itajaí)

A cidade portuária de Itajaí, localizada na região do Vale, é uma das 10 maiores de Santa Catarina em termos de população e de riqueza produzida. A população totalizava

147.494 habitantes em 2000 e o PIB estimado para 1999 foi de R\$ 652,1 milhões - o 10º do Estado. A economia da cidade gira em torno dos setores do comércio e serviços, especialmente o porto.

A rádio *Luz do Amanhã* não possui uma incidência na economia do município ou mesmo dos bairros que abrange, seja em termos de estímulo a práticas econômicas locais ou de arrecadação para financiamento da emissora. Os apoiadores culturais da rádio *Luz do Amanhã* são pequenos negócios do bairro Cordeiros, onde está situada a emissora. Não há uma política regular e mais intensa de busca e ampliação dos apoios dentro do próprio bairro e nos vizinhos. A arrecadação é suficiente apenas para cobrir as despesas. Em junho de 2004, a emissora arrecadou R\$ 1.440,00 e gastou R\$ 1.420,00. Os apoios culturais variam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 por mês, em geral de pequenas lojas do bairro Cordeiros. A abrangência da emissora, limitada ao bairro Cordeiros e alguns vizinhos, reduz o interesse em anunciar na rádio. No ano 2000, quando funcionava com liminar, a emissora usava um transmissor de 50 watts - o dobro da potência permitida pela lei - e alcançava todo o município, o que contribuía para melhorar a arrecadação da emissora. Houve meses, conforme Cida Cascaes, em que a arrecadação chegou a R\$ 5 mil.

Para Moabe dos Santos, a importância da emissora no município ainda é limitada porque a rádio é pouco conhecida:

“(...) A gente precisa fazer mais alguma coisa para levar a rádio. Até mesmo no bairro tem gente que ainda não conhece a rádio (...). Está faltando divulgação, tempo e criatividade para esta divulgação, porque eu ainda não consegui fazer coisas para divulgar”. (Moabe dos Santos)

Os depoimentos indicam também a inexistência de articulações da emissora seja com o poder público ou com as organizações da sociedade civil locais – à exceção das cinco que integram formalmente a composição da associação responsável pela emissora, mas que não têm participação efetiva nas decisões.

A secretaria de Desenvolvimento Social de Itajaí registra a existência de, pelo menos, 79 organizações: desde as 31 que são conveniadas - como é o caso das administradas por Cida e Arlei Cascaes - até associações de moradores, e ONGs das áreas de cultura e esportes. O cadastro desta secretaria não inclui outras organizações da

sociedade civil, como sindicatos de trabalhadores e patronais, CDL, Associação Comercial e Industrial etc.

Esporadicamente, quando necessitam divulgar algo, algumas organizações procuram a emissora, mas não possuem programas regulares. *“Nós temos programas diários, mas não diretamente com as associações. Eles ocupam os espaços que eles precisam”*, diz Cida Cascaes. Ela conta que tem o projeto de realizar um programa envolvendo professores e pais para debater o problema da exploração infantil. Diz que o trabalho na rádio tem lhe ajudado a “ser mais humana” pelo fato de conviver diariamente com pessoas carentes.

*“Hoje, politicamente, a rádio nos ajuda.
É uma fatia dentro do município”*
(Cida Cascaes – Itajaí)

Em Itajaí, há 23 partidos políticos ativos, dos quais os maiores, em números de filiados, são o PFL, PP, PMDB, PT e PDT.⁷⁹ O prefeito em 2004 era Jandir Bellini, do PP. Cida Cascaes admite que a rádio seria útil para sua campanha eleitoral à Câmara de Vereadores em 2004. Normalmente, ela vai à rádio apenas para fazer seu programa, entre 10h e 12, mas planeja passar toda a manhã na rádio durante a campanha eleitoral: *“Com esta candidatura vou ficar aqui toda a parte da manhã, para atender as pessoas”*. Ela diz que sua candidatura se tornou uma necessidade devido às dificuldades financeiras enfrentadas pelas entidades assistenciais que coordena. Sua eleição e um mandato na Câmara Municipal seriam uma forma de dar sustentação ao trabalho em assistência social:

“Nunca fui filiada a partido algum na minha vida e não gosto de política, embora a gente faça política todos os dias. Mas não sou partidária, não. O que está acontecendo na minha vida é uma nova etapa, não é opção, é uma necessidade. É um mal necessário. (...) Há 15 anos sou convidada a sair como candidata e nunca aceitei, nem me filiei a partido algum. Este ano nós sofremos muitas dificuldades e por esse motivo [teria aceitado a candidatura]. (...) Hoje, politicamente, a rádio nos ajuda. Pelo conhecimento. Como disse um amigo nosso, não é um bolo inteiro,

⁷⁹ Os demais partidos políticos são PSDB, PPS, PTB, PSB, PSC, PC do B, PL, PV, PMN, PHS, PRONA, PRTB, PSDC, PSL, PSTU, PT do B, PTN, PAN.

não é uma metade, não é um terço, mas é uma fatia dentro do município de 160 mil habitantes”. (Cida Cascaes).

“Manter uma comunitária aqui não é fácil, porque tem muitas rádios. No interior, a comunitária é algo novo, porque não tem outras”
(Arlei Cascaes - Itajaí)

A rádio *Luz do Amanhã* convive com vários outros meios de comunicação no município. Itajaí tem dois jornais diários: o *Diarinho do Litoral* - que é o de maior circulação, com cerca de 8.000 exemplares/dia e que abrange ainda o município de Balneário Camboriú – e o *Diário da Cidade*. Além disso, circulam e têm sucursais no município os diários *Catarinense* (Florianópolis), que tem 752 assinantes; *A Notícia* (Joinville), *Jornal de Santa Catarina* (Blumenau). O município possui ainda um semanário – o *Tribuna* – e sucursais das TVs Record, RBS e Rede SC e mais duas TVs a cabo: Brasil Esperança e Canal 25.

Itajaí possui ainda seis emissoras de rádio: duas AMs (Clube e Difusora); cinco FMs comerciais (Band, Jovem Pan, Floresta Negra, Objetiva e Menina – esta última de Balneário Camboriú); duas educativas (Univali e Panorama, esta última de Balneário Camboriú); e as duas comunitárias: a rádio *Conceição*, que reúne instituições como a igreja católica, Univali, etc, e a rádio *Luz do Amanhã*.

“Pra manter uma comunitária aqui não é fácil, porque tem muitas rádios. (...) No interior, a rádio comunitária é algo novo porque não tem outras, não pega, só tem uma, então é mais fácil buscar apoio cultural. Mas aqui não dá. Quando a gente vai buscar apoio cultural o pessoal comenta que a nossa rádio tem pouco alcance, tem outra que cobra um pouco mais, mas abrange mais. Então, a dificuldade para manter uma rádio comunitária é essa”. (Arlei Cascaes).

Mesmo com as várias emissoras em funcionamento, Cida Cascaes acredita que a audiência da *Luz do Amanhã* é boa, ainda que restrita a alguns bairros:

“Foi feita uma pesquisa pela Tendência, que é uma das mais respeitadas da região, e hoje nós atingimos quase 8 mil pessoas por hora. Mesmo entre as FMs comerciais, a nossa rádio está em 5º lugar na estimulada e em 6º na espontânea, entre as FMs mais ouvidas”. (Cida Cascaes)

Como as duas comunitárias ficam em bairros próximos, abrangem parte de Itajaí e parte do município de Navegantes com a mesma frequência (FM 105,9), tem havido interferências, sentidas especialmente pela rádio *Conceição*, que entrou no ar em 16 junho de 2000. A OSCPI (Obras Sociais e Culturais da Paróquia de Itajaí), responsável pela rádio *Conceição*, já apresentou ao Ministério das Comunicações um pedido de troca de frequência.

A *Luz e Vida* é, portanto, um perfil de rádio diferente das outras que compõem a amostra: foi uma iniciativa individual e não coletiva, de caráter mais privado, buscando a divulgação e sustentação financeira de outras organizações. A emissora tem um perfil de voluntariado mais relacionado ao trabalho assistencial, com forte viés religioso e sem participação coletiva na tomada de decisões. Além disso, está situada em um dos maiores municípios de Santa Catarina e divide o espaço com vários outros meios de comunicação, sobretudo rádios. Embora diferente, a rádio *Luz e Vida* também mostra a importância da política: levou a pessoa responsável pela emissora à política partidária, revelando-se um meio eficaz para projetar ou fortalecer uma liderança local.

5.6 A experiência da *rádio Sambaqui*, em Jaguaruna⁸⁰ - região Sul

“A rádio Sambaqui tem algo que antecede o estúdio, que são os movimentos populares. Por isso está durando até hoje”.

(Rosinere Tibúrcio – Jaguaruna)

A rádio *Sambaqui*, de Jaguaruna, no sul catarinense, entrou no ar no dia 26 de junho de 1996. É a comunitária mais antiga de Santa Catarina e foi fundada por um grupo de pessoas vinculadas a pastorais da igreja católica, associações de moradores, movimento ecológico e outros existentes no município na década de 90, muitos dos quais também ligado ao PT e PMDB.

Uma liderança-chave na fundação e, principalmente, na gestão da rádio é Rosinere Tibúrcio, de 42 anos, jornalista desde 1999. *Nere*, como é conhecida, iniciou sua militância nas pastorais da igreja católica em Jaguaruna, no final dos anos 70 e início dos 80. Chegou a iniciar os cursos de Teologia e de Economia, mas desistiu e ingressou no curso de Jornalismo da UNESC, em Tubarão, logo após a criação da rádio comunitária⁸¹. Tem participação ativa em movimentos populares do município, foi coordenadora da UAMJA (União das Associações de Moradores de Jaguaruna) e é filiada ao PT. Em 2004, também ocupava um cargo comissionado na prefeitura municipal, na gestão do prefeito Claudemir Souza dos Santos, do PMDB. Claudemir, aliás, também foi um dos sócios-fundadores da emissora. Começou sua militância na pastoral política da igreja local. Engenheiro, ele assessorou a UAMJA na metade dos anos 90 e posteriormente também participou da coordenação da rádio.⁸²

⁸⁰ Em Jaguaruna entrevistamos oito pessoas, nos dias 17 e 18 de setembro de 2004: Rosinere Tibúrcio (jornalista, 42 anos); Ângelo Bússolo (padre, 62 anos); Jalmor Ferreira (carpinteiro, 43 anos); Marcos Madeira (estudante de jornalismo, 31 anos); Marter Pereira, a “Quidinha” (professora aposentada, 62 anos); Maria Maureles, a “Nena” (comerciante, 63 anos); Itamar Moreira (aposentado, 51 anos); Antônio Augusto (agricultor, 36 anos). Há 59 páginas de entrevistas transcritas e arquivadas.

⁸¹ A rádio comunitária *Sambaqui* foi o tema da monografia de Rosinere Tibúrcio, na conclusão do curso de Jornalismo, em 1999, na Unesc/Tubarão.

⁸² Na eleição municipal de 03 de outubro de 2004, Claudemir Souza dos Santos tentou a reeleição, numa aliança com o PT. Foi derrotado pela coligação de partidos encabeçada pelo PP.

O padre Ângelo Bússolo, de 62 anos, é outra liderança-chave na fundação da rádio comunitária *Sambaqui*. Estimulou e articulou as pessoas, entidades e encontros para os debates sobre a rádio comunitária. Natural de Orleães, é padre há 35 anos. Neste período, trabalhou em seminário, coordenação de pastorais e movimentos (de pescadores, agricultores, sindicatos, associações de moradores etc). Atualmente, é vigário paroquial em Magalhães e Laguna, sul catarinense. Também colabora na coordenação dos Mini-Projetos Alternativos da CNBB e é advogado de presidiários, no município de Tubarão, onde reside.

“Eu já gostava de rádio quando eu estudava no seminário. Nós tínhamos um programa de rádio, do seminário de Tubarão, na rádio Tubá, em 1972. Por onde eu passei, sempre gostei de ter um programa de rádio. Era uma forma da gente se multiplicar em muitos. Ao invés de ficar falando sozinho ou para poucos, no rádio tu te multiplicas num monte. Então, sempre valorizei muito a comunicação e a gente foi tendo a oportunidade e se lançando nisso (...) Sempre gostei de colaborar com os movimentos sociais. Eu vejo a igreja muito mais como um trabalho de mudança, de transformação e de organização do que de reza”. (padre Ângelo Bússolo)

Padre Ângelo chegou à paróquia de Jaguaruna no início dos anos 90 e deu continuidade à abertura da igreja local aos movimentos populares, um processo que já havia sido iniciado pelo padre Vilson Buss. Participou das iniciativas de articulação do movimento das rádios comunitárias em Santa Catarina em 1996. Foi um dos fundadores da ARCOS (Associação das Rádios Comunitárias do Sul Catarinense) e, nos últimos anos, tem partido dele as iniciativas de rearticular o movimento estadual de rádios comunitárias, a partir do estímulo à criação de associações regionais. É o atual tesoureiro da ABRAÇO/SC (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias - Santa Catarina).

O depoimento do padre Ângelo revela uma aposta no papel estratégico da comunicação para a multiplicação do trabalho comunitário de educação desenvolvido pelas pastorais e movimentos:

“Era uma necessidade que nós tínhamos. Esse grupo tinha consciência da necessidade de multiplicar, de conscientizar a comunidade, de informar a comunidade. E a gente sentia um limite muito grande ao ficar só em visitas, reuniões e cursinhos que a gente dava. A gente entendia que a rádio era um meio muito grande de comunicação, de conscientização e de multiplicação. (...) Foi uma aceitação enorme por parte da comunidade, eles achavam mentira, no início, ter uma rádio”. (Ângelo Bússolo – Jaguaruna).

O atual presidente da Associação de Radiodifusão Comunitária de Jaguaruna, Jalmor Joaquim de Campos Ferreira, 43 anos, é outro fundador da emissora comunitária. Carpinteiro autônomo, ele mora no Riachinho - bairro onde aconteceram as primeiras reuniões “secretas” da rádio e onde dizem haver muita organização popular. Jalmor iniciou sua militância em 1988 nos grupos de reflexão promovidos pela igreja católica. Por duas vezes, foi o coordenador da União das Associações de Moradores de Jaguaruna (UAMJA) – entidade criada em 1992 e considerada extremamente ativa no município: teve papel central, por exemplo, na intervenção e recuperação do hospital municipal que estava prestes a fechar, em 2000. Jalmor é filiado ao PMDB há 16 anos. “*A gente sentia a necessidade da comunicação, você sabe que não adianta fazer um trabalho comunitário e não divulgar. (...) Em Jaguaruna, éramos muitos carentes em meio de comunicação*”, conta ele.

Também das pastorais da igreja católica veio a militância da professora de biologia Marter Rosa Pereira, hoje com 63 anos, aposentada, e outra das fundadoras da emissora. *Quidinha*, como é conhecida no município, integra o Movimento Ecológico *Upiar Ibi* (*Defensores da Terra*, em Tupi-Guarani), criado na metade dos anos 90. Ela também é filiada ao PT. Nos primeiros cinco anos da rádio, *Quidinha* e o professor Adilson Tibúrcio [irmão de Nere e também fundador da emissora] fizeram um programa chamado *Economia, Desenvolvimento e Vida*. O programa parou por falta de tempo de ambos. *Quidinha* fez parte da coordenação da rádio e tem atuado também nos conselhos municipais, especialmente o da saúde, do turismo, do Desenvolvimento Rural e Pesqueiro e dos debates para a criação do conselho do Meio Ambiente. Recentemente, também começou a se envolver em um projeto de agricultura natural que está sendo implantado no município com plantas bio-ativas. Partiu dela a sugestão do nome *Sambaqui* que acabou sendo o escolhido no concurso promovido para definir como se chamaria a emissora.

Há duas versões distintas sobre a origem da idéia de implantar a rádio comunitária em Jaguaruna. *Quidinha* diz que ouviu uma entrevista de um deputado do PT no programa *A Voz do Brasil*, da Radiobrás, a respeito do projeto de rádios comunitárias, e que teria levado para a discussão com outras pessoas. Padre Ângelo diz que leu sobre a possibilidade de implantação de rádios comunitárias em um folheto da Associação Nacional Católica de Rádios (ANCARC), da CNBB, e que levou para o debate no grupo. Mas todos os entrevistados contam que a rádio nasceu da necessidade dos movimentos populares

divulgarem suas idéias e trabalhos, antes divulgados através da compra de um espaço na rádio Tubá, uma emissora comercial, de Tubarão, município vizinho de Jaguaruna. Todos os sábados, Nere, Ângelo e Gilson Reynaldo - atual coordenador do curso de Química da Unisul, em Tubarão – e outras pessoas se deslocavam de Jaguaruna a Tubarão para fazer o programa da paróquia na rádio Tuba. *“Não tinha audiência nenhuma. Era um programa da paróquia, mas tinha presente a luta dos movimentos populares de Jaguaruna, das pastorais sociais. Pagávamos este programa e íamos todo sábado”*, conta Nere.

O grupo ligado à paróquia chegou a cogitar de fazer um jornal comunitário impresso, mas considerou um obstáculo o pouco hábito de leitura da população. Assim que chegou ao grupo a idéia de que era possível criar uma rádio comunitária, começaram a busca de mais informações, chamaram um técnico para prestar orientações e no dia 06 de abril de 1996 realizaram uma assembléia para deliberar sobre a implantação da emissora. Os participantes aprovaram o Estatuto da Associação de Radiodifusão Comunitária, elegeram uma comissão provisória e já aportaram recursos para contribuir com a compra de equipamentos. Encaminharam um pedido de financiamento aos Mini-Projetos Alternativos da CNBB – Regional Sul IV e conseguiram mais recursos.

“A rádio comunitária antecede o estúdio. A rádio comunitária não é aquilo ali. Ela surgiu da necessidade dos movimentos populares que existem em Jaguaruna. Não foi assim – ah! Vamos montar uma rádio, arrumar um local, um transmissor, não é isso. Inclusive, eu defendo isso nos locais que eu vou, quando as rádios estão ou não funcionando. Por que Jaguaruna deu certo? Porque tinha muitos movimentos sociais, que não tinham voz e vez na mídia oficial - se tivesse era pago, e muito caro, como era o caso da Tubá. O objetivo era ter uma rádio dos movimentos. (...) A rádio Sambaqui tem algo que antecede, que são os movimentos populares. E por isso que ela está durando até hoje (...), é uma organização, é uma necessidade e por isso se sustenta.” (Rosinere Tibúrcio).

Os entrevistados da rádio *Sambaqui* que participaram da fundação da emissora têm, portanto, uma trajetória de militância iniciada nas pastorais da igreja católica no município, mas que, nos últimos anos, projetou-se para outras organizações da sociedade civil ou política locais. São filiados ao PT e PMDB. Pelo menos dois sócios-fundadores da emissora, Claudemir de Souza Santos, do PMDB, e Adilson Tibúrcio, do PT, se lançaram, posteriormente, na disputa eleitoral no município – o primeiro como candidato a prefeito, eleito, em 2000, e o segundo a vereador, não eleito, em 2004.

“Como é um meio que tem penetração em tudo quanto é canto, o rádio é uma possibilidade grande de formação de cidadania”
(padre Ângelo Bússolo- Jaguaruna)

É interessante observar as respostas de alguns entrevistados sobre sua motivação ou benefício pessoal para a participação na iniciativa de implantação da emissora comunitária e a interpretação que fazem hoje a respeito do momento em que colocaram a rádio no ar. O investimento pessoal em tempo, dinheiro etc., necessário ao início de qualquer iniciativa comunitária e/ou voluntária, é associado a uma trajetória de militância, de compromisso *com* e de luta *por* direitos junto aos setores sociais excluídos.

A jornalista Rosinere Tibúrcio vincula sua motivação pessoal para a participação na rádio comunitária à trajetória de militância nos movimentos sociais e à possibilidade de exercer o jornalismo em uma mídia alternativa, ou seja, de conciliar profissão/militância, trabalho/compromisso social:

“Não sei se porque venho de movimentos sociais, mas (...) é um prazer, enquanto profissional, a mídia alternativa. (...) Pra mim, foi a minha vida pessoal, de lutas, de organizações, misturada à paixão pelo rádio - a cachaça -, sempre gostei”. (Rosinere Tibúrcio).

Nere não atribui o surgimento da emissora à uma conjuntura favorável, mas à uma vocação dos movimentos sociais para a “aventura”:

“Nós, os movimentos, somos aventureiros mesmo. (...) Havia uma necessidade de divulgar o produto do trabalho, não tínhamos oportunidade, não tinha dinheiro pra isso. (...) Como éramos aventureiros, aparecia uma oportunidade legal, nós abraçávamos, tínhamos essa facilidade de abraçar, porque tinha um grupo bom (...). Não tinha lei, não tinha nada, fomos metendo a cara, fomos fazendo e a polícia foi e bateu, recorremos, ganhamos. (...) Esse grupo versátil, eclético, acabou favorecendo para que tomássemos coragem pra fazer. (...) Como o Ângelo dá força, eu dou força, o Gilson dá força, a Quidinha dá força, chega a juventude empolgada com a nossa empolgação e começa a fazer jornalismo. (...) Uma vez ficamos seis meses sem receber nada (...). Fomos construindo nosso mundo, nossa realidade, nossa situação”. (Rosinere Tibúrcio).

A motivação do estudante de jornalismo Marcos Madeira - que começou sua atuação na rádio já no primeiro ano da emissora, em 1996, como voluntário e depois foi contratado como funcionário – segue a mesma linha de argumento:

“A experiência que estou tendo no curso de jornalismo contribui muito, mas a experiência que eu estou tendo aqui também contribui lá no meu curso. É uma troca. (...) A gente criou um elo forte [com a] faculdade de jornalismo até para o pessoal ver que o meio de comunicação alternativa é um nicho de mercado que pode ser ampliado. Daí a liberdade para trabalhar é bem maior que em outro meio de comunicação. (...) Eu fazia história, depois tranquei a faculdade de história, e começamos a trabalhar, participando dos movimentos, dos encontros, correndo da polícia federal, se escondendo. Aí foi despertando essa questão da comunicação e não só do rádio. A comunicação alternativa é uma forma de mudar um pouquinho, pelo menos a realidade onde a gente mora”. (Marcos Madeira).

O padre Ângelo Bússolo vincula sua motivação à uma necessidade pessoal de “lutar pelo direito dos mais fracos” e às possibilidades do rádio na formação para a cidadania. Entre todos os entrevistados das seis rádios integrantes de nossa amostra, o padre Ângelo foi o único a fazer uma relação explícita entre rádio e cidadania.

“Primeiro, eu sou muito contra opressões. (...) É a convicção. Eu trabalho pela igualdade, não consigo ver as injustiças, as desigualdades. (...) Sinto uma necessidade grande de lutar pelo direito dos mais fracos. E os meios de comunicação sempre tiveram nas mãos de alguns, o povo nunca teve acesso. Essa é uma razão. Outra razão é que eu acredito que o rádio é uma das formas de transformação dessa sociedade. Como é um meio que tem penetração em tudo quanto é canto, eu vejo no rádio uma possibilidade muito grande de consciência, de formação de cidadania. E se pode dar acesso a todo mundo”. (padre Ângelo Bússolo).

Questionado sobre se a rádio *Sambaqui* desempenha um papel educativo no município, o padre Ângelo responde citando dois casos - um relacionado ao acesso à tecnologia do rádio e outro à programação da emissora. A rádio comunitária contribuiria para elevar a auto-estima das pessoas que começam a fazer rádio, ao desmistificarem o trabalho do comunicador e perceberem que também são capazes. Além disso, partes da programação cumpririam um papel importante no resgate da memória e da história do município e na conscientização da população a respeito de direitos:

“Foi uma aceitação enorme por parte da comunidade, eles achavam mentira, no início, ter uma rádio na comunidade (...). Se cria uma mística em torno do radialista ou do cara que trabalha na televisão, que é uma pessoa especial. Quando eles percebem que o pessoal que fala é o vizinho, desmistifica e, desmistificando, cria-se uma consciência maior na população de que eles também são capazes. Então, com a criação da rádio, gente que nunca havia falado numa rádio, de repente, está fazendo um programa (...)

A questão da formação é complicada de se medir. Como medir a consciência? Se tu fores olhar politicamente, esta eleição agora [outubro de 2004], está uma briga igual a de quatro anos atrás. Então, não mudou muito (...), não se criou consciência de cidadania, de respeito, sei lá. É um dos instrumentos. Mas (...) se a gente olhar em termos de valorização de pessoas, toda uma tradição histórica da cidade, de levar as pessoas idosas para contar a história da cidade, da região, das famílias, neste aspecto histórico ela já cumpriu um papel interessante. (...) Ela tem se voltado muito para discutir os direitos do cidadão, na questão da saúde, da educação, na questão jurídica (...), as questões informativas pra comunidade. Acho que ela cumpre um papel imprescindível”. (padre Angelo Bússolo)

O depoimento do coordenador da Associação mantenedora da rádio associa à disposição para o trabalho voluntário ao sonho de uma sociedade diferente:

“Eu sonho como uma sociedade diferente. (...) Quando a gente começa a ver os frutos daquela semente que a gente planta, são os pagamentos que a gente recebe. Mas a gente vai envelhecendo, vai cansando. (...) Esse envolvimento faz com que a gente tire muito tempo da família pra trabalhar voluntariamente (...), mas tem uma coisa, que não sei de onde vem, que faz com que a gente não desanime. Pra mim é um sonho” (Jalmor Ferreira)

O Estatuto da Associação de Radiodifusão Comunitária de Jaguaruna, aprovado na assembléia do dia 06 de abril de 1996, estabelece como finalidade da entidade “defender e promover a democratização dos meios de comunicação”, especialmente a criação e manutenção de rádios e TVs comunitárias e outros instrumentos de comunicação, como jornal e revista, “com o fim de desenvolver atividades sócio-culturais (...)”. Entre as prerrogativas da Associação, o Estatuto lista explicitamente a “promoção de atividades educacionais e de formação” e o incentivo à “participação, organização e solidariedade” para o qual se propõe a criar ou estimular “atividades, movimentos e organismos”.

Há três âmbitos de decisão sobre a rádio. Uma *gerência* para as questões cotidianas, encaminhamentos de urgência em administração, finanças e programação. É feita pelos

quatro funcionários da emissora, que estão em contato permanente: Rosinere Tibúrcio, Marcos Madeira (ambos, sobretudo, na programação e administração), João Carlos (especialmente finanças) e Graziela Machado, a funcionária mais nova da rádio, também estudante de jornalismo. A *diretoria*, que se reúne uma vez por mês, é um colegiado integrado por oito pessoas, que são ou foram ligadas a entidades do município. Reúne-se uma vez por mês, às vezes também extraordinariamente, para discutir questões operacionais. A diretoria da Associação é a mesma da rádio e o atual coordenador é Jalmor Ferreira. Por fim, a *Assembléia* de sócios, que se reúne de duas até seis vezes ao ano, dependendo da necessidade. Discute planejamento da rádio; aprovação de sócios; prestação de contas; e assuntos polêmicos, como, por exemplo, questões políticas ou outras não deliberadas pela diretoria para ter debate e respaldo maiores da assembléia.

Em 2004, a rádio possuía 74 sócios, entre fundadores e novos, que têm direito a voz e voto. São representantes de alguma entidade ou pessoas com alguma “inserção na comunidade”, segundo Nere, e que se associam após aprovação da diretoria. Pagam uma única taxa de R\$ 100,00, ao se associarem, correspondentes à contribuição que os sócios fundadores deram na criação da emissora. Muitos dos voluntários da programação da emissora, que somam cerca de 40 (pessoas e/ou entidades), também são sócios.

“Na rádio comercial eu não teria espaço para fazer um programa que não tem retorno comercial”.

(Antônio Mendes dos Santos - Jaguaruna)

A rádio *Sambaqui* funciona no centro de Jaguaruna, em um espaço anexo ao salão paroquial e cedido pela igreja. Possui quatro funcionários: Rosinere Tibúrcio, jornalista; dois estudantes de jornalismo – Marcos Madeira e Graziela Machado; e João Carlos, que trabalha na programação e cuida do apoio cultural. Para Nere, a área administrativa da rádio é uma dificuldade, pois fica a cargo dos quatro e lhes toma muito tempo já que também cuidam da programação.

A *Sambaqui* possui telefone; cerca de 500 CDs; dois computadores - um para gravação e edição e o outro para a programação (com pastas de músicas, jingles, vinhetas dos programas); dois aparelhos de CD; duas mesas de som; três microfones; dois transmissores, um dos quais a emissora sempre empresta para as rádios da região que estão iniciando.

A programação vai das 6h às 19h, com música, sobretudo MPB; esporte local, inclusive transmissão ao vivo; notícias locais, estaduais e nacionais; debates sobre temas específicos (educação, política, etc) e entrevistas com membros da comunidade. Há entidades e/ou pessoas que fazem seus próprios programas, somando cerca de 40 voluntários. Há uma rotatividade no voluntariado, que já chegou a 70, e em alguns programas, pois depende, sobretudo, da disponibilidade de tempo das pessoas. O programa “*Cidadania Ativa*”, por exemplo, que é mensal, tinha a participação, até 2003, das associações de moradores, além das escolas, APAE, etc. Como a emissora não alcança os bairros mais distantes, as associações pediram para que, ao invés de realizarem o programa, a rádio fosse até as entidades para cobertura de suas atividades. Também até 2003 um promotor de Justiça da Comarca realizava um programa respondendo a perguntas dos ouvintes, o que reduziu o número de atendimentos no Fórum. O programa parou porque o promotor teve que ir trabalhar em outro município.

Atualmente, a programação começa com espiritualização, às 6h, feito por uma voluntária. Em seguida, música e o *Paráiso Rural*, programa de 45 minutos, de segunda à sexta, sobre agricultura agro-ecológica: informações sobre o tema, entrevistas com especialistas ou praticantes da agricultura natural da região ou do Estado, formas de produção sem agrotóxicos, receitas de produtos naturais, dicas de saúde, além de avisos e músicas. O programa é produzido e apresentado por Antônio Mendes dos Santos, que trabalha com produtos agro-naturais e encontrou na rádio o espaço para divulgação das idéias da agricultura não convencional. Natural de São Paulo, ele mora em Jaguaruna desde abril de 2003, começou a realizar o programa na *Sambaqui* desde outubro de 2003, participa do Movimento Ecológico Upiar Ibi e coordena uma experiência de horta comunitária no município. Também escreve uma coluna sobre agricultura natural no jornal semanal *Folha Regional*.

“Na comercial (...) eu não teria espaço para fazer um programa que não tem retorno comercial”, comenta Antônio, ao ser perguntado sobre o papel educativo da emissora. E prossegue:

“Sou voluntário na rádio, faço por gosto, nunca tinha feito rádio antes. (...) Fazer rádio não é simplesmente chegar naquele horário, dar bom dia e começar a ler texto. É uma responsabilidade maior, porque a informação que você passa, além de ser real, verídica, você tem que ter uma forma de passar essa informação. Isso te traz responsabilidade ao fazer a pauta do programa, saber quem você vai entrevistar (...). Tudo isso, trabalhar essa fase do raciocínio, a rádio é fascinante, dá essa oportunidade que eu não tinha antes. (...) Vejo uma troca muito grande de experiências, eu estou aprendendo, nós fizemos um curso de formação de rádio no ano passado, foi muito bom”. (Antônio Mendes dos Santos)

*“A rádio é tudo para mim. Eu convivo, eu desperto.
Ela me inclui no processo todo”*
(Itamar Moreira – Jaguaruna)

A rádio não tem pesquisas ou números de *feed back* sobre a audiência, mas esta depende, segundo Nere, do programa e do horário. Um dos programas mais ouvidos é o *Notícias da Manhã*, diariamente das 8h30 às 10h. A boa audiência se deve, conforme ela, ao fato de que o programa “*trata diretamente da vida das pessoas, do cotidiano das pessoas*”. É jornalismo mesclado com utilidade pública. Tudo que está acontecendo no município passa por esse programa, através de entrevistas, reportagens, ligações telefônicas, etc – desde denúncias sobre carências nos serviços públicos, demandas do hospital municipal até o desaparecimento de animais. O programa é feito por Nere e Marcos, com comentários de Itamar Moreira, gaúcho de 51 anos, aposentado em função de uma deficiência visual adquirida aos 44 anos. Itamar chegou a Jaguaruna em 1997, já cego, e está envolvido com a emissora comunitária há cinco anos. Para ele, tanto a motivação pessoal quanto à aprendizagem estão relacionados ao fato de que a rádio lhe permite sentir-se ativo e incluído na vida do município:

“A rádio é tudo para mim (...) porque a rádio me deu vida. Ela me proporcionou desenvolver uma atividade, um trabalho que, quando eu perdi a visão, achei que não ia poder fazer mais (...), me sentir útil. E de que forma me sinto útil? Tentando

levar uma mensagem de solidariedade para as pessoas. (...) Pra mim, como deficiente, a rádio me abriu a porta para eu poder conversar com alguém. Estou ali participando das notícias, sou convidado a participar dos cursos, fiz curso de comunicação da rádio, participo das reuniões, vou na associação de moradores, eu convivo, eu desperto. (...) Vou melhorando os meus conhecimentos, do dia-a-dia, da cidade, do que está acontecendo, sabendo de tudo. Ela me inclui no processo todo". (Itamar Moreira)

O programa *Vida e Saúde*, da Pastoral da Saúde, é outro com boa audiência, segundo Nere: *"É uma ligação atrás da outra"*. O programa vai ao ar todas as segundas, das 10h às 11h. É apresentado por Maria Maulenes Porto Ferreira, a *Nena*, e produzido em conjunto com a coordenação da Pastoral da Saúde. *Nena* é comerciante - dona da "Tenda da Nena", que comercializa velas, flores, etc. – e atua na Pastoral da Saúde desde o final dos anos 80, a convite do padre Vilson Buss. É filiada ao PT e uma referência no município para os que procuram tratamento através das plantas medicinais. Faz o programa *Vida e Saúde* desde setembro de 1996, motivada pelo padre Ângelo Bússolo. O programa dá orientações e dicas para a saúde preventiva: fala sobre alimentação, a água, receitas de comida, ervas e chás mais recomendados para determinados tipos de doença; faz doação de semente para o iogurte natural; sorteio de vidro de mel; recebe ligações de ouvintes que querem saber sobre outros tipos de doenças, o que serve de pauta para a próxima edição do programa; explica o potencial de planta e frutas etc. *Nena* garante que o programa dá retorno ao trabalho em saúde feito pela Pastoral: *"A gente fala que tem a sala da Pastoral da Saúde e as pessoas que escutam vão procurar a sala (...). Procuram muito"*. Lá, as pastorais da Saúde e da Criança trabalham juntas, produzem e vendem sabão, sabonete medicinal, xaropes, multimistura etc. Também estão se articulando com o poder público municipal para participar do Programa Saúde da Família (PSF).

"A rádio expande, as pessoas escutam. (...) Teve um curso sobre a soja, a gente divulgou pela rádio, as pessoas escutam e vem gente de todo lugar. A gente vê que tem audiência, tem retorno. (...) Quando nossa rádio está fora do ar por algum problema parece que está todo mundo surdo, a gente liga outra rádio, mas parece que não tem graça". (Nena)

Com 63 anos, *Nena* vincula sua motivação para o voluntariado na rádio ao reconhecimento público e divulgação do trabalho que faz:

“O que a gente tem de ganho é que sai por aí e as pessoas dizem - ah! és tu que falas na rádio. Eles escutam, não conhecem a gente. Às vezes, me conhecem, mas não sabem que sou eu que faço o programa na rádio. (...) O benefício é que a gente divulga o nosso trabalho” (Nena)

Para ela, o aprendizado na rádio está ligado à possibilidade de poder, via mediação da emissora, estar informada sobre o que acontece no município, participar de atividades locais muitas das quais “sem sair de casa”:

“A gente não pode participar de tudo, então as pessoas participam e gravam, trazem gravações, a gente fica por dentro (...), fica sabendo de tudo que está acontecendo na região. (...) A gente vai aprendendo, escutando, é o mesmo que a gente estivesse participando (...). Antes eu participava muito. Agora, depois que fiquei velha e não me aposentei, tenho que trabalhar para pagar meu INSS até 2009 (...). Com a rádio dá para participar sem sair de dentro de casa (...)” (Nena)

Durante a tarde a programação é praticamente musical, mas é justamente na música que os programadores apontam um exemplo concreto do trabalho educativo desempenhado pela rádio – a educação do gosto musical:

“Quando montamos a rádio, como processo educativo, de 10 bilhetinhos ou telefonemas, um era uma música, por exemplo, de Zeca Pagodinho, Chico Buarque, e nove era pedindo a música da “bundinha”, do “tchan”. E nós não rodávamos. Não era uma imposição, mas nós dizíamos que tínhamos outras músicas com aquele ritmo, mas com uma qualidade diferente. Que tal o Zeca Pagodinho ao invés do Tchan? Hoje é o oposto: de 10 telefonemas, um só ainda pede aquele tipo de música, porque não assimilaram. E nove pedem outras músicas; aprenderam a escutar Chico Buarque. Eu vejo que isso não é imposição, é reeducar a população”. (Nere)

A programação finaliza com meia hora de música sertaneja raiz e com a Ave-Maria. Já foram realizados dois cursos de capacitação dos voluntários, em 2002 e 2003, sobre comunicação popular, ética, cidadania e legislação, parte deles financiados com recursos dos Mini-Projetos Alternativos da CNBB. A rádio, segundo Nere, precisa dar condições para os voluntários se qualificarem, pois isso também repercute na qualidade da programação.

“[No início], mesmo um assunto sério, era uma brincadeira. Hoje, não, nós tornamos a comunicação algo leve, mas sério. (...) Estamos tomando as coisas com muito mais responsabilidade. A gente busca as causas, os efeitos disso, e a solução – coisas que a gente não buscava antes. Deixamos também aquelas fofoquinhas, fulano dizia isso e a gente botava no ar. Investigamos mais. Todos os programas tomaram um ritmo mais jornalístico, mesmo o da pastoral da saúde, da criança. Tinha programas muito longos, ficavam chatos, diminuimos. Hoje os programas são mais curtos, mais bonitos, com mais alternativas (...). Nisso crescemos”. (Nere)

“Tínhamos o direito e tinha que ir buscar o direito e defender o direito. Se fechassem a rádio a gente ia reabrir. Se levassem os equipamentos a gente ia buscar outros”.

(padre Ângelo Bússolo – Jaguaruna)

No mesmo ano em que a lei de radiodifusão foi sancionada no Brasil – 1998 -, a Associação mantenedora da rádio *Sambaqui* encaminhou o pedido de outorga ao Ministério das Comunicações. Somente em dezembro de 2003, o pedido foi aprovado pelo ministério, mas em dezembro de 2004 a Casa Civil ainda não tinha enviado ao Congresso Nacional para a votação do decreto legislativo que, de fato, autoriza o funcionamento.

Desde que foi ao ar, a *Sambaqui* enfrentou quatro mandados de busca e apreensão dos órgãos de fiscalização. Já em novembro de 1996, a Associação mantenedora conseguiu liminar para funcionamento em resposta à primeira ação de fiscalização. A liminar foi posteriormente cassada e a entidade recorreu. Em setembro de 1999, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, julgou procedente a ação cautelar impetrada pela Associação e garantiu o funcionamento da emissora mesmo sem a autorização do Ministério. A decisão, considerada inédita no Brasil, por ser a primeira decisão de mérito, deu ânimo ao movimento e, sobretudo, às pessoas envolvidas na *Sambaqui*: “Sócios e ouvintes lotaram a sede quando convocados para a Assembléia. Era motivo de alegria, comemoração”. (Tibúrcio, 1999, p.39)

Nos depoimentos de Ângelo Bússolo, Rosinere Tibúrcio e Jalmor Ferreira, é possível identificar vários aliados com os quais a rádio pôde contar para prevenir ou superar o conflito proveniente das ações de fiscalização:

- 1) os moradores, principalmente o grupo dos sócios-fundadores, que chegaram a criar uma senha “*S.O.S Sambaqui*” com a qual podiam se comunicar quando aparecessem os órgãos de fiscalização;
- 2) trabalhadores do Judiciário, com os quais tinham relação de amizade e de militância e que alertavam para a iminência da fiscalização;
- 3) a colaboração de advogados – Joel Correa da Rosa e posteriormente o próprio padre Ângelo Bússolo;
- 4) a solidariedade de outras rádios comunitárias, que comunicavam a presença dos órgãos de fiscalização em outros municípios para que as outras se prevenissem; ou colaboravam, após a ação fiscal, para a rádio se restabelecer. A criação da ARCOS (Associação de Rádios Comunitárias do Sul de Santa Catarina), em 1999 – cuja articulação partiu sobretudo de Jaguaruna -, e o estímulo à fundação de outras rádios comunitárias na região se inserem neste contexto, de solidariedade entre as emissoras e fortalecimento do movimento.
- 5) Apoio de parlamentares, especialmente do então deputado Milton Mendes (PT) e posteriormente também da deputada Luci Choinacki (PT);
- 6) O padre Ângelo Bússolo acrescenta a própria Justiça Federal como parceira por causa das decisões favoráveis às ações impetradas pela Associação mantenedora da rádio *Sambaqui*. Inéditas, as decisões deram garantia de funcionamento e fortaleceram a emissora, além de abrir caminho para outras rádios comunitárias da região, que posteriormente também conseguiram o respaldo judicial para ir ao ar.

Os depoimentos do padre Ângelo e de Nere confirmam que a legalização da rádio, através da conquista de autorização do Ministério, não foi uma prioridade para a *Sambaqui* como é em outras emissoras ou associações, mesmo antes de terem conseguido a ação judicial que assegura o direito de funcionamento. Até outubro de 2004, a emissora possuía uma situação jurídica relativamente confortável: ainda não possuía autorização, o que, em tese, não lhe obrigaria a se adequar às restrições da lei, mas possuía uma decisão judicial

que lhe protegia o ato de estar no ar. Com a decisão judicial, inclusive, a autorização passou a ser vista como obstáculo na *Sambaqui*, na medida em que a emissora teria que se adequar à lei, como, por exemplo, reduzir a atual potência do transmissor de 50 para 25 watts. Esse posicionamento em relação à situação de rádio não autorizada mudou a partir de novembro de 2004, quando a União conseguiu derrubar a decisão judicial que favorecia a emissora - fato ocorrido no mesmo momento em que mudava a configuração político-partidária do governo local, o que viria a influir na rádio, como veremos mais adiante na análise de cada emissora.

“Nós sempre trabalhamos olhando muito mais o direito à comunicação do que à legalização, porque a lei não foi criada para possibilitar, fomentar, facilitar as rádios comunitárias, mas para impossibilitar que existissem, pelas restrições e limitações que tem. Se fores observar a lei, não dá para colocar rádio comunitária no ar. Então, nós sempre fomos pela desobediência civil. Tínhamos muita consciência de que tínhamos o direito e tinha que ir buscar o direito e defender o direito. Se fechasse a rádio a gente ia reabrir; se eles levassem os equipamentos a gente ia buscar outros equipamentos, mas ter rádio no ar. Sempre dizemos pro movimento que rádio se faz com rádio no ar e não com busca de legalização, de autorização” (padre Ângelo Bússolo).

“Vários comerciantes pediram para o apoio cultural ser no nosso horário, eu disse não. É um processo educativo, inclusive comercial”.
(Rosinere Tibúrcio – Jaguaruna)

O município de Jaguaruna está situado no litoral sul de Santa Catarina e possuía 14.613 habitantes no ano 2000, dos quais 70 % em área considerada urbana. Os setores do comércio e de serviços respondem pela maior parte do PIB municipal, que para 1999 foi estimado em R\$ 62,8 milhões. Com várias praias e a descoberta, recente, do maior *sambaqui* do mundo, o turismo é uma fonte importante da economia jaguarunense.

Da cultura econômica indígena e açoriana, o município preserva ainda uma produção considerável de mandioca e a atividade pesqueira. A produção de arroz, presente em vários municípios da região, é outra fonte da economia municipal e, nos últimos anos,

tornou-se também um dos pontos da atuação do movimento ecológico local e segmentos da agricultura familiar: a pulverização dos arrozais com agrotóxicos, através de aviões, é o centro da polêmica, que começa a se propagar via rádio comunitária: “*Outro dia me ligou um arroteiro, dizendo que eu estava pegando pesado porque disse na rádio que não gostava de ter avião jogando veneno em cima da minha cabeça*”, conta Antônio Mendes dos Santos, militante do movimento ecológico e produtor do programa *Paraíso Rural*.

O Movimento Ecológico Upiar Ibi, a União das Associações de Moradores de Jaguaruna (UAMJA) e a rádio *Sambaqui* já começaram a articular e propagar a necessidade de criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente (Condema) para coibir as práticas econômicas que degradam o ecossistema local – caso do exemplo do arroz e da ocupação imobiliária de áreas de preservação permanente, como as dunas e os sambaquis. As articulações se intensificaram no final de 2004 após a derrota eleitoral do prefeito Claudemir dos Santos (PMDB), considerado um aliado pelos movimentos populares do município.

Outra iniciativa ligada à economia local que encontra eco na rádio comunitária é a Horta Comunitária da Agricultura Natural em Jaguaruna, primeira do município e que partiu de uma parceria entre organizações da sociedade civil e poder público⁸³. O projeto vai envolver 10 famílias de baixa renda do município, em uma área de dois hectares. A produção será dividida entre as famílias participantes e distribuída à APAE e ao hospital municipal. A coordenação do projeto também começou a discutir e divulgar, via rádio, o objetivo de participar do fornecimento de produtos para a merenda escolar. Em outro espaço da mesma área, o Movimento Ecológico Upiar Ibi e a Pastoral da Saúde vão trabalhar com *plantas bio-ativas*, a partir de um financiamento do Fundo de Mini-Projetos da CNBB. Para o coordenador do projeto e apresentador do *Paraíso Rural* na rádio *Sambaqui*, Antônio Mendes dos Santos, o programa que realiza na emissora tem repercutido no público: “*O trabalho do programa (...) está conseguindo trazer agricultores que sempre foram voltados para a agricultura convencional*”.

⁸³ A parceria envolve a Epagri (Empresa de Pesquisa Agrícola e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina), a ONG Cáritas do Brasil – ligada à igreja católica-, a prefeitura de Jaguaruna, a empresa Cysy Mineração e a Fundação japonesa Mokiti Okada, que há 60 anos divulga a agricultura natural.

No comércio do município a *Sambaqui* encontra sua principal fonte de financiamento. As entidades comunitárias, por exemplo, divulgam gratuitamente suas promoções, festas etc. e, às vezes, fazem doações espontâneas à rádio – de R\$ 30,00 a R\$ 50,00, dependendo do resultado da promoção. A arrecadação da emissora é variável, mas circula entre R\$ 3 mil e R\$ 4 mil reais mensais e toda a receita é para a despesa e manutenção da emissora. O trabalho de busca de apoios culturais foi maior no início da rádio; atualmente, o mais comum é que os interessados busquem a emissora para fazer o anúncio. Até 2004 a prefeitura repassava uma subvenção social de R\$ 650,00/mês à Associação mantenedora.

“Isso não quer dizer que o poder público apóia e a gente fica à mercê do poder público. Muito pelo contrário. Mesmo o atual prefeito [Claudemir dos Santos, prefeito no período 2000-2004] já tendo sido tesoureiro, sócio, participa das assembleias da rádio não como prefeito, mas como sócio. De vez em quando leva um pau danado! Daqueles de chamar ele e os secretários e o pau pegar”. (Nere)

No comércio, são cerca de 40 apoiadores, que pagam R\$ 50,00/mês e têm direito a três inserções/dia – cerca de R\$ 0,50 cada. A rádio *Eldorado* – comercial AM de Criciúma, que também é sintonizada em Jaguaruna – cobra, por exemplo, em torno de R\$ 20,00 por cada inserção de 30 segundos. Os apoios culturais entram em horários indeterminados da programação, geralmente a cada 15 minutos, respeitando um rodízio. Em seu depoimento, Nere percebe a existência de um trabalho educativo nessa forma de distribuição dos apoios culturais, pois o objetivo não é valorizar apenas um horário ou um programa, mas a organização em torno da rádio: *“Vários comerciantes pediram para o apoio cultural ser no nosso horário e eu disse que não. Nosso caso não é valorizar um programa, mas valorizar a entidade. É um processo educativo, inclusive comercial”.*

Da rádio *Tubá*, comercial de Tubarão e do jornal mensal *O Município* vêm as principais críticas à rádio *Sambaqui*. São motivadas, conforme o depoimento de Nere, principalmente pela disputa de anunciantes: *“As rádios comerciais e os jornais perderam patrocínio pois não falam da vida do nosso povo, da nossa realidade”.*

Outra fonte de ingresso para a rádio é a colaboração dos *Amigos Sambaqui*, um grupo coordenado por Maria Maulenes Ferreira, a *Nena*. São pessoas que contribuem, espontaneamente, um mínimo de R\$ 1,00/mês, ao longo de um ano, pelo menos. O nome delas é divulgado na emissora e no mês de agosto de cada ano recebem o Troféu *Amigo*

Sambaqui durante um jantar dançante da rádio. Às vezes, um *Amigo Sambaqui* também é sócio e/ou voluntário da emissora.

“A busca de soluções para os problemas seria papel do poder público, mas nem sempre fazem. Através da rádio o problema acaba sendo encaminhado”.

(Rosinere Tibúrcio – Jaguaruna)

Jaguaruna possui 12 partidos políticos em atividade, mas uma forte polarização político-eleitoral entre os dois maiores partidos locais em número de filiados, o PP (826) e o PMDB (721)⁸⁴. Em setembro de 2004, por exemplo, quando estivemos em Jaguaruna pela primeira vez, em plena campanha eleitoral para a prefeitura, era impossível não perceber o clima exposto de divisão: casas, carros e pessoas eram classificados como “azuis” ou “vermelhos” – as cores usadas nas campanhas dos dois únicos candidatos à prefeitura: o opositor, Marcos Tibúrcio, do PP, e o prefeito Claudemir de Souza Santos, do PMDB, que não conseguiu a reeleição.

O município possui uma forte atuação de movimentos populares, sobretudo a partir dos anos 90 e cuja raiz está - segundo os depoimentos - no trabalho das pastorais sociais iniciado pela igreja católica local nos anos 80, sob o estímulo dos padres Vilson Buss e, posteriormente, Ângelo Bússolo. Das pastorais foram surgindo outras organizações, como os movimentos afro e ecológico e as associações de moradores. “*O padre Ângelo revolucionou isso aqui. Foi muito bom ele ter vindo, estimulou os jovens, nos deu muito apoio*”, conta Marter Pereira, a *Quidinha*, participante das pastorais e depois do movimento ecológico. O depoimento de Nere também confirma:

“Eu militava lá, nas pastorais, na época não tinha nem associações ainda. Depois, com a vinda do Ângelo, começamos a perceber que só pastoral não resolvia: vamos montar associações, porque daí independe de religião, de sexo, de etnia, etc.

⁸⁴ Além do PP e PMDB, os partidos são: PFL, PSDB, PDT, PTB, PT, Pcdob, PV e PSC. Dados do TRE/SC (Tribunal Regional Eleitoral), de julho de 2004. www.tre-sc.gov.br/eleicoes/estat_offline/filp/munic.

Depois veio a União das Associações [UAMJA] porque vimos que associações isoladas não eram o suficiente. E assim foi, surgiu o movimento afro, o movimento ecológico, a oposição sindical dos trabalhadores rurais que em 19 anos nunca tinha havido oposição sindical. Todas essas questões até canalizar com um prefeito [Claudemir dos Santos, em 2000] que pra nós é de esquerda (...). (Nere)

A prefeitura municipal registra a atividade de, pelo menos, 56 organizações civis⁸⁵ – desde a Associação Comercial e Industrial até os movimentos afro-brasileiro e ecológico, associação de aposentados, de pescadores, sindicatos, conselhos municipais (educação, saúde, turismo, pesca, merenda) e, sobretudo, associações de moradores, que somam 22. As associações de moradores são coordenadas pela UAMJA (União das Associações de Moradores de Jaguaruna), a organização mais ativa do município. A UAMJA articula não só os movimentos populares nos bairros, mas outras organizações e iniciativas, como a que resultou na intervenção e recuperação do hospital municipal, que foi administrado pela própria entidade entre 2000 e 2004.

Parte considerável dessas organizações ou seus militantes são sócios, apoiadores ou voluntários da rádio comunitária *Sambaqui*. O depoimento de Nere aponta vários fatores que contribuiriam para manter o interesse das organizações e das pessoas em participar da rádio depois de passados os primeiros anos da “novidade”. Entre eles está o fato de que a rádio se tornou o principal espaço de debate, expressão, orientação e intermediação para o atendimento de demandas de diversos segmentos sociais:

“O padre Zé, posterior ao Ângelo (...) fechou literalmente os trabalhos da paróquia para os trabalhos sociais. Daí todo esse nosso pessoal, voltado para a teologia da libertação, encontrou na rádio a porta aberta; já participava, mas tinha também as pastorais, isso e aquilo, se dividiam (...). Esse é um fator que sustenta. Outro fator é o próprio movimento social, que apesar da rotatividade, faz segurar. Outro, além da cachaça, do vício que é a rádio, é a necessidade mesmo de divulgar os trabalhos”. (Nere)

“A busca de soluções para os problemas (...) seria papel do poder público, mas nem sempre fazem. O fato das pessoas nos procurarem e procurarmos as instâncias corretas o problema acaba sendo encaminhado. Muitas vezes servimos de uma espécie de 0800 informações. (...) Provocamos a vinda até a rádio, encaminhamos,

⁸⁵ O cadastro não inclui, por exemplo, clubes de idosos e de mães, que são vários, segundo a jornalista Rosinere Tibúrcio.

orientamos e depois elas mesmas vão à busca. (...) De certa forma resolve os problemas dos bairros, como melhoria nas estradas, questões sociais”. (Nere).

“O programa Perfil é um verdadeiro resgate da história de Jaguaruna. A cidade pára no dia desse programa”
(Rosinere Tibúrcio - Jaguaruna)

A rádio comunitária *Sambaqui* é o principal meio de comunicação de Jaguaruna. Não consegue atingir os bairros mais distantes devido à baixa potência, mas, em contrapartida, pode ser sintonizada em alguns pontos de municípios vizinhos, como Sangão, Tubarão e Treze de Maio. Além da *Sambaqui*, em Jaguaruna também são sintonizadas as rádios comerciais de Tubarão, especialmente a *Tubá*, e de Criciúma, principalmente a *Eldorado*. No município circulam jornais locais e regionais, como o semanário *Folha Regional e O Município*, ambos com cerca de 3.000 exemplares na região, e o *Jornal de Bairro*, de Tubarão, com 5.500 exemplares. O *Diário Catarinense*, de circulação estadual, tem 57 assinaturas no município. Em outubro de 2004, na semana seguinte às eleições municipais, comerciantes de Jaguaruna que já apóiam a rádio *Sambaqui* procuraram a coordenação da emissora e propuseram a criação de um jornal local – *O Sambaqui* - que ficaria também sob a responsabilidade da Associação mantenedora da rádio comunitária. Em dezembro de 2004, o jornal *O Sambaqui* estava na segunda edição.

Assim como na rádio comunitária do município de Coronel Martins, em Jaguaruna a rádio *Sambaqui* está servindo à afirmação de uma identidade coletiva local. Está recuperando e contando a história do município através de entrevistas com idosos, ao vivo, no estúdio da emissora. No programa *Perfil*, semanal, eles contam sua história, de suas famílias, falam dos ricos e pobres de sua época, da economia e da política, dos meios de transporte, das artes de pesca, das lendas, das parteiras e benzedadeiras, cantam canções antigas e recebem telefonemas de outros ouvintes, também idosos, que ligam para confirmar os relatos e acrescentar outras histórias e fatos que aconteceram em Jaguaruna há mais de 50 anos.

“O primeiro senhor a ser entrevistado, o fotógrafo mais velho de (...) toda a região (...), levou fotos e contou histórias - Sr. Gentil Reinaldo. Também entrevistamos mulheres que passaram toda uma vida de discriminação. Todas idosas. Tem o senhor mais velho de Jaguaruna, 101 anos, ele foi entrevistado com 97 anos, contou muitas histórias e nos convidou para a festa dos 100 anos. Nós fomos. O programa Perfil é um verdadeiro resgate da história de Jaguaruna. A cidade pára no dia desse programa. (...) As pessoas em casa choram, riem, porque lembram daquele tempo (...)”. (Nere)

Como no município de Coronel Martins, a escolha do nome da rádio comunitária *Sambaqui* também teve o objetivo de resgatar, valorizar e divulgar a história do município e de seus habitantes. Jaguaruna, que em tupi-guarani significa *Uma Onça Preta*, possui o maior *sambaqui* do mundo em extensão e o maior cemitério indígena. A descoberta recente do *sambaqui* e do cemitério indígena levou o município a pleitear o reconhecimento junto à Unesco. Nos trabalhos arqueológicos realizados em Jaguaruna e reconhecidos pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a rádio comunitária *Sambaqui* tem desenvolvido um papel central. Tornou-se, para a população da região, a referência:

“O pessoal tem a rádio como referencial quando encontra uma ossada no Sambaqui. Não chama a prefeitura, (...), o museu, a secretaria de turismo (...), chama a rádio. Ligam. (...) As pessoas não tinham se tocado do potencial que tem Jaguaruna. A rádio despertou e isso foi muito bom (...). [É] aquilo que tem mais forte em nós hoje, (...) a arqueologia”. (Nere).

Embora sem regularidade, a rádio *Sambaqui* também tem aberto espaço para cantores, grupos musicais, gaiteiros, violistas da região. “Resgatar um pouco mais a cultura musical da região” ainda é, segundo Nere, um desafio para a emissora. Também partiu de iniciativa da rádio comunitária a criação da *Trifest Show*, uma festa realizada desde 2000, que divulga as etnias que constituem a formação histórico-cultural de Jaguaruna. A partir de 2003 a festa passou à coordenação da Associação Cultural de Jaguaruna (Ascuja)⁸⁶.

⁸⁶ Também são tradicionais em Jaguaruna festas como a do *Divino* e a da *Padroeira Nossa Senhora das Dores*. Muitas pessoas participam ainda das promoções dos dois CTGs criados no municípios, que não são típicos da região, mas já foram incorporados à cultura local.

6. Análise dos dados, por caso

Após a descrição do processo de constituição de cada uma das seis rádios de nossa amostra - feita a partir dos relatos de pessoas envolvidas no passado e/ou presente da emissora -, procedemos agora à uma análise individual de cada experiência, de nossas hipóteses, e, na seqüência, à uma análise comparativa entre as seis emissoras.

6.1 Rádio Nascente do Vale, de Alfredo Wagner – Grande Florianópolis

O medo ao conflito como condicionante da programação

Conflito ou não-conflito, eis o dilema mais evidente nos relatos das lideranças-chave envolvidas no processo de gestão da rádio *Nascente do Vale*, no município de Alfredo Wagner, na região da Grande Florianópolis. Os depoimentos indicam que a concepção a respeito do papel educativo da emissora é associada a conteúdos divulgados. No entanto, depois de três anos no ar, a rádio não conseguiu ir além de uma programação predominantemente musical. A maior parte da programação está a cargo de uma funcionária e cinco estagiários, mas há também voluntários. Os atores envolvidos revelam uma consciência e/ou desejo de aperfeiçoar e diversificar a programação, mas apontam um obstáculo: a necessidade de conquistar o apoio político-financeiro de todos os segmentos sociais no município tem levado-os a evitar conteúdos que possam gerar conflitos políticos locais.

A emissora até divulga mensagens de interesse público e conteúdo educativo, como as campanhas eventuais de vacinação, de coleta seletiva do lixo, a preservação ambiental etc., mas não tem abordado, por exemplo, temáticas que implicariam em questionar e conflitar com o poder público municipal, um dos principais financiadores da rádio. Um exemplo concreto dessa evasão do conflito é a proposta de realização de um programa de debate entre cidadãos e autoridades públicas, mediado pela rádio comunitária. Esse

programa foi sugerido por alguns dos gestores desde que a rádio foi ao ar, mas ainda não foi concretizado porque poderia “*gerar certa complicação*”. Assim, esse programa “*está na manga*” e seria posto no ar apenas quando “*se precisar dele*” (Cfr. Osmar Coelho, pg 99-100). A rádio também tem dificuldades para a busca de informações e produção das notícias locais ou de interpretação das notícias estaduais e/ou nacionais, em geral apenas reproduzidas da leitura de jornais. Faltaria, segundo os atores, formação para os locutores, mais disponibilidade de tempo para os gestores/voluntários, recursos etc. Em Alfredo Wagner ainda não foi feito nenhum curso de formação como já aconteceu em Jaguaruna (em 2003 e 2004) e em Campo Belo (final de 2004).

A predominância, por enquanto, da estratégia do não-conflito é justificada, pelos gestores, como uma exigência da necessidade de buscar financiamento nos mais diversos setores sociais do município. A rádio precisaria de todos e, por isso, a opção por “*não criar problemas para ninguém*” e manter uma “*relação boa com todo mundo*” (Cfr. Osmar Coelho, pg. 99). Isto é, a sustentação financeira da emissora aparece, no discurso dos gestores, como um condicionante de conteúdos e justificativa para evitar o debate sobre determinadas temáticas.

Os obstáculos apontados pelos atores para diversificar e aperfeiçoar a programação indicam que, nesta rádio e até o momento, confirma-se nossa primeira hipótese, segundo a qual no atual estágio de desenvolvimento da emissora comunitária a aprendizagem se dá menos pela via dos conteúdos e mais pela via do processo de gestão. O que há de educativo, então, na gestão da rádio comunitária de Alfredo Wagner?

A rádio *Nascente do Vale* é um caso concreto do quanto o tipo de gestão, o perfil e as escolhas dos gestores condicionam o papel que um bem coletivo desempenha socialmente. Existem diferentes visões internas, entre os gestores, a respeito de como e para onde conduzir a rádio comunitária *Nascente do Vale*: uns querem que a rádio abra mais debates sobre os problemas do município, ou seja, que politize os temas sociais, o que significaria tensionar e conduzir a conflitos (Cfr. Depoimento de Irimar, pg. 98); outros querem evitar justamente os conflitos locais sob o argumento de que colocariam em xeque a sobrevivência da rádio (Cfr. Pastor Neri, pg. 98).

Alguns depoimentos indicam que a rádio vive atualmente uma redução das rotinas de gestão coletiva da emissora, o que estaria refletindo também na sua programação (Cfr.

Irimar, pg. 94). A rádio conta com o apoio da população em geral e de diferentes forças sociais e políticas do município, mas, na prática, não tem conseguido ampliar e/ou motivar a participação no processo de gestão e na produção de mensagens. A gestão passou a ficar mais centralizada, as rotinas coletivas de decisão foram se reduzindo e começam a se limitar às questões administrativas: arrecadação, despesas, manutenção de equipamentos, etc.

Para justificar a opção pelo não-conflito, até a situação de rádio autorizada aparece na fala de alguns atores como mais um condicionante dos conteúdos, porque exigiria uma responsabilidade maior do que as rádios não autorizadas (*Cfr. Osmar*, pg. 99). A tática de evitar conflitos para se manter, adotada de forma provisória quando a rádio não estava autorizada (como acontecia em 2004 com a emissora de Campo Belo) tem permanecido mesmo após a conquista da autorização.

O tema do conflito e não-conflito é fundamental na análise sobre a rádio *Nascente do Vale*, de Alfredo Wagner, porque em torno disso surgiram interpretações – espontâneas - sobre o aprendizado proporcionado pela participação do entrevistado no processo de gestão. A necessidade de gerenciar a busca de sustentação financeira e político-social da rádio teria ensinado que há momentos para falar e para calar (*Cfr. Osmar Coelho e Max Figueiredo*, pg. 100). Isto é, a gestão em torno de um bem coletivo pode representar um ambíguo aprendizado sobre a negociação e o diálogo, tanto com o risco de apreendê-los enquanto negação e evasão de conflitos quanto da capacidade de escolha do momento mais oportuno para a ação - o agir estratégico como forma de luta política. As divergências no processo de eleição para a nova diretoria da rádio *Nascente do Vale*, no início de 2004 – fazer ou não um processo aberto, correndo, inclusive, o risco de perder a disputa (*Cfr. Irimar e Max*, pg. 95) -, é um exemplo significativo de que, no nível local, a rádio comunitária representa um espaço de aprendizado e um desafio à capacidade de diálogo e de negociação de conflitos inerentes à formação da cidadania e, portanto, à democracia.

Na rádio *Nascente do Vale* é possível identificar outros aprendizados, também relacionados mais a espaços abertos pela emissora do que a conteúdos da programação. O exemplo mais concreto – que acontece também em outras rádios comunitárias – é a democratização do acesso do público em geral à tecnologia do rádio, presente tanto no caso dos seis jovens que trabalham nesta emissora (uma funcionária e cinco estagiários) quanto

no caso de voluntários que realizam programas (as quatro igrejas, o sindicato dos trabalhadores na agricultura, os de música sertaneja. etc).

A rádio vista como instrumento que pode desencadear a luta política

A abertura da rádio *Nascente do Vale* é interpretada pelos gestores como um marco na história do município de Alfredo Wagner. A rádio conseguiu, como se propunha inicialmente, impedir o monopólio das rádios comerciais dos municípios vizinhos e permitir que Alfredo Wagner tivesse sua própria emissora. Enfrentou e venceu a resistência das rádios comerciais da região e conseguiu o reconhecimento legal para funcionamento em um período relativamente curto, o que mostra uma boa capacidade de gestão neste âmbito normativo-jurídico. Tem desempenhado significativo papel no âmbito dos serviços de utilidade pública – avisos, comunicados etc –, atendendo certas necessidades e emergências da população. Também tem se constituído, até certo ponto, em espaço de entretenimento dos ouvintes e de expressão de manifestações culturais locais, como a música produzida ou interpretada, ao vivo, por moradores do município. No entanto, a emissora ainda não foi amplamente apropriada pelos cidadãos, sobretudo no que se refere à participação na definição e produção de mensagens. A rádio está aberta à participação, mas não tem motivado essa participação – inclusive porque alguns dos gestores acreditam que a participação é algo que acontece naturalmente (*Cfr. Pastor Neri, pg. 104*) e não por meio de contínua motivação (*Cfr. Irimar da Silva, pg. 104*).

A *economia local*, que serviu como um dos incentivos iniciais para colocar a emissora no ar, na medida em que esta se propunha a colaborar para o desenvolvimento do município, aparece como mediação que também limita o trabalho da emissora. Atualmente, a rádio multiplica certas formas alternativas de economia rural, sobretudo a partir do programa do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar. Mas, por outro lado, enfrenta os desafios inerentes às experiências comunitárias de municípios pequenos, eminentemente agrícolas, com escassas atividades comerciais e/ou industriais, com baixa arrecadação municipal - características que tendem a repercutir também na atividade da emissora. Neste caso, a economia parece lançar desafios à criatividade da gestão: de resistir à tendência a depender dos recursos do poder público local; de buscar também fontes não

institucionais de financiamento; e, inclusive, de contribuir para ativar formas alternativas de economia no município através da multiplicação de informações e experiências, como acontece no caso da emissora *Pedra Branca*, de Coronel Martins.

Tudo indica, no caso do município de Alfredo Wagner, que a rádio comunitária tornou-se uma iniciativa de concorrência com rádios comerciais de municípios vizinhos, mas apenas no começo de seu funcionamento, quando ainda não possuía autorização. E uma concorrência também limitada, uma vez que as outras rádios têm dificuldades de sintonia no município em função da geografia local. A situação de rádio comunitária autorizada neutralizou possíveis ameaças ao seu funcionamento por partes das comerciais, que já não se constituem atualmente em obstáculo. O obstáculo atual da *Nascente do Vale* parece estar mais centrado na vinculação que os gestores têm feito entre o financiamento da emissora e a política local, de tentar garantir a sobrevivência da rádio através da evasão de possíveis conflitos, o que tem acarretado a repetição de um estilo de programação de FMs comerciais - mais musical e com menor possibilidades de informar e formar os cidadãos.

As informações referentes ao caso de Alfredo Wagner vão na direção de nossa segunda hipótese de que a gestão de uma rádio comunitária é uma iniciativa de concorrência com emissoras comerciais e, neste sentido, é freada pela normativa jurídica vigente, mas, ao mesmo tempo, é incentivada pelas demandas da economia, da política, da cultura e identidades locais. Mas os dados empíricos tornam essa conjectura mais complexa. Os depoimentos sobre a rádio *Nascente do Vale* apontam que a concorrência já não está no âmbito da pauta publicitária e/ou da audiência de rádios comerciais dos municípios vizinhos, mas sim no âmbito da política local. Nesta rádio, é mais forte a dimensão política do que propriamente econômica: o que está em disputa já não é os R\$ 2 mil mensais arrecadados pela emissora, mas o capital político que ela representa no município. Fica em aberto a pergunta sobre os motivos pelos quais os líderes da emissora não querem aprofundar ou deixar vir à tona as diferenças políticas no município. Se a rádio é vista hoje como possibilidade de desencadear a luta política local, qual foi a afinidade e como se deu a cooperação que tornaram possíveis a criação e manutenção da emissora?

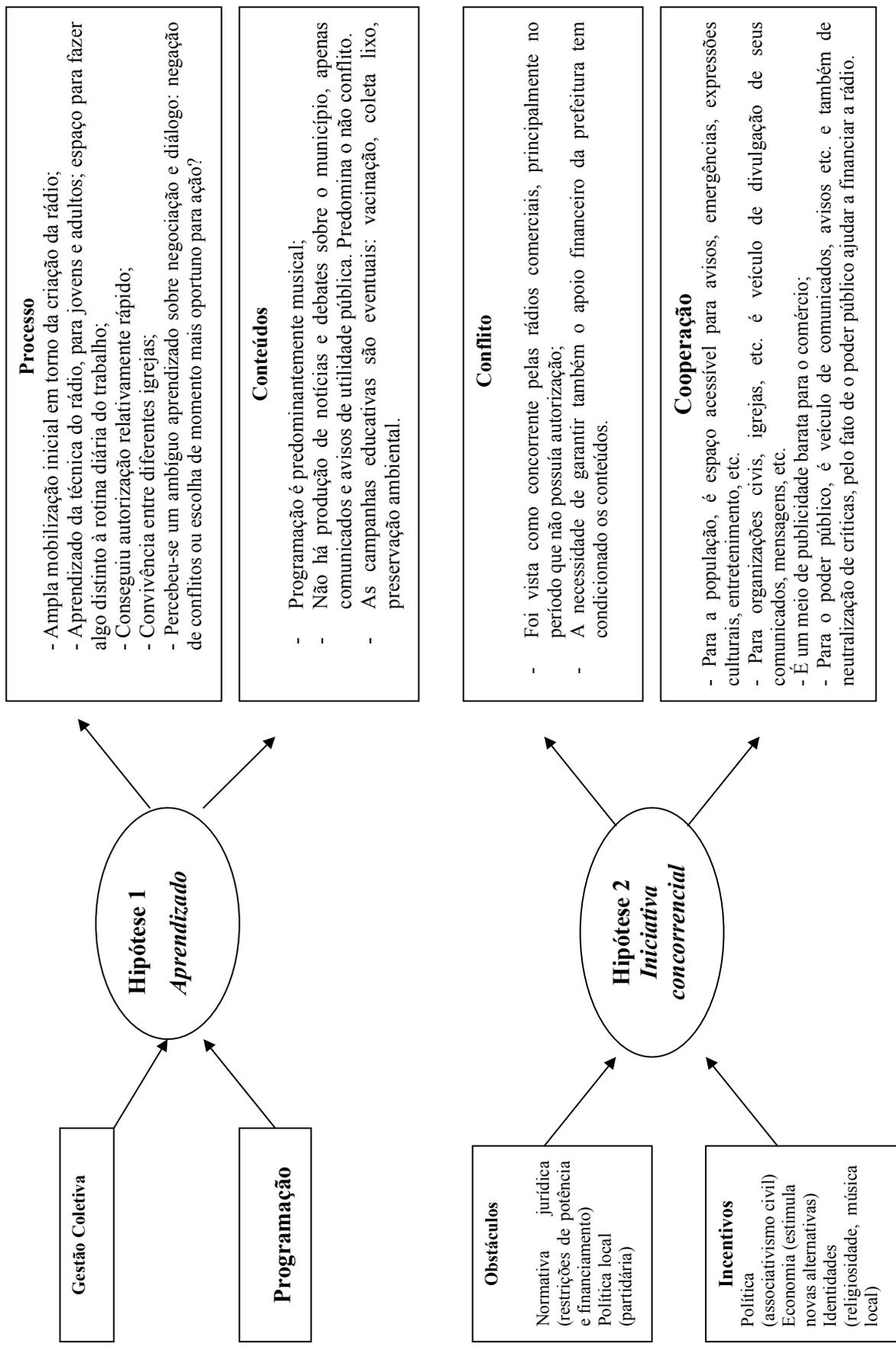
A rádio comunitária de Alfredo Wagner não pode ser entendida fora do contexto social mais amplo que a originou, ou seja, as mudanças na gestão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e sua transformação em Sindicato dos Trabalhadores na

Agricultura Familiar (Sintraf), a partir da segunda metade dos anos 90. Nesta época, a criação da Fetraf-sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul do Brasil) foi um marco na história do sindicalismo rural na região sul do país: o trabalho basicamente burocrático começou a perder espaço para uma prática sindical mais crítica, política e propositiva, que busca alternativas para melhorar o trabalho e a renda dos pequenos agricultores e a vida no meio rural. A rádio comunitária *Nascente do Vale* teve essa matriz sindical rural – surgiu da luta política que o sindicato começara a desenvolver no município: por crédito; por alternativas de renda para os agricultores; pela preservação ambiental. A rádio era uma necessidade do município, cuja geografia impede a entrada de outras emissoras, mas principalmente uma necessidade para multiplicar essa luta política do Sindicato, cuja direção estava (e está) fortemente vinculada a um partido, o PT. Do sindicato partiu a iniciativa da rádio em busca de aliados e de cooperação. Outros atores que viriam a desempenhar papel importante na fundação e manutenção da emissora aderiram ao projeto desde o começo, guiados, sobretudo, pela vontade de ter um veículo de comunicação no município. A assembleia de fundação da emissora reuniu mais de 100 pessoas, de diferentes organizações, partidos e moradores em geral. Ou seja, houve e há um consenso e cooperação em torno da necessidade de possuir um veículo de comunicação para “integrar o município” (Cfr. Nivaldo, pg. 92). O dissenso e o medo ao conflito aparecem quando surge o desafio da etapa posterior à conquista da propriedade do meio: quem vai se apropriar e para quê.

Nos depoimentos, pode-se ler que a rádio é interpretada pelos atores como um instrumento que pode servir à ação política e à disputa do poder local (Cfr. Irimar, pg. 95; Pastor Neri, pg. 98 e Osmar pg. 103), embora não apareçam declarações de que esteja vinculada a um partido político (Cfr. Irimar, 104). Mas existe uma situação velada, não manifestada, a respeito do papel que ela pode desempenhar na reconfiguração do poder local, possivelmente maior pelo fato de que ao menos duas lideranças envolvidas na criação da rádio explicitam a vontade de governar o município.

Se as mediações da economia, no que se refere ao financiamento, e da política têm condicionado o trabalho da rádio *Nascente do Vale*, por outro lado a afirmação de identidades tem encontrado na emissora espaço para expressão, sobretudo no que se refere à religiosidade, com relação ecumênica entre igrejas, e à expressão de músicos locais.

Validação das hipóteses na Rádio Nascente do Vale, de Alfredo Wagner (Grande Florianópolis)



6.2 *Estúdio 105, de Campo Belo do Sul - região Serrana*

A rádio como meio de reconhecimento social e político

Os depoimentos dos atores envolvidos com a rádio *Estúdio 105*, de Campo Belo do Sul, na região serrana do Estado, apontam na mesma direção de nossa primeira hipótese, segundo a qual a aprendizagem acontece nas práticas realizadas em torno à gestão da emissora. Assim como na emissora de Alfredo Wagner, a programação da *Estúdio 105* é majoritariamente musical, com avisos de utilidade pública e comunicados, encaminhados pela prefeitura, secretarias municipais, organizações civis, escolas, etc. Não há busca e produção de notícias locais e/ou debate sobre problemas do município. As notícias estaduais e nacionais são reproduzidas dos periódicos. A programação é feita por um grupo de 10 locutores, metade deles jovens entre 11 e 25 anos.

Entre alguns dos líderes, adultos, há uma compreensão de que a rádio pode contribuir para “ativar” e “desenvolver” o município e uma preocupação em qualificar os locutores através de cursos, um deles realizado em novembro de 2004. (Cfr. *Neri Hermes, pg. 111*). Entre os jovens, a percepção em geral é de que uma rádio é um meio basicamente musical e cuja qualidade deve seguir o padrão das FMs comerciais. Na interpretação dos envolvidos, as práticas educativas estão relacionadas à aprendizagem da técnica do rádio, somada, no caso dos jovens, à possibilidade de adquirirem experiência para futuramente conseguirem trabalho em outro lugar, especialmente em uma rádio comercial. A participação na emissora também teria estimulado alguns a voltar a estudar.

O mais presente nos depoimentos a respeito da aprendizagem permitida pela rádio *Estúdio 105*, porém, é que a emissora é um importante meio de reconhecimento social e político no município. A rádio ajuda a construir um prestígio de pessoa pública tanto para os que apresentam programas, quanto para os ouvintes que têm seu nome citado na programação da rádio. Ser vinculado à rádio ou ser citado pela rádio é motivo de orgulho e de elevação da auto-estima. (Cfr. *Depoimentos: Vicente Lopes, Edson Rogério, Irineu Esplendor, Neri Hermes, pg. 113*).

Além desse reconhecimento às pessoas comuns, em Campo Belo a rádio também estaria ajudando a reconstruir a identidade de migrantes que chegaram ao município nos últimos anos, afetadas pela construção de usinas hidrelétricas na região. Mesmo que não

aprofunde em sua programação o debate sobre a problemática e as origens da migração, estaria dando alguma visibilidade ao tema. A rádio *Estúdio 105* tem ainda divulgado e potencializado a participação e presença em festas populares no município, sobretudo os torneios e rodeios, tradicionais na região e principais espaços de entretenimento e lazer da população local.

A concorrência entre emissoras de baixa potência

Se o principal estímulo da gestão em torno à rádio *Estúdio 105*, de Campo Belo, é o reconhecimento social e político permitido pelo meio, as mediações da economia e da política locais e a normativa jurídica aparecem nos depoimentos como freios ao trabalho da rádio. A relação ambígua da rádio comunitária com a construtora Baesa – e também com a prefeitura municipal - mostra novamente, a exemplo da rádio de Alfredo Wagner, como as dimensões econômica - de sobrevivência da rádio - e política - dos conflitos sócio-políticos no município - podem condicionar os conteúdos da emissora e, portanto, limitar as possibilidades de formação para a cidadania através da programação.

O caso da rádio *Estúdio 105* (e também da *Nascente do Vale*, em Alfredo Wagner) pode indicar o quanto a dinâmica da vida associativa do município no qual está inserida a emissora pode ser determinante para o projeto de rádio comunitária e o papel que ela passa a desempenhar. A *Estúdio 105* foi iniciativa do então padre Neri Hermes, que em 1999 reuniu representantes das pastorais da igreja católica local e movimentos como o de Mulheres Agricultoras e propôs a criação de uma rádio comunitária. A motivação era a necessidade de divulgar o trabalho da paróquia, de suas pastorais e outros movimentos sociais com atuação no município – antes dependentes de pagamento às rádios comerciais de Lages. A maioria das pessoas que participaram da fundação tinha também uma militância partidária, sobretudo no PT – caso do próprio Neri Hermes -, do PFL e PMDB. Uma divisão já no início da fundação resultou posteriormente na criação de uma outra emissora de baixa potência no município – a *Explosão FM* -, vinculada a um militante do PMDB e outros do PP.

O depoimento do ex-padre Neri indica que durante os anos 90 os movimentos populares foram mais ativos em Campo Belo e atuavam de forma articulada com as

pastorais da igreja católica. A saída de Neri da paróquia e a chegada de outro padre com prática religiosa mais tradicional teria desarticulado os movimentos que surgiam, como o de Mulheres Agricultoras, e o trabalho das pastorais nos bairros⁸⁷. Tudo indica que essa baixa na atuação de organizações da sociedade civil local ou, ao menos, sua possível atividade de forma menos organizada e/ou não institucionalizada, também tenha se refletido no projeto da rádio.

Em torno à gestão da rádio *Estúdio 105* mantém-se hoje apenas três daquelas lideranças provenientes das pastorais. A rádio possui manifestação de apoio formal de 19 organizações do município, mas esse apoio não se traduz em participação efetiva nos espaços de decisão e uso abertos pela rádio. A maioria dos atores envolvidos atualmente no dia-a-dia da emissora parece motivada muito mais por uma vontade individual do que de um projeto mais amplo de organizações locais: 1) jovens sem vínculos com movimentos sociais, que buscam experiência, oportunidade de trabalho e/ou acesso a um meio de comunicação fortemente identificado com a música; 2) e adultos com relativa compreensão sobre o papel do meio na vida do município, mas que tampouco representam organizações com atuação local forte. Estas inexistem no município e a rádio não tem conseguido ou tomado iniciativas para motivar o associativismo civil local, como tem ocorrido, por exemplo, com a rádio de Guaramirim que veremos mais adiante. Ainda que a *Estúdio 105* possua uma rotina de debate mensal, a coordenação e as iniciativas de gestão partem normalmente do ex-padre Neri Hermes. Como a rádio está mais centrada no coordenador, sua atuação pessoal e/ou profissional também influencia diretamente na emissora. O ponto mais crítico dessa dependência individual é o vínculo profissional de Neri com a prefeitura municipal, até meados de 2004, outro fator que vinha condicionando o trabalho da rádio.

Em Campo Belo, Neri Hermes sempre foi identificado com o PT, partido ao qual é filiado desde 1989, quando ainda era padre. O PT tem poucos filiados, pouca militância e

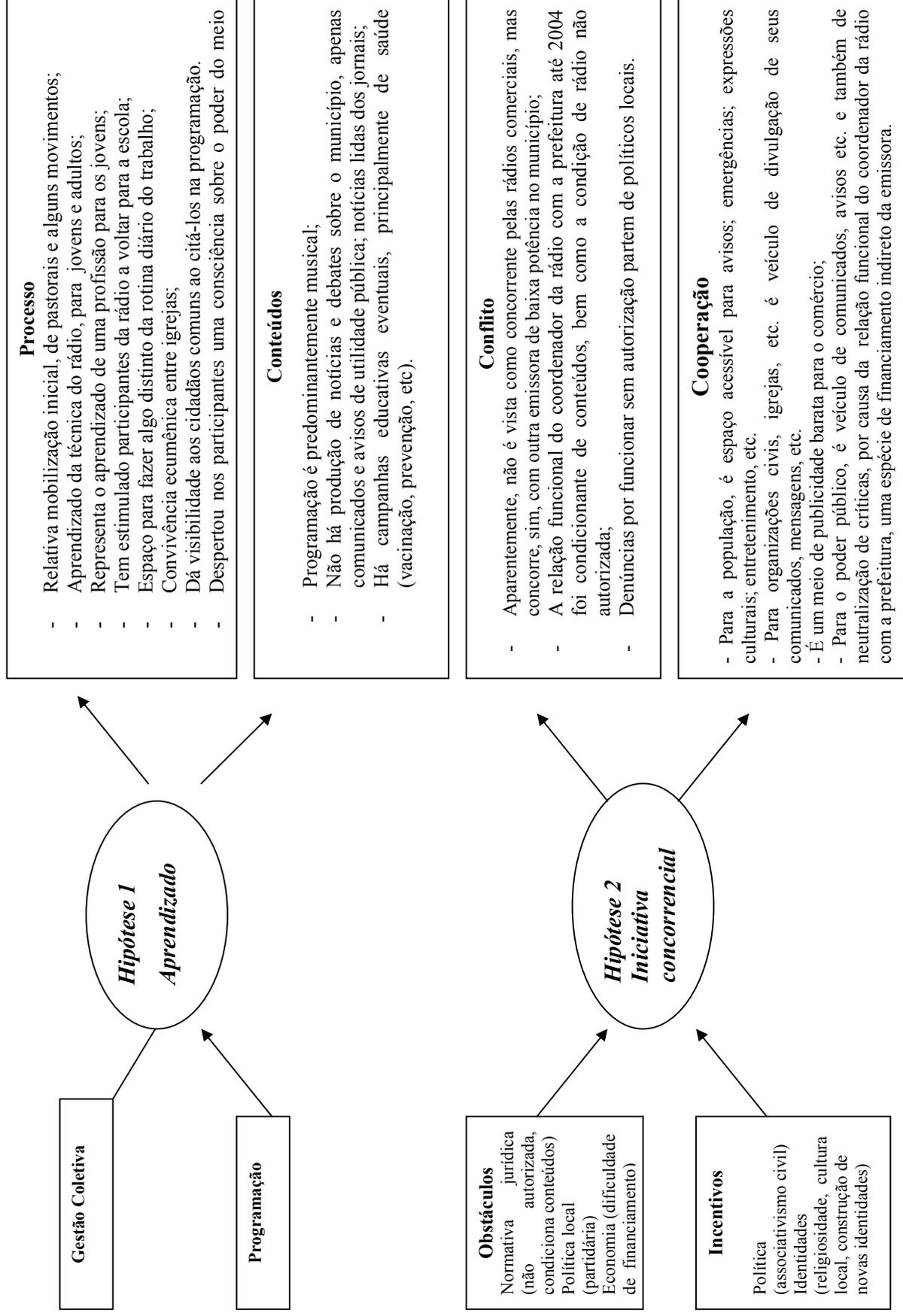
⁸⁷ O processo inverso aconteceu no município vizinho, Anita Garibaldi, cuja saída de padres conservadores, ao final dos anos 80, e chegada de padres com atuação na linha da teologia da libertação teria contribuído para ativar movimentos populares até então desarticulados, como o dos pequenos agricultores. Nos anos 90, eles atearam fogo nos carros da Eletrosul em protesto contra a construção da Usina de Barra Grande. No mesmo período a oposição sindical venceu a eleição no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anita Garibaldi (então filiado a Fetaesc – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de SC) e levou o sindicato para a linha de atuação da Fetraf-sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região sul). Em Campo Belo do Sul houve recentemente uma tentativa, sem sucesso, de oposição no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que continua vinculado à Fetaesc e à uma atuação mais burocrática e assistencial. *Fonte: Depoimento de Claudionor Macedo, do Sindicato dos Agricultores de Anita Garibaldi.*

força política no município. A eleição de Neri Hermes à Câmara de Vereadores, em 2004, por exemplo, está relacionada muito mais à sua trajetória pessoal-profissional-religiosa do que ao trabalho e organização deste partido em Campo Belo, município que sempre foi governado pelo PFL e PP e onde não existe uma oposição política relevante. Desde 1999, mesmo ano de fundação da rádio, até meados de 2004, Neri teve uma função comissionada na prefeitura do município, a convite do então prefeito José Davi Pereira (PFL). O trabalho como assessor da administração municipal era sua fonte de subsistência pessoal e familiar e, ao mesmo tempo, uma espécie de permuta, de contribuição indireta do poder público à emissora. Foi também por sugestão e intermediação do prefeito municipal que a *Estúdio 105* firmou o acordo de cooperação com a empresa Baesa para a compra de novos equipamentos da emissora.

A situação jurídica da emissora – ainda não autorizada pelo Ministério das Comunicações – seria um outro freio para o trabalho da emissora, pois limitaria suas possibilidades de financiamento, sobretudo junto a órgãos públicos. A arrecadação da rádio não passa dos R\$ 600,00/mês no pequeno comércio local, onde ainda disputa publicidade com a *Explosão FM*, também de baixa potência. A situação jurídica funcionaria como fator de controle de conteúdos. Se criar muita polêmica, a rádio acaba sofrendo denúncia, em geral feita por partidos políticos do município. (*Cfr. Neri Hermes, pg. 110.*) Isso confirma, também no caso de Campo Belo, que a rádio é instrumento de poder local ou pelo menos é assim que é percebida por seus gestores.

Assim, as informações sobre a rádio *Estúdio 105* também vão na direção de nossa segunda hipótese, mas apenas em parte. A emissora não se configurou em uma iniciativa de concorrência com rádios comerciais da região, mas de concorrência com uma outra emissora de baixa potência existente no município e também no âmbito da política local, pelo prestígio político que representa. A existência de duas emissoras de baixa potência em um município pequeno, com comércio e arrecadação municipal relativamente fracos, leva a pensar que, em alguns casos, o radialismo comunitário é ou pode se tornar uma estratégia de sobrevivência ou de poder político de uma pessoa ou grupo, mesmo que originalmente tenha sido motivada por interesses coletivos, como o de divulgar e fortalecer o trabalho de movimentos populares e de ser fonte de informação para a população.

Validação das hipóteses na Rádio *Estúdio 105*, de Campo Belo do Sul (Região Serrana)



Processo

- Relativa mobilização inicial, de pastoraís e alguns movimentos;
- Aprendizado da técnica do rádio, para jovens e adultos;
- Representa o aprendizado de uma profissão para os jovens;
- Tem estimulado participantes da rádio a voltar para a escola;
- Espaço para fazer algo distinto da rotina diário do trabalho;
- Convivência ecumênica entre igrejas;
- Dá visibilidade aos cidadãos comuns ao citá-los na programação.
- Despertou nos participantes uma consciência sobre o poder do meio

Conteúdos

- Programação é predominantemente musical;
- Não há produção de notícias e debates sobre o município, apenas comunicados e avisos de utilidade pública; notícias lidas dos jornais;
- Há campanhas educativas eventuais, principalmente de saúde (vacinação, prevenção, etc).

Conflito

- Aparentemente, não é vista como concorrente pelas rádios comerciais, mas concorre, sim, com outra emissora de baixa potência no município;
- A relação funcional do coordenador da rádio com a prefeitura até 2004 foi condicionante de conteúdos, bem como a condição de rádio não autorizada;
- Denúncias por funcionar sem autorização partem de políticos locais.

Cooperação

- Para a população, é espaço acessível para avisos; emergências; expressões culturais; entretenimento, etc.
- Para organizações civis, igrejas, etc. é veículo de divulgação de seus comunicados, mensagens, etc.
- É um meio de publicidade barata para o comércio;
- Para o poder público, é veículo de comunicados, avisos etc. e também de neutralização de críticas, por causa da relação funcional do coordenador da rádio com a prefeitura, uma espécie de financiamento indireto da emissora.

Gestão Coletiva

Hipótese 1 Aprendizado

Programação

Obstáculos

Normativa jurídica (não autorizada, condiciona conteúdos)
Política local (partidária)
Economia (dificuldade de financiamento)

Incentivos

Política (associativismo civil)
Identidades (religiosidade, cultura local, construção de novas identidades)

Hipótese 2 Iniciativa concorrencial

6.3 Rádio Pedra Branca, do município de Coronel Martins - região Oeste

A relação entre controle cidadão e diversidade da programação

De modo semelhante a Alfredo Wagner, no município de Coronel Martins também aparece a iniciativa de uma rádio comunitária pelas mãos de lideranças do PT e do sindicalismo rural articulados em torno ao Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf) – a organização mais atuante do município. A fundação da rádio comunitária *Pedra Branca* também se insere em um contexto social mais amplo, de luta política local travada a partir de lideranças do sindicalismo rural. Aqui termina a semelhança com a rádio *Nascente do Vale*, de Alfredo Wagner.

Discutida no município desde 1996, só em 2001 a rádio iria ao ar, após a conquista do governo municipal por um grupo de lideranças ligadas ao PT, em uma aliança com o PMDB. A prefeitura viria a ser uma das principais incentivadoras da rádio, ainda que só a partir de meados de 2004 começasse a contribuir financeiramente com uma subvenção social de R\$ 500,00.

A rádio surgiu para preencher um vazio de comunicação básica do município, como a falta de telefones, e para atender à necessidade de divulgação não só das organizações civis locais como também do poder público - antes dependentes dos preços cobrados pela rádio comercial do município vizinho, São Domingos. As informações levantadas a respeito da rádio *Pedra Branca*, de Coronel Martins, validam apenas em parte nossa hipótese de que o aprendizado está no processo de gestão e não na programação. Os depoimentos dos líderes indicam que, em Coronel Martins, a rádio comunitária tem possibilitado um aprendizado também pela programação. A rádio *Pedra Branca* é um instrumento eficaz na formação da cidadania, ainda que um instrumento nas mãos de um grupo político atuante, composto por organizações civis ligadas ao PT, que souberam explorar este potencial comunicacional.

A rádio *Pedra Branca* passou por um período de crise, nos primeiros meses de 2004, cujo centro foi justamente os conteúdos divulgados. Algumas organizações e ouvintes começaram a reclamar da qualidade da programação, que já havia sido melhor e mais diversificada. A queda na qualidade gerou também queda na audiência. Os gestores

reconheceram que era necessário voltar a estimular a participação das organizações na coordenação da emissora e no acompanhamento da programação. Optaram por fechar a rádio durante um mês, reuniram as organizações e rediscutiram os rumos da rádio, principalmente a programação e a constituição de um conselho comunitário.

Há programas feitos por voluntários, mas a maior parte da programação fica a cargo de cinco jovens (entre 16 e 25 anos) que recebem uma ajuda de custo. À diferença de Alfredo Wagner e Campo Belo, alguns destes jovens estão envolvidos em uma militância política em Coronel Martins, seja no PT local ou em organizações como o Movimento de Mulheres Agricultoras. Há ainda um controle por parte das organizações mais envolvidas na emissora – cerca de 16 - que cobram desses jovens uma programação também informativa e não apenas musical. Além disso, existe uma mediação individual que tem contribuído para que, em Coronel Martins, a rádio esteja conseguindo diversificar sua programação: a habilidade de uma dessas jovens – Elenice Cauza, de apenas 20 anos – para entrevistar, abordar uma diversidade de conteúdos, produzir notícias locais etc. mostra que o talento e a vocação individuais também são fundamentais e podem se constituir em um diferencial importante. Ou seja, ainda que não possua uma formação técnica específica para trabalhar no meio, há uma formação política anterior e/ou paralela à própria rádio que tem sido fundamental para sua atuação. Seu afastamento temporário da emissora acabou gerando a crise na programação no início de 2004. (*Cfr. Gislaine Pastorio e Jair Coelho, pgs. 120-121*).

A programação da rádio *Pedra Branca* equilibra os gêneros musical e informativo: notícias das organizações, da prefeitura, entrevistas com moradores, aborda temáticas como êxodo rural, preservação do eco-sistema local; estímulo à participação popular nas atividades festivas, na definição de alternativas econômicas e na vida política do município etc. As notícias são majoritariamente do município porque, segundo depoimentos, são as temáticas locais que motivam a audiência pois estão ausentes da narrativa dos chamados grandes meios de comunicação. Há pouca abordagem de assuntos nacionais e internacionais (bolsa de valores, preços agrícolas no mercado internacional etc), mas existe uma preocupação de começar a abordá-las, traduzindo-as para a realidade local.

Os líderes avaliam que a rádio tem desempenhado um papel educativo no município porque, além de levar informações úteis à população, a emissora tem estimulado e

aumentado a participação cidadã nos debates e/ou atividades econômicas, políticas e culturais do município. Organizações como o Sintraf e os vários clubes de mães, por exemplo, percebem o retorno das ações e atividades divulgadas porque há maior procura e participação em suas promoções (Cfr. *Gibrair Madella, pg.131*). Há um diferencial importante nesta emissora também no que se refere à participação. Para os gestores, a participação cidadã é algo que precisa de estímulo e motivação permanentes, para que as pessoas e/ou organizações se apropriem do bem coletivo, ainda que entre estas existam interesses bem concretos para a participação.

A relação entre financiamento e utilidade social

A experiência na rádio comunitária *Pedra Branca* parece mostrar que o financiamento da emissora anda de mãos dadas com a sua utilidade social. Para os líderes, os problemas financeiros de uma emissora comunitária estariam relacionados aos problemas de gestão e do papel desempenhado pela rádio no município. (Cfr. *Jair Coelho, pg.128*). Como sentem necessidade da emissora, as organizações civis participam do seu financiamento, seja com contribuições fixas ou mobilização coletiva para realização de promoções que ajudem a equipar e manter a rádio. Após melhorias na programação e na qualidade do som, a arrecadação teria passado de R\$ 500,00 para R\$ 2.000,00, já incluída a subvenção social repassada pela prefeitura.

Na rádio comunitária *Pedra Branca* também há evidências em favor de nossa segunda hipótese de que a rádio é uma iniciativa de concorrência com emissoras comerciais, neste caso com a rádio *Clube*, de São Domingos, município vizinho. Mas essa concorrência não é apenas pela pauta publicitária inferior a R\$ 1.000,00/mês ou pela audiência. Está atravessada por um componente político, expresso sobretudo nas três vezes em que a rádio comunitária foi fechada pela fiscalização. Em geral, segundo os atores envolvidos na emissora, as denúncias por funcionar sem autorização partem da rádio comercial em articulação com partidos políticos de Coronel Martins. Assim, no caso desta emissora, a *normativa jurídica* não é um obstáculo determinante para o trabalho da rádio, mas gera insegurança em determinados períodos, quando a disputa política partidária local

utiliza a situação jurídica para impedir o funcionamento da emissora.

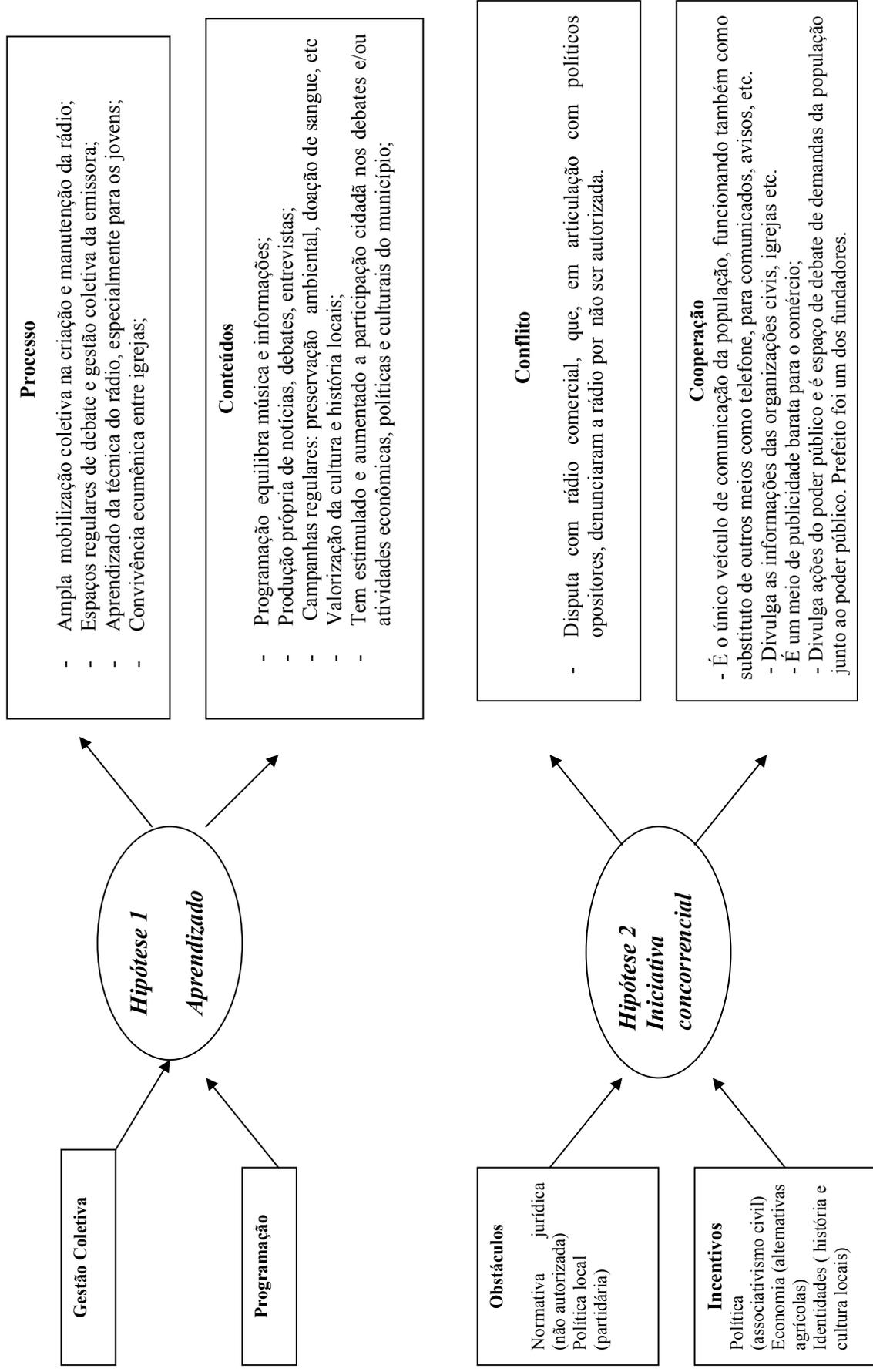
Entre os líderes, há uma preocupação em garantir que a rádio se mantenha aberta a diferentes organizações e partidos políticos, mas eles indicam a existência de uma auto-exclusão por parte de lideranças vinculadas a outros partidos políticos, que classificam a rádio como sendo uma rádio do PT. Esta questão parece comum a outras emissoras e levanta uma pergunta fundamental: se existe a estigmatização partidária de uma iniciativa em rádio, como falar então de uma rádio comunitária?

Mas a política também é, paradoxalmente, um estímulo para a *Pedra Branca* na medida em que tem ajudado a fortalecer – e é fortalecida – pela luta política de várias organizações civis locais. Isto é, há o aspecto limitador da mediação política, quando ligada apenas à disputa entre partidos, mas também de estímulo quando envolve a articulação que a rádio ajuda a promover entre as organizações, o poder público e os cidadãos. Essa articulação permitiu a criação e manutenção da rádio, que, por sua vez, tem motivado novas articulações entre sociedade civil e poder público para a melhoria da qualidade da vida no município. Um exemplo citado nos depoimentos é que, ao dar publicidade e maior transparência às ações do poder público municipal – arrecadação, gastos, investimentos etc. – a rádio teria ajudado a despertar os cidadãos para seus direitos e para que, desta forma, cobrem mais da administração pública. (*Cfr. Jair Coelho, pg. 132*). A rádio aparece como um fator-chave na consolidação da vida municipal.

Assim como a política e associativismo civil, a economia local é outro forte estímulo ao trabalho da rádio comunitária, talvez o de maior evidência nos depoimentos dos atores envolvidos. A rádio tem tido um papel fundamental na divulgação e fomento a várias alternativas econômicas que surgem no município, algumas individuais, mas a maioria resultado da iniciativa e articulação entre organizações civis e poder público. A rádio dá visibilidade a experiências existentes e/ou impulsiona novas.

A *Pedra Branca* também tem sido o principal meio de expressão da cultura e de identidades locais. É espaço para a divulgação da música local, inclusive em programa ao vivo feito por jovens, e para recuperar e colocar em circulação a memória histórica local: a rádio está resgatando e narrando a história do município através de entrevistas e levantamento de informações junto aos primeiros moradores.

Validação das hipóteses na Rádio Pedra Branca, de Coronel Martins - região Oeste



6.4 Rádio Pró-Guaramirim, do município de Guaramirim - região Norte

O dilema entre voluntariado e profissionalização

A rádio *Pró-Guaramirim*, do município de Guaramirim, no norte do Estado, foi ao ar pela primeira vez no final de 1997 no contexto do movimento de rádios comunitárias que se espalhavam por todo o Brasil. Como outras emissoras que compõem nossa amostra, a *Pró-Guaramirim* também foi iniciativa de um grupo de militantes do PT local, que atuavam nas pastorais e grupos de reflexão da igreja católica e associações de moradores. O objetivo era contribuir na pressão pela sanção da lei de radiodifusão comunitária, então em tramitação no Congresso Nacional, e ter um veículo de comunicação acessível à população e às organizações civis de Guaramirim. Já na fundação, este grupo de militância partidária e religiosa aglutinou pessoas de outras organizações e partidos, tornando-se uma rádio de composição plural.

De forma semelhante à rádio *Sambaqui*, de Jaguaruna, e à *Pedra Branca*, de Coronel Martins, a *Pró-Guaramirim* aponta para uma gestão participativa, com espaços regulares de debate sobre a emissora, um número considerável de voluntários gestores e produtores de programas. Esses traços parecem se refletir em uma programação diversificada, com clara intenção de formação e ativação da cidadania através de conteúdos veiculados. A construção de cidadania, inclusive, já está descrita no Estatuto de fundação como uma das finalidades.

Assim como em outras emissoras, os atores da *Pró-Guaramirim* vinculam o papel educativo da rádio aos conteúdos. Mesmo assim, mencionam aprendizagens no processo, que estariam relacionadas ao acesso à técnica do rádio; à responsabilidade trazida por um meio de comunicação e à necessidade de respeito aos ouvintes, o que implicaria em maior responsabilidade com os conteúdos divulgados; necessidade de diálogo e negociação com diferentes segmentos (Cfr. Brito, pg. 152). Alguns mencionam a descoberta, através da rádio, de uma apatia dos cidadãos para a participação (Cfr. Thomaz e Jeison, pg. 142). Há quem mencione ainda a rádio como meio de transformação social. É dentro desta perspectiva que a emissora tomou a iniciativa de organizar um *Fórum de Entidades* para discutir e cobrar solução para os problemas do município. (Cfr. Zuco, pg. 149)

A programação é diversificada e feita por cerca de 40 voluntários e um radialista,

que cuida dos noticiários da emissora. Há jornalismo, especialmente local e regional; programas de músicas sertaneja, alemã e rock, inclusive com entrevistas aos músicos e som ao vivo no estúdio da emissora; programas de esportes; de anúncios de compra e venda; *A Hora da Cidadania*, sobre direitos e leis; *A Voz do Povo*, de atendimento e debate das demandas da população em relação à prestação de serviços públicos e dos problemas do município. Há ainda programas de três igrejas - Católica, Assembléia de Deus e Luterana – cuja convivência e diálogo são considerados educativos pelos entrevistados. Um dos papéis mais desempenhados pela rádio, tanto na programação quanto em gestões extra-programação, tem sido a de principal mediadora entre as demandas dos cidadãos, por direitos e qualidade nos serviços públicos, e o poder público (Cfr. Zuco, Brito e Thomaz, pgs. 143-145).

As informações sobre a rádio *Pró-Guaramirim* vão na direção de nossa hipótese sobre o aprendizado para a cidadania no processo de gestão, mas consegue ir além e realizar práticas educativas também na programação. Pelos depoimentos, há debate e preocupação constante com o aperfeiçoamento da programação. Exemplo disso é o conflito que começa a surgir entre gestores que defendem maior profissionalização da rádio e os que querem que a programação continue sendo feita predominantemente por voluntários, ou seja, entre profissionalização e participação comunitária na produção. O principal argumento da profissionalização seria a dificuldade de conseguir trabalho voluntário, sobretudo para programas diários e tarefas específicas como produção de vinhetas, etc. Na defesa do voluntariado entra o argumento de que profissionalizar descaracterizaria a rádio comunitária, pois o cidadão comum dificilmente teria acesso tanto à produção de um programa quanto à possibilidade de ser fonte de informação. Predominariam os especialistas na produção (jornalistas, radialistas, etc) e as fontes oficiais de informação (autoridades públicas, dirigentes, etc). Haveria um conflito entre o trabalho militante-voluntário e a profissionalização (jornalismo e/ou radialismo), ou seja, entre uma concepção sobre a mídia como meio de luta política, coletiva, como forma de propiciar aos cidadãos o meio de participar da produção de mensagens e disputar com a comunicação hegemônica (militância) e outra concepção sobre a mídia como meio de informação, supostamente neutra, objetiva e não política (jornalismo).

Mediação da rádio e impessoalidade na relação cidadão/administrador público

A rádio comunitária *Pró-Guaramirim* é o principal meio de comunicação do município, onde também são sintonizadas rádios comerciais das cidades vizinhas, especialmente Jaraguá do Sul. Além disso, circulam dois jornais semanais. É a rádio com maior audiência em Guaramirim, conforme pesquisa realizada em 2003 por instituto da região.

A emissora foi ao ar pela primeira vez entre dezembro de 1997 e setembro de 1998, quando foi fechada pelos órgãos de fiscalização. O então presidente da Associação mantenedora foi processado, por manter no ar emissora não autorizada, e condenado a pagar cestas básicas. Assim como a rádio de Alfredo Wagner, a *Pró-Guaramirim* só voltou a funcionar em 2001, dois anos depois da primeira tentativa e após a conquista da outorga, o que demonstra o impacto da ação fiscal em experiências não autorizadas. Nos dois casos houve abertura de inquérito policial.

Em Guaramirim, os gestores parecem não encarar a rádio como concorrente das emissoras comerciais no âmbito da pauta publicitária, porque trabalhariam com diferentes públicos anunciantes: a comunitária é vista como opção para a publicidade dos pequenos negócios, que não podem pagar os anúncios mais caros das rádios comerciais; estas, em geral, são utilizadas por negócios de médio e grande porte. A concorrência com as comerciais se daria mais no âmbito da audiência. Elas teriam perdido parte da audiência porque a comunitária teria aberto à população, seja na gestão ou na programação, um espaço difícil de ser conseguido numa emissora comercial. (Cfr. Zuco, pg. 147).

Ao que tudo indica, a conquista do *status* de rádio autorizada obriga as emissoras comerciais à convivência com a comunitária e representa, para as comunitárias, uma garantia significativa de funcionamento sem possibilidade de denúncias motivadas por interesses comerciais e/ou políticos – caso da rádio *Pedra Branca*, de Coronel Martins, por exemplo. Mas a outorga não elimina de todo o fato de que a rádio comunitária é vista como iniciativa que provoca concorrência no município, sobretudo no âmbito da disputa pelo poder e pelo controle sobre os bens coletivos. Por um lado, conforme depoimento de um dos fundadores, a oposição e crítica à rádio viriam da elite local que não aceitaria o fato de uma experiência popular ter sido exitosa e conquistado amplo apoio social (Cfr. Brito, pg.

148). Por outro, e o mais curioso, é que a disputa política mais explícita envolvendo a rádio comunitária aconteceu dentro do próprio PT local, quando a emissora foi usada na briga petista interna, resultando em uma expulsão da rádio, desfiliação partidária e na separação entre os principais idealizadores da emissora.

Na rádio *Pró-Guaramirim*, portanto, as evidências também vão na direção de nossa segunda hipótese, mas trazem elementos novos. A rádio constitui-se em iniciativa de concorrência com rádios comerciais, sobretudo na disputa pela audiência. Além disso, foi fator de concorrência na vida política local, mas em momentos específicos da disputa pelo poder e, aparentemente, em menor grau do que o verificado em outras emissoras. Como no caso de outras rádios já autorizadas, a concorrência deu-se mais no âmbito político do que propriamente econômico e a *normativa jurídica* foi obstáculo especialmente no período de funcionamento sem autorização. As mediações *política* - principalmente quando relacionada às demandas entre cidadãos e poder público -, *econômica* e de *identidades* locais são os principais estímulos ao trabalho da rádio, como veremos na sequência.

Ainda que tenha sido inicialmente rotulada como sendo uma rádio do PT, pelo fato de que os idealizadores eram pessoas com militância neste partido, a *Pró-Guaramirim* conseguiu, desde a fundação, aglutinar um grupo variado de lideranças e voluntários, de diferentes partidos, em torno da gestão e da realização de programas na rádio. O atual prefeito, Sérgio Peixer, do PFL, por exemplo, fazia, no primeiro ano da emissora, um programa de esportes, hoje realizado por um de seus secretários. Desde o início, segundo os depoimentos, havia uma consciência entre os gestores de que a rádio comunitária precisava aglutinar e responsabilizar diferentes segmentos. (Cfr. Thomaz Bárbara, pg. 146) O recente conflito interno no PT local e seus reflexos na rádio comunitária, em 2003, também acabaram contribuindo para neutralizar o rótulo de rádio ligada ao PT. Principalmente pela decisão de dois dirigentes do partido, ligados à rádio, de pedirem desfiliação partidária após o conflito - entre eles o presidente da Associação mantenedora da rádio, uma das principais lideranças políticas do município, que havia sido candidato a prefeito pelo PT na eleição de 2000.

É possível que a diversidade de filiações políticas na gestão da *Pró-Guaramirim* e a solução da crise PT/rádio em 2003 tornem menos evidente a existência de alguma luta política partidária em torno da emissora. Ao menos não aparece como um obstáculo

permanente à gestão da emissora, como ocorre em outras emissoras. Exemplo disso é a relação que a rádio mantém com os vários órgãos do poder público local: de independência política e financeira; de respeito por parte das autoridades públicas do município quando a emissora tematiza e cobra soluções para problemas de interesse coletivo, principalmente o acesso e a qualidade dos serviços públicos no município.

Esta mediação das demandas de quem vive no município com as instituições do poder público, aliás, aparece como um dos principais incentivos do trabalho da rádio: ocorre tanto na programação quanto em iniciativas de gestão e é apontada como um dos principais exemplos do retorno positivo de temas tratados pela emissora. Isto é, da capacidade da rádio em contribuir no debate e melhoria de problemas locais pelo fato de lhes dar publicidade, de torná-los públicos. É interessante observar como os depoimentos relacionam esse papel mediador da rádio a especificidades da prática política em municípios de pequeno porte, onde as relações políticas e as pessoais se confundiriam com maior facilidade. Em Guaramirim, geralmente os cidadãos até buscam os órgãos públicos para a solução de problemas e reivindicação de direitos, mas muitos se inibem por causa do caráter pessoal que as relações político-públicas acabam tendo em um município pequeno, onde todos se conhecem - o que geraria, no cidadão, o medo a expor sua opinião e a cobrar diretamente junto às instituições.

Esta função mediadora entre os cidadãos e o poder público também é desempenhada pela rádio *Sambaqui*, de Jaguaruna, mas não surge nos depoimentos de forma tão central como em Guaramirim. É possível que as características do associativismo civil em um e outro município contribuam para a importância que esse papel mediador da rádio assume em cada local. Jaguaruna tem um forte movimento de organizações civis e a rádio é mais uma organização, articulada ao projeto de luta política travada pelos movimentos populares. Muitas ações desse projeto coletivo local não são criadas pela rádio, mas pelas associações, e a rádio é impulsionadora dessas lutas - um pouco similar ao que acontece com a rádio de Coronel Martins, onde também há uma vida associativa forte. Não parece ser o caso de Guaramirim, onde, possivelmente por isso, a rádio surge como principal mediadora entre os cidadãos e o poder público.

Guaramirim tem registrado, nos últimos anos, uma alternância no controle do poder político local entre PFL, PP e PMDB – este último articulado ao PT na eleição municipal

de 2004. A prefeitura registra a existência de aproximadamente 40 organizações civis, mas os depoimentos com atores envolvidos na rádio não apontaram forte atividade de nenhuma delas, à exceção da ONG Ação Social, que presta atendimento assistencial à população carente. O próprio perfil das organizações locais ativas e que compõem ou participam da rádio *Pró-Guaramirim* é distinto e, aparentemente, menos vinculado à uma luta político-social no município: ONG Ação Social, três igrejas, PX Clube, Rotary Clube. Ou seja, na falta de outras organizações que representem no cotidiano às insatisfações do cidadão e façam a mediação junto ao poder público, a rádio acaba sendo vista como uma espécie de aliada daqueles que reclamam por direitos, um espaço para fazer ecoar suas reivindicações, para tornar público o não atendimento do público. A mediação da rádio tornaria mais impessoal a relação do cidadão com os administradores públicos, diminuiria o medo à exposição pública da crítica e contribuiria para a solução dos problemas reclamados. (Cfr. *Zuco*, pg. 143-144). Além disso, os depoimentos indicam a possibilidade de o cidadão ter percebido a tendência de ocupantes de funções públicas a atenderem mais rapidamente uma demanda mediada por um meio de comunicação, como a rádio, do que aquela recebida direta e individualmente do próprio cidadão. Este, então, desenvolveu a tática de fazer suas demandas passarem pela rádio para que sejam atendidas pelas instituições públicas. (Cfr. *Brito*, pg. 145).

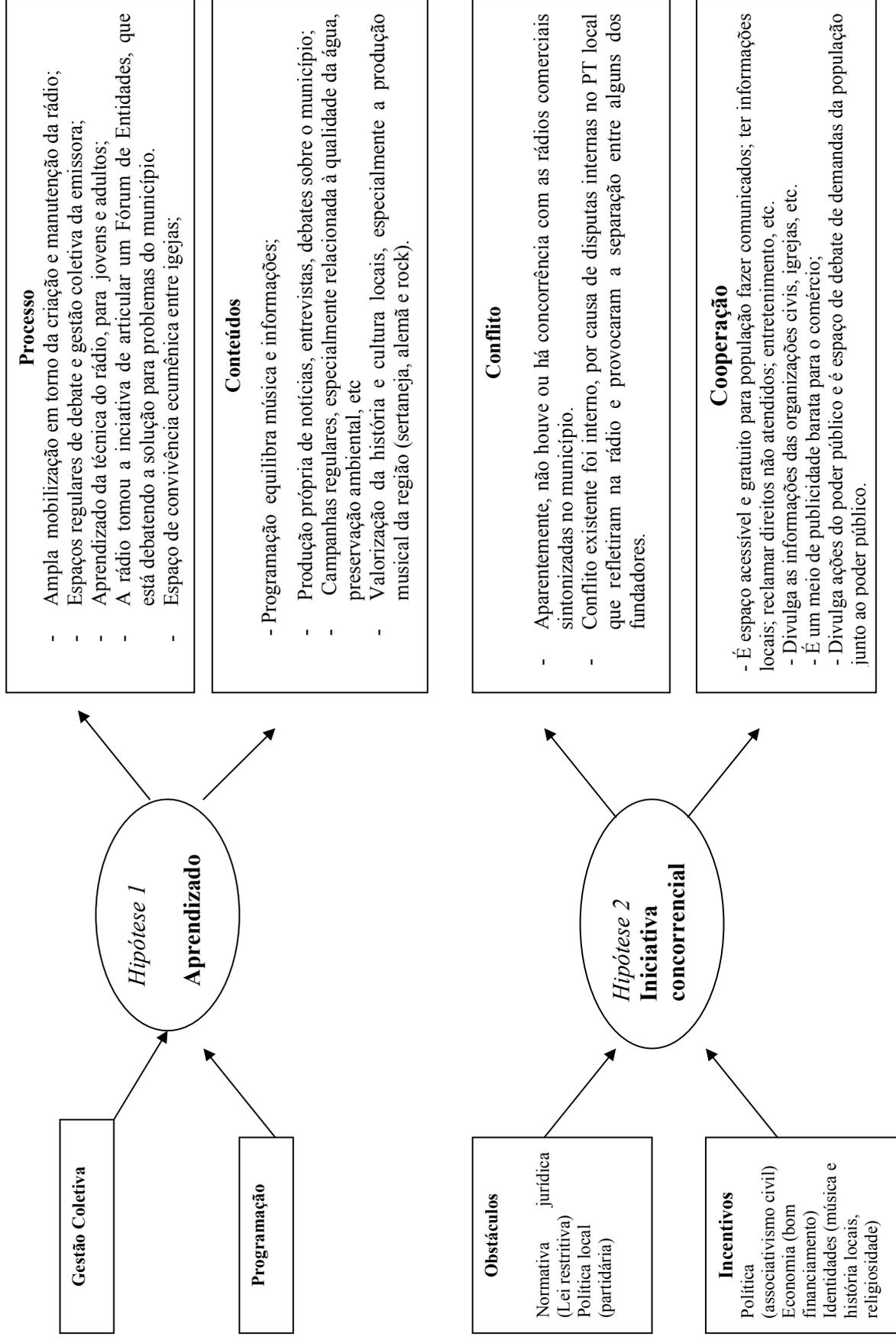
Um indicativo de que o maior ou menor grau desse tipo de mediação realizada pela rádio pode estar relacionado ao dinamismo ou não do associativismo civil no município é que, no caso de Guaramirim, mais do que divulgar iniciativas de organizações locais, a própria rádio toma iniciativas de promover ações e articular entidades para concretizá-las. Ou seja, além da mediação via programação, partiu da rádio *Pró-Guaramirim* a iniciativa de criar um *Fórum de Entidades* locais interessadas em debater, propor e cobrar do poder público soluções para problemas que afetam a vida no município. Entre gestores da rádio, há um entendimento de que as associações de moradores, por exemplo, poderiam ter iniciado esse debate para a solução de problemas, como a má qualidade da água e das rodovias, mas foi somente a partir da iniciativa e gestão da rádio que surgiu uma articulação civil e política em torno de uma agenda mínima para o município (Cfr. *Zuco*, pg. 150). Assim, da mesma forma que a rádio tem sido espaço para tornar públicas as reivindicações do cidadão que sente, individualmente, seu direito negado, também tem promovido e

estimulado a abertura de espaços de debate sobre temas coletivos. Ambos se expressam através de conteúdos inseridos na programação ou por iniciativas de gestão da emissora, como é o caso da articulação do *Fórum de Entidades de Guaramirim*.

As particularidades da economia local contribuem para que a rádio *Pró-Guaramirim* tenha uma situação financeira privilegiada, se comparada a outras emissoras comunitárias, e lhe garante também a possibilidade de buscar fontes de financiamento por outras vias que não o poder público. Apesar de ser um município com apenas 24 mil habitantes, aproximadamente, Guaramirim tem um parque industrial considerável. O PIB municipal foi estimado em R\$ 166,6 milhões para 1999 – o 41º entre os 293 municípios catarinenses – dos quais quase 60% são provenientes da indústria, com destaque para setores como metalurgia, alimentação e têxtil. Em função disso, também tem enfrentado problemas ambientais, que afetam principalmente a qualidade da água, tema permanentemente abordado pela rádio. O bom desempenho da economia do município também se reflete na rádio, que, em alguns meses, chega a arrecadar R\$ 7 mil – o dobro da rádio de Jaguaruna, a segunda em arrecadação entre as emissoras de nossa amostra. A *Pró-Guaramirim* possui também uma estrutura material inexistente nas outras emissoras estudadas: quatro computadores, internet banda larga e uma poupança em torno de R\$ 20 mil, em meados de 2004, destinados a comprar um terreno para a sede própria.

A rádio *Pró-Guaramirim* também se tornou o principal, senão único, espaço para expressão da cultura e de identidade locais. A convivência entre três igrejas, que participam da gestão e mantêm diálogo constante sobre sua programação, é apontada como um trabalho educativo permitido pela rádio. A emissora é espaço ainda para divulgação das festas religiosas do município e para a expressão de músicos locais e regionais de vários estilos.

Validação das hipóteses na Rádio Pró-Guararimir, de Guararimir - região Norte



6.5 Rádio Luz do Amanhã, de Itajaí – região do Vale

Iniciativa individual e voluntariado de assistência social

A rádio *Luz do Amanhã*, do município de Itajaí, na região do Vale, é um perfil diferente das outras emissoras que compõem nossa amostra. Classificada como rádio *mista* no Mapeamento das emissoras em funcionamento em Santa Catarina, que realizamos em 2003, a *Luz do Amanhã* foi incluída na amostra como um elemento de contraste em relação às que classificamos como *comunitárias*.

Esta emissora foi ao ar em 2000 a partir de uma iniciativa individual. Possui um caráter basicamente religioso e uma atuação mais voltada para a assistência social. Foi liderada pelo casal Cida e Arlei Cascaes, com o objetivo de ser instrumento para a divulgação e sustentação sócio-econômica de entidades de assistência social que ambos coordenam em Itajaí.

Ainda que mescele outros conteúdos, a rádio é, na maior parte do tempo, espaço de divulgação de conteúdos de comunidades evangélicas, que também são, majoritariamente, o público da emissora. Na programação predomina a música, intercalando oferta de emprego, notícias do Copom (ocorrências policiais); programas de igrejas evangélicas; mensagem católica; notícias lidas dos jornais, balcão de negócios; etc. Não há busca e produção própria de notícias nem debate sobre problemas do município ou dos bairros nos quais têm abrangência. O programa de maior audiência é o apresentado por Cida Cascaes, diariamente, que mescla informações de utilidade pública, orações e intermediação de pedidos dos ouvintes: comida, consultas médicas, exames, cadeiras de roda, etc. Não se percebe a preocupação ou a existência de projeto para aperfeiçoamento e diversificação da programação.

Assim, a rádio *Luz do Amanhã* também vai na direção de nossa hipótese a respeito do aprendizado pelo processo de gestão e não pelos conteúdos divulgados. Serve, como elemento de contraste, para indicar a existência de aprendizados coletivos na gestão nas outras emissoras, já que nesta o aprendizado tem caráter mais individual, das poucas pessoas envolvidas com a rádio, e restrito ao trabalho assistencial. A *Luz do Amanhã* foi e é uma iniciativa de duas pessoas, sobre as quais está centralizada a tomada de decisões. Cinco organizações, também assistenciais e/ou religiosas compõem, apenas formalmente, a

Associação mantenedora, já que não há espaços regulares e coletivos de decisão sobre a emissora. Não há iniciativas dos gestores de buscar articulação com outras organizações sociais do município. Além das limitações da programação e da centralização do processo de gestão, o enfoque predominante na dimensão religiosa e assistencial limita ainda mais a possibilidade de ser um meio formador de cidadania, já que trabalha na lógica inversa: a falta de direitos e de atendimento das necessidades básicas das pessoas pelo poder público é compensada, na rádio, por ações assistenciais e mensagens espirituais⁸⁸.

Mesmo com as limitações da programação, a principal líder vincula o papel educativo da rádio com os conteúdos e projeta para 2005 um programa sobre a temática da exploração infantil, envolvendo professores e pais. O processo de constituição e gestão da rádio teria ensinado a ela “ser mais humana” por conviver diariamente com pessoas carentes e sofridas. Há uma percepção sobre o potencial de mobilização da rádio para a participação comunitária, que não estaria sendo explorado pela falta de tempo dos gestores. (Cfr. *Cida Cascaes*, pg. 156). Essa falta de tempo acarretaria, conseqüentemente, a falta de iniciativas de gestão. É um indicativo, portanto, de que a centralização da gestão em uma ou poucas pessoas acaba limitando as possibilidades da rádio, na medida em que esta depende praticamente de trabalho voluntário, do tempo e da motivação das pessoas para o projeto. Há ainda, nesta emissora, uma visão de que a participação é algo que ocorre espontaneamente (Cfr. *Cida Cascaes*, pg. 155)

A religiosidade como principal mediação

A rádio *Luz do Amanhã* possui autorização para funcionamento desde 2002, dois anos após entrar no ar com liminar da Justiça. A *normativa jurídica* é vista pelos gestores como um obstáculo em dois aspectos. Primeiro, no que se refere à potência de apenas 25

⁸⁸ No contexto atual, da tendência mundial de retirada do Estado de setores fundamentais e da presença cada vez maior do setor privado na aplicação de fundos públicos, há interpretações que percebem o assistencialismo de forma mais positiva, como estímulo ao voluntariado, à solidariedade e à uma menor dependência do poder público, em geral classificado como ineficiente na aplicação desses recursos. Paoli (2002) é uma das autoras que faz o contraponto a esse tipo de interpretação: mostra o deslocamento do ativismo político para o ativismo civil e social, este visto não como conceito de interpretação sociológica, mas ideológico: tudo o que é político é mostrado como sinônimo da ineficiência do Estado. A autora centra sua análise sobre a propaganda responsabilidade social das empresas e a forma como a solidariedade é, muitas vezes, administrada e transformada em estratégia de marketing.

watts, permitida pela lei, o que reduziria a abrangência da emissora, sua audiência e também as possibilidades de financiamento, na comparação com o período em que a emissora atuou sem autorização do Ministério, usou transmissor de 50 watts e abrangia praticamente todo o município. Em um município de grande porte, como Itajaí, com um número considerável de habitantes e também de meios de comunicação, a rádio de baixa potência acaba sendo uma emissora de um ou alguns bairros e, portanto, com uma importância distinta à que adquire em pequenos municípios, o que influencia na participação em torno à emissora e, principalmente, no financiamento. Um segundo aspecto visto como obstáculo da normativa jurídica é a proliferação de emissoras de baixa potência em Itajaí e Navegantes, que promoveriam uma concorrência desleal (*Cfr. Arlei Cascaes, pg. 161*). Ou seja, uma rádio de baixa potência que conseguiu autorização aparece neste caso como um fator de controle da existência de rádios não autorizadas.

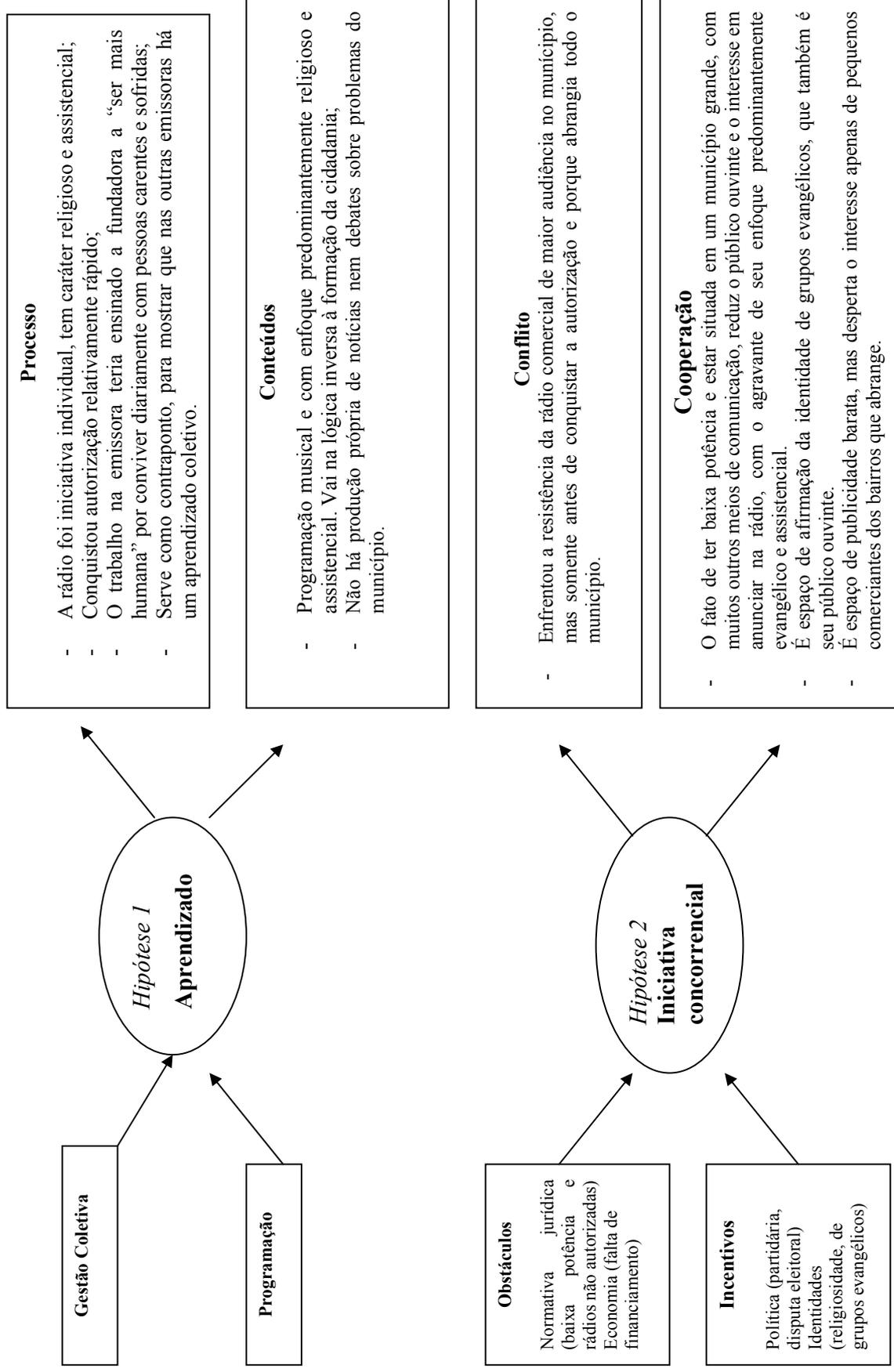
A forma como os líderes da *Luz do Amanhã* percebem o processo de constituição da emissora coincide apenas em parte com nossa segunda hipótese. Foi uma iniciativa de concorrência somente no início de seu funcionamento, quando ainda não possuía autorização, funcionava com uma potência que lhe permitia atingir praticamente todo o município e foi encarada como concorrente pela rádio *Clube* - emissora comercial de maior audiência em Itajaí. Mas também neste caso, a concorrência teve um componente político-partidário: o principal opositor era um locutor-vereador da rádio *Clube*. Confirma-se, também no caso da *Luz do Amanhã*, que a rádio, mais do que concorrência econômica, é vista como importante fonte de concorrência e poder político, seja pelos atores envolvidos seja por possíveis oponentes. A própria fundadora desta emissora indica o uso que a rádio pode acabar tendo ao comentar que esta seria útil, no segundo semestre de 2004, em sua campanha eleitoral para a Câmara de Vereadores (*Cfr. Cida Cascaes, pg. 159*).

Os líderes avaliam que a rádio tornou mais conhecidas as entidades assistenciais que coordenam, mas não se tornou a fonte de manutenção delas – como os fundadores esperavam. A *Luz do Amanhã* não possui uma incidência na economia local. Arrecada em torno de R\$ 1.400,00 por mês, o suficiente apenas para cobrir as despesas. Os líderes reclamam que as organizações e igrejas não se interessam em colaborar no financiamento da emissora. Além disso, a mediação econômica também estaria relacionada à *normativa jurídica*, na medida em que a baixa potência da emissora limita sua abrangência a poucos

bairros, o que reduz o interesse de anunciantes.

Assim, no caso desta rádio, as mediações da economia e da normativa jurídica são vistas como freios ao trabalho da gestão. O estímulo principal é a identidade religiosa de grupos evangélicos, fortemente vinculada ao trabalho de assistência social. Ainda que a política não tenha sido motivação para a iniciativa da rádio, acabou se tornando, em um momento determinado, outro incentivo para a gestão.

Validação das hipóteses na Rádio Luz e Vida, de Itajaí – região do Vale



6.6 Rádio Sambaqui, de Jaguaruna – região Sul

Democracia na gestão e diversidade na programação

A rádio *Sambaqui*, comunitária mais antiga de Santa Catarina, surgiu em 1996 pela iniciativa de militantes das pastorais sociais da igreja católica que atuam no município de Jaguaruna desde os anos 80. Os fundadores possuíam – e possuem – militância partidária também, especialmente no PT e no PMDB. As pastorais sociais da igreja acabariam se tornando o embrião para o nascimento, nos anos 90, de um forte movimento popular em Jaguaruna, como as associações de moradores presentes em todos os bairros e articuladas pela ativa UAMJA (União das Associações de Moradores de Jaguaruna). Há ainda movimentos como o ecológico, negro, etc.

A articulação entre lideranças dessas organizações tornou possível a criação da rádio, motivada pela necessidade de divulgação e multiplicação dos trabalhos desses movimentos populares, que não encontravam espaço nos meios de comunicação da região. No estatuto da Associação mantenedora, aparece claramente a menção a finalidades educativas e de incentivo à participação cidadã. Foi entre os envolvidos na iniciativa da *Sambaqui* que apareceu o único depoimento, entre todas as emissoras da amostra, vinculando diretamente as características específicas do rádio com a formação para cidadania (Cfr. Padre *Ángelo Bússolo*, pg. 167).

A existência ainda hoje de uma forte atuação dos movimentos populares no município, e em torno da rádio, tornou a *Sambaqui* a experiência de emissora comunitária mais duradoura de Santa Catarina. Em 2004, a emissora completou oito anos no ar, sem autorização do Ministério das Comunicações. Há uma diversidade de organizações e/ou voluntários em torno da gestão e existe uma rotina coletiva de debate sobre a emissora através de três instâncias de decisão. A rádio mantém contato ativo com praticamente todas as organizações civis do município e até dezembro de 2004 também com o poder público.

A diversidade na gestão se estende também à programação, feita por quatro funcionários e com participação de 40 voluntários, em geral sócios da emissora. A programação inclui: jornalismo, comentário político e debates sobre temas gerais locais; programa da pastoral da saúde; programa sobre agricultura natural e meio ambiente; programa mensal *Cidadania Ativa*, com APAE, escolas, associações; programa de três

igrejas; resgate e divulgação da história do município através de entrevistas com idosos; música, com ênfase na MPB (Música Popular Brasileira).

A rádio comunitária *Sambaqui* também vai na direção de nossa hipótese sobre o aprendizado para a cidadania pelo processo de gestão, mas consegue ir além do amadurecimento médio de outras emissoras: é possível identificar práticas educativas não apenas na gestão, mas também na programação. A própria percepção dos atores sobre o papel educativo da rádio mescla práticas do processo com conteúdos divulgados. No caso do processo, os depoimentos citam o acesso à tecnologia do rádio; desinibição e elevação da auto-estima das pessoas pela sua participação e valorização na rádio; desmistificação do papel dos comunicadores por participarem do processo de produção de um meio; práticas para estudantes de jornalismo; apoios culturais segundo uma lógica não comercial; convivência ecumênica entre as igrejas. No caso da programação, mencionam informações dos noticiários e de programas como os das pastorais da saúde e da criança; debate sobre problemas do município; resgate e divulgação da história local; expressão da música regional, valorização da MPB e proibição de veicular músicas que os líderes consideram de pouco valor educativo.

Os gestores avaliam que há retorno dos conteúdos abordados pela emissora. Haveria maior procura pelo trabalho das pastorais da Saúde e da Criança; maior participação em atividades que estas ou outras organizações promovem no município; mais rapidez do poder público na solução de problemas que afetam a cidadania e que são abordados na rádio, sobretudo a qualidade dos serviços públicos. Há ainda outros dois exemplos de retorno do trabalho educativo da rádio, fundamentais pela peculiaridade em relação a outras emissoras comunitárias, mas principalmente porque priorizam a lógica comunicacional, contrariando a lógica do simples mercantilismo e da audiência. Houve uma deliberação dos líderes de não veicular determinadas músicas e de valorizar a MPB, visando a educar o gosto musical. Também foi decisão dos gestores distribuir os apoios culturais na forma de rodízio e não por escolha dos anunciantes, para valorizar a rádio e toda sua programação e não apenas os programas de maior audiência.

A rádio como catalisadora da luta dos movimentos populares

A rádio *Sambaqui* é uma experiência criativa de resistência à ação dos órgãos de fiscalização contra os que operam sem o reconhecimento legal. Entre 1996, quando entrou no ar, e 1999, quando conseguiu decisão judicial favorável ao seu funcionamento, a emissora enfrentou quatro mandados de busca e apreensão. Em nenhuma das vezes foi fechada, em função, conforme os depoimentos, da rede de relações e de aliados que conseguiu construir em torno da prevenção à repressão e do apoio social à emissora. As táticas de resistência e a decisão de insistir na experiência, caso a rádio fosse encontrada e lacrada, foram definidas desde a criação da rádio e se basearam numa compreensão dos fundadores sobre a necessidade de garantir o direito à comunicação, independente da experiência ser ou não legalmente reconhecida (*Cfr. Padre Ângelo Bússolo, pg. 176*).

De 1999 até o início de novembro de 2004, a rádio tinha decisão judicial favorável ao seu funcionamento e muitos atores, inclusive, preferiam que a autorização do Ministério fosse postergada o máximo possível, pois a emissora possuía amparo judicial e, ao mesmo tempo, não precisava se adequar a várias exigências da lei de radiodifusão, considerada restritiva pelos atores. A posição dos líderes em relação à situação jurídica mudou a partir daquela data, quando a União conseguiu derrubar a decisão de 2ª instância que garantia o funcionamento da rádio. Começaram a se mobilizar para agilizar a autorização, pois a insegurança gerada pela decisão da Justiça tinha um outro complicador, relacionado, como nas outras rádios, à disputa político-partidária local. O resultado da eleição à prefeitura, em outubro de 2004, aumentou a incerteza na rádio especialmente com os comentários no município de que o grupo político vitorioso na eleição pretendia fechar a emissora por identificá-la com o grupo político que perdeu o pleito para a prefeitura.

Jaguaruna possui 12 partidos políticos em atividade, mas uma forte polarização entre dois grupos políticos, PP/PFL e o PMDB/PT. O então prefeito Claudemir de Souza, eleito pelo PMDB com apoio do PT, não conseguiu a reeleição em 2004. Com militância proveniente da pastoral política da igreja católica e associações comunitárias locais, Claudemir tem forte ligação com organizações e lideranças gestoras da rádio comunitária, da qual também foi um dos fundadores. Tudo indica que a mudança no comando do governo municipal tende a mudar também a relação rádio/prefeitura, o que novamente

indica o grau de incidência da determinação político-partidária no perfil e na atuação da rádio comunitária. De um ou outro lado, a rádio é interpretada como instrumento de poder político. O caso da rádio de Jaguaruna mostra, a exemplo da de Coronel Martins, que a normativa jurídica é obstáculo principalmente quando relacionada à disputa política local. Isto é, não se trata apenas das restrições técnicas impostas pela lei, mas o uso que a disputa político-partidária faz da situação jurídica da rádio, materializada na denúncia aos órgãos de fiscalização.

O financiamento da rádio *Sambaqui* não é citado nos depoimentos como obstáculo ao trabalho da rádio. Ao contrário, a emissora conseguiu chegar num estágio em que pessoas e/ou empresas a procuram para fazer o apoio cultural e aceitam a deliberação de que será incluído em programa não determinado, na forma de rodízio. A rádio arrecada entre R\$ 3 mil e R\$ 4 mil, o suficiente para pagar as despesas com salários e manutenção. O surgimento da *Sambaqui* - principal, mas não único veículo de comunicação em Jaguaruna - gerou e ainda gera disputa com rádios comerciais da região, sobretudo a *Tubá*, emissora comercial do município vizinho, Tubarão. Os líderes da *Sambaqui* interpretam que a concorrência é pelos anunciantes, mas que esta está diretamente relacionada à audiência. O comércio local teria encontrado na *Sambaqui* uma forma barata de publicidade e maior audiência por ser o meio que aborda os problemas da população de Jaguaruna. (Cfr. *Nere*, pg. 178). Partiu de alguns comerciantes também a proposta de que a rádio coordene um novo jornal no município, *O Sambaqui*, que acabou sendo criado no final de 2004.

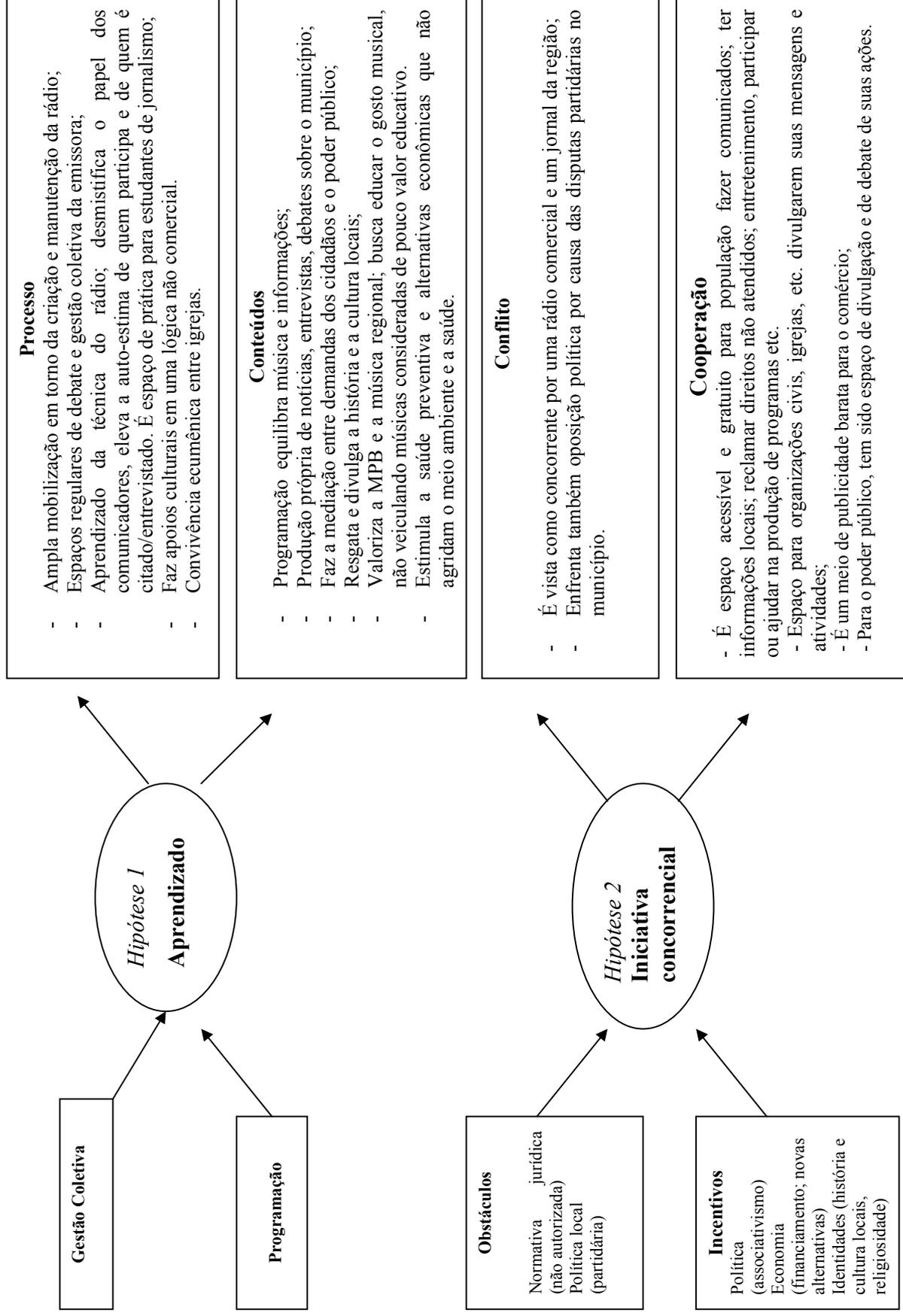
Assim, a rádio *Sambaqui* apresenta evidências em favor de nossa segunda hipótese, segundo a qual a rádio é uma iniciativa de concorrência com emissoras comerciais. Mas também neste caso, a concorrência está atravessada por uma disputa política, que adquire maior visibilidade nos momentos de alternância no poder local. A política é uma mediação que incentiva a gestão da rádio quando é relacionada ao fortalecimento da luta das organizações civis pela garantia de direitos e da qualidade da vida no município, mas também obstaculiza quando vinculada à disputa partidária e eleitoral. É neste contexto que a normativa jurídica torna-se um obstáculo para a rádio *Sambaqui*.

Além da luta política do associativismo civil local - que fortalece a rádio e é fortalecida por ela - a economia e a afirmação de identidades locais são outras mediações que estimulam à atuação da *Sambaqui*. Em Jaguaruna, assim como em Coronel Martins, a

mediação econômica está intimamente relacionada à luta política dos movimentos. Líderes e programadores da rádio e das organizações atuam juntos, através dos conteúdos abordados e/ou das articulações que realizam, para a promoção de formas alternativas e solidárias de economia e no questionamento a práticas econômicas que degradam a qualidade da vida no município (Cfr. *Antônio Augusto*, pg. 177). Além disso, a emissora tem se constituído em espaço mais acessível à publicidade do comércio local. É interessante observar que as organizações sociais, embora garantam a sustentação política e social da emissora, não são as principais responsáveis por sua sustentação financeira, como acontece em Coronel Martins, por exemplo. Em Jaguaruna, há um equilíbrio entre o financiamento por parte das organizações, comércio local, poder público e voluntários individuais.

A *Sambaqui* também tem sido o principal espaço para a expressão de identidades locais. Tem resgatado e divulgado as raízes culturais e históricas do município através de entrevistas com os idosos, como acontece também na rádio de Coronel Martins e aconteceu, de forma esporádica, na de Guaramirim. Também tem divulgado a música regional, as festas típicas do município, inclusive foi iniciativa da rádio a festa das etnias, que já está na terceira edição. A convivência entre três igrejas, tanto na programação quanto na gestão da rádio, também é apontada como um dos aprendizados permitidos pela rádio.

Validação das hipóteses na Rádio *Sambaqui*, de Jaguaruna – Sul



6. 7 Análise das variáveis nas seis rádios da amostra

Liderança - filiação, trajetória, motivação individual: Com exceção da rádio *Luz do Amanhã*, de Itajaí - que foi iniciativa individual de duas pessoas vinculadas à uma igreja evangélica e ao trabalho assistencial - as rádios comunitárias de Alfredo Wagner, Campo Belo do Sul, Coronel Martins, Guaramirim e Jaguaruna foram idealizadas por lideranças com militância em pastorais e grupos de reflexão da igreja católica e/ou partidos políticos, especialmente PT e, em alguns casos, também PMDB⁸⁹. Em Campo Belo do Sul, Guaramirim e Jaguaruna é mais evidente a militância dos líderes nas pastorais da igreja católica e ao mesmo tempo na política partidária, sobretudo no PT. Em Alfredo Wagner e Coronel Martins é menos evidente a relação entre iniciativa da rádio e pastorais, ainda que alguns dos líderes tenham começado sua militância política em pastorais, especialmente a Pastoral da Terra (CPT). Nestes dois municípios, a iniciativa da rádio partiu de lideranças do PT local, em forte ligação com a luta do sindicalismo da agricultura familiar.

Há diferentes tipos de motivação individual entre fundadores, gestores e/ou produtores da rádio: trajetória pessoal de envolvimento com trabalho voluntário (Itajaí, Alfredo Wagner, Guaramirim); trajetória de militância social e política (Alfredo Wagner, Campo Belo, Coronel Martins, Jaguaruna, Guaramirim); reconhecimento social e político (aparece especialmente em Campo Belo); possibilidade de fazer algo distinto da rotina

⁸⁹ Além da histórica participação das pastorais da igreja católica em trabalhos de educação e conscientização política dos setores populares, cujo exemplo de maior expressão são as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) dos anos 60-70, e da relação dessas pastorais com militantes e lideranças de partidos de centro-esquerda no Brasil, principalmente o PT, acreditamos que a atuação desta igreja – assim como as demais – em torno da radiodifusão comunitária está inserida no novo contexto em que acontecem as práticas religiosas, cada vez mais mediadas pela comunicação eletrônica. No caso específico da igreja católica, em 1997 – um ano antes da lei de radiodifusão comunitária – o tema central da 35ª Assembléia Geral da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), realizada em Brasília, foi “A igreja e a comunicação rumo ao novo milênio”, quando os bispos propuseram “rever os modelos e práticas de comunicação da igreja no Brasil, tanto no campo das relações interpessoais, grupais e organizacionais, quanto no uso dos instrumentos ou meios de comunicação na tarefa evangelizadora”. No documento resultante daquela Assembléia, a CNBB elege o rádio como instrumento prioritário de evangelização, e orienta a um equilíbrio dessa função com a de “promoção dos valores humanos, éticos e culturais inerentes à cidadania”. Lista uma série de ações e estratégias para ocupação de espaços em rádios comerciais, educativas e comunitárias, inclusive no que se refere às concessões, e o apoio às lutas pela regulamentação e contra a repressão às rádios comunitárias. Desde 1996, a Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias (ANCARC) realiza um Encontro Nacional de Rádios Comunitárias. A ANCARC possui cerca de 400 emissoras associadas no Brasil e tem projetos para apoio jurídico, formação de agentes e produção de programas. Além disso, desde 2003, a CNBB ocupa uma das cinco vagas da sociedade civil no Conselho de Comunicação Social. Mais informações em www.cnb.org.br/documentos/doc_ Acessado em 28/12/04.

diária de trabalho, ou seja, a rádio é vista como uma espécie de terapia e/ou espaço de criação (Campo Belo e Guaramirim); possibilidade de trabalhar com a música (Alfredo Wagner, Campo Belo, Guaramirim); aprendizado da técnica do rádio para, no caso de alguns jovens, conseguir experiência e depois ir trabalhar em uma rádio maior (Campo Belo); possibilidade de atuar profissionalmente em uma mídia alternativa (Jaguaruna); meio de trabalho para pessoas que recebem alguma remuneração (Alfredo Wagner, Campo Belo, Coronel Martins, Guaramirim, Itajaí, Jaguaruna). As rádios que têm conseguido mobilizar um maior número de voluntários são Campo Belo, em torno de 15 - metade deles jovens e principalmente na programação; Coronel Martins, em torno de 20, principalmente na gestão; Guaramirim e Jaguaruna, que possuem em torno de 40 voluntários na programação e parte deles também na gestão.

Objetivos e projeto institucional: O desejo de ter um veículo de comunicação no município, acessível à população e à divulgação do trabalho das organizações civis, e a luta pelo direito à comunicação é o ponto de convergência do projeto de criação de cinco emissoras da amostra: Alfredo Wagner, Campo Belo do Sul, Coronel Martins, Guaramirim e Jaguaruna – todos municípios com menos de 25 mil habitantes. Nestes casos, a maioria dos líderes demonstra, em maior ou menor grau, um entendimento sobre o papel que o meio pode desempenhar para a multiplicação e fortalecimento do trabalho das organizações, desenvolvimento do município, formação da cidadania e transformação da realidade local, ainda que nem todas as emissoras consigam colocar em prática essas possibilidades. O contraste vem da rádio *Luz e Vida*, de Itajaí, cidade-pólo da região do Vale, que possui cerca de 150 mil habitantes e vários meios de comunicação, inclusive rádios. O objetivo para a criação dessa emissora é relacionado à possibilidade desta ser fonte de divulgação e de sustentação financeira de duas entidades assistenciais coordenadas pelos líderes da rádio.

Articulação coletiva: A maior capacidade de articulação coletiva e de motivação para a participação na rádio encontramos em Coronel Martins, Guaramirim e Jaguaruna. Essas emissoras também possuem em comum a existência de uma rotina coletiva de decisão sobre a gestão e sobre a programação, além de uma percepção de que a participação

necessita de constante estímulo. Em Coronel Martins, a rádio *Pedra Branca* tem contato permanente com 16 organizações civis e com a prefeitura, cujo prefeito foi um dos fundadores da emissora. Em Jaguaruna, a *Sambaqui* tem contato com praticamente todas as 56 organizações civis do município, das quais cerca de 20 participam ativamente da rádio - há 74 sócios, em geral vinculados às organizações - e até dezembro de 2004 também com a prefeitura, cujo prefeito foi também um dos fundadores da emissora. Em Guaramirim, a emissora possui contato regular com os 14 sócios fundadores que representam cerca de sete organizações e instituições. Os depoimentos indicam a existência de uma relação de respeito mútuo entre esta rádio e poder público, sem um vínculo maior entre ambos, como ocorre em Coronel Martins e Jaguaruna.

Nas emissoras de Alfredo Wagner e Campo Belo há um menor grau de articulação coletiva e de participação na gestão da rádio. Em Alfredo Wagner, a rádio tem contatos com oito das cerca de 20 organizações civis existentes, além de prefeitura e Câmara, mas há depoimentos que indicam uma redução nas rotinas de deliberação coletiva e uma centralização das decisões por parte da diretoria (presidente, vice, tesoureiro, etc). Em Campo Belo, a rádio tem contato permanente com cerca de seis organizações, das cerca de 30 existentes no município, e com a prefeitura. Há reuniões mensais de discussão sobre a rádio, mas o dia-a-dia fica a cargo do coordenador. A rádio *Luz do Amanhã*, de Itajaí, é a única que não possuiu articulação com outras organizações civis e/ou com o poder público. Há cinco entidades, também de caráter religioso e/ou de atendimento assistencial, que compõem a Associação mantenedora da rádio, mas é apenas formalmente, pois não há espaços regulares de debate e a gestão está centralizada nos dois fundadores. Em Itajaí, principalmente, mas também na emissora de Alfredo Wagner, encontramos depoimentos de alguns gestores que concebem a participação como algo que deveria acontecer espontaneamente, sem necessidade de estímulo constante.

Produção - Capacidade técnica e Programação: Das seis rádios estudadas, a de Guaramirim é a que está melhor equipada em termos de tecnologia – são quatro computadores, para programação e edição, e é a única que possui internet 24 horas. Em Itajaí, município de grande porte e com considerável acesso à internet, a rádio *Luz do Amanhã* não utiliza este meio de informação. Em Jaguaruna e Alfredo Wagner também há

acesso regular à internet, mas em municípios como Campo Belo e Coronel Martins a rádio comunitária geralmente depende de terceiros para acessar a rede, já que a internet está presente apenas na prefeitura e/ou algumas poucas organizações. Em Coronel Martins, por exemplo, só em meados de 2004 a emissora conseguiu comprar o tão esperado computador, mas ainda não possui telefone: o contato do público com a rádio é feito pessoalmente e/ou por cartas. Ainda assim, a rádio de Coronel Martins é uma das que mais utiliza informações da internet repassadas pela cooperativa de crédito local que possui acesso à web: previsão do tempo, preços dos produtos agrícolas e outras informações geralmente relacionadas à agricultura. Curiosamente, também é nesta rádio que apareceu a preocupação de alguns atores com a relação global/local e de começar a buscar informações de caráter internacional e nacional e traduzi-las para a realidade local. Mas, em geral, a programação dessas rádios comunitárias é predominantemente local e/ou regional; as notícias estaduais e/ou nacionais usam o *Diário Catarinense* como principal fonte – umas com mera reprodução do que é publicado e outras com certo grau de interpretação. A internet, que representaria uma possibilidade de acessar a notícias e experiências de outros lugares e de diferentes fontes, ainda é pouco acessível e/ou utilizada pelas rádios comunitárias. A dificuldade atual de acesso da maioria dessas emissoras às novas tecnologias de comunicação e de informação indicam a defasagem que teriam que superar para a entrada na era do rádio digital.

A **programação** das emissoras é feita por voluntários e parte por pessoas que recebem uma remuneração ou ajuda de custo, neste último caso podem ser profissionais – jornalista ou estudantes de jornalismo (Jaguaruna), radialista (Guaramirim) – ou jovens que encontraram na rádio um espaço para aprender uma profissão, fazer um estágio, trabalhar com a música ou simplesmente um meio para obter uma pequena remuneração (especialmente em Alfredo Wagner, Campo Belo, Coronel Martins e Itajaí). As rádios que possuem profissionais de comunicação e/ou do rádio são também as que mais têm voluntários na programação: Jaguaruna e Guaramirim – em torno de 40 pessoas, em geral adultos. É também nestas duas emissoras, especialmente Guaramirim, onde a preocupação com o aperfeiçoamento da programação gerou ou gera debates internos sobre um possível conflito entre *profissionalização* e *participação comunitária* militante e/ou voluntária.

Pelas informações levantadas junto aos produtores e/ou gestores, é possível dizer que as rádios de Alfredo Wagner, Campo Belo e Itajaí são predominantemente musicais, temperadas com informações a respeito de assuntos diversos do município, sobretudo na forma de avisos de utilidade pública, comunicados, e reprodução de notícias de jornais, além de algumas campanhas educativas eventuais, como de vacinação, coleta seletiva de lixo, preservação ambiental etc. Há uma consciência e um desejo, por parte de alguns líderes, de melhorar a programação, sobretudo em Alfredo Wagner e Campo Belo, mas eles apontam vários obstáculos: falta de recursos e de equipamentos, falta de profissionais ou voluntários, falta de tempo, medo de abordar temas que causem conflitos locais e dificultem o financiamento da emissora.

Nas rádios de Coronel Martins, Guaramirim e Jaguaruna há um equilíbrio maior entre música e informação: a programação ou, ao menos, alguns programas pretendem ser espaço de debate público sobre a vida política, econômica, social e cultural do município e de motivação da participação cidadã neste debate. Ou seja, nas três emissoras da amostra onde há maior articulação com organizações, maior número de voluntários envolvidos na gestão e na programação e uma rotina coletiva de deliberação, há também maior diversidade de conteúdos e tematização de problemáticas do município.

Na análise da programação ganha importância ainda as variáveis *geracional* e de *trajetória individual/formação* dos atores envolvidos – ambas relacionadas também ao suposto conflito entre trabalho remunerado (profissional) e trabalho militante (remunerado ou não). Quem cuida da maior parte da programação nas emissoras de Alfredo Wagner, Campo Belo e Coronel Martins são majoritariamente adolescentes e/ou jovens, entre 11 e 28 anos. Mas os jovens de Alfredo Wagner e Campo Belo têm uma forte ligação com a música - alguns, inclusive, relacionam a qualidade de uma rádio ao padrão FM comercial (musical) - e possuem maior flexibilidade ou até orientação, por parte da coordenação, para “tocar música”. Em Coronel Martins também é forte a relação dos jovens com a música, tanto que é deles o programa de música local e regional, ao vivo, nos sábados. A diferença fundamental é que na emissora de Coronel Martins há um controle permanente das organizações sobre a programação e uma orientação para que a rádio não veicule apenas música, mas produza notícias das organizações, do poder público, entrevistas, debates, etc. Além do maior ou menor controle social sobre a programação, outro diferencial

fundamental se relaciona à própria vocação e talento individual de cada um. Uma das jovens que é responsável pela maior parte da programação na rádio de Coronel Martins, com apenas 20 anos, tem forte militância política nos movimentos locais, sobretudo o Movimento de Mulheres Agricultoras, e descobriu, segundo os depoimentos, o gosto por fazer rádio. Enquanto em Alfredo Wagner e Campo Belo prevalece a associação jovens/música/rádio, em Coronel Martins esta relação ganha o forte tempero da trajetória individual de militância de certos atores jovens na vida política e associativa local.

Em Guaramirim e Jaguaruna, o perfil dos produtores é distinto, principalmente no que se refere aos que fazem a maior parte da programação diária dessas emissoras. A maioria é formada por adultos, sejam profissionais (uma jornalista e um estagiário de jornalismo em Jaguaruna, e um radialista em Guaramirim, que fazem os noticiários locais e regionais, informações estaduais ou nacionais, debates, entrevistas etc) ou voluntários (programas das pastorais e associações, programas sobre direitos e leis, e, inclusive, os de música). Ou seja, em Guaramirim e Jaguaruna há uma maioria de programadores formada por adultos, normalmente vinculados a uma trajetória de atuação em trabalhos voluntários ou militância social e política. Em geral, esses adultos participam também do processo de gestão da rádio. Neste aspecto, diferem de Coronel Martins - onde a maioria dos gestores nem sempre são também programadores, mas acompanham de perto e orientam a programação feita pelos jovens.

É importante destacar que mesmo nessas três emissoras – Coronel Martins, Guaramirim e Jaguaruna – que têm conseguido um equilíbrio maior entre os gêneros musical e informativo, a música também ocupa um tempo considerável da programação. Em 2004, a *Pró-Guaramirim* realizou um levantamento sobre a participação dos ouvintes e detectou que a rádio recebe uma média mensal de 5.000 ligações telefônicas. Não foi feita uma discriminação sobre os motivos que levam os ouvintes a procurarem a rádio, mas o depoimento de um dos atores e a análise de um dos programas dessa emissora indicam que parte considerável dos telefonemas é para solicitar música. O depoimento de um dos apresentadores do programa *A Hora da Cidadania* chama a atenção para a associação quase intrínseca do meio *rádio* com a *música*: esta seria a principal motivação da relação do ouvinte com a emissora. A percepção dessa ligação teria levado os apresentadores deste programa a adotarem a estratégia de alternar três ou quatro minutos de informações - sobre

direitos, leis e outros temas - com músicas, solicitadas ou não pelos ouvintes, e majoritariamente sertanejas (Cfr. Thomaz Bárbara, pg.142).

Na análise do programa *A Hora da Cidadania*, do dia 23/10/04, por exemplo, identificamos essa alternância, durante a hora e meia de duração, entre as músicas solicitadas pelos ouvintes (cerca de 30 participações), o anúncio dos apoiadores culturais e os comentários dos dois apresentadores sobre notícias publicadas nos jornais do dia (o desenvolvimento de tecnologia nuclear pelo Brasil, a relação desse tema com questões de soberania; o veto do Supremo Tribunal ao aborto de fetos anencefálicos) e sobre cinco artigos do Código Civil Brasileiro (aborto e eutanásia; direito de nome e sobrenome; difamação e calúnia; uso do nome alheio para propaganda comercial; uso de pseudônimo). Já o programa *A Voz do Povo*, também do dia 23/10/04, dedicou os primeiros 20 minutos para música e apoios culturais e os 70 minutos restantes foram dedicados ao debate sobre o projeto, em tramitação na Câmara Municipal, que extingue o pagamento das sessões extraordinárias na Câmara de Vereadores do município⁹⁰.

Em geral, as emissoras seguem um padrão de colocar no ar, pelas manhãs, os programas considerados nobres – noticiários, entrevistas, debates, programas das organizações, os populares “*compra, venda e troca*”, etc. - e a partir do início da tarde a programação é predominantemente musical. Ainda neste aspecto da música, há uma diferença interessante a ressaltar e, para isso, usamos o contraponto entre as rádios de Guaramirim e de Jaguaruna. Enquanto na primeira a maior parte da programação musical é feita pelos ouvintes através dos pedidos que chegam à rádio, na segunda há limites para os tipos de música solicitados, pois, desde o início, os gestores da emissora de Jaguaruna decidiram priorizar a Música Popular Brasileira e não veicular músicas que eles consideram de conteúdo meramente comercial e pouco educativo. Há uma expressa intenção de formar

⁹⁰ O apresentador – Zuco - começa o *A Voz do Povo* dizendo que o programa pretende “abrir o microfone para o povo dizer o que está acontecendo na sua rua, no seu bairro, município e país”. Após os primeiros 20 minutos, anuncia o debate do projeto sobre a extinção de sessões extraordinárias para os vereadores, que, segundo ele, já havia sido debatido no programa da semana anterior, dia 16/10/2004, quando os ouvintes ligaram dizendo que eram favoráveis a que o presidente da Câmara colocasse o projeto em votação. No programa do dia 23, então, o apresentador levou o presidente do legislativo municipal ao estúdio da rádio, para entrevista ao vivo e abertura de debate com os ouvintes. Foram cinco telefonemas, dos quais dois eram de vereadores que se manifestaram favoráveis ao projeto. O debate girou em torno da demora em colocar a proposta em votação, uma vez que na legislatura anterior já havia sido apresentado e arquivado, os custos das extraordinárias para os cofres do município, a comparação com o que é investido em saúde, etc.

o gosto musical em uma perspectiva distinta à das lógicas comercial e da audiência, segundo a qual é preciso oferecer o que o público quer para aumentar ou manter a audiência. Enquanto na emissora de Guaramirim predomina a lógica da procura na veiculação das músicas, em Jaguaruna predomina a lógica da oferta.

Nas seis emissoras que compõem a amostra chama a atenção o fato de que o papel educativo da rádio é geralmente associado aos conteúdos, mesmo naquelas que ainda não conseguiram ir além de programas majoritariamente musicais. Quando questionados genericamente sobre o papel educativo da emissora, os entrevistados, na maioria dos casos, fazem uma associação direta com a programação - o que, no caso de algumas emissoras, significa que estão falando do potencial ainda não realizado, de projetos todavia não concretizados por falta de tempo, de pessoas disponíveis, por medo de criar conflitos locais etc. É o caso dos programas de debate entre cidadãos e autoridades públicas; da produção de notícias locais das organizações civis, dos órgãos e poderes públicos - geralmente tratadas apenas como avisos de utilidade pública; programa de escolas/professores/estudantes não realizados por falta de interesse destes (Alfredo Wagner e Campo Belo); debate sobre a exploração infantil com pais e professores (Itajaí); do potencial mobilizador da rádio através da divulgação permanente de determinadas atividades e/ou ações (Alfredo Wagner e Itajaí).

Há atores, porém, que mencionam aprendizados não vinculados diretamente à veiculação de informações, mas ao próprio processo de participação na constituição e/ou manutenção da rádio. Os exemplos que aparecem são: a rádio como motivadora para que os participantes, jovens ou não, voltem a estudar (Campo Belo); o acesso das pessoas à técnica do rádio e, com isso, a desmistificação do meio e dos profissionais que trabalham nele (maioria das emissoras); o aumento da auto-estima pessoal de adultos por descobrir que são capazes de aprender a técnica (Jaguaruna) ou de jovens que aprendem uma profissão (Campo Belo); prática para estudantes de jornalismo (Jaguaruna e antes também em Guaramirim); consciência sobre o reconhecimento social e *status* político permitidos pela participação em um meio de comunicação e/ou experiência coletiva importante no município (Campo Belo); valorização dos cidadãos comuns como fonte de informação (Coronel Martins, Jaguaruna); inclusão de pessoas na vida social e política do município (Jaguaruna); espaço para pessoas fazerem algo diferente à rotina do seus trabalhos diários

(Alfredo Wagner, Campo Belo); convivência ecumênica entre diferentes igrejas (principalmente Alfredo Wagner, Guaramirim e Jaguaruna); realização ou co-organização de atividades/ações que promovem o encontro e a participação das pessoas em atividades festivas e culturais (Campo Belo, Coronel Martins, Guaramirim e Jaguaruna) ou de debate sobre temas sociais, políticos e econômicos do município (Coronel Martins, Guaramirim e Jaguaruna); maior responsabilidade em função do respeito que é necessário ter com os ouvintes; consciência sobre a necessidade de diálogo e negociação para a convivência social e para a manutenção do projeto da rádio (Alfredo Wagner e Guaramirim); descobrimento de uma apatia dos cidadãos para a participação (Guaramirim); realização de apoios culturais segundo uma lógica não comercial (Jaguaruna).

Mediação da normativa jurídica: A prioridade dada por cada rádio à conquista da outorga tem sido o diferencial entre as que já conseguiram a autorização do Ministério das Comunicações para funcionamento, normalmente em 2001 (Alfredo Wagner, Itajaí e Guaramirim), e as que ainda não conseguiram (Campo Belo, Coronel Martins e Jaguaruna), apesar de terem entrado com o primeiro pedido em 1998, ano da aprovação da lei de radiodifusão comunitária. A opção por ser rádio autorizada foi assumida desde o início pelas já outorgadas, mas ganhou força maior sobretudo após a primeira experiência de repressão dos órgãos de fiscalização – em 1998 –, que resultou em abertura de inquérito policial em Alfredo Wagner e Guaramirim, neste último, inclusive, com condenação. A prioridade dada pelos gestores à conquista da outorga implicou em uma organização e cuidado maiores com os documentos e etapas do processo, um permanente acompanhamento da tramitação do pedido junto ao Ministério das Comunicações e, neste último caso, em uma opção dos gestores por acionar parlamentares de suas regiões para acompanhar e agilizar a tramitação junto ao Ministério. O uso deste expediente, comum na cultura política brasileira, permitiu a estas emissoras abreviar em três anos, pelo menos, a longa e lenta tramitação do pedido de outorga no Ministério das Comunicações.

A conquista da autorização impõe às rádios a necessidade de se enquadrarem nos limites da lei em vigor, como a reduzida potência, as regras para os apoios culturais, etc. mas lhes dá a garantia de funcionar sem a insegurança da ação fiscal, normalmente estimulada por rádios comerciais da região mas, geralmente, em articulação com as

disputas políticas locais nas quais a rádio é vista como fator-chave de poder. Nas emissoras que funcionam sem autorização, que são a maioria em Santa Catarina, uma ação dos órgãos de fiscalização é a prova de fogo da capacidade de resistência e de persistência do projeto de rádio, sobretudo quando há apreensão dos equipamentos. As três emissoras de nossa amostra que não possuem autorização (Campo Belo, Coronel Martins e Jaguaruna) já enfrentaram mais de uma ação fiscal, com distintos resultados: fechamento e reabertura da emissora (Campo Belo e Coronel Martins), nova ação com fechamento e apreensão de equipamentos (Campo Belo) e várias visitas dos órgãos de fiscalização sem fechamento (Jaguaruna e também Campo Belo). Em geral, o não fechamento ocorre por conta das estratégias desenvolvidas pelas emissoras para contornar a ação fiscal, como, por exemplo, a cooperação de alguns aliados: a população gosta de ter uma emissora em funcionamento, avisa quando percebe presença dos órgãos de fiscalização e anima a manter a emissora no ar; os gestores apelam à justiça para ter respaldo legal, ainda que provisório, ao funcionamento; fazem uma rede de informação regional entre diversas emissoras que se comunicam quando há presença dos órgãos de fiscalização na região; prestam ou recebem solidariedade de emissoras de outros municípios quando são fechadas como, por exemplo, o empréstimo de equipamentos provisórios para voltarem a funcionar até que consigam comprar outros equipamentos.

A análise da normativa jurídica como mediação que condiciona o trabalho das emissoras comunitárias não é completa se não a colocamos em relação com a *mediação política*. Vimos como a intermediação de parlamentares em nível federal é acionada por algumas emissoras como estratégia para agilizar a burocracia da tramitação de um pedido de outorga no Ministério das Comunicações. Em nível local a posição que ocupa a rádio no cenário da disputa política também tem sido central para sua sobrevivência, na medida em que a emissora é vista no município – principalmente por aqueles que estão envolvidos em uma militância partidária - como importante instrumento de poder político ligado a algum partido ou grupo político. É por isso que, conforme os depoimentos, as denúncias contra a emissora não autorizada partem de políticos locais ou de uma articulação entre eles e emissoras comerciais da região. Isto é, mais do que motivadas por uma disputa entre rádios comunitárias e comerciais em torno da pauta publicitária no município, as denúncias e

obstáculos impostos às comunitárias não autorizadas parecem estar associadas à disputa política local. Mais do que concorrência por um capital econômico, a concorrência é por um capital político – ainda que há casos em que o fator econômico (o financiamento) é utilizado para controle do fator político (a auto-censura nos conteúdos). Neste sentido, é importante entender o lugar da rádio dentro da *disputa político-partidária* municipal e dentro da *luta política relacionada ao associativismo civil*. Os dois casos envolvem o tipo de relação da rádio com o poder público municipal. É na vinculação com a política local que o fator econômico (financiamento) ganha espaço preponderante em algumas emissoras: o econômico torna-se elemento-chave para entender o tênue limite que separa uma relação política de cooperação ou de cooptação.

No caso de rádios autorizadas a relação da rádio com o poder público está vinculada especialmente ao financiamento da emissora, já que a prefeitura é uma das principais apoiadoras fixas. É o caso de emissoras de municípios pequenos como Alfredo Wagner, na Grande Florianópolis: cerca de 3.000 mil habitantes, eminentemente agrícola, sem um comércio significativo e com baixa arrecadação municipal. Em Alfredo Wagner a rádio possui forte relação com o poder público local, os gestores têm consciência e assumem que esta relação condiciona os conteúdos abordados pela emissora. A situação é diferente em Guaramirim, no Norte do Estado, município com 24 mil habitantes, parque industrial considerável, comércio mais diversificado e boa arrecadação municipal. A emissora comunitária não depende do financiamento público. Mantém-se com o apoio cultural de pequenas e médias empresas e possui uma relação distante, crítica, mas aparentemente de respeito mútuo com o poder público municipal. Também é diferente o caso da autorizada *Luz do Amanhã*, de Itajaí, um dos 10 maiores municípios do Estado – em população (150 mil habitantes) e em arrecadação – e que possui diversos meios de comunicação municipais: diários, TVs e rádios locais com abrangência regional. A emissora de baixa potência acaba se tornando uma rádio de um ou alguns bairros e desperta pouco interesse de possíveis financiadores, sejam privados ou públicos. No caso específico da *Luz do Amanhã*, o enfoque da rádio em uma atuação mais assistencial e religiosa, limita ainda mais suas possibilidades. A relação dos gestores da emissora com o poder público local se dá muito mais através das duas instituições assistenciais que coordenam do que através da rádio.

Nas emissoras não autorizadas, além da contribuição para o financiamento, o apoio da prefeitura à rádio representa um certo amparo institucional e uma aliança-chave que ajuda a evitar ou superar o obstáculo representado pela condição de rádio não autorizada. As três emissoras não autorizadas que compõem nossa amostra possuem – ou possuíram nos últimos anos - uma relação de cooperação, em distintos níveis, com a prefeitura municipal. Em Campo Belo - município com características semelhantes a Alfredo Wagner – cerca de 8.000 habitantes, eminentemente agrícola, comércio e arrecadação municipal pequenos - , há depoimento que aborda espontaneamente o problema do condicionamento de conteúdos (*Cfr. Neri Hermes, pg. 110*). Só que, diferente de Alfredo Wagner, a coordenação da emissora de Campo Belo associa esta influência à condição de rádio sem autorização - que limitaria as possibilidades da emissora abordar temas que implicariam em polêmicas e conflitos - e não à questão financeira (como em Alfredo Wagner) – mesmo que a função comissionada do coordenador da rádio de Campo Belo na prefeitura municipal, até meados de 2004, tenha sido também uma forma de apoio financeiro indireto da prefeitura à rádio.

Diferente de Campo Belo, a relação de cooperação da rádio com as prefeituras de Coronel Martins e Jaguaruna, no período 2001/2004, tem outros contornos. Em ambos, o prefeito do período em que realizamos esta pesquisa também foi um dos fundadores da emissora: em Coronel Martins, a criação da rádio (2001) foi posterior à eleição do prefeito, e em Jaguaruna foi anterior (1996). Há afinidades entre projetos e lutas da rádio e do poder público, sobretudo em Coronel Martins, onde a prefeitura foi uma das principais incentivadoras da criação da rádio. Neste município, a emissora tem sido fundamental na divulgação e estímulo à participação cidadã nas atividades e ações do poder público e das organizações civis locais. Os principais gestores da rádio são também participantes das organizações civis e/ou dos cargos de direção no governo municipal, tanto que há atores que dizem ser difícil e até irrelevante distinguir o que é ação ou resultado do trabalho da rádio, das organizações ou da prefeitura (*Cfr. Gibrair Madela e Jair Coelho, pg. 131 e 132*). Coronel Martins é um município com apenas 2.388 habitantes, com uma economia basicamente agrícola, reduzido comércio e pequena arrecadação. Das emissoras que compõem nossa amostra é a que mais conta com apoio financeiro mensal das organizações associativas locais, responsáveis por quase todo o financiamento da rádio até junho de

2004, quando a prefeitura também passou a contribuir com uma subvenção social de R\$ 500,00/mês, aprovada pela Câmara de Vereadores.

Em Jaguaruna, a relação da emissora com a prefeitura é um pouco distinta da de Coronel Martins. Mas é, talvez, o caso mais explícito do quanto a disputa política partidária e a alternância no poder repercute na rádio, pela tendência desta a ser vista como instrumento de poder político ligado a um grupo. A rádio *Sambaqui* possuía um forte vínculo com o prefeito do período 2001/2004, que participou da fundação da emissora, em 1996, e cujo governo foi considerado por atores da *Sambaqui* como aliado das lutas das organizações civis que dão sustentação à emissora. A *Sambaqui* se financia, principalmente, com os apoios culturais de um comércio significativo em um município com 16 mil habitantes, mas também recebia, em 2004, apoio financeiro de R\$ 600,00 mensais, repassados pela prefeitura em convênio com a Associação mantenedora da rádio. Mesmo assim, conforme depoimentos, a rádio conseguia manter uma relação crítica com o poder público municipal, seja através da abordagem e debate dos problemas do município na programação da emissora, seja nos espaços de deliberação da emissora, onde o então prefeito, associado, também participava. O resultado da eleição municipal de outubro de 2004, quando o grupo no poder não conseguiu a reeleição, teve impacto na rádio e tende a mudar sua relação com a prefeitura a partir de 2005. A insegurança em torno do que o grupo político vencedor pode fazer para inviabilizar o trabalho da rádio ficou ainda maior com a decisão da Justiça, em novembro de 2004, de acatar recurso da União e derrubar a decisão judicial de segunda instância, conseguida pela emissora em 1999, que lhe amparava o funcionamento mesmo sem ter a autorização do Ministério das Comunicações. A conquista da outorga, até então considerada por gestores mais obstáculo do que vantagem, passou a fazer parte das prioridades dos gestores em virtude da nova conjuntura política local.

Desta forma, pelos casos estudados, é possível dizer que, invariavelmente, a rádio comunitária é ou acaba sendo relacionada à disputa política partidária, o que reflete em sua sustentação política, financeira e também na programação. Esse fato adquire proporções maiores nos pequenos municípios, com menos de 25 mil habitantes, onde a emissora comunitária é o principal ou único veículo de comunicação. Nos casos analisados, a relação rádio/poder público é, em geral, uma necessidade mútua, que envolve a divulgação dos

trabalhos do poder público e/ou pacto deste com o projeto da rádio, no caso da prefeitura; e apoio financeiro, político, institucional e/ou de pacto com o projeto político representado pelo grupo que está no poder, no caso das emissoras.

Autorizadas ou não autorizadas, o vínculo entre rádio e poder público ou partidos políticos representa para elas o desafio de distinguir o tênue limite entre uma relação de *cooperação*, baseada em um diálogo crítico, e/ou de *cooptação*, que levaria ao condicionamento de conteúdos e, portanto, aos limites do potencial de formação para o exercício da cidadania através da programação. A predominância da primeira ou da segunda também parece estar diretamente relacionada à amplitude e qualidade da democracia no processo interno de gestão da emissora. Em municípios onde o **associativismo civil** é mais ativo, ainda que ligado a um ou alguns partidos políticos, e onde as organizações civis participam da gestão da rádio (Jaguaruna e Coronel Martins), ou naqueles em que o ativismo é reduzido, mas há uma pluralidade partidária na composição da emissora (Guaramirim), a rádio tem sido um espaço importante de debate público sobre o município. Há uma preocupação em estimular o trabalho das organizações civis e a participação cidadã na busca de soluções para os problemas que afetam a vida local, ou seja, o conflito é visto como inerente a esse debate e à busca de consenso em torno de uma agenda para município. Há, portanto, uma possibilidade maior de que a relação rádio/poder público esteja baseada em diálogo crítico. Em municípios onde é restrita a ação do associativismo civil e/ou a gestão da emissora recai sobre poucas pessoas (Alfredo Wagner e Campo Belo), há um risco maior de cooptação do projeto, em geral pela via da sustentação financeira da experiência. Assim, a relação da rádio com a vida associativa local, aliando-se a ela ou estimulando seu fortalecimento, é decisivo para o tipo de gestão da própria emissora, que, por sua vez, influi na sua programação e, portanto, na possibilidade da rádio ser parte de um projeto coletivo de formação cidadã no município. É o controle social de uma gestão plural e democrática que faz o pêndulo da rádio ir mais para o lado de um projeto voltado à construção de cidadania.

Outro aspecto nessa dimensão da ação política local é o papel mediador da rádio entre as demandas dos cidadãos e o poder público, como no caso da *Sambaqui*, em Jaguaruna, mas principalmente da *Pró-Guaramirim*, onde a rádio parece ser a principal referência do cidadão que reclama por direitos e por qualidade nos serviços públicos

municipais. Novamente, o maior ou menor destaque desse papel desempenhado pela rádio parece estar ligado, em primeiro lugar, ao grau de independência que a emissora consegue manter em relação ao poder público municipal e, em segundo, à própria dinâmica da vida associativa local. Em Jaguaruna, a rádio divide esse papel mediador (ou o realiza junto) com movimentos populares ativos na vida do município. Já em Guaramirim, a rádio acaba desempenhando muitas destas funções, inclusive tomando a iniciativa de articular as organizações civis e o poder público para o debate em torno de uma agenda para o município através da criação do *Fórum de Entidades de Guaramirim*.

A mediação da *economia local* é, para algumas rádios, um dos principais obstáculos à gestão, em função da já mencionada problemática político-econômica em torno ao financiamento e suas implicações na programação (Alfredo Wagner e Campo Belo). Mas tem sido importante motivadora para outras, que divulgam e multiplicam informações e experiências econômicas alternativas (Alfredo Wagner também, mas principalmente Coronel Martins e Jaguaruna) e/ou questionam formas econômicas que degradam o meio ambiente e a vida no município (as três anteriores e também Guaramirim). Coronel Martins, no Oeste, é o caso mais evidente, em nossa amostra, do estímulo que a economia local representa para o trabalho da emissora, que dá visibilidade a experiências já existentes ou estimula a participação social nos espaços que debatem a criação de novas alternativas econômicas, cooperativas, grupos de crédito popular, etc. Em Coronel Martins, Guaramirim e Jaguaruna – onde as emissoras têm conseguido diversificar a programação – não identificamos queixas em relação ao financiamento da emissora. Em Coronel Martins, por exemplo, município agrícola, de apenas 2.388 habitantes, e arrecadação municipal de R\$ 2,4 milhões/ano, os gestores dizem que o financiamento da emissora está diretamente ligado à sua utilidade social. A rádio mantém-se, principalmente, com as contribuições mensais das organizações civis que participam de sua gestão e, a partir de junho de 2004, também com R\$ 500,00/mês da prefeitura municipal.

A *afirmação de identidades* tem sido outro importante estímulo à iniciativa e manutenção destas emissoras locais. Há três aspectos desta mediação que são mais evidentes: a religiosidade, a história e a cultura locais. O mapeamento geral que realizamos

em 2003 já indicava uma regularidade na presença de uma ou várias igrejas na fundação e gestão da rádio e/ou de conteúdos religiosos na programação das emissoras. Difícil encontrar uma emissora que não tenha espaços diários ou semanais reservados para as mensagens religiosas, feitas por padres, pastores e/ou pessoas das comunidades fortemente vinculadas à vida e às atividades religiosas das igrejas às quais pertencem. Como a lei de radiodifusão comunitária proíbe expressamente o proselitismo – religioso e político –, a tendência da prática religiosa mediada pelos meios eletrônicos têm se traduzido, no âmbito do radialismo comunitário, em um certo estímulo à convivência e tolerância religiosa, ainda que há também várias rádios sob o controle de apenas uma igreja. Identificamos, ao menos, dois enfoques na questão religiosa das emissoras. Há rádios, como a *Luz e Vida*, de Itajaí, que acabam sendo espaço de expressão de uma religião principalmente. A programação é fortemente influenciada pelas mensagens religiosas de várias igrejas evangélicas, por uma relação de assistencialismo com o público – que também é majoritariamente evangélico – e de predominância de músicas evangélicas, ainda que a rádio tenha algum espaço para outros tipos de música e de informações. Em outras emissoras, o espaço para mensagens religiosas é restrito a um horário específico, em programa diário ou semanal, mas dividido igualmente entre duas ou mais igrejas. É o caso das outras cinco emissoras de nossa amostra: Alfredo Wagner (católica, evangélica e luterana); Coronel Martins (católica e evangélica); Campo Belo (adventista, evangelho quadrangular, assembléia de Deus); Guaramirim (católica, evangélica, luterana e adventista); Jaguaruna (católica, evangélica e espírita). Nestas cinco experiências, a convivência entre diferentes igrejas e concepções religiosas é geralmente apontada como um dos aprendizados estimulados pela rádio. Em geral, segundo os depoimentos, os horários das mensagens religiosas têm boa audiência.

As rádios comunitárias também têm sido o principal ou, em alguns casos, o único espaço de recuperação da memória local. Umas mais, outras menos, mas a maioria das emissoras com relativa diversidade na programação tem se dedicado ao resgate e narrativa da história e da cultura locais através de entrevistas que valorizam as pessoas idosas como fonte de informações. E informações que, na maioria dos pequenos municípios, estão presentes apenas na cultura oral. Esse resgate da memória histórico-cultural foi ou tem sido pauta importante de rádios como a de Guaramirim, Coronel Martins e Jaguaruna – as três emissoras da amostra que mais têm conseguido ser espaço de debate público sobre o

município. Na rádio de Guaramirim esta história foi abordada de forma eventual, por uma das pessoas que ajudava a fazer o programa *A Hora da Cidadania*, mas ocorreu apenas durante um período de 2002 e não teve continuidade. Em Coronel Martins, começou a ser feita a partir de junho de 2004 em entrevistas com idosos, inseridas, sem periodicidade, na programação matinal da emissora. Em Jaguaruna, o projeto de recuperação e divulgação da história e da cultura do município já existe há mais tempo, inclusive com um programa específico – o *Perfil* -, que é semanal e entrevista ao vivo os moradores mais antigos do município. A coordenação desta rádio tem guardado, em arquivos de áudio, as gravações das entrevistas já realizadas no *Perfil*⁹¹.

Ainda no âmbito da cultura local, as rádios comunitárias têm sido o principal ou único espaço de reconhecimento e expressão da produção ou interpretação de músicos locais ou regionais. É o que acontece principalmente em Alfredo Wagner (música sertaneja); Campo Belo (tradicionalista e sertaneja); Coronel Martins (sertaneja); e Guaramirim (músicas alemã, rock e sertaneja). Há, inclusive, apresentações ao vivo e entrevistas com os músicos no estúdio das rádios. São também divulgadoras ou coprodutoras de festas populares e/ou religiosas: festa do fundo comum e os tradicionais rodeios, em Campo Belo; festas dos centros comunitários, bingos e festas juninas, em Coronel Martins; festas religiosas como a do senhor morto, em Guaramirim; festa do divino e a das etnias, em Jaguaruna.

Cooperação e Conflito: Ao que tudo indica, nas experiências onde houve uma relativa mobilização coletiva inicial em torno da criação da rádio (Alfredo Wagner, Campo Belo do Sul, Coronel Martins, Guaramirim e Jaguaruna), foi um desejo geral de ter um veículo de comunicação no município a motivação através da qual os líderes conseguiram a cooperação de setores sociais para além dos movimentos populares vinculados à igreja

⁹¹ Tivemos acesso a três das entrevistas realizadas com idosos em 2003, durante o programa *Perfil*, da rádio *Sambaqui*: os Srs. Vitor e Pedro Pacheco falaram da pesca e agricultura na região, nos anos 30 e 40; da economia de troca; das viagens a Porto Alegre em barco; da atividade mineira no sul do Estado; do início da construção das estradas; do naufrágio de um navio argentino no litoral de Jaguaruna, das construções indígenas e dos sambaquis, etc. Dona Erotides, 77 anos, contou que tanto a escola quanto as festas populares, como a do *Senhor Bom Jesus de Iguape*, aconteciam, nos anos 30, na casa particular do Sr. José Mendonça, no tradicional bairro Riachinho (onde aconteceram as primeiras reuniões para criação da rádio comunitária *Sambaqui*, em 1996). Até hoje os moradores chamam o local de “*A Casa do Santo*”. Contou que as mulheres, antes dela, eram analfabetas porque os pais as proibiam de ir à escola; que adorava estudar e, por isso, repetiu a 4ª série três vezes, pois não existia a 5ª série; falou de seu trabalho como agricultora e tecelã de mantas e cobertores de lã, etc. As entrevistas do *Perfil* são feitas pela jornalista Rosinere Tibúrcio.

católica e ao PT: demais igrejas, comerciantes e até outros partidos políticos, todos interessados também em ter um espaço para divulgar sua mensagem, publicitária ou informativa, ou de poder fazer um programa sobre o que gostam, como música e esportes, por exemplo. Em geral, o conflito ou oposição à rádio surge inicialmente de rádios comerciais da região - pelo receio da perda de audiência e, conseqüentemente, dos anunciantes. Isso ocorre principalmente quando a comunitária não está autorizada pelo Ministério das Comunicações, pois diminui ou desaparece a partir da conquista da autorização. Mas, normalmente, essa resistência de ordem comercial vincula-se também, já no início ou posteriormente, a uma resistência política.

Esse é um ponto comum a todas as emissoras da amostra: a rádio é vista como um poderoso instrumento de ação política local - partidária ou não; coletiva ou individual -, o que, invariavelmente, acontece, pois a emissora acaba contribuindo para projetar ou fortalecer uma liderança envolvida no projeto da rádio. Com exceção da *Nascente do Vale*, em Alfredo Wagner, e da *Pedra Branca*, em Coronel Martins, nas outras quatro emissoras alguns dos fundadores participaram de disputa eleitoral ou se elegeram após a constituição da rádio. Ou seja, ainda quando a rádio não é originalmente planejada visando a disputa político-partidária no município, acaba contribuindo também para isso em função do *status* político que possibilita. O exemplo onde isso aparece de forma mais clara é, possivelmente, o da rádio *Estúdio 105*, de Campo Belo, que potencializou a já liderança do ex-padre Neri Hermes, eleito vereador pelo PT em 2004. Outro elemento nessa questão da cooperação e do conflito, e que também se relaciona às lutas políticas locais, é a tendência das emissoras a se relacionarem com o poder público local numa lógica de concertação, o que para algumas tem representado o risco de cooptação e de condicionamento dos conteúdos, como já detalhamos anteriormente.

7. Conclusões

Para concluir o presente trabalho, apresentamos na seqüência um panorama das rádios comunitárias em Santa Catarina e algumas respostas às nossas perguntas de partida.

7.1 Diagnóstico qualitativo do radialismo comunitário em Santa Catarina

Como já havíamos mencionado, o mapeamento que realizamos no Estado de Santa Catarina em 2003 mostrou que a grande maioria das emissoras de baixa potência reivindica o título de rádio comunitária, ainda quando não tenha participação comunitária nem na gestão nem na programação e/ou seja motivada por interesses particulares. A partir daquele mapeamento categorizamos as emissoras de baixa potência em quatro grupos - *particulares*, *confessionais*, *mistas* e *comunitárias* (*Ver páginas 55 e 56*) -, os dois primeiros não incluídos em nossa amostra para a pesquisa qualitativa por serem iniciativas individuais, sem base social, criadas como estratégias de sobrevivência particular, ampliação de negócios, influências políticas ou divulgação de mensagens estritamente religiosas. A pesquisa realizada em seis rádios - cinco consideradas *comunitárias* e uma *mista* - nos permite matizar esse mapeamento inicial. Essa inferência nas seis emissoras não possui critérios estatísticos *in strictu sensu*, pois as informações da amostra não são de natureza quantificável, mas se ajusta a critérios de validade *in lato sensu*: redução do viés de amostragem e amplitude da amostra.

7.1.1 A proliferação, por impulsos do PT e pastorais católicas

O diagnóstico do radialismo comunitário em Santa Catarina indica que houve uma proliferação de emissoras de baixa potência principalmente no período entre 1997 e 2002. As *comunitárias* foram pioneiras, com algumas experiências já em 1996, mas a disseminação aconteceu especialmente em 1997 e 1998. As *particulares*, *confessionais* e muitas das *mistas* são, em geral, posteriores a esse período e beneficiaram-se dessa abertura de espaço conquistado pelas *comunitárias*. Tudo indica ainda que os obstáculos impostos pela normativa jurídica - os limites da legislação, a morosidade do Estado brasileiro em

aprovar os pedidos de licenciamento de rádio apresentados nos primeiros anos da lei, e a ação repressiva dos órgãos de fiscalização ao longo desse período – tenham praticamente estacionado o total de municípios com rádios no ar ou em processo de discussão: 203 em 2003, igual, portanto, aos 203 municípios que a ABRAÇO/SC estimou em 1998⁹². A estimativa desta entidade não indica quantas efetivamente estavam no ar naquele ano, para podermos comparar com as 120 que encontramos em funcionamento em dezembro de 2003, distribuídas em 100 dos 293 municípios catarinenses. (Ver *Quadro Sinóptico do Radialismo Comunitário em SC* – pg. 57). A rotatividade é considerável nessas emissoras, algumas não chegam a ficar cinco meses no ar.

A análise das emissoras *comunitárias* de nossa pesquisa qualitativa indica que esse tipo de rádio nasceu da ação de militantes e/ou organizações populares ligados, predominantemente, a pastorais da igreja católica e/ou a partidos de centro-esquerda, sobretudo o PT, interessados em multiplicar informação, realizar formação e conscientização política, e em fortalecer organizações locais para disputar hegemonia no município. Portanto, sua gênese está ligada a lutas políticas e à disputa do poder local, o que as leva a enfrentar obstáculos também políticos, materializados, sobretudo, na forma de denúncias aos órgãos de fiscalização, no caso das que ainda não possuem a autorização para funcionamento: quase 65% das que estavam no ar em 2003. O surgimento das rádios comunitárias fez parte de um movimento nacional que pressionava pelo direito à comunicação e pela democratização dos meios de comunicação e que cobrava do Estado o reconhecimento legal das experiências comunitárias em rádio. Buscavam garantir o acesso dos movimentos populares, organizações e instituições da sociedade civil local a um meio de comunicação relativamente barato, através do qual pudessem multiplicar o trabalho de conscientização política, a luta por direitos, cidadania e a construção de contra-hegemonia a partir do espaço local.

O ano da aprovação da lei de radiodifusão comunitária – 1998 – foi também um ano de intensa repressão às emissoras que haviam entrado no ar. Em geral, a ação repressiva demonstra eficácia em seus objetivos já que vários casos de emissoras fechadas e com

⁹² Esses números não incluem os municípios que possuem mais de uma emissora no ar. Por exemplo: o pequeno município de Morro da Fumaça, no sul catarinense, possuía quatro rádios de baixa potência em funcionamento no segundo semestre de 2003. A estimativa feita pela ABRAÇO/SC está disponível em [www.brasil.terravista.pt/praiabrava/3245](http://www.brasil.terraviva.pt/praiabrava/3245). Acessado em 15/09/2004

equipamentos apreendidos naquele período não conseguiram ou optaram por não voltar a entrar no ar antes de conseguir a autorização do ministério das Comunicações, o que começou a acontecer somente a partir de meados de 2001 – três anos após a publicação da lei e do decreto que a regulamentou. Esse fator, aliado às dificuldades de organização do movimento estadual, especialmente após a desarticulação gerada pelas disputas internas e partidarização da ABRAÇO/SC (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – Santa Catarina), arrefeceram e dispersaram o movimento, que até hoje tem tido dificuldades para se reorganizar.⁹³

As rádios *comunitárias* consolidaram-se, na maioria dos casos, em municípios pequenos, com menos de 25 mil habitantes - onde inexistia veículo de comunicação ou sequer meios básicos de comunicação como o telefone. Mas são municípios onde há atuação de pelo menos alguns movimentos sociais ou políticos, sejam pastorais, sindicatos de trabalhadores e/ou associações de moradores ativas. Em geral, possuem um processo de gestão com espaços coletivos de decisão, em maior ou menor grau. Parece haver uma tendência a uma maior mobilização coletiva em torno daquelas nas quais os gestores concebem a participação como algo que precisa de permanente motivação, enquanto em outras predomina a idéia de que a participação deveria ocorrer espontaneamente – o que

⁹³ A ABRAÇO surgiu do Movimento pela Democratização da Comunicação e foi criada durante o *II Encontro Nacional de Rádios Livres e Comunitárias*, realizado em 1996 em Praia Grande/SP. Naquele ano e nos seguintes, conseguiu organizar-se em alguns estados brasileiros, entre os quais Santa Catarina, principalmente com o apoio - inclusive financeiro – do PT estadual e de parlamentares desse partido, especialmente Milton Mendes, Pedro Uczai e Luci Choinacki. Em 1997 e 1998 foram realizados vários seminários, encontros e audiências públicas em Santa Catarina. Culminaram na criação da ABRAÇO/SC durante o *I Congresso Estadual de Rádios Comunitárias*, que reuniu em torno de 250 participantes nos dias 14 e 15 de março de 1998 - um mês após a aprovação da lei de radiodifusão comunitária. As propostas de formação, capacitação das rádios e de criação de associações regionais, que começaram a ser discutidas por integrantes da ABRAÇO/SC em 1999, nunca chegaram a ser concretizadas. Integrada majoritariamente por militantes do PT, a ABRAÇO/SC reproduziu internamente as mesmas disputas entre as tendências deste partido e desintegrou-se em 2000.

A única associação regional criada e que funciona desde 1999 é a das rádios comunitárias do sul catarinense (ARCOS), que reúne 13 emissoras. Em 2004, também foi criada uma outra associação, na região do Vale (a RCO – Vale), reunindo 12 emissoras. Desde 2002, o movimento tenta se reestruturar a partir das regiões do Estado. Em meados de 2004, um outro congresso estadual de rádios elegeu nova diretoria para a ABRAÇO/SC. Em nível nacional a ABRAÇO permanece, mas com dificuldades de organização do movimento. É a principal, mas não única representante de rádios comunitárias no país: existe ainda a RBC (Rede Brasil de Comunicação Cidadã), criada em 2001, e a ANCARC (Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias), criada em 1996 .

Fontes: Histórico do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Santa Catarina – disponível em www.brasil.terraviva.pt/praiabrava/3245 (acessado em 15/09/2004) e depoimento do padre Ângelo Bússolo, um dos fundadores da rádio *Sambaqui*, em Jaguaruna/SC, em 1996, do movimento das rádios comunitárias no Estado, e integrante da coordenação da ABRAÇO/SC em 2004.

aproxima estas últimas das emissoras classificadas como *mistas*, que dizem estar abertas à participação, mas não a estimulam.

É provável que as emissoras classificadas como *mistas* em nossa primeira tipologia sejam, na realidade, uma estratégia individual de disputa e ocupação de espaço no *dial* a partir de brechas na normativa jurídica da radiodifusão comunitária, ou seja, a possibilidade de controlar um meio de comunicação no município, com um custo bem inferior ao representado por uma rádio comercial. Nas entrevistas por telefone através das quais realizamos o mapeamento das rádios no ar em 2003, havia indícios de processos sociais de grupos sustentando essas emissoras *mistas*, o que nos levou a classificá-las como um tipo intermediário entre as *comunitárias* e as *particulares*. Eram emissoras que se representavam como abertas a algum tipo de participação comunitária, principalmente em espaços da programação, pois a gestão estava geralmente centralizada em uma ou poucas pessoas. O estudo do caso da rádio *Luz e Vida*, de Itajaí - categorizada como *mista* e incluída em nossa amostra como elemento de contraste com as *comunitárias* - nos leva a pensar que pode ser maior o número de emissoras *particulares* e/ou *confessionais*, isto é, aquelas onde a participação e o controle social inexistem.

Mas consideramos oportuno manter a categoria de rádios *mistas*, pois há indícios de que algumas dessas emissoras tenham surgido como uma iniciativa mais coletiva, que, aos poucos, foi reduzindo ou desaparecendo por mudanças entre os gestores ou pela própria dinâmica e fragilidade do associativismo civil local. Cita-se como exemplo as rádios *Voz do Povo*, de Morro da Fumaça, e *FM 104,9*, de Urussanga, ambas da região sul de Santa Catarina. Por outro lado, também há indícios de que mesmo emissoras classificadas como *comunitárias* experimentaram ou experimentam esse declínio na participação social ou na capacidade de articulação com outras organizações locais - com repercussões também na programação - por conta de mudanças no processo de gestão, o que é relativamente comum em se tratando de trabalho majoritariamente voluntário. Podemos citar o caso da rádio *Cidade*, de Otacílio Costa, na região Serrana, e também da *Nascente do Vale*, de Alfredo Wagner, na Grande Florianópolis, esta última, inclusive, incluída em nossa pesquisa qualitativa. Esse *movimento* de altos e baixos pelo qual passam muitos desses projetos indica quão condicionados estão por seus contextos, desde a dinâmica do associativismo local até a mudança no perfil das lideranças que estão à frente da gestão e da programação.

O anterior serve para pensar que mais do que um estado previamente definido e estático, uma rádio comunitária é uma experiência dinâmica, atravessada por conflitos, dilemas e ambiguidades, fortemente influenciada pelo perfil de seus participantes e pelas características da vida política, econômica e cultural do município.

7.1.2 As iniciativas de caráter particular

Com a abertura de espaços pelo movimento de rádios comunitárias, a partir de 1999 - mas principalmente em 2000 e 2001 - começaram a entrar no ar também outra série de rádios, não apenas *comunitárias*, mas também com caráter *particular* (de cunho comercial ou político) e *confessional*. Tudo indica que essas duas últimas categorias de emissoras de baixa potência, sobretudo as *particulares*, foram mais eficientes e ágeis que as *comunitárias* na conquista da autorização junto ao Ministério das Comunicações: das 43 que no final de 2003 já estavam no ar há mais de dois anos, 24 tinham autorização para funcionamento, das quais somente 09 podem ser classificadas como *comunitárias*. Em geral, essas rádios de caráter mais *particular* surgiram após o aparecimento de outras emissoras comunitárias naquele município ou em vizinhos. É difícil precisar quem as lidera, já que não estavam incluídas em nossa amostra. Mas o *Mapeamento Geral* indica uma diversidade de perfis dos líderes: igrejas, especialmente as evangélicas; políticos; empresários locais, profissionais liberais, voluntários de entidades com viés mais assistencial; e indivíduos com trajetória em trabalhos relacionados à eletrônica, à comunicação (jornais dos municípios, assessorias de prefeituras e/ou Câmaras Municipais, radialistas) ou à música e promoção de eventos (shows, danceterias etc). As informações indicam que essas emissoras *particulares* estão situadas em municípios grandes - onde elas se tornam uma forma barata de concorrência – ainda que restrita - com as emissoras comerciais, por prestígio, ampliação de negócios, e influência política na audiência – ou em municípios pequenos onde o associativismo civil é frágil ou praticamente inexistente. Exemplos típicos de emissoras *particulares* são a rádio *Itapoá*, no Norte de Santa Catarina, do empresário Ramos Chaves (Expoverão), que conseguiu a autorização em 1999, e a rádio *Natureza*, de Balneário Camboriú, na região do Vale, ligada ao senador Leonel Pavan (PSDB) e cuja autorização data de março de 2000.

7.1.3 Diversificação de conteúdos como principal desafio

Se nas emissoras classificadas como *mistas*, *particulares* e *confessionais* praticamente inexistem diversidade de conteúdos e fontes, e predomina a música, a programação tem sido objeto de maior atenção apenas em rádios *comunitárias*. A diversificação de conteúdos é o grande desafio, inclusive para muitas daquelas que já estão no ar há mais de três anos e ainda não conseguiram avançar para além de uma programação majoritariamente musical. Não conseguem fazer produção própria de notícias, em geral divulgadas apenas sob a forma de avisos de utilidade pública; as campanhas educativas são eventuais e os debates sobre problemas do município e demandas da cidadania são raros ou inexistentes. Os gestores apontam como limites a falta de recursos, de tempo, de formação dos programadores etc. As que conseguiram têm em comum a conjugação de fatores como uma gestão coletiva em torno da rádio, principalmente o acompanhamento e debates regulares sobre a programação; considerável número de voluntários na gestão e na programação, geralmente com uma trajetória pessoal de militância social e política; relativa formação técnica e/ou política dos programadores. Mas é possível dizer que, do universo de 120 rádios que estavam no ar em 2003, são uma minoria as que têm conseguido equilibrar a música e os avisos de utilidade pública, predominantes na maioria delas, com o debate público sobre os problemas do município e dos cidadãos. Se mesmo em parte considerável das 22 *comunitárias* com mais de dois anos no ar a programação ainda é predominantemente musical, com poucos espaços para debate público, não é exagero afirmar que a situação no restante das 120 emissoras é ainda mais limitada em termos de qualidade da informação que chega à audiência e da possibilidade de formação para a cidadania.

7.1.4 A política como principal mediação e a relação rádio/poder público local

O mapeamento geral e a pesquisa qualitativa permitem dizer ainda que há uma tendência nas emissoras de baixa potência (*comunitárias*, *mistas*, *particulares* e possivelmente também as *confessionais*) a se relacionarem com o poder público local numa

lógica de concertação muito mais do que de oposição sistemática, especialmente nos municípios de pequeno e médio porte, onde a rádio é o único ou principal veículo de comunicação, inclusive para o governo municipal. Entre aquelas que em dezembro de 2003 estavam no ar há mais de dois anos, inclusive as seis da pesquisa qualitativa, não identificamos nenhuma que mencionasse uma relação de oposição sistemática ao poder público local, como ocorre, por exemplo, em muitas rádios comerciais, quando o dono da emissora ou grupo que a controla são opositores explícitos do grupo político que está no governo municipal.

A tendência à concertação é identificada, inclusive, nas *comunitárias*, mas é em algumas destas que se observa uma relativa independência – mas não oposição sistemática –, que as permite abordar temas polêmicos, cujo centro geralmente é o poder público. Isto é, conseguem manter uma relação de cooperação pontual e crítica com menor risco de cooptação. Pelo que verificamos na pesquisa qualitativa, é o controle social de uma gestão coletiva que tem sido o diferencial no tipo de relação que a rádio comunitária tem com o poder público, garantindo o debate de temas públicos com maior potencial de repercutir na opinião pública local e de contribuir na formação para a cidadania. Citamos como exemplo as rádios *Pedra Branca*, de Coronel Martins (Oeste), *Pró-Guaramirim*, de Guaramirim (Norte), e *Sambaqui*, de Jaguaruna (Oeste).

Assim, há rádios que, embora minoritárias no universo das atualmente existentes, são experiências coletivas de luta contra-hegemônica local. Fazem um contraponto às lógicas da espetacularização, privatização do debate público e super-valorização do presente que predominam nos grandes meios. Conseguem criar espaços públicos e estimular a participação no debate sobre temas de interesse coletivo e têm sido o único espaço de recuperação e divulgação da memória local.

7.2 Respostas às questões norteadoras

Encerramos esse percurso, no qual tentamos construir um panorama do radialismo comunitário em Santa Catarina, com a apresentação das respostas mais plausíveis às perguntas levantadas no início dessa pesquisa. Nelas estão inseridos os elementos que, no

nosso entendimento, vão na direção das duas hipóteses com as quais trabalhamos. Mas nossas conclusões não apontam somente respostas. Há novas perguntas que ficam como sugestões para futuras pesquisas sobre o tema.

Que práticas educativas acontecem nas experiências de rádios comunitárias?

Os dados empíricos mostram que, no atual estágio de desenvolvimento do radialismo comunitário em Santa Catarina (com experiências cujo tempo médio não supera os três anos e para as quais inexistem projetos e políticas de orientação, formação etc.), as rádios têm sido espaço para aprendizagens, individuais e coletivas, mais pelo processo de gestão da emissora do que pelos conteúdos da programação. Tratam-se de aprendizagens como o acesso à técnica do rádio, a elevação da auto-estima ou o reconhecimento social das pessoas que falam no rádio ou são por ela citadas, aprendizado de uma profissão para os jovens, a consciência sobre a necessidade de negociação e diálogo para a convivência social e para a manutenção de um bem coletivo, a convivência ecumênica entre diversas igrejas etc. Trata-se, portanto, muito mais de um *aprendizado interno*, das pessoas que participam da gestão e/ou programação das emissoras, do que *aprendizado externo*, no sentido de divulgação de conteúdos com capacidade de gerar debate no município, incidir na opinião pública local, mobilizar as pessoas e formar para a cidadania.

Neste sentido, podemos dizer que o conflito entre profissionalização e participação comunitária (voluntariado, militância) na programação, que aparece em algumas rádios, pode estar relacionado aos limites e possibilidades educativas da rádio comunitária. A participação permite o *aprendizado interno*, mas possivelmente torne menos eficaz a comunicação e, portanto, a conquista de objetivos político-educativos na perspectiva da formação da cidadania. A rádio acaba existindo muito mais para seus participantes do que para o público em geral, isto é, a democratização do acesso à técnica e ao meio *per se* não garante um resultado imediato em termos da qualidade da programação que chega ao público, porque todo o processo envolve várias mediações. Assim, depois dos grandes esforços individuais e coletivos para a abertura das emissoras, a maioria delas tem dificuldades de alcançar objetivos ou projetos voltados a práticas educativas relacionadas

aos conteúdos, cuja repercussão no público é mais ampla do que as práticas de gestão - ainda que mais difícil de medir.

Quais as condições sócio-culturais mais propícias para o desenvolvimento do radialismo comunitário no sentido da formação da cidadania?

Nossa pesquisa identificou, no entanto, algumas experiências que têm conseguido ser ou estimular espaços públicos de debate no município, o que nos leva a indagar sobre qual o momento e/ou as condições a partir das quais certas emissoras comunitárias conseguem ultrapassar a soleira dos avisos de utilidade pública. A pesquisa qualitativa mostra que o tempo da experiência é importante – em geral a partir dos três anos -, mas há outros fatores que importam ainda mais. As rádios comunitárias que têm conseguido desenvolver atividades com potencial de formação para a cidadania são aquelas situadas em municípios onde há algum grau de participação política de organizações e instituições da sociedade civil, mais ou menos aglutinadas em torno da gestão coletiva da rádio, com debate e acompanhamento permanente da programação. Além disso, essas rádios possuem também algum grau de profissionalização e/ou de formação política dos voluntários da programação, adultos ou jovens militantes de movimentos sociais, e têm relativa independência político-financeira do poder público local ou uma relação de cooperação crítica. De qualquer maneira, a afirmação de que conteúdos divulgados por essas rádios estão efetivamente repercutindo na opinião pública do município e contribuindo para a formação da cidadania dependerá de um estudo de recepção.

As informações levantadas nos levam a interpretar que a rádio é muito mais uma consequência do que uma causa da articulação política de movimentos sociais, sindicatos, igrejas, partidos políticos etc. A gênese da rádio comunitária está na capacidade de articulação política de grupos locais, que vêem na emissora um meio poderoso de fazer política, isto é, de ampliar e repercutir sua influência e de construir hegemonia. Gramsci (1991, p. 145) diz que essas organizações privadas e públicas – a sociedade civil - são utilizadas pelo Estado para “educar” e construir o consenso, ou seja, *formam os aparelhos da hegemonia política e cultural das classes dominantes*”. Mas ele lembra que a hegemonia

não é somente um processo de dominação indireta através das organizações e instituições da sociedade civil (escolas, igrejas, meios de comunicação, associações voluntárias, empresas, etc), mas é também a busca de consenso, necessário à democracia. E a busca do consenso envolve não apenas subordinação e alienação por parte dos dominados, mas também uma cumplicidade e negociação com os dominantes: há uma troca simbólica entre ambos e, portanto, potencial de construção de contra-hegemonia através de uma luta cultural e educativa que ocorre nas brechas e contradições da sociedade. Ou seja, a hegemonia não acontece de forma impositiva, mas através de *mediações* (Barbero, 1997), como as que identificamos no âmbito da produção/gestão das rádios comunitárias: a política e o associativismo civil, a economia local, a normativa vigente, e a afirmação de identidades, como a religiosidade e a memória histórico-cultural local.

Assim, podemos dizer que as rádios comunitárias são espaços onde há troca simbólica, resistências sociais, manifestação de velhas e novas demandas por cidadania. Como já vimos, algumas delas têm conseguido desenvolver um papel mediador na construção da cidadania nos (e a partir dos) espaços locais. Isto é, têm desempenhado um papel educativo no sentido da conscientização da população a respeito da existência de direitos. E o fazem quando se constituem em espaço de intercâmbio de informação, debate público e decisão sobre os interesses coletivos da população local; quando recuperam, valorizam e fazem circular a memória histórica e cultural dos habitantes do município; quando impulsionam novas alternativas econômicas e questionam as que degradam a vida; quando estimulam as lutas por direitos travadas pelos movimentos locais; enfim, quando multiplicam informações que questionam a dominação e procuram construir contra-hegemonia.

A análise das mediações que identificamos (normativa jurídica, economia local, política e associativismo civil, e afirmações identitárias) nas seis emissoras de nossa amostra também vai na direção de nossa segunda hipótese: a rádio comunitária é uma iniciativa de concorrência com rádios comerciais e, neste sentido, é obstaculizada pela normativa jurídica vigente, mas estimulada pela economia, política, associativismo civil e afirmações identitárias locais. No entanto, os dados empíricos acrescentam elementos que tornam mais complexa a hipótese de concorrência, estímulos e freios, e as relações entre alguns deles. A concorrência se dá, sobretudo, no início do processo de implantação da

emissora, quando ainda não possui autorização para funcionamento. Mais do que concorrência econômica, pela pauta publicitária, a rádio representa uma concorrência política, na medida em que é vista como importante instrumento de poder político, principalmente nos pequenos municípios, onde é o principal ou único meio de comunicação, com audiência de parte significativa da população. Como a gênese das rádios comunitárias está ligada à luta política - por interesses coletivos e reconhecimento de direitos ou por um projeto político individual - elas têm na *política* uma mediação fundamental, que tanto freia quanto estimula seu trabalho. É estímulo quando relacionada à política em sentido amplo - de participação cidadã e fortalecimento do associativismo civil local -, mas é freio quando vinculada à disputa político-partidária no município.

A mediação política como condicionante do trabalho das rádios comunitárias suscita outras interrogações que podem ser investigadas em pesquisas posteriores. É possível e adequado o uso do conceito *comunitária* para designar esse tipo de rádio se a realidade mostra que existe uma tendência à estigmatização partidária dessas emissoras? A tendência de concertação na relação entre rádios e poder público, mesmo em emissoras cujos fundadores e/ou gestores têm trajetória de militância político-partidária, é fruto do surgimento de uma nova concepção de ação política, onde as filiações e identidades partidárias e ideológicas são mais flexíveis, ou é estratégia de sobrevivência das rádios comunitárias, na qual está presente também o risco de cooptação do projeto? Círcia Peruzzo (1999) já havia identificado algo que também confirmamos em nossa pesquisa, isto é, o quanto a comunicação comunitária praticada hoje difere da comunicação popular-alternativa dos anos 70-80, ainda que venham de lá suas raízes e tradição. Muda um pouco o enfoque, os conteúdos tratados e também os aliados ou organizações que lhes dão sustentação. Mais do que contestação e confrontação sistemática ao *status quo* e ao Estado, as organizações articuladas em torno às emissoras comunitárias mostram uma atitude muito mais de concertação e de diálogo com outras organizações da sociedade civil e desta com o poder público. As emissoras comunitárias não são, hoje, apenas meio de comunicação e espaço de mediação dos chamados setores populares, oprimidos, mas ampliam seu público (receptor e produtor) para outros setores da sociedade civil e incorporam uma diversidade de reivindicações e demandas.

Ainda no que se refere às mediações, nossa pesquisa mostra que a economia não apenas estimula como também freia o trabalho das rádios. É freio pelas limitações de financiamento que levam algumas emissoras a uma maior dependência do poder público local com o conseqüente risco de condicionamento de conteúdos. Mas é estímulo na medida em que tem ajudado a impulsionar experiências econômicas alternativas e permitido o acesso dos pequenos e médios negócios a uma publicidade mais barata do que a das emissoras comerciais.

Por último, mas não menos importante, a afirmação de identidades também media o trabalho da rádio, menos no impulso inicial de criação da emissora e mais na programação, principalmente naquelas emissoras *comunitárias* que têm conseguido diversificar os conteúdos. Estas têm sido o principal ou único espaço de divulgação da música produzida na região, e de resgate e expressão da memória histórico-cultural do município. Mas o ponto-comum na maioria das rádios de baixa potência, inclusive as não comunitárias, é a presença da dimensão religiosa, seja da participação de igrejas na fundação das emissoras, na gestão ou, mais frequente ainda, nos espaços da programação. A mediação da religiosidade nessas rádios pode ser importante tema para uma pesquisa na área de sociologia das religiões.

Que possibilidades e limites existem para o uso do radialismo comunitário em educação?

A proliferação das emissoras de baixa potência em diversos municípios de Santa Catarina e do Brasil relaciona-se, como já vimos, à globalização - um processo dialético que tanto permite os ajustes do capital internacional quanto as lutas contra-hegemônicas e a afirmação de identidades locais. Relaciona-se também à tendência de concentração e de privatização, inclusive da comunicação, às lutas pela democratização e por cidadania. A expansão dessas rádios abre, portanto, um campo de possibilidades para que sejam utilizadas e apropriadas com fins educativos no âmbito dos movimentos sociais e das escolas. Mas a concretização dessas possibilidades depende da superação de uma série de fatores - não apenas locais - que hoje limitam o papel educativo que podem desempenhar. A lei de radiodifusão comunitária inclui as atividades educativas como uma das finalidades

da programação dessas rádios, mas as experiências mostram que são uma minoria as que têm conseguido atingir esse fim, por conta também de limitações da própria legislação e da política pública praticada pelo Estado nesse setor: os limites para o financiamento; a prioridade para a fiscalização do espectro, mas não do cumprimento das finalidades dessas emissoras e de suas programações; morosidade na autorização das rádios; falta de mecanismos que evitem a concessão de rádios a organizações que representam apenas interesses particulares etc.

O uso das emissoras de baixa potência em processos educativos, portanto, depende também do aperfeiçoamento da legislação e de outras iniciativas de política pública para: a) Garantia de melhores condições para que as rádios possam cumprir as finalidades previstas na própria lei, como as educativas. É o caso do financiamento e formação dos (as) programadores, por exemplo, que retomaremos mais adiante. b) Criação de mecanismos que assegurem a destinação de outorgas a organizações e instituições da sociedade civil com proposta clara de uso da rádio em projetos formativos e plurais, assegurando formas de acompanhamento regular da programação. Neste caso, uma alternativa poderia ser a criação de uma comissão estadual ou regionais, compostas por representantes do Estado e da sociedade civil, capaz de debater e subsidiar o Ministério das Comunicações na concessão das autorizações e no acompanhamento da programação das emissoras. Outra possibilidade é a inclusão das rádios comunitárias na pauta de debates dos conselhos municipais de educação e/ou de cultura. Neste sentido, vale mencionar a quase ausência das escolas no uso das rádios comunitárias como espaço de educação *para e com* as mídias e a tendência de reduzirem sua participação a esporádicos avisos e divulgação de atividades, mesmo em municípios onde os gestores das emissoras animam as escolas e secretarias de Educação a produzirem um programa próprio. Essa distância das escolas tem restringido o papel que a rádio pode desempenhar no âmbito das práticas pedagógicas escolares.

A pesquisa qualitativa mostra um outro obstáculo, cuja superação é condição *sine qua non* para potencializar o uso das rádios comunitárias em processos educativos: a tendência, presente na cultura política brasileira, de reduzir a *política* à *política partidária*. Esse reducionismo tem impedido muitas emissoras, inclusive *comunitárias*, de tematizar problemas do município, por medo de provocarem conflitos - inerente aos processos de negociação, diálogo e construção de consenso – e/ou de estimularem lutas entre partidos ou

grupos políticos. Vistos como denúncias, certos assuntos relacionados principalmente ao governo e à política municipal deixam de ser debatidos para não servirem às disputas partidárias, bastante movidas pelo denunciamento. A rádio acaba perdendo seu potencial de instrumento de debate, multiplicação de informações, conhecimentos, educação e de estímulo à participação política, requisitos fundamentais na formação para a cidadania.

Outro fator limitante é a dificuldade de organização e estruturação de associação estadual – e nacional - representativa dessas rádios, com capacidade de incidir na política pública do setor, acompanhar, orientar e capacitar essas emissoras. A completa ausência de projetos de formação para programadores na grande maioria das emissoras, seja por iniciativa própria, da organização estadual das rádios ou do Estado brasileiro, é um dos principais obstáculos para o avanço na programação. Iniciativas que visem a busca da qualidade e diversidade nos conteúdos é fator-chave para entender o que se pretende e qual o papel dessas emissoras na sociedade: se é somente garantir uma relativa democratização do acesso ao meio e os aprendizados que esta etapa tem permitido – o *aprendizado interno* - ou se é avançar para um outro estágio no qual essas emissoras possam efetivamente contribuir na criação de espaços e debates para a formação de cidadania – o *aprendizado externo*.

O problema da falta de iniciativas em formação nos leva a indagar sobre uma possível ambiguidade em torno de *quem* pode investir na formação e qualificação das pessoas que estão à frente das programações das emissoras: se as organizações da sociedade civil aglutinadas em torno das rádios, cujas limitações são, especialmente, financeiras, ou se o Estado, o que geraria um debate em torno à autonomia ou não das emissoras. Se concordamos com Gramsci e entendemos que a sociedade civil possui uma dimensão privada, mas também pública/estatal, ou seja, a sociedade civil também é Estado, podemos pensar então que o *público* - no sentido daquilo que é direito de todos – também está presente na sociedade civil. Ou seja, uma rádio comunitária é uma organização da sociedade civil e, portanto, possui uma dimensão privada, pois está ligada a associações civis privadas, mas possui também uma dimensão pública e estatal, na medida em que o Estado legisla sobre essas emissoras e que estas se inserem em um contexto de lutas por direitos, ou seja, pelo que é *público* e de todos. Assim, não haveria obstáculos para que as rádios comunitárias pudessem também ter acesso a recursos públicos. O problema é que,

até o momento, o Estado brasileiro não tem tomado iniciativas neste sentido. Ao contrário, a normativa jurídica vigente restringe as possibilidades de sustentação e de atuação dessas emissoras ao mesmo tempo em que protege as comerciais, que operam segundo a lógica do lucro e dos interesses privados.

O tema da formação nas rádios comunitárias – das pessoas que atuam nas emissoras e do público que as escuta - remete, portanto, às próprias contradições da democracia capitalista: democratiza e permite o acesso, mas dificulta o funcionamento e a sustentação econômica, para mostrar a lógica privada como a única possível e viável. Permanece, então, a longa distância entre a democratização da propriedade e do acesso à técnica e a democratização da comunicação, no sentido da produção e circulação de conteúdos diversos, plurais e com potencial de formação da cidadania.

Se terminamos esse trabalho confirmando nossa tese sobre as limitações atuais das rádios comunitárias para a formação da cidadania através da programação, dados os obstáculos e conjunturas estudadas, a descoberta de que há emissoras, embora minoritárias, realizando esse trabalho alimenta a convicção sobre as possibilidades do uso do radialismo comunitário em processos educativos. Reafirma, portanto, a convicção sobre o potencial de emancipação da comunicação.

8. Bibliografia

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *A indústria cultural. O iluminismo como mistificação de massas*. In Teoria da Cultura de Massa. Lima, Luiz Costa (org.). 3ª edição. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. pp.157.204, 1982.

ATIÉNZAR, Maria José. *La sociedad civil se expresa en las ondas*. Disponível em www.rbc.org.br/rc. Acesso em maio/2002.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. Editora da UFSC. 5ª Edição. Florianópolis, 2003

BELLONI, Maria Luiza. *A espetacularização da política e a educação para a cidadania*. In: Revista Perspectiva nº 24, Florianópolis, CED/UFSC - julho e dezembro de 1995 (pp.23-39).

----- *Ensaio sobre a Educação à Distância no Brasil*. Educação & Sociedade, nº 78. Abril/2002. Disponível em www.scielo.br/scielo .

----- *Mídia-educação ou comunicação educacional? Campo novo de teoria e de prática*. In A Formação na Sociedade do Espetáculo – Loyola, 2002.

----- *A Formação na Sociedade do Espetáculo: gênese e atualidade do conceito*. Revista Brasileira de Educação, nº 23, 2003.

DIAS, Paulo da Rocha. *Fracas e Fortes*. Revista Mundo e Missão, nº 49, 2001. Disponível em www.pime.org.br.

BELTRÁN, Luis Ramiro. – *Comunicación para el desarrollo en Latinoamérica – Una evaluación sucinta al cabo de cuarenta años*”, 1993. Disponível em www.comminit.com/la/lasth/sld-1554.html. Acessado em 21/07/2003.

BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação, a comunicação dos marginalizados*. Ed. Cortez. 1980

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. Ed. Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 33ª Edição. São Paulo. 1995.

BRECHT, Bertold. *Teoría de la radio (1927-1932)*. In Luis Bassets (org.). *De las ondas rojas a las radios libres*. Ed. Gili. Barcelona. pp 48-65,1981.

CAMACHO AZURDUY, Carlos. *Las radios populares en la construcción de ciudadanía: enseñanzas de la experiencia de ERBOL en Bolivia*. Editora da Universidad Simon Bolívar (UASB), La Paz, 2001.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. Ed. UFRJ. Rio de Janeiro,1995.

----- *Culturas Híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 2 ed. Editora da USP. São Paulo, 1998.

CARDOSO, Alcina Maria de Lara Cardoso. *As rádios comunitárias e a cidadania – democratizar a palavra para democratizar a sociedade*. Vozes & Diálogo Nº 5 – Univali – Agosto/2001.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas/SP. Papirus. Coleção Travessia do Século. 1995.

COGO, Denise. *No ar... uma rádio comunitária*. Ed. Paulinas, 1998.

COSTA, Mauro Sá Rego Costa. *Rádios comunitárias como rádios educativas: explorando os potenciais educativos do rádio e das rádios comunitárias na baixada Fluminense (RJ)*. INTERCON – Campo Grande/MS, 2001.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 1997.

DIAS, Carlos Eduardo de Moraes. *Rádio livre: um espaço experimental no ensino de rádio*. Congresso da INTERCOM– Rio de Janeiro, 1999.

DIAS, Marco Antônio Rodrigues. *A OMC e a educação superior para o mercado*. In *A educação superior frente a Davos*. BROVETTO, Jorge; MIX, Miguel Rojas; PANIZZI, Wrana Maria (Org.). Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2002.

FERNANDEZ, *Comunicação e política no espaço público da periferia*. Adrián José Padilla. Congresso da INTERCOM– Rio de Janeiro, 1999.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2ª ed. Porto Alegre. Bookman, 2004.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação*. 11ª ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2001.

..... *A pedagogia do oprimido*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

FUSER, Bruno. *Rádios comunitárias em Campinas: a perda de espaço da alternativa popular*. Congresso da INTERCOM/2002 – Salvador/BA. 2002.

GEERTS, Andrés e Van Oeyen, Victor. *La radio popular frente al nuevo Siglo: estudio de vigencia e incidencia*, de Andrés Geerts e Victor Van Oeyen. ALER. Quito. 2001.

GENTILI, Pablo. *Neoliberalismo e educação: manual do usuário*. In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Escola S.A – Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. CNTE e organizadores, Brasília, 1996. p. 9- 49.

-----*Dez questões e uma história sobre a educação e os movimentos sociais na virada do Século.* Jornal A Página da Educação, nº 78, março de 1999. Disponível em www.a-pagina-da-educacao.pt/arquivo

GINER, Salvador. Sociedad civil, in *Filosofía Política II – Teoría del Estado*. Elías Díaz y Alfonso Ruiz Miguel (org). Ed. Trotta. Madrid, 1996. (pp.117-145)

GIRARD, Bruce. *Radioapasionados – experiencias de radio comunitaria en el mundo*. Edição eletrônica. AMARC. 2002. Disponível em www.comunica.org/apasionados

GRAMSCI, Antonio. *Notas esparsas*. In: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 8ª edição. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1991. (pp. 141-156)

----- *Concepção dialética da história*. RJ. Civilização Brasileira.1978.

IBAÑEZ ACOSTA, Luis Fernando. *Paseo Antropológico por el Dial de la radio comunitaria*. INTERCOM/2001 – Campo Grande/MS. 2001.

HABERMAS, Jurgen. *O papel da sociedade civil e da esfera pública política*. In: *Direito e Democracia*, Cap. 8. Volume II. Rio de Janeiro. Ed. Tempo Brasileiro, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 8ª. edição, DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2003.

HEGEL, G.W.F. *A sociedade civil*. In: *Filosofia do Direito*, 3ª parte, 2ª seção. São Paulo. Ed. Ícone, 1997 (pp.169-204).

HINKLAMMERT, Franz. *El grito del sujeto*. Ed. DEI, Costa Rica, 1997.

JACKS, Nilda. *Querência:cultura regional como mediação simbólica – um estudo de recepção*. Editora da Universidade/UFRGS.

KAPLÚN, Mario. *El comunicador Popular*. Ed. Lúmen-Hvmanitas, Buenos Aires, 1996.
----- *Procesos educativos y canales de comunicación*. Revista Chasqui, nº 64, Quito, 1998.

LIMA, Venício Artur de. *Existe Concentração na mídia Brasileira? Sim* – Texto apresentado na 5ª reunião do Conselho de Comunicação Social, realizada no Congresso Nacional em 30 de junho de 2003.

MACHADO, Arlindo; Magri, Caio e Massagão, Marcelo. *Rádios Livres: A reforma agrária no ar*. Ed. Brasiliense. 1986.

MAIA, Marta Regina. *Rádio Camponesa: a reforma agrária no ar*. Congresso da INTERCOM - Recife (PE), 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: Cultura, Comunicação e Hegemonia*. UFRJ, 1997.

----- *Cultura Popular y Comunicación de Masas*. Lima. 1982.
Disponível em www.catedras.fsoc.uba.ar/rubinich/abarbe.html. Acessado em outubro de 2003.

----- *Comunicaciones y Sociedad Civil*. Conferência virtual, Chile, 1998. Disponível em www.colombiatercersector.org

----- *Comunicacion Popular y los Modelos Transnacionales*. Entrevista à Revista Chasqui, nº 8, Quito, 1983.

----- *Medios y culturas en el espacio latinoamericano*. Revista de Cultura Pensar Iberoamérica – OEI. nº 5, janeiro/abril de 2004. Disponível em www.campus-oei.org/pensariberoamerica/ric05a01.htm. Acessado em 27/01/2004.

----- *Tecnicidades, identidades, alteridades: desubicaciones y opacidades de la comunicación en el nuevo siglo*. Revista Diálogos de la Comunicación. nº 64. Novembro de 2002. Disponível em www.felafacs.org/dialogos

MARX, Karl. A Questão Judaica. São Paulo. Ed. Moraes. 2ª edição. 1991(pp.13-52)

MATTELART, Armand y Michèlle. *Pensar sobre los medios. Comunicación y crítica social*. Editorial DEI (Departamento Ecuménico de Investigaciones). Costa Rica. 1988.

----- *História das teorias da comunicação*. Edições Loyola, S.P. 2003a.

MATTELART, Armand. *Alianças para superar la fragmentación*. Entrevista à revista Chasqui, nº 82, Julho de 2003b. Disponível em www.chasqui.org .

MEDITSCH, Eduardo. *Meias verdades que continuamos ensinando sobre radiojornalismo na era eletrônica*. Congresso da INTERCOM. Salvador (BA), 2002.

----- *O rádio na era da informação. Teoria e técnica do novo radiojornalismo*. Florianópolis. Editoras Insular e da UFSC, 2001.

MEKSENAS, Paulo. *Cidadania, Poder e Comunicação*. São Paulo, Ed. Cortez, 2002.

MICK, Jacques e VIEIRA, Fabiana. *Política e religião nas rádios comunitárias de Santa Catarina*. Congresso da INTERCOM – Porto Alegre, 2003.

MOREIRA, Sonia Virgínia. *O rádio no Brasil*. RJ. Ed. Mil Palavras. 2000.

NAHRA, Cíntia M^a Leite. *ádio Institucional e Rádio Livre – Rupturas no modelo comunicacional dominante*. Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, 1988.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias *Expressões da cultura e da comunicação popular no final do século XX* . Congresso da INTERCOM/1999 – Rio de Janeiro. 1999.

OLIVEIRA, Fábio. *Rádiodifusão: controle e participação popular*. Monografia. Curso de Direito da UFSC. 1998.

OLIVEIRA, Francisco. *O que é a formação para a cidadania?* Entrevista. Disponível em www.abong.org. 2001. Acesso em setembro de 2004.

OROZCO GOMEZ, Guillermo. *Las prácticas en el contexto comunicativo*. Revista Chasqui, nº 62, Equador, 1998.

-----*Recepción televisiva e mediaciones. La construcción de estrategias por la audiencia*. México. 1994.

O’SULLIVAN, Tim et al. *Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura*. Piracicaba. Editora da Unimep, 2001.

PAOLI, Maria Célia. *Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil*. In *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Civilização Brasileira, RJ, 2002.

PEREIRA, Célia Maria Correia Pereira et al. *Educação em ondas: o rádio como instrumento e como possibilidade*. Congresso da INTERCOM - Campo Grande (MS).2001

PEREIRA, José Miguel. *Comunicación y Ciudadanía – Apuntes para comprender los procesos de las radios y televisiones locales y comunitarias en Colombia*. Texto apresentado no V Congresso da Associação Latino-americana de Investigadores em Comunicação (ALAIC), Chile, 2000. Disponível em www.eca.usp.br/associa/alaic/chile2000 . Acesso em julho de 2002.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. *Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil*. Congresso da INTERCOM – Recife (PE), 1998.

----- *Comunicação nos Movimentos Populares. A participação na construção da cidadania.* Petrópolis. Ed. Vozes. 2ª edição. 1999

----- *Medios de comunicación comunitarios.* 1999. Fundación Centro Gumilla, Venezuela. Disponível em www.gumilla.org.ve. Acessado em dezembro de 2003.
QUIVY, Raymond & Campenhoudt, Luc Van. *Manual de Investigação em Ciências Sociais.* Portugal. Gradativa. 1992.

RONCAGLIOLO, Rafael. *De las políticas de comunicación a la incomunicación de la política.* Nueva Sociedad, n.140. Caracas. 1995.

RONCAGLIOLO, Rafael. *Libertad de Expresión Radiofónica,* Revista Chasqui nº 56. Quito. Dezembro/1996

RUAS, Cláudia Mara Stapani. *Rádiodifusão comunitária: uma estratégia para o desenvolvimento local.* Congresso da INTERCOM/2002 - Salvador (BA).

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação & Pesquisa: projetos para mestrado e doutorado.* São Paulo. Hacker Editores, 2001

SANTORO, Luiz Fernando. *Rádios Livres: o uso popular da tecnologia.* Revista Comunicação e Sociedade, nº 06. São Paulo. Cortez Editores. Setembro/1981.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *La globalización del derecho. Los nuevos caminos de la regulación y la emancipación.* Editora da Universidad Nacional de Colombia. 1998.

SOARES, Daniela de Jesus Soares. *Rádios e Democracia.* Congresso da INTERCOM - 2000.

SOARES, Ismar de Oliveira. *A comunicação no espaço educativo: possibilidades e limites de um novo campo profissional.* IN: FILHO, João Josué da Silva e BELLONI, Maria Luiza.

Revista Perspectiva. Educação e Comunicação. nº 24, Julho-dezembro/1995, NUP/CED/UFSC. p 11-22.

----- *Uma educomunicação para a cidadania.* São Paulo. [sd] - Disponível em www.educom.radio.com.br . Acessado em dezembro de 2002.

SOUSA, Anaelson Leandro de. *O rádio comunitário e a sua municipalização: o caso de Novas Ferradas – Itabuna (BA).* Congresso da INTERCOM - Salvador (BA), 2002.

VIGIL, José Ignacio López. *Manual Urgente para Radialistas Apasionados,* Quito/Equador, 1997.

WEBER, Max. *Comunidad y Sociedad,* in *Economía y Sociedad – Esbozo de sociología comprensiva.* Fondo de Cultura Económica. 2ª Edição da 4ª edição em alemão. México y Bogotá. 1964, p. 33-34.

DOCUMENTOS E LEIS⁹⁴

ABRAÇO/SC. Histórico do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Santa Catarina. Disponível em [www.brasil.terravista.pt/praiabrava/3245](http://www.brasil.terraviva.pt/praiabrava/3245). Acessado em 15/09/04.

ACAERT/SERT. Manual da Legalidade da Radiodifusão – Tudo o que você precisa saber sobre rádios legais e ilegais. Sindicato das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de Santa Catarina (SERT) e Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT). 2003.

ALER (Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica). História. Disponível em www.aler.org.ec. Acesso em maio/2002.

⁹⁴ Toda a legislação brasileira de radiodifusão comunitária consultada está disponível em www.mc.gov.br/rc/lei e a legislação colombiana está disponível em www.mincomunicaciones.gov.co/normas

AMARC (Associação Mundial de Rádios Comunitárias). História. Textos disponíveis em www.moebius.amarc.org . Acesso em maio/2002.

Lei 9.612, de 19/02/98. Publicada no Diário Oficial da União em 20/02/1998.

Decreto 2. 615, de 03/06/98, publicado no Diário Oficial da União em 04/06/98.

Medida Provisória 2143-33, de 31/05/01. Publicada no Diário Oficial em 01/06/01.

Lei 10.610, de 12/12/2002. Publicada no Diário Oficial da União em 13/12/02.

Portaria 83, de 24/03/03. Publicada no Diário Oficial da União em 26/03/03.

Portaria 92, de 02/04/03. Publicada no Diário Oficial da União em 03/04/03.

Decreto s/n, de 26/11/04. Publicado no Diário Oficial da União em 29/11/04.

Norma Complementar 01/2004. Ministério das Comunicações do Brasil.

Relatório Final do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comunitária. Brasília. 02/07/03.

www.mc.gov.br/rc/grupo_trabalho. Acessado em julho de 2004.

Decreto 1.445, de 30/08/95. Ministério das Comunicações da Colômbia.

Decreto 1.446, de 30/08/95. Ministério das Comunicações da Colômbia.

Decreto 1447, de 30/08/95. Ministério das Comunicações da Colômbia.

Decreto 1.439, de 27/07/98. Ministério das Comunicações da Colômbia.

Decreto 1.326, de 22/07/99. Ministério das Comunicações da Colômbia.

Decreto 1.981, de 16/07/2003. Ministério das Comunicações da Colômbia.

ANEXOS

Roteiro de tópicos para as entrevistas nas seis rádios da amostra

GESTÃO:

- 1) O que motivou a colocar a rádio no ar.
- 2) Lideranças: filiação, trajetória, benefício/motivação.
- 3) Pessoas e/ou entidades que participam ativamente da gestão da emissora;
- 4) Quais os espaços, regras e mecanismos de decisão sobre os assuntos da emissora; regularidade e participação/presença em reuniões.
- 5) Dificuldades e motivações para o trabalho.
- 6) Relação com outras organizações (entidades, prefeitura, igrejas, escola, etc).
- 7) Forças políticas ativas, organizações, iniciativas de benefício público.
- 8) Grupos e demandas identitárias no município; festas típicas; festivais de comunidades migratórias, festivais folclóricos. Algo que se expressa só na rádio.
- 9) Orçamento da emissora; pauta publicitária; estratégias de sustentação financeira;
- 10) Ações e repressão da fiscalização: quem denuncia, como contornam.
- 11) Outros meios de comunicação existentes no município e relação com eles. (dados sobre o município, economia, política, organizações, partidos).
- 12) Capacidade técnica e material para produção; pessoas envolvidas e formação.
- 13) Importância da emissora na vida do município e para o (a) entrevistado(a) ou entidade a qual está vinculado(a).
- 14) A rádio é mobilizadora para que a comunidade lute e resolva seus problemas ou a rádio que resolve as questões e os problemas da comunidade.
- 15) Aprendizagens, quem aprende, o que, usos da rádio em processo educativo.

PROGRAMAÇÃO:

- 1) Grade de programação; formatos e gêneros mais utilizados;
- 2) Temas prioritários da emissora;
- 3) Programas e temas preferidos pelos ouvintes;
- 4) De que forma a comunidade aparece na programação;
- 5) Quem é o público-alvo da emissora e quem efetivamente alcança;
- 6) Quais os mecanismos de *feed back*.

MAPEAMENTO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM SANTA CATARINA - Dezembro 2003

Grade de Análise – Pesquisadora: M^{te} Terezinha da Silva

OESTE

SERRANA

NORTE

VALE

SUL

GRANDE FPOPLIS

Mais de 2
anos no ar

DIMENSÕES	GESTÃO			PRODUÇÃO			RECEPÇÃO		ARTICULAÇÃO	TECNOLOG
	Grupo gestor e financiamento	Licença	Antiguidade no ar	Formação técnica	Própria Reprodução	Programação tipo	Público Potência e alcance	Audiência Sintonia interação		
MUNICÍPIO EMISSORA										
ÁGUA DOCE RÁDIO VERDES CAMPOS Geraldo (49) 524-0566 524-000 e 524-0122.	Associação de Difusão comunitária. Arrecada apoio cultural	Pedido no MC desde 11/2003	31-05-03	Voluntários	Própria	Das 6:30 às 22:00, música, notícias e informações institucionais	Não atinge os 8 mil hab. do município	Não consta	Divulga informações do município, sindicatos, hospital, associações de moradores, colégios.	Padrão técnico
AGUAS FRIAS Ricardo de Moura, rua sete de setembro	Em Discussão. Rádio Comunitária Aguas Frias FM									
ÁGUAS DE CHAPECÓ RÁDIO 100% FM Cristiano (49) 339-0100/325-4871	Associação Comunitária Aguas de Chapecó	Não possui	Desde metade de 2002							
ARROIO TRINTA Nelson - (49) 535-1142/1125 (pré/feitura)	Em discussão. Centro de Tradições Italianas Arroio do Trinta									
ANCHIETA ARCA Ivanildo, advogado e um dos fundadores (49) 653-0115	Associação Rad Com de Anchieta (ARCA)	Pedido ao MC desde 98	Funcionou em 97 por cinco meses, voltou a funcionar mas fechou							
BANDEIRANTE Carmen (49) 622-2032, 622-3313 e 622-3334	Em discussão									
BOM JESUS DO OESTE	Em discussão									

PALMASOLA Milton Luquezzi (49) 652-0009, 652-0494 (casa) e 652-0635 (rádio)	Associação de Radiodifusão Comunitária de Palmasola, 19 sócios de diversas entidades que aportam 150 reais/mês	Desde março de 2003	Os programas são feitos por voluntários que recebem 50% do apoio cultural	Música, notícias locais, cultura local, informações de prefeituras, atividades das escolas, entrevistas com lojistas					
PALMEIRA	Está sendo discutido o estatuto	Funcionou no início de 2003, e foi fechada							
PALMITOS Prefeitura (49) 647-0588 ou Paulo Stober/Jirlei Pereira	Associação Benefic. e Cultural Comunitária Vale do Uruguai	Já funcionou e ficou fora do ar em 2003							
PARAÍSO Lenoir Almeida (49) 627-0276	Associação Rádio Comunitária Paraíso FM	Aguarda autorização							
PASSOS MAIA Nelsi Cavichioni	Assoc. Comunitaria Rádio Passosmatense	Em Discussão							
PLANALTO ALEGRE Marlene Boniatti	Assoc. Radio Comunit. e Cultural de PA	Pedido de 98 arquivado							
PINHALZINHO RÁDIO COMUNITÁRIA PINHALZINHO Alvízio Elly - (49) 366 1500		Autorizada em 2002, mas a previsão é entrar no ar em 2004	Reúne entidades como sindicatos de trabalhadores rurais, dos mobiliários, associação comercial e industrial, igrejas, clubes de serviços, escolas, etc.						
PIRATUBA Câmara de Vereadores – (49) 553-0231	Iniciativa de um ex- vereador do PMDB	Começou a funcionar no final de 2003, somente entre 6h e 8h e entre 18h e 20h							
PONTE SERRADA Celso Gregori	Assoc. Com. da Ponte para Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico	Autorizada pelo MC desde 2002	Reúne vereadores e comerciantes						
PONTE SERRADA Tânia ou Airton (49) 435-0123	Associação Cultural e Rádio Comunitária da Ponte	Encaminho pedido em 2003	Reúne várias entidades.						
QUILOMBO Zeli Scalcon (49) 346-3424 e 346-3185	Associação Cultural rádio Comunitária FM Quilombo. Iniciativa de pastores e movimentos	Reencaminhou pedido ao MC em julho de 2003	Tem só uma funcionária e os demais são voluntários	Era de segunda a sábado, das 5:30 às 20:30, com música típica, informações de município e entidades.					
QUILOMBO RÁDIO DE QUILOMBO (49) 346-3242	Iniciativa do vice prefeito.	Entrou no ar no final de 2003e também fechou							
RIO DAS ANTAS Sr. Lirio. (49) 564-0231	Fundação Cultural e Educativa Padre Hermenegildo Bortolato	Tem autorização do MC desde 2002	Está ajustando equipamentos p/ funcionar						
SALTINHO	Em discussão								

SALTO VELOSO Amarildo Biscaro, sec. de Educação (49) 536-0708	Associação Cultural Salto Veloso	Conseguiu autorização do MC em 2002	Entrou no ar em setembro de 2002				Funciona 24 h: música, notícias, divulgação de cursos, ocorrências policiais	Segundo pesquisa do final de 2002, 98% da população ouvia a rádio	As entidades não se interessam em participar da programação, mas ajudam financeiramente
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	Em discussão.								
SÃO CARLOS Rafael Rossetto (49) 9993.0714 (49)325-4519 e 325-5474	Associação Rádio Comunitária Rteordi (Recordação). Ligada ao PT.		Entrou no ar em agosto de 2003						
SÃO CRISTÓVÃO DO SUL	Em discussão								
SÃO JOÃO DO OESTE Irineu (49) 636-1121	Associação Rádio Cultura Comunitária FM	Pedido apresentado em 1998 foi arquivado.	Em 2000. Fechada e aberta várias vezes						
SÃO LOURENÇO DO OESTE	Em Discussão								
SÃO MIGUEL DO OESTE Lino Scariotti (49) 622-7533	Associação Rádio Cultura Comunitária FM de São Miguel do Oeste	Entrou com pedido de autorização no MC em 1998	Foi fechada pela ANATEL, reabriu no início de 2003				Só Música		A Associação envolve sindicatos de trabalhadores do município, associações de moradores, igrejas e os partidos PT e PDT

CAMPO BELO DO SUL RÁDIO EXPLOSÃO Sr. Hélio dos Anjos (49) 249-1412	Iniciativa individual de um mecânico, que participou do início das discussões sobre a c Estúdio 105	Apresentou pedido em 2004	Desde 2002	Dois funcionários, cinco voluntários, e se financia com apoio cultural	Própria	Predomina a musica e avisos	Alcança todo o município	Participação da comunidade é através de pedidos musicais, divulgação de aniversários, sorteios, etc	Relaciona-se com algumas entidades, como CDL e instituição como igreja católica.	
CELSON RAMOS RÁDIO AMIZADE Clóvis Caipper (49) 547.1368 Angelir Bürrigo, presidente (49) 547-1177	Associação Cultural e Comunitária de Celso Ramos	Conseguiu autorização do MC em junho de 2002	Desde 1999. Neste período ficou fora do ar três meses por falta de pessoal.	Dois funcionários, cinco voluntários, e se financia com apoio cultural	Própria	Das 6:00 às 22:00 é mais musical. Tem música sertaneja, bandinhas, informações de entidades, prefeitura e Câmara. Programas de evangelização, italiano, sorteios, etc. É definida pelo presidente e o coordenador da rádio.	Alcança todo o município	Participação da comunidade é através de pedidos musicais, divulgação de aniversários, sorteios, etc	A associação reúne 12 entidades do município, segundo o presidente da Associação. Mas, segundo o coordenador da rádio, é formada majoritariamente por empresários locais.	
CAMPOS NOVOS RÁDIO UNIÃO Oswaldo Dombrowski, presidente (49) 544-2528	Assoc. Cultural de Difusão Comunitária. Iniciativa individual de uma pessoa que trabalha com telemensagem e som de rua		Desde setembro/2003			Música, participação de oito igrejas evangélicas, atividades da cruz vermelha, policias, bombeiros, colégios				
CAMPOS NOVOS RÁDIO VIDA NOVA (49) 544-2203.	Ligada a uma igreja evangélica. Funciona no bairro Aparecida.		Desde dezembro de 2003							
CAMPOS NOVOS RÁDIO COM. CAMPONOVENSE Ari (49) 541-0164 e Santini,(47) 9977-1406	Associação Cultural Popular Campoense	Espera autorização	Não entrou no ar ainda						Envolve 22 entidades	
CORREIA PINTO RÁDIO VOZ SERRANA Antônio Figueiredo, presidente (49) 243-2124.	Associação Comunitária Voz Serrana	Desde 2001 foi aprovada a licença do MC	Desde meados de 2001	Voluntários e quatro funcionários	Própria	Mais musical	Atinge todos os bairros do município	Entidades não podem ter programas, só divulgam suas notícias.	Reúne várias entidades, mas elas não têm programas próprios.	Tem dois computadores
CURITIBANOS RÁDIO COMUNITÁRIA MARIA ROSA 104.9 Aldo Dolberth, presidente da Associação (49) – 241.0113 / 9983-4662	Seu código de ética a auto-define dentro dos movimentos sociais	Autorizada no final de 2002 pelo MC	Funcionou entre 1997 e 1999, mas resolveram fechar para evitar fech fiscal. Reabriram após a autorização.		Própria	Conta com ampla informação sobre a programação, bastante diversificada e de várias entidades.	Abrange quase todo o município e convive com uma rádio comercial – a Coroado		A programação demonstra capacidade de vincular organizações sociais diversas: Sindicato de Professores, Prefeitura, Igrejas, Migrantes, jovens, crianças, terceira idade.	Está informatizada
FREI ROGERIO	Assoc. Educativa, Cult e Informativa	Pedido tramita desde 1999	Em discussão							
LAGES RÁDIO SOL LOUVOR Pastor Mendes, vereador-PFL (49) 224-5522 (Câmara) e (49) 9101-1946	Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana, ligada à Igreja Quadrangular	Conta com autorização desde meados de 2001	Entrou no ar em 2002			Programação religiosa e confessional o dia inteiro				

LAGES RÁDIO CORAL Névo Slongo (49) 223.2389 e 223.1089	Ligada à Paróquia Nossa Senhora do Rosário e pastorais	Aguarda licença do MC desde 1999	Funcionou em 1997 e foi fechada																		
LAGES Padre Davi Goedert (49) 9991-1755	Associação Cultural Nossa Senhora dos Prazeres.	Tramitação na fase final	Aguarda autorização																		
OTACÍLIO COSTA RÁDIO CIDADE Caco: (49) 275.0000 e 275.0820 (Simpoc)	Associação Comunitária e Cultural de Otacílio Costa. Partiu da Cárítas Diocesana	Conseguiu autorização em 2000	Desde 1999	Mista	Das 6:00 às 23:00, inclui programas da Epagri, de trabalhadores rurais, críticas feitas pela comunidade	Abrange o município														Desde 2004, passou a ficar mais centralizada na igreja católica, mas já tem mais participação de entidades, sindicatos etc	
PALMEIRA Gilberto Azambuja, motorista (49)238-0067			Entrou no ar em 2003 mas foi fechada.																		
PONTE ALTA Reinoldo ou José Oliveira –(49) 248-0689/248- 0320	Assoc. Rádio Comunitária Integração		Em discussão há três anos, previsão para 2004																		
SANTA CECILIA RÁDIO SERRANA Sérgio Góes dos Santos (49) 244-3022	Associação Cultural e Comunitária Santa Ceélia	O pedido tramita desde 1998	Entrou no ar em novembro de 2003		Só música																
SÃO JOAQUIM RÁDIO QUEBRA GELO FM 104,9 Nazareno Martins: (49) 233.0655 (Sindicato) e (49) 233.3149 (rádio)	Associação de Radiodifusão de São Joaquim. Iniciativa de entidades, como opção à rádio comercial local.	Em dezembro reapresentou pedido ao MC	Desde 08 de 2002, já foi fechada pela PF e Anatel e voltou a abrir		Conta com funcionários mas em sua maioria trabalha com voluntários.																Reúne 16 entidades e instituições (igrejas, Sindicato dos trabalhadores rurais, Cresol, mulheres agricultoras, cooperativas, conselhos comunitários, tradicionalistas, etc)
SÃO JOSÉ DO CERRITO RÁDIO COMUNITÁRIA CORAÇÃO DA SERRA Ademir Moreira, presidente (49) 242.1549 e 242.1535 (rádio).	Desde 1996 começou a formação da Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, conta com convenio de financiamento com a Prefeitura para a divulgação de notícias do poder público	Em 06 de 2003 o MC aprovou a licença	Desde começo de 2002		Conta com voluntários e dois locutores remunerados com o salário mínimo.																Calculam audiência superior à da rádio comercial que é sintonizada há mais de 40 anos.
																					Participação via telefone

URUBICI <i>André (49) 278-4848</i>	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Alternativa	Entrou com pedido em 2003	Entrou no ar em caráter experimental em set/2003				Funciona só à noite com música na programação			A Associação é integrada por entidades como APAE, CTG, Sindicato Rural, Cárítas, Lions, APP; apoio da prefeitura e vereadores.	
URUPEMA <i>Rádio Comunidade Urupema. Pedro (49) 236-1128</i>			Funcionou ao longo de 2003				Das 9h às 17 horas, predomina a música e avisos.				
VARGEM <i>RÁDIO VALE DO CANOAS FM Luiz Pizzoto, Valdezir e Olacir (49) 549 0234 e 549 0035</i>	Ligada à paróquia		Desde o segundo semestre de 2003				Programação somente à noite, musical.				
ZORTEIA Valdeci Panho, agricultor e presidente (49) 557 0084			Funciona desde meados de 2002				Somente à noite, depois das 18h, musical.				
ARAQUARI Odir Nunes, ex-vereador (47) 99723495	Associação comunitária de Araquari.	Autorizada no final de 2001.	Não entrou no ar até 2003								
BALNEÁRIO BARRA DO SUL	Em Discussão										
BENEDITO NOVO Valmor Hammermeister e Carindo Persuhn	Duas entidades com pedidos arquivados no MC										
CAMPO ALEGRE RÁDIO CIDADE <i>Fabiola Scheffer e Ronei Michevski (47) 632- 1289 (rádio) e 632-1955.</i>	Associação de comunicação comunitária de Campo Alegre, fundada em 1998	Licença desde dezembro de 2001	Desde outubro de 2002	Conta com 04 funcionários, três locutores e uma secretária e alguns voluntários	Mista		Das 6:00 às 22:00, programas religiosos informativos, empreendedores, talentos radiais, ecologia, infantil, etc	Abrange todo o município, mas com dificuldade no meio rural por causa da baixa potência		Reúne entidades como fundação educacional, artesãos, associações de moradores, clube de bocha, sindicato dos trabalhadores rurais	Começou a se informatizar
CANOINHAS RÁDIO CIDADE LIVRE FM Sérgio Moreira (47) 622-4845/3619 e 622 0282	Reúne 24 entidades (igrejas, Universidade do Contestado, associações etc)		Previsto retornar ao ar no final de 2003								
GARUVA RÁDIO UNIÃO COMUNITÁRIA 74,9 Paulo Paese, diretor de programação. (47) 445-2950	Assoc. Ministro Sérgio Motta de Comunic., Cultura e Ação Com.. Apoio cultural de 50 comerciantes; 20 a 50 reais	A aprovação foi dada pelo MC em 2002 após intervenção de deputados federais.	Desde 1999. Teve quatro apreensões da PF.	Trabalha com voluntários e um só funcionário	Mista		Informações de entidades como a prefeitura e a EPAGRI, música, programa de estudantes, notícias, etc	Quase todo o município.	Participação por telefone.	Envolve entidades como a paróquia, Pastoral da criança, conselho municipal dos direitos da criança, PM, bombeiros	A rádio está informatizada

GUARAMIRIM RÁDIO PRO-GUARAMIRIM Com Zucco, Tomaz e Brito: (47) 9103.1502, 373-0787/ 373.3528 e 373-1112 (rádio).	Associação de Rádio Comunitária e Defesa do Meio Ambiente Pró-Guaramirim, se financia com apoio cultural e doações	Já obteve licenciamento	Desde 11 de 2001. Entre 97 e 98 funcionou sem autorização e foi fechada pela PF.	Cerca de 40 voluntários e dois funcionários	Própria	Das 5:00 às 20:00, Evangelização, ecumenismo, jornalismo, campanhas públicas, culturas de migrantes, programas A Voz do Povo e A Hora da Cidadania, etc.	Abrange todo o município onde também são sinonimizadas rádios de Jaraguá, Joinville etc.	Há participação de entidades na programação e diversos voluntários.	Convoca entidades como associações de moradores, meio ambiente, três igrejas, etc. Mobilizou o apoio de três deputados federais para agilizar autorização	A rádio está informatizada
ITAPOÁ RÁDIO ITAPOÁ 879 (47) 443-2872 e 443-6123, Ramos Chaves, empresário da Expoverão.	Associação Cultural e Comunitária Itapoá	A primeira de SC em conseguir licença do MC em meados de 1999.	Desde 2000	Só tem funcionários	Mista	Das 6:00 às 24:00. É mais musical. Tem também dicas de culinária, beleza, saúde, comentários sobre novelas, e horóscopos, entrevistas com pessoas da cidade, etc. Igrejas tem espaço na programação.	Única no município, tem boa audiência	Por telefone durante programas determinados para isso.	As informações levantadas indicam que se trata de um projeto mais comercial- particular.	Já está toda informatizada três computadores (um para programação) dois estúdios (um para gravação) e ti site na web.
IRINEÓPOLIS RÁDIO COMUNITÁRIA DE IRINEÓPOLIS. Ateli Nicolluzzi, comerciante e coordenador da (47) 625-1206, 625-1182.	Associação Comunitária e Cultural União de Irineópolis. Motivada pela falta de meios básicos de comunicação, como telefone. Arrecada apoios culturais.	Desde dezembro 2002	Desde 23 abril de 2003	Três voluntários fazem todo o trabalho da rádio.		Das 6h às 23h. Música, avisos de utilidade pública (doentes no hospital, horários de ônibus, animais perdidos etc), entrevistas com pessoas da comunidade, vereadores, etc, notícias positivas que aconteceram no município.	Quase todo o município	Ao vivo, com avisos, pedidos, reclamações. E por cartas.	Integra oito entidades e instituições do município, como associações de moradores, igrejas, APAE e sindicatos.	
IRINEÓPOLIS	Outras 03 associações tramitam pedido no MC		Aguardam autorização							
ITAIÓPOLIS Jonas Bauer, diretor da rádio. (47) 652-2066 e 652-1644	Associação padre João Kominick, a rádio foi liderada pela igreja católica. Arrecada apoio cultural (R\$ 3 mil por mês). Associação rádio comunitária alternativa	Tramita licença desde 1998	Desde Nov/ 2002. A ANATEL já tentou mas sempre alguém da comunidade avisa antes para mudar o endereço Funcionou em 1997, por seis meses, mas foi fechada no ano seguinte	Atua com voluntários e funcionários		Inclui informações da prefeitura, eventos, bailes, campanhas, colégios, igrejas				
JARAGUÁ DO SUL Sebastião Silva Camargo, assessor do vereador Zé Padre – PT (47) 371 2510	Associação Amigos da Barra do Rio Molho	Pedido de autorização encaminhado ao MC	Desde abril de 2003			Só música				
JARAGUÁ DO SUL Roque Backmann, vereador/PSDB. (47) 371-2510		Estão encaminhando pedido ao MC	Desde agosto de 2003			Só música				

JOINVILLE RÁDIO PIRABEIRABA <i>Olir Nunes, ex-vedador/PFL.</i> <i>(47) 424.0865 e 9972-3495</i>	Associação Cultural e Educacional Rádio Comunitária de Pirabeiraba.	Conta com autorização do MC	Desde 04 de 2002	Trabalha com 17 voluntários	Das 5:30 às 24:00, música, noticiários, entrevistas, esportes, denúncias de consumidores.	Atinge 90% do bairro Pirabeiraba (25 mil hab) além de parte de outros municípios	Teve o apoio de 12 associações de moradores, diferentes igrejas e APPs de quatro escolas	
JOINVILLE RÁDIO FM UNIÃO DO SUL 87,9 Nazareno de Freitas (47) 454.5994 e 9119-2338.	Associação Rádio Comunitária União do Sul	Conta com licença desde 02 de 2002	Desde março de 2002	Voluntários, com gratificação: por cada programa de duas horas é definida uma cota de vendas. 50% p/ a rádio e 50% p/ locutores	Das 5:00 às 23:00, inclui música, notícias, utilidade pública, dicas de emprego, humor.			
MAFRA <i>Pedro (47) 642-6114 e (47) 642-1409 (Cidioni)</i>	Associação Rádio Comunitária de Comunicação Interativa	Aguarda autorização do MC	Não está no ar, funcionou em períodos de 97 e 98				Tem apoio da Prefeitura, associações de moradores, APPs, sindicatos, grupo de idosos	

MASSARANDUBA RÁDIO ESPAÇO ABERTO Elmo Gaulke, atouo rádios comerciais (47) 379.0075 (rádio), 379-2037 e 9992-2924	Associação comunitária Espaço Aberto	Autorizada desde agosto de 2001	Funciona desde novembro de 2002			Música alemã, polonesa e italiana, classificados, notícias, esportes.						
MONTE CASTELO Sr. Estefano (47) 654-0104	Em discussão											
PAPANDUVA RÁDIO APARECIDA FM 106 (49) 653-2873 (rádio) e 653- 2861 (José – presidente).	Associação de Moradores de Passo Feliz., Motivada pela falta de um meio de informação próprio na vida do município	Não tem autorização. Anatel esteve quatro vezes na rádio	Desde novembro de 2002			Transmite informações das entidades que atuam no município, igrejas, etc.						Informatizada
PETROLÂNDIA (47) 536-1218, com Antenor Schmidt.	Em discussão.											
PORTO UNIÃO Carlos Nienwobner	Assoc. Comunitária e Cultural.	Pedido tramita desde 98	Em discussão									
RIO NEGRINHO Valdemiro (47) 644-7413, Luiz Carlos (47) 644-4746 e Ricardo (47) 644.7423	Em discussão											
SANTA TEREZINHA	Em discussão. Assoc. Com. Sta. Terezinha	Pedido de 99 arquivado										
SÃO BENTO DO SUL RÁDIO LIBERDADE Valmir, sindicalista (47) 634.1172	Associação Cultural Beneficente Cultural Rádio Comunitária Liberdade FM		Foi fechada em 1996 e reabriu em 05 de 2003, fechada de novo e reaberta			Nas terças e quintas inclui espaço para as escolas, nos finais de semana apresenta bandas e conjuntos locais					Reúne associações de moradores, igreja católica, sindicatos de trabalhadores, hospital	
SÃO FRANCISCO DO SUL	Associação comunitária Betel FM	Autorizada desde 2002	Parece que não entrou no ar. Não a localizamos									
SCHROEDER Oswaldo Konell e Flávio (47) 374.1011 e 374.1445	Em discussão	Tramita no MC										
TIMBÓ GRANDE RÁDIO SÃO JOSÉ Padre Vilmar (49) 252-1169.	Associação Comunitária e Cultural pela Democracia dos Meios de Comunicação do Contestado. Liderada por pastores da igreja e PT. Retine varias entidades e instituições	Autorizada no inicio de 2002	Desde 14/06/01 mas era discutida desde 1998. Funciona em sala cedida pela paróquia	Voluntários	Própria	A programação inclui músicas, especialmente gaúcha e sertaneja, informativo comunitário e geral, programas das entidades, das igrejas, prefeitura e Câmara Municipal, etc.	Participação das entidades na programação	Alcança quase todo o município, que tem cerca de 7.000 habitantes e 50 km de extensão	Envolve várias igrejas, associações de moradores, Associação 03 de Abril (que retine três assentamentos do MST), sindicato de trabalhadores rurais, APAE, CDL, Colégio – alguns deles têm programas diários e/ou semanais. Prefeitura e Câmara têm programa semanal			

BLUMENAU RÁDIO COMUNITÁRIA FORTALEZA 105,9 Edenilson Teles, jornalista e presidente da Associação. (47) 326-6995 e 339-2059 (rádio)	Associação de Difusão Fortaleza, surgiu em 1997 no bairro Fortaleza pela dificuldade de ocupar espaço nos meios tradicionais. Bairro possui entidades bastante atuantes.	Pedido tramita no MC	Está no ar desde 25/11/01. Foi fechada pela PF, que prendeu dois voluntários. Reabriu em segunda	Há dois colaboradores remunerados	Própria	Das 6:00 às 22:00 com música, entrevistas, debates, momentos religiosos, movimento sindical, missa dominical. Programas são definidos pelo conselho comunitário de programação	Tem boa audiência no bairro Fortaleza	A comunidade acompanha as decisões da rádio através de suas entidades.	A associação é integrada por centro comunitário forteza, clube de idosos, associações de moradores, paróquias, sindicatos, associação de pais e professores,	
BOMBINHAS RÁDIO MARISCAL Roberto Luiz Cobatto, secretário da rádio. (47) 393-3045	Associação dos Amigos da Praia de Mariscal, a rádio surgiu de uma iniciativa individual do atual presidente Fernando de Lacerda	Tem autorização do MC desde meados de 2000	Entrou no ar em dezembro de 2001	Trabalha com voluntários e faz apoio cultural	Própria	Música gaulesca, jornalismo local, pedidos musicais, programas das Igrejas Assembléia de Deus e Deus é amor. A programação é definida pelo presidente da Assoc. e o secretário da rádio	Por telefone		Já está informatizada	
BRUSQUE Geraldo (47) 351-6097 e 9983-4837	Em discussão	Aguarda autorização do MC								
CAMBORIÚ VOZ DO VALE Luciano Dias, funcionário da igreja Assembléia de Deus e coordenador da rádio. (47)365-4090 e 365-0792 (rádio) e 9139-9277	Assoc. e Movimento Comunitário Rádio Paz no Vale. Vinculada aos evangélicos	Conta com licença desde 2000	Está no ar desde agosto de 2000. Funciona em terreno da igreja Assembléia de Deus.	Voluntários e funcionários	própria	Inclui música, jornalismo local e regional, entrevistas com lideranças.	Tem mais de 60% no município atrás apenas da FM comercial	A comunidade participa através da procura por auxílios, doações e divulgação de eventos.	Vincula igrejas como Assembléia de Deus e Presbiteriana	Aguarda doação de equipamentos do deputado federal Adelton Vieira (PMDB), também evangélico
ILHOTA Paulo (47) 343-1155	Assoc. Beneficente Cristã de Ilhota.		Aguarda autorização							
IMBUÍA Adriano da Cunha	Assoc. Rádio Comunitária de Imbuia	Pedido tramita desde 2001								
INDAIAL RÁDIO PONTE Amilton Cunha, coordenador da rádio, ex-vereador pelo PMDB. (47) 394-1059	Associação comunitária de difusão cultural de Indaial	Concedida autorização em 07 de 2002	Começou a funcionar em 10 de 2002	Trabalha com três funcionários, já recebeu multa trabalhista por um ex-voluntário. Vai envolver estagiários.	Divulgação de notícias das entidades	No ar 24 horas, música, informativo local com notícias de entidades, campanhas sociais, bolsa de empregos.			Reúne representantes de entidades como Lions, Rotary, grupo de escoteiros, associação de produtores de orquídeas, médicos.	

ITAJAI RÁDIO COMUNITÁRIA CONCEIÇÃO 105,9 (47) 348-3978 (Rádio), (47) 348-9073 (OSCP), 348-1254 (Paróquia).	Obras Sociais e Culturais da Paróquia de Itajai, diretor presidente padre Alvim Broering.	Tem autorização do MC desde final de 2000	Está no ar após liminar concedida pela Justiça em 2000	Trabalha com voluntários e dois funcionários (técnicos de áudio)	Própria e abre espaço para programas de entidades, estudantes da Univali, etc.	Funciona 24 horas e a programação é definida pelos coordenadores da emissora. Música, noticiários, programas religiosos, programa infantil, OAB, Alcolicos Anônimos	Abrange alguns bairros e parte de Navegantes, município vizinho.		Envolve entidades como Colégio São José, Igreja Católica, Univali, Prefeitura municipal e Câmara de Vereadores	Informatizada
ITAJAI RÁDIO LUZ DO AMANHÃ 105,9 FM Cida Cascaes (47) 9983-5201, 344-6548 (casa) e 348-9744 (rádio)	Abrijo Luz do Amanhã. Rádio foi iniciativa da direção desta entidade, para facilitar obras sociais junto às crianças. Arrecada apoio cultural.	Autorizada desde Nov/2001	Funciona desde o final de 2000, com liminar da Justiça antes que fosse autorizada pelo MC. Recebeu visita da Anatel quando tinha liminar.	Tem três funcionários (um coordenador, um técnico, um técnico/locutor) e estagiários de Jornalismo.	própria. Divulga notícias regionais e de entidades e instituições que solicitem	Das 7h às 23h, informativa e assistencial. Tem música, jornalismo local e regional, programa de arrecadação e distribuição de medicamentos, alimentos, bicicletas, cirurgias; orientações sobre estaiuto do idoso; programa infantil nos domingos	Participação 100% por telefone. Aberto espaço para entidades, mas não quiseram.		É vinculada a duas entidades: Abrijo Luz do Amanhã e Centro de Referência Luz do Amanhã (crianças carentes, deficientes físicos e filhos de portadores de HIV).	
JOSE BOITEUX	Em discussão									
LONTRAS RÁDIO NOVO HORIZONTE Padre Cláudio (47) 523-0195	Assoc. Comunitária Radiodifusão de Novo Horizonte. Estimulada pela pastoral da Comunicação da igreja católica.	Pedido tramita no MC desde 2002.	Desde meados de 2002	Somente com voluntários	Mista	Programação experimental com cinco blocos de diferentes músicas; entrevistas e abertura para entidades que solicitem (escolas, prefeitura, etc.)	Todo o município		Tem apoio das escolas, prefeitura, associação comunitária da paróquia Santa Luzia.	
MIRIM DOCE Cirineu da Silva (47) 565-0050 e 565-0274	Associação Comunitária e Cultural de Mirim Doce.	Tem autorização do MC desde o início de 2002	ainda não entrou no ar.							
NAVEGANTES Tarcísio (47) 9987-2659, vereador do PT	Em discussão									
PENHA Prefeitura (47) 345-0200	Associação Cultural de Penha. Responsável Artildo de Souza	Pedido enviado ao MC em 1999	Já teve e foi fechada							
PETROLANDIA Antenor Schimidt	Assoc. de Cult. e Comunicação Perimó	Pedido 2001 arquivado								

ARARANGUÁ RÁDIO SONHO FM Ronaldo de Almeida Ramos, presidente e discotecário (48) 524-6044.	Associação de difusão cultural e comunitária sonho. Bairro Urussanguinha	Preparando documentação p/ enviar pedido	Desde 10 de 2002	Conta com funcionários e voluntários		Das 8:00 às 24:00, inclui música, informações locais, consultório jurídico, médico e psicológico, prevenção na saúde.	Alguns bairros		Retine três entidades: associação de policiais, associação de moradores Jardim das Avenidas e Associação da Divinêia (Clube de Futebol)	Não está informatizada
ARARANGUÁ RÁDIO LIBERDADE Sergio Machado, ligado ao PT	Assoc. Beneficente Jovens para Sempre, Bairro Colônia	Pedido encaminhado em 98 foi arquivado	Funcionou em 1997, mas foi fechada. Conseguiu liminar, mas foi cassada							
ARARANGUÁ RÁDIO MONTE SIÃO FM 100,1 Sr. Juré, (48) 524-4083 e 524- 3290.	Assoc. comunitária de Radiodifusão Monte Sião, ligada à igreja Evangélica		Funciona desde 10 de 2002	Só trabalha com voluntários			Abrange todo o município e parte dos vizinhos		Envolve associações de moradores de vários bairros.	
ARARANGUÁ RÁDIO 107 Nova Jerusalém (48) 524-6826 – Eder, Adão "Serrano".	Evangélica. Povo Pentecostal de Jesus			Entrou no ar em 2003						
ARARANGUÁ RÁDIO 88,7 Leandro Amaral, diretor (48) 524-4596	Evangélica. Está localizada no bairro Mato Alto.		Abriu como 88,7 FM, em 2002.			É ligada à Comunidade Evangélica, mas há programas de diversas igrejas e comunitários.				
ARARANGUÁ Sérgio Maciel (48) 524-4704 e Eduardo Merêncio 524-4930.	Assoc. de Comunicação de Comunidade Ararangua. Aglutina cerca de 40 entidades		Espera autorização para entrar no ar.						Aglutina movimentos populares, sindicais, igrejas católicas, Batista, Episcopal, Luterana, PT.	
ARMAZÉM Wilson Boeing, presidente, funcionário da Celesc (48) 645-0577 (R) 645-0421 e 9108-8259	Associação Cultural de Armazém	Em 06 de 2003 o MC aprovou a licença	Funciona desde janeiro de 1997, já foi perseguida pela ANATEL e teve equipamentos apreendidos	Conta com uma funcionária e voluntários		Própria e de entidades como Epagri, Pastoral da Charnça,	Alcança quase todo o município	As entidades não têm programas, mas sempre buscam a rádio para divulgação de suas notícias	Inclui entidades como Apae, colégio, grupo de idosos, conselho tutelar. Também fundaram um Jornal no município.	Esta informatizada
BALNEÁRIO GAIVOTA RÁDIO 7,9 FM Enio Ramos, técnico em eletrônica (48) 583-1937/ 583 1288	Sociedade Benefic., cultural, social, ambiental e desportiva de radiodifusão comunitária	O pedido de autorização tramita no MC	Começou a funcionar em 2002	Tem cerca de 15 voluntários que recebem gratificações.		Das 6:00 às 22:00, música, informações locais.	Abrange todo o município e parte de Sombrio		Apoiada pela prefeitura, clube de mães, associação de moradores, etc.	Está começan a se informati (um computac três aparelhos CDs)

BRAÇO DO NORTE RÁDIO ACB FM 104,0 José Eduardo Cláudio, presidente (48) 9987-0157 e 658-6016 (rádio)	Associação Comunitária Braçortense. 70% dos associados são Maçons.	O pedido foi aprovado em 2000	Desde 11 de 2001. Iniciativa de pessoas vinculadas à Maçonaria.	Trabalha só com funcionários, tem contrato com a prefeitura que destina 600 reais a título de apoio cultural.	Própria	24 horas. Programação é mais musical. Tem também esportes e notícias locais, missa, programas religiosos, divulgação de eventos, programa ao vivo da Polícia Militar.	Não atinge o interior do município, mas chega ao centro do município vizinho (Grão Pará).	Um dos programas de melhor audiência é o realizado, ao vivo, da Câmara.	Envolve principalmente o Lions Clube e a Maçonaria.	
CAPIVARI DE BAIXO Cevert da Rosa 9109.0836 e (48) 623-1255	Associação de rádio difusão comunitária de Capivari	No começo de 2002 teve licença provisória	Desde 2003 Fechada e reaberta	Tem só uma funcionária, a maioria é voluntariado	Reproduz notícias dos jornais locais	Inclui músicas antigas, entrevistas, programas de igrejas.				
COCAL DO SUL RÁDIO FM 104,9 Iniciativa individual. José dos Santos, dono de um centro comercial (48) 447-6088 447.6571 e 447-0036	Segundo outras rádios da região, a 104,9 teria sido comprada de Armando Serafim, por R\$ 30 mil. Não conseguimos confirmá-lo.		Desde 1999	Voluntários	Reproduz notícias dos jornais locais	Programação é mais musical, mas inclui programa de cinco igrejas (crentes), notícias locais lidas dos jornais Cocal e notícias ou jornal de Cocal.	Todo o município	É a mais ouvida no município, onde também se sintoniza uma FM comercial do município vizinho.	A única entidade que tem participado é a APAE, porque são amigos do presidente da associação da rádio	Está informatizada
CRICIÚMA RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA SÃO DEFENDE FM 107,3 Francisco de Assis (48) 433 5100/5190, 437 4644/ 439-7369 (rádio)	Associação de Amigos para o Resgate Humano	Enviaram o pedido na mesma época	Desde 03 de 2002, já teve equipamentos apreendidos.	Trabalha com voluntários e alguns jovens que estão à procura do primeiro emprego	Própria	Das 6:00 às 22:00, igrejas e escolas têm programas. A incerteza da ilegalidade tem protelado o início de três projetos: 1) Reporter das comunidades 2) Mini-Rádio Cultura 3) Convênio com as escolas para rádio teatro	Abrange outros bairros adjacentes e uma parte de municípios vizinhos	Tem apoio de associações de bairro, escolas, empresas locais, etc. Igrejas e escolas também têm programas		
CRICIÚMA RÁDIO COMUNITÁRIA 95,5 FM DCE UNESC Daniel Previ, graduado (48) 462-2815 e 438-3199	Associação de Radiodifusão Comunitária DCE Unesc. Não se financia com apoios culturais, e sim com recursos próprios do DCE arrecadados em festas e outros eventos.	Apresentou pedido em 2002	Desde 05 de 2001, a ANATEL não conseguiu fechar a Rádio pela interferência dos professores	Voluntários.	Própria	De segunda a sexta da 8:00 às 22:00. Da comunidade acadêmica, os professores são os que mais participam	Abrange universidades e bairros próximos	Maior participação parece ser dos estudantes e professores	Tem apoio da comunidade acadêmica, entidades de estudantes, associações de moradores de bairros próximos, grupos de skate, rap, igrejas, etc.	Após dois anos conta com estúdio adequado em área isolada, computador e programas atu

<p>FORQUILHINHA RÁDIO NOVA ESTRELA FM 104,9 Presidente: Gêlcio Rafael da Rosa, o "Nego"; (48) 463.2797 e 463.1143 (Rádio)</p>	<p>Associação Comunitária de Vila Lourde</p>	<p>Pedido ainda tramita no MC</p>	<p>Desde 1999. Conseguiu liminar na justiça para funcionamento sem a autorização.</p>	<p>Trabalha com voluntários, tem quatro sonoplastas, todos estudantes</p>	<p>Mista</p>	<p>Das 6:00 às 22:00 inclusive nos finais de semana. Tem horóscopo, esportes, notícias de polícia, sorteios, entrevistas com autoridades e profissionais da saúde, professores, etc. Programação é definida pelo presidente.</p>	<p>Todo o município</p>	<p>Participação é via telefone, principalmente em sorteio de brindes - estratégia de aumento da audiência. Há visitas no horário do programa da igreja.</p>	<p>O envolvimento de entidades, como associação de moradores, APPs, de colégios, CDL se dá através da divulgação de suas notícias</p>	<p>Está informatizada</p>
<p>GAROPABA RÁDIO 104,9 FM Cardinhos (48) 254-4075/254-4406 (rádio). e Silvio (48) 254-3370 - presidente</p>	<p>Associação cultural e comunitária garopabense de comunicações, funciona em espaço cedido pela igreja católica.</p>	<p>O pedido tramita desde maio de 2000</p>	<p>Funciona desde 1997, já foram apreendidos aparelhos pela PF, em seguida o MC liberou autorização provisória</p>	<p>Três funcionários fixos e voluntários</p>	<p>própria</p>	<p>Das 7:00 às 22:00, de segunda a sábado, e no domingo das 8:00 às 18:00, músicas regionais, MPB, "não toca modismos", notícias, entrevistas, o programa <i>Nossa Terra Nossa Gente</i>, com mais audiência é onde os pescadores contam casos</p>	<p>As entidades fazem programas.</p>	<p>Estimam uma audiência entre 80% e 90% da população do município</p>	<p>24 entidades com programas na rádio: rede feminina de combate ao câncer, conselhos municipais, secretaria da educação, Apate, AA, secretaria de esportes, conselho de assistência social, pastoral da saúde e da criança</p>	<p>Não está informatizada</p>
<p>GRAVATAL FM 95,5 PORTO GRAVATÁ Constantino, dono de uma loja de produtos naturais no município. (48) 648 2072 e 648 2287, 648 2727</p>	<p>Associação Cultural de Gravatal</p>	<p>Pedido em 98. Após a última apreensão da PF, Associação entrou com ação judicial, mas a juíza não reconsiderou.</p>	<p>Entrou no ar em 1997, ficou fora do ar em 1998. Voltou entre 2002 e 2003, mas foi fechada e teve equipamentos apreendidos.</p>						<p>Reúne entidades e instituições como pastorais, associação ecológica, grupo EVA (voluntários ambientalistas), secretaria estadual de desenvolvimento regional, Prefeitura, etc.</p>	
<p>GRÃO PARÁ Valdir, um dos fundadores. (48) 652-1297 (Farmácia) e Dalva Enzi Ascari – esposa do prefeito/PFL.</p>	<p>AGRADES (Assoc. Graoparaense de Desenvolvimento Social)</p>	<p>Pedido enviado em 2001</p>	<p>Aguardam autorização do Ministério</p>							
<p>IÇARA RÁDIO FM 104,5 VILA NOVA Itamar Luiz, <i>Thaíse, Pe. Arcângelo</i>: (48) 432.0449 (rádio). (48) 432-6999/432 0012</p>	<p>Sua criação foi estimulada pelo padre Arcângelo Bussolo, mas se ampliou para a comunidade. O mesmo padre já havia ajudado a fundar outra rádio comunitária em Morro da Fumaça.</p>	<p>No começo de 2001 entrou com pedido no MC</p>	<p>No ar desde 09 de 2001</p>	<p>Voluntários</p>	<p>Própria</p>	<p>Desde 6:30 até 18:00 inclui missa, música sertaneja, pastoral da criança, jornalismo, avisos de utilidade pública, esportes, programa da igreja adventista.</p>	<p>Escutada em 35 bairros de Içara, tem sede numa sala da casa paroquial</p>	<p>Durante uma manhã, a rádio recebe em torno de 60 telefonemas. O programa de esporte local é um dos que tem mais audiência, por ser divertido.</p>	<p>A associação reúne cinco igrejas diferentes, colégios, secretarias municipais, Pastoral da Criança, etc.</p>	

ICARA BALNEÁRIO RINÇÃO 104,9 (48) 468-4396/468-1396 e 9994-5117. Olga (presid) 468.1380 e 468.1068(rádio).	Associação Rádio Comunitária do Balneário Rinção. Diretoria e Conselho Fiscal fazem a gestão da rádio.		Desde Nov/1999	Trabalha com funcionários pagos pela comunidade	Própria	Das 5:30 às 22:00 de segunda a sexta domingo (das 7:00 às 14:00), música sertaneja, programas religiosos, informativos comunitários, entrevistas, utilidade pública, balcão de negócios, igrejas. É definida pela diretoria da Associação.	Parte de Içara.	Público gosta de participar de entrevistas durante a programação.	Há dificuldade para conseguir o envolvimento das entidades.	
IMARUI RADIO 104,9 St. Jaci, presidente, (48)643-0080. João Batista (48) 643-0016 e 9966-3063	Associação Cultural de Comunicação Imaruense.	O pedido de autorização tramita no MC desde julho/1999	Estava no ar desde 1999, mas foi fechada pela Anatel e PF em 01/10/03, sem mandato de segurança.							
FM90.5 ASSEMBLÉIA DE DEUS IMARUI	Não conseguimos contato									
IMBITUBA RÁDIO COMUNITÁRIA DE ITAPIRUBA (RCI) Julio Alanápio, comerciante e chefe de gabinete do prefeito de Imbituba (48) 356-0725	Associação Cultural de Com. Comunitária de Itapirubá		Funcionou por dois anos, mas foi retirada do ar em 2003 por falta de voluntários							
JACINTO MACHADO RÁDIO SERRA VERDE FM 104,9 Adelino Sartor, presidente (48) 535-1298/ 535-1813(rádio)	Associação de Amigos da Rádio Comunitária de Serra Verde	O pedido tramita desde 1998	Está em funcionamento desde o final de 2002			Das 7:30 às 19:30, música sertaneja, programa de igrejas, etc.			Reúne cooperativas como a da eletrificação, Besc, BB	

JAGUARUNA RÁDIO SAMBAQUI Nere Tibérico, jornalista, (48) 9976-1702 e 624-0407 (Rádio)	Rádio nasceu da necessidade dos movimentos populares divulgarem suas idéias e trabalhos, antes compra de espaço uma rádio comercial de Tubarão	O pedido de outorga tramita desde 1998. Foi aprovado somente no final de 2003, mas ainda não foi liberada a autorização provisória.	No ar desde 1996, já foi fechada cinco vezes e de novo reaberta. É a mais antiga de Santa Catarina. Funciona com liminar da Justiça.	Trabalha com 44 voluntários, já realizou um curso de capacitação sobre comunicação popular; outro sobre ética, cidadania e legislação	Própria	Tem programação das 6:00 às 19:00, música MPB, esporte, local, notícias, debates, entrevistas, programas de saúde. Um promotor de justiça responde a perguntas sobre advogados, este programa reduziu o número de atendimentos no fórum. Quatro igrejas têm seus programas: católica, espírita, assembleia de Deus e adventista.	Escutada nos municípios de Jaguaruna e Sangão	Comunidade participa nos programas e na gestão	Reúne diversas entidades, que fazem seus programas.	Está informatizada
LAGUNA Maurício Laufer, estudante. (48) 644-5412	Associação Cultural de Hip Hop de Laguna, o movimento Hip. Hop no município está liderando a iniciativa.		Já tem equipamentos, mas em 2003 ainda não estava no ar							
LAGUNA RÁDIO EL CHADAIEN Alaelson Soares Souza, portador de deficiência visual (48) 646-0383	Associação Cultural de Comunicação Lagunense. Em Vila Vitória, Magalhães.	No final de 2002 encaminharam pedido de autorização ao MC	Esteve no ar uma semana em 2002, foi fechada e teve equipamentos lacrados.							
LAURO MULLER RÁDIO MACHADINHO 104,9 Valmir Machado, o Machadinho, discoteário: (48) 464-3770 (rádio) e 464-3343 (casa)	Assoc. Comunitária Clube do Machadinho. Centrada na figura de Valmir Machado, o Machadinho: "A Rádio tem uma associação, mas na hora de bancar, é só um". Diz que investiu R\$ 42 mil.	Autorização desde 2001	Funciona desde 2001 Iniciativa particular de um proprietário de danceateria. Financiamento é via apoio cultural, principalmente da Câmara Municipal e Prefeitura.	Tem dois voluntários, além dos dois filhos de Machadinho	Mista	Das 6h às 24h, música sertaneja, pedidos, informativos, dicas para donas de casa, programas das igrejas católica, evangélica, e universal. É definida por Machadinho e os locutores	Todo o município	Segundo Machadinho, uma pesquisa mostrou a rádio em 1º lugar na cidade com 81% de audiência	Não há envolvimento de entidades e organizações	Está informatizada
MELEIRO RÁDIO INFORMATIVA Jairo Pelegrini, dono de uma empresa de cereais e presidente da Associação. (48) 537-1042	Associação de Difusão Comunitária Rádio Informativa de Meleiro. O presidente bancou o financiamento de instalação e diz que ainda não tirou o investimento. Arrecada apoio cultural e recursos via convênio com prefeitura, etc.	Conseguiu liminar que foi cassada, recorreu e ganhou com o argumento de que a ilegalidade se deve à demora na tramitação (desde 2000)	Entrou no ar no final de 2001	Tem voluntários e duas pessoas com gratificação/ajuda de custo de 20% do apoio cultural que arrecadam.	Mista (própria e programas de CDs, como o do padre Evaristo de Biasi. A igreja pelo mundo).	A programação inclui música, notícias do hospital, prefeitura, programa das crianças e professores, cultura italiana, advocacia, agricultura.	Abrange 100% do município	Comunidade participa através de suas entidades, além de entrevistas e telefonemas.	A associação reúne entidades como a associação comunitária São Judas Tadeu, rede feminina de combate ao câncer, sindicato dos trabalhadores rurais, igrejas Assembleia de Deus e Cristo Vive (a católica se afastou), cooperativa de produtores de arroz, etc	Informatizada

MORRO DA FUMAÇA INFORMAÇÃO FM 93,5 Gilberto Madeira (48) 434 4445 e (48) 9904-5657	Associação de Radiodifusão comunitária e Jornal de Morro da fumaça	Em 05 de 2003 apresentaram pedido de autorização	No ar desde 04 de 2003	Voluntários e funcionários	Mista	Das 4:00 às 18:00, 80% produzem seus programas e apresentam, usam CDs da Epagri sobre agricultura familiar, campanhas.	Parte do município	Por telefone e entrevistas	Integrada por entidades como Pastoral da criança, da saúde e da Juventude, Ceipac (ONG defesa do meio ambiente), LEO club.
MORRO DA FUMAÇA ESTAÇÃO COCAL FM 104,3 Agnaldo Seolin fotógrafo (48) 434-3385; 434-1009 (Braz) e 434-4741.	Associação de Radiodifusão comunitária de Estação Cocai, distrito que está pleiteando sua emancipação de Morro da Fumaça	Apresentaram pedido em 2001, mas só chegou ao MC em 03 de 2003	No ar desde março de 2001.	Tem o projeto de desenvolver o laboratório de rádio no colégio. Trabalha com voluntários e funcionários com gratificação.	Própria	Música, informações. É definida pelo coordenador que depois passa pelo conselho. Escolas e igrejas participam da programação. Divulga campanhas de saúde, redução da velocidade no trânsito, de solidariedade	Atinge parte de outros cinco municípios.	Por telefone	Vincula escolas, várias igrejas, além de empresas e outras entidades durante campanhas específicas.
MORRO DA FUMAÇA A VOZ DO POVO FM 107,7 Wilson Frasson (48) 434-1128; Luiz (48) 434 4050 e 434-3385; Arcangelo Sartor 434-2236	Divergências sobre a gestão têm provocado o afastamento de alguns voluntários, que reclamam da atual centralização na figura do padre Orlando.	Pedido tramita no MC desde 98	No ar desde 1998, foi fechada algumas vezes, reabriu. Nos últimos dois funciona sem interrupção	Conta com voluntários na sonoplastia	Mista	Das 6:00 até as 19:00, oração, notícias do Estado, esportes, loterias, música, pastor evangélico.	Atinge quase todo o município	Por telefone	Depois das modificações da troca de administração, parece que os programas foram terceirizados a entidades que podem pagar.
MORRO DA FUMAÇA RÁDIO FM 107,1 Paulinho Espindola, engenheiro (Pres); Valdir Maciel, coordenador. (48) 434 4406 (rádio) e 434 5174 (casa)	Ligada a três igrejas evangélicas		No ar desde 1999	Voluntários com gratificação	Própria	Das 6:00 às 23:30, inclui música, variedades, informações locais, anúncios, esportes e programas de três igrejas evangélicas, campanhas assistenciais.	Parte do município.	Comunidade participa por telefone e entrevistas na rua, durante campanhas ou feiras beneficentes.	A entrevista mostra que não vincula outras entidades além das igrejas evangélicas.
MORRO DA FUMAÇA RÁDIO FM 106, 9	Ligada aos evangélicos.		Não conseguimos contato. Informação é que entrou no ar em 2003.						

NOVA VENEZA RÁDIO VENEZA FM 107,1 Paulo Roberto Lima, presidente (48) 436-1204.	Assoc. Informativa Comunitária Veneziana, parece estar centrada numa pessoa, que define a programação	Pedido de autorização foi apresentado em 2002	No ar desde final de 2001. Funciona em casa cedida pela prefeitura.	Voluntários	Mista	Funciona das 7:00 às 21:30, inclui música, entrevistas, notícias, esportes, religião. É definida pelo presidente da Associação.	Parte do município.	Participação em entrevistas. Média de 100 telefonemas em três horas. Há visitas e cartas.	Não mostra vínculos com outras entidades da comunidade.	
PASSO DE TORRES RÁDIO ALTERNATIVA 104,9 Leomar e Rosemari Ramos, que já atuou na rádio comercial FM 102,9 de Sombrio. (51) 9974-2972 e (48) 548-0193 (rádio). Funciona no bairro Parrággada.	Associação de Radiodifusão Comunitária alternativa de passo de Torres, foi motivada pela falta de espaços comunitários na rádio comercial do município. Arrecada apoio cultural e doações.	Entrou com pedido em 02 de 2001	No ar desde 02 de 2001	Trabalha com voluntários, tem só uma secretária contratada	Própria	Das 7:00 às 24:00, inclusive os finais de semana, é definida pelo conselho comunitário junto com a associação. São quase 30 programas diferentes, feitos por entidades como a FAPA, melhor idade independente, colônia de pescadores, câmara de vereadores, educação, meio ambiente, saúde comunitária	Abrange o município.	Comunidade participa na programação, através de suas entidades. A gestão esta mais centralizada em Leomar e Rosemari.	Reúne entidades como a FAPA (Aids), Melhor Idade Independente, Colônia de Pescadores, Câmara de Vereadores, etc.	
PASSO DE TORRES RÁDIO CIDADANIA 90,5 Lidelberg, publicitário, ex-secretário de Turismo do município (51) 9837-0893 e (48) 548-0613; e Sérgio, do PT local; e Paulo Daloli. Funciona no centro.	Associação de radiodifusão comunitária cidadania de Passo de Torres. Nasceu para atender a comunidade e os microempresários que não têm condição de anunciar em outras rádios. Na comunitária eles pagam 6 reais contra 400 numa comercial	Pedido tramita no MC desde 2002	Entrou no ar em 2000. Em setembro de 2002, a PF esteve na rádio, sem mandado de segurança: levou o transmissor e fechou a emissora. Compraram novo equipamento e reabriram.	Trabalha com voluntários e gratificações (divisão de 50% do apoio cultural)	Própria	Música, informação do município, esportes, entrevistas com prefeitos.	Tem alcance em cerca de 20 municípios do norte do Rio Grande do Sul e do litoral Sul de Santa Catarina	Participação é via telefone. São em média 50 ligações por programa.	Reúne entidades como associações de bairros, conselhos municipais, escolas do município.	
PRAIA GRANDE RÁDIO VOZ AMIGA DE PRAIA GRANDE Dorizete Serafím, empresário, presidente da Assoc.o e da CDL (48) 532-0077 e 532-0392 (rádio)	Associação Comunitária Rádio Voz Amiga de Praia Grande. Arrecada apoio cultural.	Em 1999 foi encaminhado pedido	No ar desde 1999	Trabalha só com voluntários.	Própria	A maioria das entidades tem seus próprios programas. Das 7:00 às 22:30, música, recados, etc.	Abrange o município	A maior parte das entidades tem seu próprio programa.	Envolve entidades como Associação Feminina, CDL, APAE, várias igrejas, cooperativa de eletrificação rural, secretaria de esportes, prefeitura, Câmara Municipal, Associação Praiagrandense de Ecoturismo, Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba, colégios, grupos da terceira idade, sindicatos rurais.	Começa a se informatizar

RIO FORTUNA R. FLORESTA Presidente é Luiz César Oeni e Carlos Lima (48) 653-1537 (rádio)	Associação de Rádio comunitária Floresta	Desde março/ 2002	Trabalha com voluntários	Mais musical e com informações do município				
SANGÃO R. LITORAL 91,1 Regério Silva, coordenador e comerciante (48) 656-0205 (rádio) e 9976 6061	Associação Rádio Litoral FM 91,1. Não arrecada apoio cultural e se sustenta com doações das igrejas evangélicas	Desde 2002	Tem um funcionário e voluntários com gratificações.	Só tem programação de tarde: música evangélica e informações da prefeitura e Câmara.				
SÃO JOÃO DO SUL RÁDIO SÃO JOÃO DO SUL FM 104,9 Elizete Cardoso, dono de papelaria. (48) 539-0278/ 539-0434 539-0296 e 539- 0346 (rádio).	Associação reúne sete entidades. Mantém-se com apoios culturais e algumas doações	Desde 1999, já foi fechada duas vezes pela Anatel. Funciona em sede alugada.	Própria	Escolas e colégios divulgam suas atividades na rádio, mas não têm programas específicos, inclui também música, informações locais, reivindicações da comunidade . Outras entidades têm programas.	E simonizada em todo o município	Participação por telefone, carta ou convite para entrevistas.	A associação reúne cerca de sete entidades ou instituições: igrejas, sindicato de trabalhadores rurais, cooperativa de eletrificação rural. E militantes de partidos como o PP e PT	
SÃO JOÃO DO SUL RÁDIO FM 99,7 Celino Baldino Martins, presidente da Associação. (48) 539-0397	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Centralizada no presidente: "não sei o que seria de mim se tirarem a rádio de minha mão".	No ar desde set/2000. Rádio partiu de iniciativa do atual presidente. Ele trabalha com eletrônica e montou parte dos equipamentos.	Se financia com apoio cultural, além de contribuições da Prefeitura e da igreja evangélica.	Mista	Das 6:00 às 24:00, é definida pelo presidente da associação. Programa do presidente, do filho, notícias, música, oração e a Voz do Brasil. "Fizemos uma pesquisa para saber o que caía bem, era música sertaneja, então tocamos sertaneja".	Por telefone e convite para entrevistas	Inclui colégios, CDL, igrejas católica e evangélica, pastoral da criança, pecuaristas	
SÃO LUDGERO Paulo Henrique Lalau, publicitário (48) 657.1737 e 9906-8594; (48) 9994-2432 (Amilton Becker) 657-1543	Associação Comunitária de São Ludgero. Iniciativa particular.	Começou a funcionar em 2000, ficou quatro meses no ar e foi fechada pela Anatel						
SANTA ROSA DO SUL RÁDIO 94,7 FM Fone: (48) 534-1516	Iniciativa individual dos irmãos Vanderlei e Volnei Bittencourt (presidente).	Está no ar desde o segundo semestre de 2003.						

SIDEROPOLIS RÁDIO NOSSA SENEHORA APARECIDA FM 104.1 Valdir de Souza (48) 9993-4684 e-435-4144	Associação de Radiodifusão Comunitária de Siderópolis	O pedido de autorização está no MC desde 1998	Desde outubro de 2002	Faz apoio cultural e tem dois funcionários para o trabalho de sonoplastia	Própria e das entidades.	Das 7:00 às 21:30, "espaço comunitário" é o programa mais importante com uma unidade móvel, a rádio vai até o bairro e os moradores falam ao vivo. Cinco igrejas também têm programas, além das pastorais da APAE. Uma vez por semana tem um programa "Pergunte ao Prefeito"	Abrange o município.	Unidade móvel está sempre presente nos bairros.	Envolve cinco igrejas, pastoral da criança e da saúde, colégios e APAE.	Conta com do computadores
SOMBRIÓ R. COMUNITÁRIA DE SOMBRIÓ 104,9 Nerino Gomes, da pastoral da igreja (48) 533-4923 (rádio), 533 0824 e 533 0186 (paróquia)	Associação de Rádio Comunitária de Sombrio	Tem autorização desde início de 2002	No ar desde 07 de 2003	Trabalha com voluntários, arrecada apoio cultural		Música sertaneja, esportes, transmissão da missa, espaço para evangélicos quando o soliciam, jovens, pastorais	Abrange todo o município, mas sofre interferência da rádio Machadinho, pois possuem a mesma frequência			Está se informatizand possui um computador, dois aparelhos de CD com MP3.
SOMBRIÓ RÁDIO 88,1 ONDAS DE PAZ (48) 533-3214	Evangélica. O atual presidente é o ex-vereador Ciro/PSDB, também evangélico.	Pedido tramita no MC.	Começou a funcionar em 2002.							
SOMBRIÓ RÁDIO 88,6 ONDAS DE ALEGRIA (48)533-0749	É ligada aos evangélicos. Pastor Carlos.		Também começou a funcionar em 2002							
TIMBÉ DO SUL Angelo Moro, centro.	Assoc. de Radiodifusão Comunitária Frei Modesto de Timbé	Pedido tramita no MC	Já teve, mas fechou							
TREZE DE MAIO FM 101,5, ANTEENA 13 Emerson (48) 625-0190 (paróquia) e 625-0544	Associação Católica de Rádio Comunitária. Iniciativa da igreja católica local	O pedido de autorização foi negado pela identificação explícita com igreja católica	Entrou no ar pela primeira vez em 1996. Atualmente, funciona só a partir do final da tarde.			Das 16:00 às 22:00, só com música, pedido dos ouvintes e o momento da Ave-Maria				
TUBARÃO RÁDIO OFICINAS FM 104,9 Ermínio Tonini, aposentado, e Edson, dirigente sindical (48) 622 6446 e 6220436	Associação Tubaronense de Difusão Comunitária. Arrecada apoio cultural. Conselho reúne várias entidades.	Já tem autorização desde 2000.	No ar desde 1998 e em 2000 conseguiu a autorização para funcionamento.	Trabalha só com voluntários.	Própria.	Das 6:00 às 20:30, informativos comunitários, sindicais, música, classificados, recados.	Parte do Município.	Maior audiência é de tarde, quando há música, recados classificados, etc, e os jovens participam por telefone.	O Conselho da rádio inclui várias associações de bairro, universidade, colégio estadual, igrejas, Sociedade de Assistência Cultural do Bairro Oficinas (SARCO), sindicatos, etc.	Já tem computador

URUSSANGA RÁDIO COMUNITÁRIA URUSSANGA FM 104.9 Sr. Diório Batista(48) 465-1510/465-3990; Fabiano:465 1846; Thais 465.2324	Associação de Radiodifusão de Urussanga. Estão querendo tornar a rádio mais comunitária, porque tem um enfoque de FM, mais musical. Orfanato da Criança.	Conseguiu autorização em 2000	Funciona desde 1998	Trabalha com voluntários que recebem gratificações.	Mista	Das 7:00 às 22:00, música, horóscopo, dicas de cozinha, entrevistas, sorteios, etc.	Parte do município.	Dificuldade de conseguir envolvimento da comunidade	Já foi feito um contato com a União de Associações de Moradores de Urussanga, que congrega 32 entidades de bairros, mas não houve interesse.	
ALFREDO WAGNER RÁDIO NASCENTE DO VALE Osmar, Max e Irimar. (48) 276-1294 (rádio); 276-1177 (sindicato); 276-2006 (Irimar, casa); 276-1605	Associação Comunitária e Cultural Rádio Nascente do Vale. Atreceada apoio cultural: Prefeitura e Câmara de Vereadores, sindicatos, igrejas e classificados comunitários. Iniciativa do Sindicato dos Trab. na Agricultura.	Foi uma das primeiras 700 a serem legalizadas no Brasil, em agosto de 2000.	Foi fechada em 1998, chegou a ter um funcionário indiciado pela PF, mas o inquérito foi arquivado. Inaugurada em 29/09/2001	Segundo uns dos fundadores, falta uma assessoria para aperfeiçoar a rádio. Trabalham com pessoal contratado, especialmente estudantes.	Mista	Das 6:00 às 23:00, informativos da Epagri, programas religiosos, música sertaneja, A Voz do Brasil, A programação é definida pela administração. Tenta incentivar novas alternativas à agricultura, e formas agro-ecológicas de lavoura.	Atinge 60% do município	Entidades participam na programação e gestão. Boa audiência nos programas de música, noticiários, religiosos e para o horário da Câmara de Vereadores.	Envolve entidades como o sindicato dos trabalhadores rurais, igreja luterana, católica, evangélica, assembleia de Deus, adventista, escola de educação básica e 52 sócios fundadores.	Informatizada
ANGELINA RÁDIO VALE DAS GRAÇAS Aldair, presidente (48) 274-1194	Associação de Difusão Comunitária Vale das Graças		Desde meados de 2003							
ANTAPOLIS Adeur Neuhaus	Assoc. de Difusão Comun. Paraíso de Rios		Em discussão.							
BIGUAÇÚ Manoel Marcelino (pres), Eliana, Orival (48) 243-0012	Associação Biguaçuense de Radiodifusão Comunitária	Possui autorização desde meados de 2001	Desde outubro de 2003			Em caráter experimental, música e algumas notícias locais.				
FLORIANÓPOLIS RÁDIO TRÓIA Leonardo (48) 235-1683/235-2024 e Lícia 338-4514	Iniciativa de estudantes da UFSC/CFH		Entrou no ar no primeiro semestre de 2003				Sintonizada nos bairros próximos da universidade			

PALHOÇA RÁDIO SÃO FRANCISCO Luiz Paulo (48) 342-0517 e Padre José Luiz (48) 9977-4939 342-0436 (Paróquia)	Ação Social Comunitária São Francisco, localizada no bairro Atriiú	Autorização provisória no final de 2002, mas ainda espera aprovação do Congresso	Foi colocada no ar em caráter experimental em 1997, mas foi fechada	Tem três locutores profissionais (manhã, tarde e noite). Um deles, Marcelo Arcelino - coordenador da emissora - diz que a LUAR "é a Globo das rádios comunitárias".			Bastante musical, com padrão de FM comercial. Tem informações gerais da comunidade, entrevistas; programa "paquera no ar" já realizou 32 namoros e um casamento no ar. Em 2003 realizou projeto com escolas municipais, onde alunos e professores iam na rádio fazer programas.	Sintonizada em bairros de São José e algumas partes de Florianópolis.	Por telefone	Não tem vínculos com entidades comunitárias. Sua maior ligação é com o Centro Educacional Luar. Teve apoio do deputado federal Gervásio Silva (PFL) para agilizar a autorização.	Informatazada
SÃO JOSÉ RÁDIO LUAR FM Marcelo Arcelino, Locutor/responsável pela emissora (48) 357-5673 e 9915-9365	APP Centro Educacional Municipal Luar, funciona no bairro Kobrasol.	Tem autorização desde 2001	Entrou no ar em 14 de outubro de 2002								
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ Salésio Turmes (48) 245-5020	Assoc. de Difusão Comunitária Vale das Termas	Autorizada em meados 2002								Tem Assoc. Moradores dos bairros de Caldas, e Morro do Fabricio, igreja católica e membros de partidos políticos PSDB, PMDDB, PT	
PAULO LÓPES Eriberto (48) 253-0223	Em discussão										
TIJUCAS Adalto (48) 9971-5663, e Roberto 9982-6960, 263-977; 263-0483.	Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Tijucas. Liderada por militantes do PT local	Autorização aprovada em meados de 2001	Desde outubro de 2003								